

**INSTITUTO
HISTÓRICO
da Ilha Terceira**

B O L E T I M



N.º 15

1957

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Patrocinado e subsidiado pela Junta Geral do Distrito Autónomo de
Angra do Heroísmo

S É D E

Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo — Angra do Heroísmo

DIRECÇÃO

Presidente — *Dr. Teotónio Machado Pires*

Tesoureiro — *Francisco Coelho Maduro Dias*

Secretário — *Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima*

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
À DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, idéas ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto)

Composto e impresso na Tipografia Andrade, Rua Lisboa, 115
Angra do Heroísmo

Boletim
do
Instituto Histórico da Ilha Terceira

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Sócios Efectivos

- Dr. Cândido Pamplona Forjaz — (Professor efectivo do Liceu de Angra do Heroísmo)
- Francisco Coelho Maduro Dias — (Escritor e Artista)
- Cónego Dr. Francisco Garcia da Rosa — (Professor do Seminário Episcopal de Angra)
- Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr. — (Secretário Geral do Governo do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo)
- Tenente-Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva Jr.
- Governador do Castelo de S. João Baptista da Ilha Terceira (Tenente-Coronel Aldemiro Cesar Nunes Correia)
- P.^o Inocêncio Enes — (Vigário da Freguesia dos Altares)
- Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral — (Professor efectivo do Liceu de Angra do Heroísmo)
- Tenente-Coronel José Agostinho
- Cónego José Augusto Pereira — (Presidente do Cabido da Sé de Angra)
- Capitão Luis Ferreira Machado Drumond
- Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima — (Director do Arquivo Distrital, da Biblioteca Pública e do Museu Regional de Angra do Heroísmo)
- Dr. Manuel de Sousa Menezes — (Tenente-Coronel Médico)
- Major Miguel Cristóvam de Araujo.
- Raimundo Belo — (Escritor)
- Dr. Teotónio Machado Pires — (Chefe da Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo)

Sócios honorários :

- Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Sr. D. José Pedro da Silva — (Bispo Titular de Tiava e Auxiliar do Patriarcado)
- Prof. Doutor António de Almeida Garrett — (Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto)
- Prof. Doutor António de Medeiros Gouveia — (Secretário do Instituto para a Alta Cultura)
- Dr. Armando Côrtes-Rodrigues — (Professor efectivo do Liceu de Ponta Delgada)
- Dr. João Hickling Anglin — (Professor efectivo e Reitor do Liceu de Ponta Delgada)
- João Soares de Medeiros — (Presidente da Casa dos Açores do Rio de Janeiro)
- Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral — (Escritor e Etnógrafo)
- Prof. Doutor Ruy Telles Palhinha — (Catedrático jubilado da Faculdade de Ciências de Lisboa)
- Prof. Doutor Vitorino Nemésio — Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
- Prof. Doutor Wilhelm Giese — (Catedrático da Universidade de Hamburgo)

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



Vol. XV

ANGRA DO HEROISMO
Tipografia Andrade

1957

Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira

Pelo Dr. Manuel de Sousa Menezes (*)

A pequena monografia publicada em 1932, intitulada — *O Hospital Militar da Boa Nova* — deu-nos ensejo a podermos referir a existência duma série de médicos e cirurgiões, que serviram neste Hospital desde 1767 até aos primeiros anos do século corrente.

Quantos outros, anteriormente, pelo mesmo hospital haviam passado desde a sua fundação, quantos mais por toda a ilha, desde os começos do povoamento, vieram trazer o benefício da sua presença e a necessidade do seu trabalho, acompanhando a evolução das sociedades humanas que se iam formando, foi trabalho que desde então nos seduziu e se tentou coordenar mas só agora é possível e de modo incompleto trazer à publicidade.

Quase se limita o intento a uma relação dos nomes encontrados, pois, pela escassez das referências, pouco mais se colheu. O valor da sua actuação, a importância da sua acção social encon-

(*) Nota — Para realizar este trabalho devo ao saudoso Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Dr. Luís da Silva Ribeiro, as facilidades precisas para a consulta do arquivo da Câmara Municipal de Angra, então à sua responsabilidade e outras valiosas informações, sempre prontas e franqueadas nas dádivas do seu vasto saber.

tram-se naturalmente ligadas às possibilidades da sua época. Na universalidade da ciência, a utilidade desse labor teria sido idêntico ao de todos os outros que por diferentes partes e em épocas correspondentes, exerciam os profissionais da arte de curar.

Muitas das fontes de consulta encontram-se igualmente incompletas. Procurou-se nos registos das duas Camaras e das Misericórdias de Angra e Praia, encontrar os nomes dos que formariam a cadeia dos profissionais da arte de curar a partir do povoamento, mas todas essas fontes de consulta que ficaram subsistindo através os tempos e as suas destruições, encontram-se igualmente incompletas.

Nos registos da Câmara de Angra existem importantes dados sobre o movimento dos profissionais e deles extraímos as principais informações quanto à cidade, porque o arquivo da Misericórdia desapareceu na totalidade e apenas de meados do século de setecentos em diante alguma coisa se encontra.

No concelho da Praia, o partido médico municipal só é criado em 1859. Foi assim do arquivo da sua Misericórdia, muito completo e bem conservado, que extraímos os dados que conseguimos coordenar relativos a médicos, cirurgiões e outro pessoal encarregado de tratar os doentes então ao exclusivo cuidado destas instituições.

Mas é ainda nos livros de assentamentos militares, o chamado «*Registo do Regulamento para o Governador do Castello de S. Filipe de 1642 a 1720*» e no «*Registo do expediente da Vedoria de 1665*» que se encontram dados completos sobre movimento de pessoal clínico no Hospital Militar da Boa Nova, os quais vieram completar a investigação, pois, como seria usual, muitos desses profissionais exerciam igualmente a sua actividade no meio civil.

Com todos esses elementos de consulta conseguimos assim elaborar uma lista, não só dos que propriamente fizeram a assistência aos doentes neste Hospital a partir da Restauração, como ainda de alguns outros em época anterior ao domínio castelhano que em actividade livre ou com a obrigação de partido da Câmara, o que era mais frequente, exerceram a profissão. É natural mesmo pensar que já nos começos do povoamento havia profis-

sionais na Ilha para tratar os doentes porque desde 1504 se registava a primeira presença dum diplomado com carta de cirurgia.

A referência a licenciados, cirurgiões e barbeiros sangradores que faziam o tratamento dos doentes nos partidos da Câmara da cidade e nas Misericórdias de Angra e Praia só mais tarde aparece, mas existem as cartas de cirurgião transcritas no *Arquivo dos Açores*, todas datadas do século de quinhentos, que indicam ter havido uma sequência, sem possibilidades de ordenação, por os seus nomes se terem perdido com a destruição dos arquivos.

Quanto possível procuraremos regista-los no seguimento dos anos em que os encontramos a exercerem a profissão, mas é manifesta a escassez de registos relativos aos primeiros tempos e só pelas cartas já transcritas no *Arquivo dos Açores* se conclue que o abandono do socorro não deve de facto ter existido.

Por outro lado, é sabido que nas Ordens Religiosas e sobretudo na de Cristo, que acompanha ou mesmo orienta o povoamento das ilhas, existiam conhecimentos sobre a aplicação de mezinhas, unturas, etc., tudo que era arsenal de tratamento da época. Aos membros da Ordem que vinham nas naus, aos franciscanos que depois se fixaram com os povoadores nas ilhas, ficaria por certo o principal encargo de tratar os doentes segundo os conhecimentos do tempo.

Desse recurso se aproveitou Vasco da Gama, no regresso da sua viagem de descobrimento do caminho marítimo da Índia, para prepositadamente demandar esta ilha na viagem de regresso em fins de Julho de 1499 e nela deixar ao cuidado dos frades de S. Francisco o irmão Paulo da Gama, que vinha doente e aqui faleceu.

Havia entre os que se dedicavam à arte de curar diferentes graduações — licenciados, cirurgiões e sangradores, e é curioso notar que havia então o máximo cuidado no registo das respectivas cartas, todas dadas pelo Rei, mediante provas públicas perante um júri, de modo a garantir o privilégio da autorização e a defesa do doente. O licenciado era um grau universitário e só quando o povoamento alcança determinado desenvolvimento é que aparecem os primeiros com esta especial designação.

Procuraremos, quanto possível, enumerar os que trabalharam em especial nos dois concelhos da ilha, mas da imprecisão de alguns registos, da perda de outros, fica-nos a certeza que este trabalho está muito incompleto.

Organizamos em separado as duas relações de Angra e Praia porque desde o começo se nota que para o tratamento dos doentes havia pessoal directamente nomeado para uma ou outra, o que naturalmente correspondia à existência das duas Misericórdias, que foram fundadas pela mesma data, em 1498, e porque já desde 1480 deviam existir os dois concelhos de Angra e Praia, que naturalmente se separaram com a divisão da Ilha Terceira nas duas capitanias donatárias em 1474.

A primeira referência que se encontra é a carta de 7 de Fevereiro de 1504 dada por D. Manuel a Thomaz Pires nomeando-o cirurgião da Praia, a qual, pela sua importância, será reproduzida do *Arquivo dos Açores* quando tratarmos do que se refere àquela parte.

Não se distancia muito a data da carta concedida para outro exercer a profissão em Angra. Delas partindo organizaremos a relação em separado com todos os nomes que encontrarmos exercendo a profissão respectivamente para — *a parte de Angra* — e para — *a parte da Praia* — como dizem os documentos primitivos.

Na parte de Angra

Certos que a relação dos nomes que conseguimos encontrar é muito incompleta no primeiro século do povoamento e naturalmente com apreciáveis deficiências no segundo, julgamos no entanto que seria mais elucidativo grupar por centúrias e pela actividade especial de cada indivíduo os dados que se encontram.

Quanto possível, obtem-se assim na sequência dos anos uma seriação de profissionais que nos dão conhecimento da sua existência em verdadeira conjugação de actividade com o desenvolvimento das populações a partir do povoamento. E tudo isso por pouco que fôsse, o que não é, até como expressão de vitalidade, é continuação de vida, de fixação, de posse nacional.

NO SÉCULO DE QUINHENTOS

Diogo Gonçalves, morador em a Vila de Angra da Ilha Terceira, é o primeiro que encontramos a servir nesta parte, com carta de cirurgião passada por D. Manoel a 6 de Outubro de 1515, do seguinte teor :

D. Manoel, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que conhecendo nos de Diogo Gonçalves morador em a villa d'Angra da Ilha Terceira, que ho fará bem e como cumpre a nosso serviço e proveito do povo e querendolhe fazer graça e merce avemos por bem e lhe damos licença e lugar que daquy em diante elle use e possa usar da ciencia e arte de ssollorgia por todos nossos reinos e senhorios sem embargo de quaesquer leis e ordenaçõens que hy aja em contrairo por quanto fomos certos por o doutor Diogo de Faria nosso sollorgiam mor a que ho nos mandamos enxeminar em ella he idoneo e pertencente pera usar e participar da dita ciencia e arte de sollorgia e porem mandamos a todos Coregedores, juizes e justiça, alcaides, meirinhos e ofeciais e pessoas a que esta nossa for mostrada e o conhecimento della pertencer que daqui em diante o leixem usar da dita ciencia e arte de sollorgia e porem mandamos a todos Coregedores, juizes e justiça, alcaides, meirinhos e ofeciais e pessoas a que esta nossa for mostrada e o conhecimento della pertencer que daqui em diante o leixem usar da dita ciencia e arte de ssollorgia ao dito Diogo Gonçalves per todos nossos reinos e senhorios e o nom prenam nem mandem prender nem lhe façam por ello nenhum desaguisado nem ssem rezam ssem duvida nem embargo algum que a ello lhe seja posto, outrossy vos mandamos que quaesquer pessoas que usarem da dita sselorgia sem pera isso terem nossa carta ou licença pera que o devam de fazer de nosso sselorgiam mor os prendaes requerendo-vol-o elle dito Diogo Gonçalves da nossa parte e os nom ssolteis ssem nossa ou sua licença porque assy o havemos por bem e he nossa mercee, o qual

Diogo Gonçalves jurou em a nossa chancellaria aos santos evangelhos que bem e diretamente e como deve obre e use do dito officio da sselorgia a serviço de Deos e nosso e bem do povo. Dada em a nossa cidade de Lisboa a 6 dias do mes d'Outubro, el Rey o mandou per o doutor Diogo de Faria sseu sselorgiam mor em todos sseus reinos e senhorios. Lourenço Corte Real a fez, de mil e quinhentos e quinze annos.

(Trans. "Arquivo dos Açores", vol. III, pág. 208).

Com esta e as duas cartas já passadas para a Praia, a de Thomaz Pires de 7 de Fevereiro de 1504 e a de Fernão Coelho de 10 de Junho de 1514, a que nos referiremos quando da Praia tratarmos, verificamos assim em 11 anos a existência de três diplomados naturais da Ilha Terceira e embora o privilégio podesse ser usado em qualquer parte do reino, é natural que tivesse sido na ilha. Só com a carta se podia exercer a profissão e outro que o fizesse sem a ter, além da contingência de ser preso pagava ainda trinta dobras de multa.

João Galego, tem carta de 12 de Junho de 1539, concedida por D. João. É morador na cidade de Angra da Ilha Terceira, «o qual com algumas mezinhas de ervas e raizes sabia curar muitas enfermidades de fisica» e feita a inquirição e boa informação da Camara e exame do fisico-mor foi-lhe dada autorização para «que possa curar de fisica na dita cidade de Angra e seu termo somente, mas enquanto a Camara e cidade forem contentes». (Arq. dos Açores, Vol. VIII).

Pela existência destes preciosos documentos verifica-se o cuidado com que se dava a autorização e o que se exigia no exercício da profissão como as cartas sempre mencionam — «confiando que o fará bem e como compre a serviço de Deos e meu e saude do povo». Assim se conclue que desde o início do povoamento eram exigidos os diplomas profissionais. Que outros mais existiriam formando a cadeia dos que serviram é natural que assim fosse, havendo apenas a lamentar que se tivessem perdido os seus nomes para a série que se desejaria obter.

No SÉCULO DE SEISCENTOS

ORGANIZAÇÃO MILITAR

No que respeita a este século, é de tal modo influente o movimento militar que se desenrola na Ilha Terceira, durante e depois das lutas da Restauração, que não é possível separá-lo do que se relaciona com a vida da população. No caso que tratamos igualmente a tem e grande, tanto que se não diferenciam a maior parte das vezes os que tratam dos militares dos que tratam da população.

A posição importante que a Ilha Terceira tivera sempre no campo de apreciação e utilização militar, a série de sucessos que se desenrolam desde o início do seu povoamento, são tais, que levam já à suspeita ter então existido uma disputa de predomínio entre Portugal e a Flandres.

A própria preferência que lhe fora dada para nela se construir a fortaleza de S. Filipe, uma das maiores do seu tempo, a qual não era mais que a protecção necessária à base marítima indispensável à rota e escala das navegações, tudo isso criou circunstâncias que fizeram desenvolver organizações militares, nas quais não ocupava posição de menor importância o Hospital Militar da Boa Nova, construído propositadamente e ao mesmo tempo que a fortaleza para servir os militares e com o relevo da organização precisa à função que lhe fora dada.

Não admira portanto que seja na organização militar que se seguiu à Restauração, que vamos colher dados importantes sobre a assistência aos doentes, quer aos militares, quer à população, pois depreende-se que muitos dos profissionais que vamos encontrar distribuíam a sua actividade pelos dois meios.

A chave dessa organização no que respeita ao tratamento dos doentes militares é regulada pelo «Regimento para o Governador do Castelo de S. Filipe» dado a 14 de Agosto de 1642 pelo General António Saldanha que viera com poderes especiais na armada de socorro para organizar os serviços públicos depois da rendição do Castelo, a qual se efectuou a 7 de Março de 1642.

Nesse regimento que se acha transcrito no Vol. VI do «Arquivo dos Açores», encontram-se normas precisas de organização, dotação em pessoal e meios administrativos, que indicam já grande experiência em serviços desta natureza, mas vinha a recomendação formal — «com a menor despesa que for possível, como pede o estado das cousas presentes e necessidade em que se acha a fazenda de Sua Magestade pelas muitas despesas feitas na guerra passada».

Assim prescrevia descontos para o Hospital da Boa Nova a todo o pessoal incluindo as próprias praças da guarnição, fixadas em número de 300 e ainda ao mesmo era concedido o rendimento privativo — «do Real de agua que se paga ao açougue deste Castelo, aplico e hei por bem applicalo para as despesas do Hospital delle, havendo respeito a proceder dinheiro dos mesmos soldados que se hão de curar no dito Hospital.»

O pessoal técnico era constituído por um médico, um cirurgião e um barbeiro sangrador. Dois capelães, maior e menor, tinham o encargo de administrar os sacramentos e acudir no Hospital dizendo missa pela alma dos que faleciam.

Era tão importante e a tudo sobrelevava a assistência religiosa, que o médico e cirurgião tinham de vencimento mensal 2\$000 rs. ou seja metade do que recebia o capelão-mor e menos 1\$000 rs. do que tinha o menor. O barbeiro sangrador ganhava o mesmo que o médico e o cirurgião, mas ia-se queixando das sangrias que eram muitas e das barbas a fazer aos 300 soldados e demais pessoal do Castelo, que lhe não deixavam um momento de repouso.

Qual o pessoal que durante o período castelhano serviu no Hospital da Boa Nova, que assim foi sempre designado, não encontramos qualquer referência, mas é de presumir que as coisas se passassem identicamente. Só se encontra noticia nas condições de rendição do Castelo de um licenciado João Quisarro que é de supor fosse médico dos castelhanos.

O carácter universal da ciência, os mesmos costumes, a própria legislação militar, não levantaria diferenças de maior. É de pensar que os próprios médicos e cirurgiões da cidade fossem os que faziam o serviço no Castelo, como a seguir verificamos depois da Restauração. Mas se esta conclusão tiramos pelos regis-

tos lançados nos livros da Camara e no «Registo do regulamento para o Governador do Castelo de S. Filipe», nada encontramos anteriormente.

Sobre a nomeação do pessoal na organização dos serviços após a rendição do Castelo, encontram-se no referido livro de «Registo» dados muito interessantes concludentes sobre a capacidade do meio e a par referência a recompensas dadas aos que mais se distinguiram na luta, o que merece registo e mencionaremos sempre que o encontramos, recordando a participação popular na luta de libertação que foi o cerco ao Castelo, o que é vida, é história, é a continuidade da mesma acção de fixação e de domínio português na ilha que se inicia no povoamento.

Que se entrou logo em plena organização, prova-o a nomeação do P.^e António Teixeira para primeiro capelão-mor, a 31 de Maio de 1642, antes portanto da publicação do Regimento.

Não será forçado concluir que o Hospital continuara em funcionamento tratando dos feridos na luta. As referências aos nomeados assim o traduz. Legalizava-se o que fora situação forçada durante o período de combates.

A posse é dada pelo próprio capitão-general de mar e terra António de Saldanha — «sob meu sinal somente» — tais os poderes de que viera investido, a qual se realizou na igreja do Castelo de São Filipe do Monte do Brazil, com a invocação de Santa Catarina de Sena, constando do respectivo termo — «porque em todo o tempo que esteve o cerco e sitio deste Castelo, assistio com grande trabalho e zelo do serviço de Sua Magestade em todas as ocasiões que no dito sitio se ofereceram, assim em assistir nas trincheiras, onde mais necessario era como em tratar (com grande virtude sua) dos feridos e mortos que no dito sitio houve, assinando e trabalhando nas covas que se fizeram para defença do dito Castelo dando exemplo a muitos para que o fizessem e por tambem haver servido de Capelão-mor da Armada que andava na guarda da Costa desta cidade e por expor suas partes e virtudes merecedor de toda a mercê que sua Mag.^{de} foi servido fazer-lhe, hei por bem de lhe fazer mercê em nome do dito Senhor Capelão-mor da gente de guerra e confessor... em que haverá a praça de quatro mil reis cada mez.»

Era uma justissima recompensa, mas tambem um magnifico louvor pelos serviços prestados na guerra e para efectivação da posse do cargo tomou conta das chaves da porta da igreja e sacristia, abriu e fechou as ditas portas e subindo ao altar levantou em suas mãos um calice, casula, missal, galhetas e mais coisas do culto.

O capelão-menor, só é nomeado a 18 de Agosto do mesmo ano de 1642 depois da publicação do Regimento de 14 deste mês. Para o cargo que acumulava com o de administrador do Hospital foi nomeado o *P.^o Sebastião Rodrigues da Ponte*, gosando «de todos os privilégios, liberdades, izenções e franquezas que lhe são concedidas e de que gosam os Capelães dos Exercitos de Sua Mag.^{de} e haverá o soldo e socorro que lhe é consignado.»

Eram de facto os capelães os administradores dos Hospitais e ainda nas Ordenanças Militares de 15 de Dezembro de 1643, pedidas por D. João IV a Joannes Mendes de Vasconcelos, que era autoridade consagrada em ciência militar e se encontram transcritas na «Historia do Exercito Portugues, Provas» de Cristovam Aires, se especificava que o cargo de administrador — «era officio que se deve prover em sacerdote, clérigo, ou pelo menos pessoa de letras e tonsura, abastado de bens de fortuna para que a necessidade o não obrigue a fazer cousa indigna no meneio do dinheiro que entre em seu poder para se distribuir na cura dos enfermos».

Qual a competência com que a administração era conduzida não se encontra referência, mas cinco meses depois, a 1 de Fevereiro de 1643, era nomeado administrador do Hospital deste Castelo — «sem soldo algum o alferes João da Costa Pereira para que os doentes que se ai hão de curar nele sejam providos de todo o necessario e com a limpeza que se deve.» O capelão-menor continuava ao serviço só sendo substituído em Abril de 1646.

Nas pesquisas feitas para organizar a série dos nomes de todos aqueles que como médicos, cirurgiões ou sangradores, exerceram a profissão neste século, só a partir de 1620 encontramos referências e elas cifram-se às que em alguns dos registos da Camara de Angra e sobretudo os que na organização militar, em completa ordenação, se poderam colher. O arquivo da Misericórdia da cidade, relativo a este século, não se encontrou.

Os poucos dados colhidos vamos a seguir ordena-los, agrupando-os nas respectivas categorias profissionais — médicos, cirurgiões, barbeiros, sangradores e boticários.

Pelo interesse que tem igualmente, organizamos a lista de todos os capelães militares que fizeram serviço no Hospital de N.^a S.^a da Boa Hora.

MÉDICOS

Licenciado Jorge Carlos, tinha de salário como médico 30\$000 rs., para «curar os pobres miseráveis de graça». Em 1622 era já falecido. Serviu na Câmara de Angra como o indica a deliberação de 9 de Agosto de 1622, que autorizava por concessão régia ela poder dar ao novo médico a contratar aquele mesmo salário, mas era condição para a nomeação ser cristão velho.

Encontramos igualmente este nome servindo na Praia em 1608 a quem a Câmara paga também um salário. Da referência conclue-se que fez primeiro serviço na Praia.

Licenciado Fernão de Lemos, a quem é dado este partido médico a 18 de Junho de 1624.

Contudo, não obstante aquele favorecimento régio devia haver falta de médicos porque a 6 de Outubro de 1644, ou seja 20 anos depois da nomeação deste licenciado Fernão de Lemos, a Câmara de Angra era autorizada a aumentar o vencimento do médico para 50\$000 anualmente, porque pelos 30\$000 rs. que se pagavam não havia quem no partido quizesse permanecer e na cidade residir, autorização que fora concedida em vista do que informava o desembargador Manoel Figueira Delgado — «que ha alguns anos que a dita cidade não tem médico de préstimo por razão do pouco ordenado que a Camara lhe dá era mui necessario acrescentar-se e a Camara tinha rendas de que se podessem dar ao médico os cincoenta mil reis».

Já existia então em funcionamento com a rendição do Castelo dois anos antes e a nova organização militar do Hospital da Boa Nova, maiores facilidades de tratamento, mas não havia separação

entre o pessoal que trabalhava num e outro lado. A Câmara precisava criar condições favoráveis e para isso tendia a deliberação.

Manuel de Sousa Benevides, exerce a profissão em Angra como o cita o Dr. Henrique Braz a pág. 10 do seu livro «Ruas da Cidade», servindo de testemunha numa escritura feita a 20 de Agosto de 1641. Não encontramos o seu nome nos registos oficiais consultados.

Licenciado João Quissarro, seria médico? E' um nome que encontramos com o dr. Francisco Salinas.

Dr. Lopo Moreno Dias, é o primeiro médico nomeado para o Castelo e Hospital da Boa Nova, depois da Restauração a 4 de Junho de 1644.

Aparece assim o Dr. Lopo Moreno Dias, 4 meses antes da data de 6 de Outubro de 1644 em que a Câmara é autorizada a elevar de 30\$000 para 50\$000 rs. o vencimento do médico, por não haver quem quizesse permanecer na cidade. Pela redacção da nomeação conclue-se que veio propositadamente de combinação com a Câmara — «pela falta que havia de médico neste Castelo e nesta cidade, foi chamado de meu mandado e dos oficiais da Camara o referido Doutor natural do Porto donde veio a esta Ilha para se lhe darem os partidos dela e dêste Castelo, por ser necessario nela o dito médico e é-lhe aumentada a praça com o soldo de 3\$000 rs. por mês que é o que me parece que se lhe deve».

Conclue-se por estes dizeres que não havia então mais nenhum médico na cidade e a mesma falta se devia estender a todas as outras ilhas porque a 10 de Junho de 1659, 15 anos depois, é dada licença por 20 dias ao Dr. Lopo para ir ao Faial ver o Capitão-mor e governador do Pico — «porque se achava ás portas da morte sem haver quem o remediasse».

Licenciado Melchior Tenreiro de Pina, sucede ao Dr. Lopo Moreno Dias 18 anos depois da vinda deste e noticia da sua morte. Tinham-se passado 18 anos quando toma posse do cargo de médi-

co do Castelo e Hospital da Boa Nova a 10 de Fevereiro de 1662 e no respectivo registo encontra-se a referência — «que concorrendo na sua pessoa, medico aprovado pela Universidade de Coimbra, cristão velho sem rasa nem labeo, todas as partes necessarias para haver de servir bem o dito officio». Neste serviço militar tinha ao mês o soldo de 2\$400 rs. em dinheiro e seis alqueires de trigo ou «seis tostões por eles».

Nos registos da Camara encontra-se o seu nome como médico do partido a partir de 1650, o que leva a admitir que desde esta data a 1662, em que morre o Dr. Lopo Moreno, existiam dois médicos na cidade.

No partido da Camara e por alvará real de 1 de Agosto de 1657 foi a Câmara autorizada a pagar-lhe dos seus rendimentos mais 20\$000 rs. além dos 30\$000 rs. que já tinha e como se pagava ao outro médico Dr. Lopo, mas com a condição de não ficar precedente e se justificava no caso porque viera com a sua casa e familia ha 7 anos, a chamado dos officiais da Câmara, mas ficava com a obrigação de curar os pobres de graça.

Faleceu em 1669, 19 anos depois de ser nomeado para a Camara e 7 para o serviço militar.

Dr. Bernardino Pessoa de Almeida, é nomeado a 31 de Março de 1669 para o Hospital da Boa Nova e Castelo. Já era médico do partido da Câmara mas cinco anos depois deixa o cargo por ter embarcado para o Brasil.

Dr. Francisco Mendes Pedrosa, é nomeado a 19 de Outubro de 1674 para o serviço militar, mas não encontramos o seu nome no partido da Câmara. Deduz-se que continuava a haver pouco interesse pelo exercício da profissão na ilha e tanto se notava a falta de profissionais que a Câmara de Angra, a 10 de Março de 1670, instava junto do Príncipe Regente, o que este defere a 15 de Abril, para se mandar vir do Brasil o Dr. Bernardino Pessoa de Almeida, prometendo-lhe o partido de 50\$000 rs. como fora resolvido e estava vago pelo falecimento do L.^{do} Melchior Tenreiro «para assistir e curar na dita cidade e aos pobres de graça».

O desacordo que se encontra entre as duas datas citadas da

nomeação em 1669 do Dr. Bernãrdino Pessoa e da instância ao Príncipe Regente para o aumento do seu vencimento em 1670, coaduna-se perfeitamente com a circunstância do médico já residir no Brasil antes de 1669 e para lá voltar depois em 1674 dando vaga para a nomeação do Dr. Francisco Pedrosa.

Depreende-se que não devia correr propícia aos médicos a sua permanência na ilha. Tres anos depois da sua nomeação e sem notícia deste ter falecido, é dada posse ao novo médico.

Licenciado Manoel de Andrade de Oliveira, que toma posse a 15 de Outubro de 1677 — «por estar vago o lugar de médico, por não haver nesta cidade e ilha nenhum médico e porque de proximo ha vindo a ela por ordem do Senado da Camara, médico aprovado em medecina e que foi lente nesta ciencia na Universidade de Coimbra».

A referência indica que a Câmara se não pouparia a deligências e despesas para remediar o caso e se de facto se tratava dum ente da Universidade, o esforço não era pequeno. O que se continuava a verificar é que a situação se mantinha apenas com estas breves soluções na provisão do cargo.

Licenciado Manoel de Vasconcelos D'Afonseca é nomeado dois anos depois, a 23 de Outubro de 1679, para o serviço do Castelo e Hospital, por ter falecido o L.^{do} Manoel de Andrade e no alvará fazia-se a seguinte referência — «por não haver nesta cidade e ilha nenhum médico e por ser médico aprovado em medecina pela Universidade de Coimbra».

Era igualmente médico do partido da Câmara e a sua posse tem a data de 22 de Setembro de 1678, com a indicação que a carta de médico lhe fora dada em Coimbra a 20 de Maio do mesmo ano, certificando o Reitor — «que Manoel de Vasconcelos D'Afonseca, natural da Ilha Terceira, Bispado de Angra, médico, tem cursado nesta Universidade, na Faculdade de Medecina seis cursos de oito mezes cada um, dos quais cinco lhe foram necessários p.^a se fazer Bacharel formado como mostrava por sua carta e o outro mais ouvindo as lições da sua obrigação conforme aos estatutos desta Universidade como me constou por certidão de

Livros, que foi roto ao afirmar desta, e no fim do sexto ano fez sua aprovação aos 20 de Maio de 1678 e foi aprovado por notas — nemine discrepanti.»

Faleceu em 1710 e morava na Rua dos Cavalos.

Dr. Melias Henriques, por ordem do Governador do Castello, a 27 de Setembro de 1687, ou seja 8 anos depois, é nomeado para prestar serviço alternando cada seis meses com o L.^{do} Manoel de Vasconcelos, vencendo cada um metade, 18\$000 rs. com o seguinte fundamento — «constar que ha dois nesta cidade os quais ambos tem partido da Camara, da Misericordia do Hospital da cidade, dos Conventos e casas particulares, para mais facil ou comodamente servirem aos enfermos e porquanto convem ao serviço de Sua Mg.^{de} e ao bem e utilidade dos soldados doentes do Hospital e Castello.»

Seria provavelmente condescendência do governador para estimular a permanência de mais um médico na ilha. Depois não encontramos mais nenhuma referência a este clínico.

A permanência dos médicos não encontrava solução e a tendência a agravar-se era uma constante ameaça. Por outro lado, os médicos contratados, provavelmente já velhos, cansados de clínica noutros meios, faleciam ao fim de curta permanência na ilha como vimos verificando. No intuito duma solução estável a Câmara a 25 de Novembro de 1698, ou seja 11 anos depois, toma uma deliberação que é a instituição duma verdadeira bolsa de estudos.

Para isso pede provisão a El-rei, que lhe é autorizada, para dar a pensão de 30\$000 rs. a Luis Pereira da Silva para — «estudar em Coimbra na Faculdade de Medecina, por ser muito pobre e de utilidade que se seguia para a cidade com o regresso que o supradito havia de fazer á ilha e se não voltasse seria obrigado a endenizar a dita Camara de todo o dinheiro recebido».

Em 1701 encontra-se referência a um mandado de pagamento desta quantia ao mesmo Luis Pereira — «que tanto lhe da o Senado em cada um ano para andar em Coimbra aprendendo para médico», mas o facto é que não se encontra nos registos nenhu-

ma outra notícia sobre a conclusão do curso e exercício da profissão na ilha.

CIRURGIÕES

O cirurgião era um profissional com carta, a qual era passada perante exame a um júri. Não era exigido curso universitário. A aprendizagem limitava-se a prática com outros do mesmo mister. Como é natural, o seu número é muito maior que o dos médicos e na falta destes também tratavam dos doentes de medicina e mesmo que não faltassem, como hoje o fazem os curandeiros.

Neste século encontramos os seguintes nomes :

Gaspar de Castro, filho de Manoel de Castro, natural de Lisboa, regista a sua carta de cirurgião na Câmara de Angra a 9 de Julho de 1620, carta que lhe fora dada em Lisboa a 16 de Janeiro de 1620.

Manoel Rabolo, filho de Pascoal Teixeira, natural da Ribeira Grande, aprendeu cirurgia no Hospital Real de Todos os Santos, tem carta a 13 de Setembro de 1635, a qual é registada na Câmara de Angra a 23 de Novembro de 1638.

É também do partido da Câmara e é natural que desde o registo da sua carta vivesse na cidade. Por alvará de 20 de Março de 1653 é nomeado cirurgião do Castelo e seu Hospital. Residiria então ha 15 anos na cidade e tinha carta ha 18. O seu vencimento no serviço militar era de 2\$400 rs., e 6 alqueires de trigo ao mês: na Câmara tinha 12\$000 rs. ao ano. A 20 de Março de 1651 e antes de ir substituir o Salinas no serviço militar, a pedido dos oficiais da Câmara foi esta autorizada por alvará real a pagar a um «surgião» aquela quantia cada ano com a especificação «para curar os pobres».

Francisco da Silva Freire, é o cirurgião que depois da Restauração faz primeiro serviço no Castelo e Hospital da Boa Nova, mas não encontro notícia da sua nomeação. Exerce o cargo até 1652 data da sua morte e tudo leva a pensar já no tempo dos cas-

telhanos exercesse iguais funções que acumularia com serviços civis.

Francisco Salinas, é nomeado a 18 de Janeiro de 1652 por morte do cirurgião Freire — «por nele concorrerem todas as qualidades precisas» e ainda por «ter servido muitos tempos neste Castelo e Hospital da Boa Nova depois da aclamação, acudindo aos soldados com grande cuidado só por sua bondade sem disso receber prêmio algum».

Mais antigo como cirurgião diplomado era Manoel Rabolo, mas foi dada a preferência a Francisco Salinas, que de começo era barbeiro sangrador e exercia a profissão naturalmente sem carta. Seria apenas um prático e estimado no meio, porque verificamos que só tira a carta de sangrador em Lisboa perante o físico de Sua Magestade e cirurgião mor Dr. Francisco Borges de Azevedo a 15 de Abril de 1643 e a seguir, a 9 de Julho de 1644, igualmente em Lisboa a carta de Cirurgião — «porquanto o tinha aprendido com surtições aprovados e praticado por muito tempo em varios lugares e hospitais e no meu Hospital Real de Todos os Santos desta cidade por tempo de nove mezes, ser examinado e aprovado». Estas cartas são registadas na Câmara em 1 de Setembro de 1643.

Assim, só 6 anos depois de Manoel Rabolo ter registado a sua carta na Câmara de Angra e entrado em exercício, é que Francisco Salinas legaliza a sua situação profissional. É natural que já exercesse a profissão ha muito e quando entra em funções oficiais só tinha carta de sangrador ha 9 anos e de cirurgião ha 8.

Por um registo na freguesia da Sé, 23 anos antes da sua carta de sangrador, a 23 de Maio de 1620, realisa o seu casamento — Francisco Salinas filho de Andre Salinas e de sua mulher Isabel Guomes, fregueses de N.^a S.^a da Conceyção desta cidade com Ana Pires, filha de André Pires e de sua mulher Margarida Gonçalves.

Com estes dados, casado ha 32 anos antes de entrar para o serviço do Castelo, é natural que tivesse mais de 50 anos. Um ano depois da nomeação falecia.

Nas condições estabelecidas para a capitulação do Castelo encontra-se referência a Francisco Salinas e ao licenciado João

Guisarro para lhe serem entregues como pessoas de designação do Castelo «fazendas, moveis e semoventes no estado em que se acharem em ser ou depositados».

Prestaria serviços aos soldados castelhanos? A fama que tinha, embora sem carta, permito aceitar que iria ao Castelo exercer a profissão.

Na sua carta de sangrador é-lhe permitido, como o era a todos — «sangrar, sarrafassar ventozas, e tirar dentes», mas havia a condição comum a todos — «não sangrará sem licença de médico ou surgião aprovado com pena de 12\$000 rs. metade para o surgião e a outra metade para quem o acusar».

Se a rua do Salinas tinha o seu nome como consagração da sua actividade é porque foi pessoa de apreciavel importância. Devia ser um bom práctico, exercendo a profissão sem carta e só a tira depois de Manoel Rabolo vir para a ilha. Já em 1703 a rua tinha aquele nome ou seja 50 anos depois da sua morte. Depois de ter a carta de cirurgião só viveu 9 anos.

O apelido Salinas hoje desaparecido da ilha continua pelo menos até fim do século de setecentos como o encontramos em alguns registos de outras profissões, alfaiates, etc.

Manoel Martins, é cirurgião aprovado e a 8 de Outubro de 1655, dois anos depois da nomeação do Rabolo, por alvará real daquela data entra ao serviço do Castelo.

Alvaro de Araujo, que era do partido da Câmara, depois da morte do Manoel Rabolo, é nomeado para servir no Castelo a 5 de Fevereiro de 1667. Exerceu a profissão na cidade durante 32 anos e fez serviço no Castelo durante 14.

João do Prado Ribeiro, é nomeado e aparece a fazer serviço a seguir a Alvaro de Araujo, mas não encontro a data da sua nomeação.

António Lucas de Almeida, cirurgião, morador na cidade, é nomeado para substituir na Câmara Alvaro de Araujo a 5 de Abril de 1668. Passados quatro anos era falecido como indica a nomeação seguinte.

Domingos da Rocha, é nomeado a 26 de Fevereiro de 1672. Tinha carta de cirurgião passada em Lisboa a 8 de Novembro de 1668—«D. Pedro etc. faço saber que Domingos da Rocha, filho de Bras Lopes, natural da Ilha Terceira e nela morador, no lugar de Porto Judeu, me enviou a dizer que ele queria usar da arte deurgia porquanto a tinha aprendido e praticado na dita Ilha por tempo de 3 anos e para efeito de se aperfeiçoar na dita arte deurgia veio ao Hospital Real de Todos os Santos desta cidade de Lisboa donde continuou com grande cuidado lançando mão das mais dificultosas e trabalhosas curas que nele havia o que fazia com grande aceio e perfeição aplicando os remedios convenientes para as tais curas que se ofereciam.» Assim o mandou examinar pelo júri dos cirurgiões sendo aprovado.

Por alvará da Câmara de 26 de Fevereiro de 1672 recebia 12\$000 rs. ao ano, como o anterior Cirurgião Lucas de Almeida.

Manoel Lopes, é nomeado a 22 de Julho de 1674 cirurgião para o Hospital da Boa Nova, por se ter ausentado João do Prado Ribeiro a quem já fizemos referência e do qual não encontramos a data da nomeação.

Em 1701 é do partido da Câmara e em 1704 é substituído tendo assim permanecido ao serviço do Hospital cerca de 30 anos.

António Coelho de Lemos, exerce a profissão na cidade. Tinha carta de sangrador de 27 de Setembro de 1663 e a de cirurgião de 30 de Outubro de 1681. Levara assim 18 anos a preparar-se para subir duma categoria à outra.

A transição de barbeiro sangrador para cirurgião não devia ser grande no que respeitava ao exercício profissional, porque não só o vencimento era o mesmo, como também verificamos que indiferentemente se exercia uma ou outra profissão.

Antonio Linhares que tinha carta de cirurgião aprovado, é nomeado a 20 de Setembro de 1684 sangrador do Hospital da Boa Nova e barbeiro do Castelo, por ter tido baixa, por incapacidade, o barbeiro sangrador Gonçalo Ferreira, o primeiro que encontramos.

Bastante o justificaria o decurso dos anos; nomeado então em

1642 como adeante indicamos, permaneceu ao serviço tanto como 42 anos de pleno exercício.

Cristóvão Soares, filho de Luis Fernandes, natural da Ilha Terceira, é outro cirurgião a quem D. Pedro concede carta em 14 de Setembro de 1682, o qual tinha frequentado o Hospital Real de Todos os Santos e feito exame.

BARBEIROS SANGRADORES

Mestre barbeiro sangrador era a verdadeira designação. Eram auxiliares dos médicos e cirurgiões, mas é natural que fossem além no tratamento dos doentes.

Tinham carta para sangrar, deitar ventozas, sanguessugas, tirar dentes, com as restrições impostas como vemos na carta de Francisco Salinas. Sangrar era então muito importante, chave de todo o tratamento como maneira de extrair do sangue as doenças.

Eram igualmente barbeiros, mas para esse exercício profissional não me parece que fosse preciso carta.

Em virtude do papel importante que desempenhavam no tratamento dos doentes, damos a seguir a relação dos nomes que encontramos.

Gonçalo Ferreira, é nomeado barbeiro sangrador do Castelo por alvará de 17 de Agosto de 1642. É o primeiro depois da Restauração.

É substituído a 20 de Setembro de 1684 por incapacidade física. Eram 42 anos bem justificados de serviço.

Bartolomeu Camelo, filho de Amaro da Costa, natural e morador na Ilha Terceira, tem carta passada em Lisboa a 12 de Março de 1640 — «para que ele possa sangrar e sarrafassar, lansar ventozas e tirar dentes em todos os reinos e senhorios por ter sido examinado pela junta do cirurgião-mor de Sua Mag.^{de} e dois barbeiros, mas não podia sangrar sem licença do médico ou surgião aprovado sob pena de dois mil rs. a metade para o surgião e a outra metade para quem o acusar.» É do partido da Câmara.

António Coelho, filho de Sebastião Rafael, tem carta de sangrador-barbeiro passada a 8 de Julho de 1678, dada pelo Dr. António Ferreira, fidalgo da Casa de Sua Alteza e médico da sua Câmara Real e seu surgião-mor — «para que ele possa curar de siurgia nos casos simples, chagas e apostemas leves geralmente e nas penetrantes compostas para a primeira cura o não irá por deante sem siurgião aprovado com o qual assistirá e por ter sido examinado».

É provavelmente o mestre sangrador-barbeiro António Coelho de Lemos, a que se refere o Dr. Henrique Braz a pág. 11 do seu livro *Ruas da Cidade*, comprando casas em 1663 na Rua da Olaria.

O Dr. H. Braz encontra-o igualmente a servir de testemunha numa escritura de 11 de Junho de 1680.

Manoel Freitas, é sangrador no partido da Câmara em 1680.

Manoel Ornelas, tem carta de sangrador-barbeiro, dada em Lisboa a 24 de Outubro de 1692, registando-a na Câmara a 14 de Fevereiro de 1693.

Sebastião Rodrigues Gato, é nomeado sangrador e barbeiro do Hospital da Boa Nova e Castelo em 23 de Março de 1694. Tinha carta desde 16 de Janeiro de 1693.

BOTICÁRIOS

Assim se chamavam todos os que vendiam hervas, mezinhas, unturas, etc., tudo que era empregado no tratamento dos doentes. Eram elementos importantes nesse objectivo e como muitos encontramos exercendo a profissão a eles igualmente nos referimos.

Como para todas as outras profissões era necessária carta, mas nas referências colhidas alguns dos nomes citados eram de simples práticos que com outros haviam aprendido.

Conservamos a mesma designação porque a de pharmaceutico só aparece no século XIX com o desenvolvimento da química.

João de Sousa Fagundes, é o nome dum boticário que existia na cidade com provisão de 19 de Outubro de 1626 e com 10 cruzados do partido cada um ano.

Simão Ferreira, intitulado mestre Simão que existia igualmente na cidade e com o qual aprendeu João Lucas do Vale, adeante mencionado, como se refere na sua carta de 21 de Março de 1680.

João da Costa, boticário, é nomeado a 31 de Julho de 1643, com o ordenado de 4\$000 rs. cada mês, para dar — «as mezinhas, para os doentes que se curarem no Hospital do dito Castelo por receita do surgião-mor e médico e aos oficiais maiores que necessitam destas mezinhas (a estes só em sua casa) a todos os outros no Hospital».

Não mencionava o «Regimento do Governador do Castelo» a existência de boticário entre o pessoal que prestava serviço no Castelo e no Hospital da Boa Nova, mas a necessidade seria manifesta.

A nomeação fora feita pelo Governador do Castelo, mas seis meses depois era anulada por determinação real.

Luis Gomes da Costa, por alvará de El-rei de 16 de Fevereiro de 1644, é nomeado boticário do Hospital da Boa Nova com o formidável fundamento que a seguir se transcreve, fazendo-se-lhe justiça e reparando a falta que ele expoz ao ter sido preterido ou esquecido a tão pouco tempo dos serviços que havia prestado nas lutas do cerco ao Castelo e que eram do valioso fundamento que o alvará real agora revelava — «tendo consideração ao que se me representou por parte de Luis Gomes da Costa acerca dos serviços que me fez no discurso do tempo que durou a guerra da Ilha Terceira, até á Restauração do Castelo de San Filipe dando a sua custa todas as medecinas necessarias para os soldados feridos, pobres da Misericordia e Castelhanos rendidos, e acudir com suas armas, entrando e saindo de Guarda nas ocaziões que se ofereceram sem soldo algum» serviços que levara o General António de Saldanha a nomea-lo boticario do dito Castelo e agora se recor-dava.

O alvará fechava do seguinte modo - «hey por bem e me praz de lhe confirmar a patente do officio de Boticario da guerra do dito Castelo com declaração que será sem soldo e que as medicinas se lhe pagarão pelos preços corrente.»

Não era novidade, a tão pouca distância de episódios de tal valor na luta contra os castelhanos, ir esquecendo o ardor dos que com maior sinceridade melhor se bateram pela causa, o que a tempo vinha corrigir e lembrar a justiça real com esta magnifica citação e reposição em verdadeiro e justo destaque.

Já não devia ser novo o ardoroso combatente, pois colho a notícia da sua morte em 1652, oito anos depois, o que a não ser por doença aguda, na mediania usual da existência indica-nos que o seu ardor patriótico o levara a combates com idade já avançada.

Luis D'Afonseca Castilhos, por alvará de 3 de Setembro de 1652 e por falecimento do seu padraсто Luis Gomes era nomeado para servir nas mesmas condições com 4\$000 rs. por mês.

João de Sousa, foi nomeado a 4 de Junho de 1652 «por estar vaga a praça», possivelmente nomeação provisória para ocorrer às necessidades de fornecimento antes da nomeação definitiva por alvará real, mas indicando a sua existência como boticário.

António Alvares de Vasconcelos, é nomeado a 14 de Junho de 1659 por haver falecido Luis D'Afonseca que serve apenas 7 anos.

A nomeação traz a referência elogiosa — «por estar informado da ciencia e partes que concorrem na pessoa do nomeado, boticario de profissão nesta cidade ha muitos anos e não haver nela outro melhor para aver de servir». O vencimento é de 4\$000 rs. por mês com a obrigação de fornecer as mezinhas necessárias — «por escrito do medico e surgião» aos doentes do Hospital e aos officiais que se tratassem fora.

Nota curiosa, é que precisando este boticário ir a Lisboa, ao pedir a licença de dois meses, que lhe é concedida a 27 de Agosto do mesmo ano, junta uma procuração na qual consta que uma

sua irmã o ficaria substituindo por «obrar com toda a perfeição as cousas da botica».

A carta deste boticário foi passada em Lisboa a 18 de Setembro de 1659, o que parece indicar ter ele ido fazer exame neste período de licença. O seu registo na Câmara de Angra é de 29 de Abril de 1665. Nela D. Afonso, Rei de Portugal, fazia saber que António Alvares de Vasconcelos, filho de David da Cruz, natural da Ilha 3.^a, cidade de Angra, lhe enviou dizer que depois de ser latino aprendera a Arte de Boticario por espaço de quatro anos com mestres doutos e exercitados e porque queria uzar a dita arte e officio lhe pedia licença, por isso o «mandara examinar pelo seu fisico mor com os outros fisicos e boticarios para isso deputados na teoria, pratica e eleição dos simples e modo de compor e administrar as mezinhas e o achou apto e suficiente e constou aprender o dito tempo e ser de 25 anos de idade», assim lhe mandava passar — «a parte que por ele fora jurada na chancelaria mor para poder usar o officio e assentar botica em qualquer cidade, villa ou lugar de meus Reinos E Senhorios, tirando a cidade de Lisboa onde a não poderá ter, nem abrir sem outra especial licença do fisico mor. Sob pena de multa de 30 dobras de banda era obrigado a ter Regimento assinado pelo fisico-mor, não excedendo os preços dele e não podia dar mezinhas solutinas ou purgativas, ou piolas, nem qualquer outras fortes e perigosas sem Registo de officio aprovado e assinado por eles as quais o dito boticario dara por si mesmo ou por criado examinado e aprovado pelo fisico mor e nas mesmas receitas porá o preço porque as vendeo por sua lettra e não por breve e as terá em fio é guardará até serem vistas pelo fisico mor sob as penas conteudas no Regimento e averá as liberdades, honras e percalsos que por razão do dito officio lhe pertencerem».

Não ha dúvida que se acautelavam os interesses do público prevenindo todas as possibilidades de atropelo da parte do boticário e também se verifica que com 25 anos de idade este boticário era já pessoa de mérito profissional.

Francisco Mendes, filho de António Luis e de Clara Serrano, natural de Beja, é outro boticário que no mesmo ano, a 6 de Maio

de 1665, regista igualmente a sua carta na Câmara, a qual lhe fora dada a 2 de Janeiro de 1662 ou seja tres anos antes. O facto é que se não encontra qualquer outra referência a este boticário.

João Lucas do Vale, morador nesta cidade, com carta de boticário, dada em Lisboa a 21 de Março de 1680, é outro que apparece a fornecer medicamentos ao Castelo e respectivo Hospital. Era filho de António Lucas do Vale, natural de Angra, e depois «de ser latino aprendera a arte de Boticário os anos do Regimento com o mestre Simão Ferreira» (atrás citado) e «no exame perante o fisico-mor Dr. Chrispim do Rego, com dois médicos e tres boticários — nemine discrepanti — foi achado apto e sufficiente assim na pratica como na teoria em administrar e compor os simples».

CAPELÃES E ADMINISTRADORES

Intimamente ligado ao tratamento dos doentes havia o serviço religioso e até na parte administrativa dos Hospitaes Militares, como referimos, competia ao clero funções primaciais. A parte clínica limitava-se à prescrição da medicação necessária e no que respeitava aos preceitos internos tudo era directamente dependente da acção dos capelães e administradores.

Igualmente nas Misericórdias o número de capelães encarregados de vários officios e em serviço permanente era apreciavel.

Porque algumas referências encontramos dignas de registo, damos a seguir a relação dos nomes que encontramos, mas sòmente dos que exerceram funções no Castelo e Hospital da Boa Nova. Como já referimos quando este foi posto a funcionar depois da Restauração, os primeiros nomeados foram justamente pessoal religioso.

P.^e António Teixeira, a quem já fizemos referência anteriormente, heroico combatente na lutas da Restauração, é o primeiro capelão nomeado para o Castelo depois da rendição castelhana em recompensa dos serviços prestados.

P.^e Sebastião Rodrigues da Ponte, como igualmente referimos foi o primeiro capelão-menor nomeado depois da rendição.

P.^e Manoel Cardoso Gualarte, é nomeado para idênticas funções e pelo governador do Castelo a 20 de Março de 1646 — «considerando quem necessario é ao serviço de Deus e bom governo do Hospital haver nele um administrador de sã consciencia e que com caridade faça curar os enfermos e ter cuidado deles e porque concorrem todas estas partes na pessoa do P.^e Manoel Cardoso Gualarte e por esperar dele que no dito cargo faça muito serviço a Deus e a Sua Mg.^{de} hei por bem de o nomear».

P.^e Thomé Gomes Coelho, nesse mesmo ano, a 29 de Abril, toma posse do cargo de capelão-menor, por o ter deixado o P.^e Sebastião Rodrigues — «e ser necessario um sacerdote confessor de boa vida e exemplo que nele assista, diga missa aos soldados e lhe administre os sacramentos de que tiverem necessidade».

P.^e Gonçalo Fernandes Aranha, é nomeado a 28 de Julho de 1650, passados 4 anos; porque o P.^e Thomé Gomes Coelho abandonara o lugar passando a capelão da Misericórdia.

P.^e Salvador Ferraz, é nomeado a 10 de Outubro de 1650 capelão do Castelo e Hospital em substituição do herói da revolução e do cerco aos castelhanos P.^e António Teixeira, primeiro capelão, que por não ter saúde era substituído 8 anos depois.

P.^e João Cardoso, é nomeado pelo Governador Capelão-mor do Castelo a 7 de Maio de 1651 e no registo da nomeação encontra-se esta nota curiosa — «pelos serviços que fez a esta coroa antes que fosse sacerdote e por ser filho legítimo do P.^e António Teixeira, que serviu muitos anos de capelão-mor, e está incapaz de o servir».

O P.^e António Teixeira fora naturalmente uma vocação tardia: viúvo com filhos? A franquesa do registo diz uma verdade que não havia por certo necessidade ou conveniência em ocultar.

O filho servira a coroa antes de ser sacerdote; era naturalmente procedimento idêntico ao do pai. Mas, 7 anos depois, a 1

de Novembro de 1658, despedia-se do serviço por impedimento de doença contagiosa e prolongada, não podendo servir por esse facto.

P.^e Miguel de Castro, é nomeado em sua substituição naquela data. Era vice-vigário da Igreja de São Bartolomeu dos Regatos e clérigo do hábito de S. Pedro. Tinha de vencimento por mês 4\$000 rs. em trigo e dinheiro. Em 1674 deixa o cargo sendo nomeado cura da Santa Sé da cidade de Angra.

P.^e Francisco Machado Fagundes, pároco de Igreja Matriz de São Roque da freguesia dos Altares, é nomeado capelão a 15 de Janeiro de 1660. O cargo devia ser trabalhoso porque ao fim de 10 anos dava esta vaga o P.^e Fernandes Aranha.

Conego João Correia d'Avila, é nomeado administrador do Hospital a 10 de Junho de 1660. Também se havia escusado ao fim de 14 anos o P.^e Manoel Cardoso Gulart e — «por ser achacado e muito velho» e justificava o Governador — «quanto necessario é ao serviço de Deos e de Sua Mag.^{de} e do bem da gente paga deste Castelo e bom governo do Hospital de N.^a S.^a da Boa Nova e sua Igreja aver nela um administrador sacerdote de boas partes, suficiencia e de sã consciencia, que com zelo e caridade administre todo no necessario fazendo curar os enfermos e feridos tendo particular cuidado deles como sempre tiveram os administradores que no dito Hospital tem servido assim em tempo de Elrey de Castela como depois da felisse aclamação de Sua Mag.^{de} que Deus Guarde». Por alvará real de 20 de Novembro de 1663 é mandado pagar-lhe 10 cruzados por mês, ou seja 4\$000 rs.

A referência aos serviços do Hospital no tempo dos castelhanos traduz como o suspeitavamos que o sistema usado fosse aproximadamente idêntico.

Além da alta dignidade eclesiástica, o cônego João Correia d'Avila descendia das principais famílias da Ilha Terceira, pessoa de relevo intelectual a quem se atribuía um volume de trabalhos genealógicos, como referimos no estudo sobre a *Fenis Angrence* que publicamos no n.º 3 deste Boletim.

Como relevo da apreciação em que era tido, o alvará real de 26 de Janeiro de 1661, que confirma a sua nomeação, frisa além da — «san consciencia que com zelo e caridade administra e governa, tambem pela consideração dos serviços que me tem feito de 15 anos a esta parte antes de ser sacerdote (outra vocação tardia ?) e depois no socorro e redução do dito Castelo, como nas armadas e fronteiras do Alemtejo com seu irmão Francisco d'Avila, que depois foi para a Bahia aonde morreu queimado na peleja com os holandezes na nau *Rosario* e ha muito estava servindo o Hospital como mordomo».

P.^e Lucas Garcia de Castro, substitue o P.^e Francisco Machado Fagundes a 15 de Junho de 1660, logo 6 meses depois deste nomeado, por ter embarcado para o Reino. É nomeado — «para administrar os sacramentos à infantaria deste Castelo e suas familias.»

P.^e Francisco de Ornelas Pereira, é nomeado a 8 de Janeiro de 1661, mas o serviço não agradava, era fatigante.

P.^e Joseph Lopes, é nomeado capelão-menor dois anos depois, a 23 de Abril de 1662, por estar vago e desistência do P.^e Francisco de Ornelas. É promovido a capelão-mor 12 anos depois a 21 de Julho de 1674. Sobre esta nomeação o Governador tinha informado — «ser merecedor deste exercicio e convir continue aos mesmos soldados com o remedio da saude corporal e particularmente os da alma».

P.^e Francisco Cabral, é nomeado a 17 de Junho de 1664 em substituição do P.^e Joseph Lopes, por este ter ido a Lisboa «tratar dos seus requerimentos» sendo a nomeação deste confirmada no ano seguinte.

O serviço não corria contudo a contento superior, porque a 26 de Junho de 1668, o Príncipe regente escreve ao Governador dizendo que — «foi informado que os dois capelães duvidam administrar os sacramentos dos soldados que no Hospital nele se acham enfermos e de assistirem no espirital as obrigações do

dito mesmo Castelo com fundamento de que no alvará porque fui servido nomear ao Conego João Correia d'Avila por capelão-mor, administrador do mesmo Castelo se declara que como tal acudirá a uma e outra cousa,» acabando por lembrar — «que os Capelães são subordinados deste e ganham para prestar serviços do que quer ser informado se eles o não fizeram».

P.^e Francisco Correia da Fonseca, é nomeado capelão-menor por dois meses, a 22 de Julho de 1674, e logo a seguir, a 20 de Setembro, por mais dois meses. Ao terminar este último prazo é nomeado o P.^e Maldonado a seguir, o que parece indicar a vaga estar reservada para ele.

P.^e Manoel Luis Maldonado, é nomeado capelão-menor a 23 de Novembro de 1674.

Toda a vida do P.^e Maldonado estava intimamente ligada às actividades militares. Seu pai, Amaro Luis, fora nomeado condestavel (sargento de artilharia) a 11 de Novembro de 1642 — «por ser muito bom Artilheiro... havendo respeito a servir a sua Mag.^{de} nas guerras e sitio que se fez a este Castelo». Devia residir dentro do próprio Castelo.

Fora baptizado a 13 de Setembro de 1644 na freguesia da Sé — «filho de Amaro Luis, condestavel do Castelo e de sua m.^{er} Isabel Glz, sendo padrinho Anrique Nolete, escrivão do Castelo».

Por morte do pai, com 26 anos de idade, a 1 de Março de 1670, é nomeado condestavel, por ser filho do anterior e «concorreram nele as partes e suficiencias que se requerem para servir o dito posto». Mas 4 anos depois, a 1 de Outubro de 1674, é nomeado outro — «por estar vago o posto de condestavel deste Castelo por Manoel Luis Maldonado que o era estar ordenado de sacerdote». Tinha então 30 anos e exercera o cargo até à ordenação como natural necessidade de se poder sustentar.

Como vimos, logo a seguir e guardada prepositadamente a vaga, é nomeado capelão-menor a 23 de Novembro, mas a de capelão-mor e administrador só vem 15 anos depois, a 25 de Julho de 1689.

Nos registos das suas nomeações são feitas as seguintes refe-

rências : para capelão-menor — «porque nele concorrem as partes sobreditas e as mais q̃ se requerem para poder servir e ocupar o dito cargo, por ser aprovado para confessor neste Bispado e me constar q̃ o dito assiste actualmente á nove anos nas Escolas Gerais do Colegio da Companhia, assim na Philosophia, como Theologia Moral e ser hum dos bons estudantes daquele Patio»; para capelão-mor — «por ser pregador e confessor geral neste Bispado e por estar servindo de capelão-menor com boa satisfação, como por constar ser a muita suficiencia de seus prestimos e bom procedimento de sua vida e costumes».

A 14 de Outubro de 1711 faleceu e foi enterrado na Igreja da Boa Nova. Tinha portanto 67 anos de idade.

Donde lhe vem o apelido Maldonado, nitidamente espanhol, não conseguimos deduzir por via genealógica. Nem no pai, nem na mãe, se nota qualquer ascendência castelhana, nem o registo do seu batismo menciona padrinho com aquele apelido o que às vezes era adotado.

O pai vivia no meio militar e sendo já artilheiro no tempo das lutas da Restauração é natural que convivesse com castelhanos. Alguns Maldonados aparecem ainda apoz a rendição, depois o nome desaparece de todo.

Seja como for o convívio do P.^e Maldonado com os Jesuítas do Colégio que o ensinaram, com entidades militares de relevo, naturalmente em moço com o Cónego João Correia d'Avila, pessoa de destaque e de erudição genealógica, devem ter contribuído grandemente para a sua preferência por estes estudos.

Cónego António Doeiras da Fonseca, é nomeado por alvará do Príncipe regente D. Pedro, a 28 de Agosto de 1675, para administrador do Hospital da Boa Nova em substituição do Cónego João Correia de Avila que acumulava com o de capelão-mor e neles servira durante 12 anos, mercê que lhe fora dada pelos serviços do irmão Cap. Francisco Pires de Avila — «quer no Alemtejo e armada da Costa, morrera queimado na pleja que teve com os flamengos nas costas da Bahia e por agora se encontra com achaques e doença que o não deixavam acumular os dois cargos e ainda pelo cónego nomeado ser seu parente».

P.^e Francisco Marlins de Santo António, é nomeado a 25 de Julho de 1689, na vaga de capelão-menor deixada pelo P.^e Maldonado. Faleceu em 1706, ou seja 17 anos depois de tomar posse.

Embora os poucos nomes que se seguem digam respeito ao século de setecentos, continuamos a inclui-los nesta série. Com as remodelações administrativas postas em execução a acção dos capelães militares passou exclusivamente ao exercício de funções religiosas e de facto só nas duas primeiras décadas encontramos as nomeações que a seguir apresentamos e que exerceram o cargo com as atribuições existentes.

P.^e Manoel Dias de Lima, é nomeado em substituição do anterior a 10 de Fevereiro de 1706 — «por ser aprovado para confessor e o haver exercitado muitos anos neste Bispado e ter exemplar vida e costumes».

P.^e Manoel Gomes da Costa, dois anos depois, a 1 de Outubro de 1708, é nomeado para o substituir e a 14 de Outubro de 1711, por morte do P.^e Maldonado ocupa o lugar de capelão-mor — «por ser capelão menor ha 4 anos e por ser sacerdote de boa vida e costumes em quem concorrem a ciência e partes necessárias para administrar o dito cargo».

Devia ser pessoa diligente porque a 24 de Julho de 1716, cinco anos depois, pede licença para ir a Lisboa por seis meses, com vencimentos e porque ia — «em serviço de Elrey Nosso Senhor que Deus g.^{de} e do Santissimo Sacramento pois o fim só é dirigido a que se faça a sua casa como sua Magestade tem mandado e ser o necessário p.^a o culto divino que tão falto está de tudo».

Juntamente com a deligência religiosa vinha também a consideração de alguns benefícios pessoais porque expõe ao Rei o limitado soldo que tinha que era de 4\$000 rs. «com muito trabalho e assistencia de todos os dias do ano, o que seria suficiente então pela barateza dos frutos da ilha mas que as esterilidades dos tempos presentes tinham posto tudo em umas carestias e experimentava grandes faltas por não ter outra cousa de que se sustentar».

Pedia por fim para lhe pagarem os 48\$000 rs. que tinha de soldo por ano, duas metades em trigo e uma em dinheiro.

O Rei a 20 de Março de 1717 despachou para passar o soldo de 4 a 5 mil reis e que o pagamento dos 60\$000 rs. em que ficava fosse feito como aos oficiais e soldados — «seis mezes a dinheiro e os outros seis mezes em trigo para ter trigo e dinheiro.»

P.^e Lourenço Gomes, é nomeado para a vaga de capelão-menor a 19 de Outubro de 1711, quando da promoção a capelão-mor do P.^e Manoel Gomes. É despedido em 1715 — «por ter faltado ás obrigações do seu cargo sendo a maior o não dormir no Castelo desde que é capelão a semana que lhe tocava como é obrigado pelo Regimento de Sua Mag.^{de}».

P.^e Simão Cardoso, é nomeado em sua substituição a 5 de Fevereiro de 1715, mas a 21 do mesmo mês e ano é despedido também — «porque se lhe não concedeu jurisdição para poder confessar».

P.^e Manoel Cardoso de Macedo, é nomeado para o substituir a 21 de Fevereiro de 1715, falecendo em 1719.

P.^e Caelano Lopes de Lima, é nomeado capelão-menor a 27 de Dezembro de 1719 por falecimento do anterior.

É este o último registo de nomeação de capelão que encontramos. Certa desordem na administração dos hospitais no regime existente, provocara já algumas alterações preparando o período da grande reforma de António Lopes Durão, de 28 de Agosto de 1766. O mal era geral a ao caso nos referimos na referida monografia — *O Hospital Militar da Boa Nova* — que não interessa reproduzir.

Mas a alguma coisa se devia passar sobre desregros na administração local porque a 5 de Abril de 1702, com referência especial ao Hospital da Boa Nova, o Marquez de Alegrete, vedor da Fazenda de Sua Mag.^{de} mandava ao Provedor da Fazenda local para informar se o administrador do Hospital do Castelo satisfazia a sua obrigação e se assistia com caridade aos enfermos porque havia

notícia de faltar. Pedia informação e mandava que o fizesse assistir aos enfermos conforme era obrigado.

Talvez com o assunto se relacione a nomeação de pessoal privativo para a receita e despesa dos hospitais, porque, sem encontrar regulamento que o especifique, encontramos o seguinte despacho:

João Estacio Amaral, por carta de D. Pedro, como regente, a 26 de Agosto de 1681, é nomeado escrivão da receita e despesa do Hospital da Boa Nova, tendo de ordenado 5\$000 rs. — «com a obrigação de sustentar a viuva, sua cunhada, mulher que foi do seu irmão Luis Lopes Estacio, escrivão da auditoria e o cargo de mordomo não exercera por ter falecido e para o qual transitara depois de extinto o seu anterior cargo de escrivam da auditoria e pela consideração dos serviços prestados pelo nomeado Joam Estacio do Amaral durante 29 anos, 4 mezes e 3 dias, começados em 30 de Setembro de 1650 em soldado no Castelo de São João Baptista onde serviu 4 anos, depois 5 no Faial e 19 anos de Alferes, prestara grandes serviços comboiando navios entre as ilhas livrando-os dos turcos».

André Pires da Fonseca, a 20 de Junho de 1685 é provido escrivão da matricula geral e da receita e despesa do mordomo do Hospital da Boa Nova, naturalmente por ter falecido o anterior possuidor.

Era Provedor da Fazenda o Dr. João Teixeira Lourenço que a 29 de Abril de 1706 notifica em estenso documento as entidades que eram visadas, indicando as suas obrigações, deveres e normas de executar o serviço. Era um «Provimento» mas em forma de Regimento do que havia a observar.

O documento, que se encontra transcrito nos Boletim, número 2, do Arquivo Distrital, tinha tal minudência sobre as atribuições de cada um que se tornava inaplicavel tanto exagerado era em promenores. Em muitos pontos tinha até certo ridículo. Tocava em todos os serviços, o dos médicos, as comidas, a caixa das esmolas da ermida, o fechar e abrir as portas, tudo em tal rigor

de execução, que faltando ameaçava com penalidades, as quais iam até à deposição do funcionário.

O P.^e Maldonado era então o administrador do Hospital e foi notificado com este esclarecimento — «que na cama achei doente e fiz a dita deligência com o P.^e Manuel Dias, segundo Capelão, na forma que no dito provimento lhe recomendava executar nas suas atribuições».

O documento era de tal modo extenso e cheio de indicações que a sua execução integral mais complicaria os serviços que os podia beneficiar. O certo é que não se encontra derivado da execução de tal «Provimento» a aplicação de qualquer sanção disciplinar, as quais podiam ir até à deportação segundo nele próprio se continha.

Homem de leis, como era o Provedor da Fazenda, a sua orientação era de complicar com o rigor da fórmula o que melhor se obteria na compreensão do dever, no entusiasmo e deligência do funcionário.

NO SÉCULO DE SETECENTOS

MÉDICOS

Neste, como para o século anterior, fazemos igualmente a relação dos médicos que existiam na cidade e só assim designamos os que tinham diploma universitário. Limitamos a relação dos nomes apenas aos que tiveram funções de partido na Câmara ou livremente exerceram a profissão. Para alguns ainda se encontra acumulação com funções militares, mas neste século o exclusivo do exercício da profissão cada vez mais se acentua.

Para todos aqueles que a partir de 1767 tiveram somente serviço no Castelo e Hospital da Boa Nova, na monografia referida encontra-se já ordenada a sua relação e indicados os anos da permanência na ilha, o que excusa voltar a repetir.

No século anterior tínhamos ficado no Dr. Manoel de Vasconcelos, que era do partido da Câmara, e durante 31 anos permaneceu no serviço do Castelo e Hospital, tendo falecido em 1710. Morava na rua dos Cavalos, actual Rio de Janeiro, e em 1703 foi fintado pela Câmara em 3\$000 rs.

Havia então outros médicos na cidade em exercício livre da profissão, porque no registo de lançamentos das fintas, nesse mesmo ano, encontramos com igual quantia os dois seguintes nomes:

Dr. Roque da Costa, médico, residente na rua de Jesus.

Dr. Guilherme de Sá, que não consigo identificar se era médico, foi igualmente fintoado naquela quantia e morava na rua das Covas.

Dr. Francisco de Mendonça, médico formado pela Universidade de Coimbra, é nomeado para o Castelo e Hospital a 3 de Fevereiro de 1710, por morte do Dr. Manoel de Vasconcelos. A nomeação foi feita por 6 meses e com o ordenado de 36\$000 rs. por ano, que era o que aquele tinha.

Já residia em Angra, pelo menos desde 1706, porque o registo da sua patente de médico foi feita na Câmara a 17 de Novembro deste ano, donde se colhe que era formado em Coimbra e a formatura fora com bolsa de estudos, porque «é mandado ao corregedor da Comarca que leve em conta nos que tomar a Câmara, sessenta mil reis que ela dera ao médico Francisco de Mendonça, para ajuda do custo da sua formatura». Faleceu em 1764. Exerceu a profissão 58 anos.

Licenciado Francisco de Lemos Machado, natural da cidade, já nela exercia a profissão, porque por alvará real de 14 de Maio de 1720 é-lhe fixado o ordenado de 50\$000 rs. que lhe devia ser pago por ano bem como dos outros a que tinha direito não só dos anos em divida como dos que seguissem. Tinha havido uma reclamação deste médico contra a Câmara, por falta de pagamento dos seus serviços, alegando que assistira sempre com toda a pontualidade.

Fazia igualmente serviço na Misericórdia, onde por acordão de 18 de Janeiro de 1761 é despedido por não fazer a sua obrigação, nem de dia nem de noite, visitando os doentes.

Dr. António Pereira, é nomeado em sua substituição nesta data mas não encontro nenhuma outra referência a este clínico.

Dr. Eliodoro Pereira, exerce clínica em Angra antes e depois de 1728, e com ele se passa o episódio seguinte, conflito entre médicos que a seguir e sumariamente vamos relatar.

Havia então mais médicos na cidade, porque nos registos da Câmara encontra-se a notícia da atitude que foi preciso tomar para corrigir as disputas permanentes em que eles andavam, como a seguir de relata.

A 25 de Agosto de 1728 dentro da Casa do Senado da Câmara sendo presentes todos os oficiais em acto de vereação, por todos foi dado conhecimento que — «havia queixas publicas contra os médicos do partido da Câmara, Drs. Francisco de Mendonça e Francisco de Lemos Machado, que viviam em tal opposição com o Dr. Eliodoro Pereira nas matérias da sua arte e este com eles, que chamando a qualquer dos ditos médicos para algum enfermo, a primeira deligencia que faziam era saberem se assistia algum dos outros» e quando se ajuntavam — «não era para conferir a qualidade da doença e os remedios para a sua cura como deviam fazer, mas para se descompoem fazendo das casas dos aflitos enfermos campos de batalha para os seus despiques particulares, como sucedera ha poucos dias no oratorio das religiosas da Esperança, na cela do P.^e missionario que se achava gravemente enfermo e assistido do Dr. Francisco de Lemos Machado encontrando-se nela com o Dr. Eliodoro Pereira, que o ia visitar rogado do Meritissimo Bispo.»

Com a categoria das pessoas indicadas e que assistiram à disputa, é natural que o caso desse grande escândalo e por isso o Senado resolvia para — «atalhar a estas desordens tão prejudiciais ao bem público da saude e vida dos enfermos, que os ditos médicos fossem chamados para que assinassem na Câmara um termo, evitando estas descomposturas que causavam escândalo a toda a cidade e assistirem com pontualidade a todos os enfermos para que fossem chamados como é sua obrigação e nas conferencias se haverem com toda a urbanidade e cortezia deixando ditos particulares e dando cada um o seu parecer para beneficio e cura do enfermo».

Para o que faltasse à observância deste termo pagaria 200\$000

rs. de multa, o que era uma formidável pena em relação ao ordenado anual que era de 50\$000 rs.

Os três médicos foram chamados, foi lido o compromisso mas só o Dr. Eliodoro Pereira o assinou e como os dois outros, Francisco de Mendonça e Francisco de Lemos, tivessem manifestado desatenção para com o Senado Municipal — «usando das mesmas palavras que usavam em casa dos doentes e com as mesmas descomposturas em tal forma que se não fossem atalhados pelos oficiais da Câmara chegariam a mais sem atenção ao lugar», foram presos.

Não durou muito o tempo de prisão e já fôra cabal prova de autoridade e zelo pelo bem público a desassombrada atitude do Senado Municipal, porque a 4 de Setembro seguinte, dez dias depois, reunida a Câmara foi dito — «que atendendo ao prejuizo que resultava ao bem da saúde pública da demora da prisão que mandaram fazer aos dois médicos do partido da Câmara determinava que fossem soltos com obrigação de se sujeitarem à determinação anterior».

Qual o procedimento futuro, não colho indicações, mas a lição fôra dura com dez dias de prisão. Em 1746, ou seja 18 anos depois, encontra-se o Dr. Francisco de Mendonça a reclamar contra a Câmara porque esta lhe não pagava os vencimentos.

Mas neste caso o médico tinha razão e teve provisão real a 9 de Agosto do mesmo ano, porque sendo natural da cidade e nela morador, onde ha 39 anos se achava curando e fizera assento do primeiro partido de 50\$000 rs., ha mais de 10 anos não lhe pagavam, faltando a Câmara ao seu compromisso — «não obstante lhe passarem os mandados de pagamento, mas aos tesoureiros eram indicados os que deviam ser pagos, vendo-se assim enganado com falta de ordenado».

O despacho real, mandava a Câmara pagar por quantias de 40 e 50 mil reis anuais até liquidar a dívida.

Dr. Luis de Barcelos Machado, médico aprovado por Coimbra, é nomeado para o partido da Câmara a 14 de Dezembro de 1767 ou sejam 47 anos depois da nomeação do Dr. Francisco de Lemos

Machado, que nesta data apresentava a sua desistência. Já devia ser bastante velho com 47 anos de exercício da profissão.

É-lhe fixado o vencimento de 50\$000 rs., embora o lugar fosse de 20\$000, porque o trabalho era muito e assim o pedira. Falecia 11 anos depois.

Dr. José Inácio Correia Machado, toma posse do partido em 22 de Maio de 1778 pelo falecimento do Dr. Luis de Barcelos Machado e já exercia profissão na cidade ha 13 anos, curando os pobres de graça. É médico da Misericórdia desde 14 de Julho de 1763. Passados 24 anos ainda exerce a profissão porque em 1787 é batisada uma creança pela parteira na freguesia da Sé e na sua presença. Ferreira Drumond indica-o ainda em 1794 (Anais, Vol. III, pág. 83), com o médico seguinte a lutar com grande deligência os doentes da grande epidemia de escarlatina que houve nestes anos.

Dr. José Monis Tavares, médico aprovado pela Universidade de Coimbra, natural da Ilha de S. Miguel, é provido a 24 de Novembro de 1764 no partido da Câmara pela vaga deixada pelo falecimento do Dr. Francisco Mendonça. Assim se verifica tendo este registado a sua carta em 1706 que exerceu a profissão cerca de 58 anos.

O Dr. Monis Tavares já residia em Angra, exercendo a profissão em casas particulares, hospitais e conventos, onde afirmara a sua deligência, não levando emolumentos aos pobres como atestavam os 4 párocos das freguesias. O partido tinha o vencimento de 50\$000 rs. anual como já o recebia o Dr. Melchior Tenreiro por ser — «assaz diminuto e limitado por ser grande o trabalho de assistencia dos pobres». Aparece a fazer serviço no Hospital da Boa Nova entre 1771 e 1820 e nesse serviço, em 1773, pelo Capitão-general D. Antão de Almada é-lhe concedida a recompensa suplementar de 80\$000 rs. pelo trabalho que fazia neste Hospital na «assistencia violenta, dilatada e perigosa aos soldados galicados da guarnição».

No Hospital da Misericórdia no tempo deste clínico havia só 8 doentes por deliberação da Mesa.

No tempo dos médicos Monis Tavares e Inacio Correia, ambos servindo na Misericórdia, surge um conflito com a Mesa e os dois cirurgiões Domingos António Ferreira e José Francisco Lopes, que adeante mencionamos, e por solidariedade entre todos, pediram em conjunto a demissão, mas como o caso dizia somente respeito aos cirurgiões, os médicos deram explicações, voltaram ao serviço e os cirurgiões foram despedidos. A existência de todo este pessoal técnico, dois médicos e dois cirurgiões, indica a importância e movimento que havia no Hospital da Misericórdia.

CIRURGIÕES

Como no século anterior, continua caracterizada a separação profissional entre médicos e cirurgiões. Eram menores para estes últimos as exigências de habilitações como reduzida era ainda a amplitude da especialização. Mas não se podia exercer a profissão, pelo menos em colocação oficial, sem ter o respectivo diploma de aprovação.

Com essa designação especial de cirurgiões encontramos os seguintes nomes:

Manoel Avila, cirurgião aprovado, morador na cidade, com carta de 10 de Janeiro de 1702, é quem sucede no Hospital da Boa Nova ao cirurgião Manoel Lopes, sendo nomeado a 18 de Janeiro de 1704. Este que entrara em exercício desde 1674 tinha assim permanecido ao serviço do Hospital cerca de 30 anos.

Domingos da Rocha, é cirurgião do partido da Câmara pelos anos de 1703 e seguintes.

Manoel Antunes, é igualmente cirurgião do partido da Câmara e presta serviço no Hospital da Boa Nova em 1706. Contra esta nomeação reclamou o cirurgião Manoel Avila, anteriormente nomeado, a qual foi deferida.

Francisco Rodrigues, é cirurgião do partido da Câmara em 1718, data em que ainda está também ao serviço o cirurgião Manoel Antunes.

Alexandre Rodrigues Fragoso, depois de um período de 32 anos, de 1719 a 1751, sem encontrar nenhuma nomeação de cirurgião, é o primeiro que aparece ao fim de todo esse tempo. É filho de Agostinho Luis, natural de S. Mamede de Gondentes, arcebis-pado de Braga, e regista a 7 de Outubro de 1751, na Câmara de Angra, as suas duas cartas — a de sangrador de 3 de Julho de 1742, e a de cirurgião de 4 de Dezembro de 1743. Pertence ao pessoal da Misericórdia de Angra.

Francisco Maria de Sousa, é cirurgião da Misericórdia e é falecido em 1776.

Domingos António Ferreira, cirurgião aprovado, é admitido a 9 de Julho de 1764 para a Misericórdia — onde servia ha 13 anos «não havendo prejuizo no seu curativo e ter revelado capacidade e prestimo». Tinha aprendido com o cirurgião anterior. É despedido da Misericórdia em 1793 no episódio que contamos. Eram 29 anos de serviço. Volta em 1796 e é falecido em 1803. Entre 1774 e 1803 é cirurgião no Hospital da Boa Nova.

Em 1787 assiste ao batisado duma criança feito pela parteira na freguesia da Sé ; residia na freguesia de Santa Luzia.

António Ferreira, é cirurgião na Misericórdia em 1776.

Joseph Gambier, serve na Misericórdia em 1783 bem como no Hospital da Boa Nova, mas é já pessoa bastante idosa. Pertencia a familia fixada na ilha porque em 1767 nomeados pelo capitão-general D. Antão de Almada existem deste apelido um António que é tabelião e escrivão do judicial e outro Francisco que é contador.

José António do Vale, em 1782 está ausente.

Manoel Vieira Brasil, serve na Misericórdia em 1793. Faleceu em 1806. Foi encarregado de tomar conta da Farmácia do Hospital quando esta foi criada.

José Francisco Lopes, filho de Francisco José Machado, natu-

rais da Vila da Praia, regista na Câmara de Angra as suas duas cartas de sangrador e cirurgião, passadas com data de 5 e 15 de Fevereiro de 1783, por ter aprendido e praticado como mostrava por certidão e ter sido examinado de cirurgia e anatomia pela junta do Proto Medicato e foi aprovado para exercitar a dita arte. Fôra-lhe concedido passaporte a 10 de Dezembro de 1778 para ir a Lisboa aprender cirurgia. Por aquela mesma data, a 26 de Abril de 1783, é batizado na freguesia da Sé o pequeno Pedro, filho do cirurgião José Francisco Lopes, natural da Matriz da Vila da Praia, casado com Ana Inácia Victoria, natural dos Anjos, Lisboa. É nomeado para a Misericórdia em 30 de Dezembro de 1783. A 3 de Dezembro de 1786 batiza uma filha com o nome de Maria.

Estacio José de Faria, entra para a Misericórdia para a vaga do cirurgião anterior quando este pedia a demissão em 1793, episódio que já contamos. Depois entrou para a vaga de Domingos António Ferreira quando este faleceu em 1803.

BARBEIROS SANGRADORES

Existem ainda os sangradores, mas a sua importância profissional começa a decrescer com a evolução das ciências médicas e novas concepções de tratamento.

Encontramos neste século os seguintes nomes, mas é natural que outros houvesse, e a diminuição da importância da profissão fosse omitindo o seu registo e favorecendo o aparecimento de curiosos no seu exercício.

António Teixeira, cabo de esquadra, que «exercitava o officio de Barbeiro e sangrador havia douze anos», tem provimento no Castelo a 9 de Março de 1702, quando morre Sebastião Rodrigues Gato, para exercer a profissão. Recebia a praça de 2\$500 rs. cada mês.

Maleus Home de Avila, é sangrador do partido da Câmara, a 12 de Novembro de 1704, mas a seguir pede aumento de vencimento por sangrar muitos pobres. É-lhe dado então pela Câmara

6\$000 rs. por ano, mas a 13 de Janeiro de 1707, por alvará real, é aumentado para 10\$000 rs.

Manoel Marlins, barbeiro e sangrador, é nomeado a 24 de Outubro de 1705 na vaga de Sebastião Rodrigues Gato com os mesmos 2\$500 rs. ao mês.

João Lopes, filho de Bento Vieira, é examinado para sangrador em Lisboa a 10 de Abril de 1713, registando a sua carta na Câmara a 12 de Junho seguinte.

Joseph Diogo, natural de Angra, tem carta de sangrador a 17 de Janeiro de 1718.

Francisco Gonçalves, filho de Matias Gonçalves, natural de S. Bartolomeu, tem carta de sangrador a 8 de Maio de 1721, sempre com a recomendação de não sangrar sem ordem do médico.

José Maleus, é sangrador da Misericórdia de Angra em 1771.

José Coelho Dias, — a partir de meado deste século havia na Vila de S. Sebastião um barbeiro com este nome e com tal fama que se podia comparar, outro João Vaz das Virtudes, como aquele da Ilha de St.^a Maria, a que se refere o P.^e Cordeiro, curando todas as doenças, até com prodígios de aparência milagrosa.

Era tanta a fama que o General Governador Diniz Gregório de Melo, encontrando-se muito doente com um inchum nas costas, o mandou chamar e se sujeitou à dolorosa operação que ele lhe fez, mas o resultado foi agravar-se mais o mal, de que veio a falecer pouco tempo depois, segundo Drumond, Anais, Vol. III, pág. 74.

BOTICÁRIOS

Do último boticário que encontramos a fornecer medicamentos para o Hospital da Boa Nova, João Lucas do Vale, em 1680, passa-se um período de 23 anos sem qualquer registo, sendo o primeiro a seguir o seguinte:

António Pereira, com botica na Rua dos Canos Verdes, é fin-tado pela Câmara para o ano de 1703 em 4\$000 rs.

António Sault, filho de Miguel Sault, de nação francesa, que depois de latino aprendeu a arte de boticário. Encontram-se referências que indicam ter exercido a profissão entre 1716 e 1726.

Feliciano Pereira da Silva, natural de Angra, com carta registada na Câmara a 17 de Outubro de 1722. Serve no Hospital da Misericórdia de Angra em 1755, mas é despedido a 6 de Julho de 1769 porque os seus remédios não eram «capazes, antigos e corruptos como o declaravam os médicos».

Joseph Ribeiro, filho de Bento Ribeiro do Vale, é boticário em 1737 e é obrigado pela Câmara — rol de precatória — a entregar um moio de trigo para provimento do presidio o que indica, pela importância da quantia, que teria grande movimento a sua farmácia. O moio de trigo andava por 12\$000 rs.; representava o vencimento de um ano dos funcionários melhor pagos. Casou com principais famílias da Terceira, figurando o seu nome em velhos livros de gerações.

José de Barcelos Machado, boticário da Santa Casa da Misericórdia em substituição do Feliciano Pereira, em 1769 serve até ao ano de 1776. Recebia 8 moios de trigo ao ano pelo fornecimento dos medicamentos.

António Lopes Pinheiro, tem botica na cidade em 1785. Fornece também medicamentos à Misericórdia.

Mariano Evaristo da Silva, natural da Ilha Terceira, tem carta com data de 21 de Maio de 1796, registada na Câmara no ano seguinte.

António Inácio da Silveira Pimentel, é o primeiro boticário da Misericórdia quando esta resolve montar a botica a 9 de Julho de 1791. Em 1796 começa a trabalhar e é seu ajudante o cirurgião do

Hospital Domingos António Ferreira, recebendo o boticario 5 moios de trigo e o ajudante 1,5 de vencimento ao ano.

Num registo de 19 de Dezembro de 1853 conclue-se que tem botica na cidade, mas deve ser pessoa já muito cansada. São 58 anos de profissão entre aquelas duas datas. Começam então a surgir queixas contra ele, que altera as receitas, e se engana. O inquérito que foi feito e ouvidos todos os médicos, aprovava a queixa. Os anos iam assim vencendo os méritos do profissional se não era espirito interesseiro. A queixa partira do Dr. Nicolau Pita, delegado do físico-mor.

NO SÉCULO DE OITOCENTOS

A evolução da ciência, novas exigências sociais e políticas havia de modificar neste século toda a organização nos meios militares e civis de tratamento. A categoria do pessoal essencialmente preparada para o exercício da profissão trazia novas imposições de meio e de acção.

A organização do ensino, a criação das Escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto concediam um diploma igual ao da Universidade. Já não havia fracção nos conhecimentos exigidos para o tratamento dos doentes. Eram licenciados os diplomados pela Universidade de Coimbra, médico-cirurgião os da escola de Lisboa e Porto. Acabavam as cartas de sangradores e cirurgiões, todos tinham de ter as mesmas habilitações escolares.

Mais tarde com o aparecimento e aperfeiçoamento dos meios de trabalho, a cirurgia tornou-se uma verdadeira especialização, o que em verdade foi sempre desde o começo, pois nela se exercia a parte propriamente pessoal de habilidade e qualidades que dela fizeram sempre a arte de curar.

Só no começo do século aparecem ainda alguns cirurgiões da antiga carta que adeante mencionaremos. Depois, com a evolução do ensino, o profissional é o mesmo em habilitações e só se diferencia pelos dotes especiais de aperfeiçoamento.

Por outro lado a organização militar com a nova ordem administrativa dos Açores, criado pelo Decreto de 2 de Agosto de

1766, que instituía a Capitania Geral, sofreu também grandes alterações.

Os médicos do Hospital da Boa Nova acumulavam de começo funções militares com civis e na referida monografia encontra-se a relação de todos aqueles que nele serviram, a partir de Manoel Teixeira de Abreu desde 1767 até 1915, sendo o autor o último que vem referido. Torna-se inútil portanto voltar aos seus nomes para completar a série dos que na Ilha Terceira exerceram a profissão, como vimos tentando.

Vamos apenas, quanto possível, completar a relação dos que a partir de José Munis Tavares trabalharam nos partidos da Câmara ou no Hospital da Misericórdia até ao fim deste século de oitocentos.

MÉDICOS

Dr. Estanislau José Coelho, vem para a Ilha Terceira, segundo o aviso régio para o Capitão-General, de 20 de Outubro de 1807 e de acordo com o pedido por este feito para Lisboa sobre providências a tomar na grande epidemia de bexigas que havia. Vem — « com dois engeitados que se hão-de vacinar durante a viagem, a fim de que a matéria da vacina chegue em estado de produzir o seu efeito ».

A 13 de Janeiro de 1807 é proposto pelo Provedor da Misericórdia para servir no Hospital com o fundamento que viera de Lisboa para fazer a vacinação das bexigas e desejar ficar na ilha. Era ainda razão da proposta os dois médicos existentes serem já de avançada idade e cansados de muito trabalhar. Ficou com o ordenado de 2 moios de trigo por ano e as pessoas principais e de nobreza combinaram fazer também um partido. Em 9 de Agosto de 1815 fazia ainda serviço no Hospital.

Dr. Gonçalo Rodrigues Palhinha, bacharel formado em medicina em Junho de 1798, registou a sua carta na Câmara de Angra em 1799 e exerce clínica na cidade. Faz serviço no Hospital da Boa Nova de 1821 a 1824.

Dr. Inácio Quintino de Avelar, veio para Angra nos tempos das lutas liberais. É um dos deportados da *Amazonas* e permanece na ilha até 1821. Encontramos o seu nome a fazer serviço no Hospital da Boa Nova com a designação de cirurgião, inspector entre 1818 e 1821, como referimos na referida monografia.

De outros dois que com ele vieram também deportados o Prof. António de Almeida e o Cirurgião da Câmara de Serpa, Leonardo Mergut, não há notícia de qualquer actividade clínica, tendo o primeiro sido autorizado a seguir para Inglaterra pouco tempo depois.

A ele se refere Ferreira Drumond, no vol. III dos seus *Annaes*, entrando de sociedade com o boticário Martiniano Evaristo Serpa na pretensão do aforamento do *Biscoito da Achada* ao que se opoz a Câmara de S. Sebastião. Tinham os dois, imitando outros, construído uma casa de telha à entrada da Canada da Vila, meio preparativos para o avanço das suas pretensões aos baldios, o que foi sempre problema de grande agitação local.

Dr. José Inácio da Silva, foi médico do partido da Câmara até Dezembro de 1833, data em que é demitido e substituído pelo seguinte.

Dr. Nicolau Caetano de Belencourt Pita, era diplomado pela Universidade de Edimburg e fazendo exame perante o físico-mór foi-lhe dada carta a 8 de Março de 1814, registando-a na Câmara a 24 de Outubro seguinte. A 8 de Novembro de 1833 foi nomeado Delegado do Físico-mór do Reino na Província Oriental dos Açores. Fez serviço no Hospital da Boa Nova de 1824 a 1847. Médico igualmente da Misericórdia, a sua vida de clínico é agitada em frequentes conflitos com a Mesa e com o público.

A 21 de Julho de 1852, o Governador Civil oficia à Mesa, que em vista das queixas que lhe tinham sido apresentadas contra ele, a Mesa o demitisse e nomeasse para o substituir o Dr. Rodrigo Zagalo Nogueira. Mas a 8 de Outubro, o mesmo Governador, António Marcelino de Victoria, mandava a informar uma reclamação do Dr. Pita por ter sido demitido sem ser ouvido.

A Mesa nomeia então uma Comissão para inquirir os factos,

pois também se limitara à ordem do Governador sem documentação do que se passara. A 20 de Outubro lia-se o inquérito que revelava o Dr. Pita «ser pessoa rispida, falta de caridade para os pobres doentes, como se não podia ocultar; servia mal com grande desaprovação e descontentamento de todas as Mesas.»

Já em 1834 a Mesa o tinha demitido de Médico do Hospital «por falta de obediência para com ela, a quem tratava com pouca atenção quando esta lhe mandou recomendar o cumprimento dos seus deveres. Nenhum caso fazia dos Regulamentos do Hospital. Fora depois readmitido por ter mandado uma carta a pedir desculpa mas continuava sempre na mesma rebeldia. Tinham-lhe então relevado as multas que devia pagar em atenção à numerosa família que tinha, devolvendo-lhe o dinheiro pelas novas petições e afirmações de emenda, mas continuava na mesma».

Era pessoa de valor e para o aproveitar, um novo governador dizendo que podia anular uma decisão do seu antecessor, mandava readmitir novamente o Dr. Pita, por ser médico muito antigo na casa.

Mas em 1853 ha um novo inquérito para informar qual a razão porque os médicos diziam haver mau governo da Mesa.

Em 9 de Fevereiro de 1846 tinha a Mesa proposto aos médicos para fazerem uma nova tabela de dietas porque a existente era demasiada na quantidade e qualidade. Não se precisa se o inquérito seria por haver qualquer apreciação desagradavel ao caso, mas é sabido que estes procedimentos de administração são sempre mal apreciados por aqueles que nela não tem responsabilidade.

Dr. António José de Amorim, nasceu em Coimbra em 1801, filho de José António de Amorim e natural da mesma cidade.

Quando frequentava a Faculdade de Medicina, no seu 4.º ano em 1826, alistou-se no batalhão académico. Em 1828 teve de emigrar para Espanha indo depois para Inglaterra, juntando-se ao grupo aquartelado no celebre barracão de Plymouth. Depois veio para a Terceira em 1829 entrando nas lutas da baía da Praia a 11 de Agosto deste ano.

Em 1830 por um decreto da Regência foi-lhe permitido exercer clínica tendo feito antes provas num exame com tres médicos

Entrou então para o partido médico municipal e para o Hospital Civil.

Em 1836 fixa-se na Praia da Vitória onde é médico do Hospital. Havia dúvidas sobre a sua capacidade profissional e então vai a Coimbra em 1841 completar a formatura, sendo-lhe dada carta a 10 de Setembro de 1842. Voltando para Angra é nomeado guarda-mor de saúde.

Era sócio da Sociedade de ciências médicas. Foi médico da Misericórdia substituindo o Dr. Nicolau Pita, por óbito deste em 10 de Junho de 1857. Antes foi médico da Misericórdia da Praia. Faleceu à roda de 1876, permanecendo assim na ilha cerca de 45 anos.

Dr. Manoel Gomes Sampaio, é nomeado cirurgião do Banco do Hospital da Misericórdia a 26 de Julho de 1853, lugar que exercia interinamente, mas a 2 de Maio de 1857, 4 anos depois, pede a demissão por impossibilidade física.

Tinha patente militar e como cirurgião-mor serviu no Castelo e Hospital da Boa Nova de 1824 a 1846 ou seja 22 anos.

É a ele que se deve, sendo Presidente da Câmara em 1850, mandar imprimir os *Annaes da Ilha Terceira*, obra valiosa e prodigiosa de investigação histórica, escrita por Francisco Ferreira Drumond.

Dr. Rodrigo Zagalo Nogueira, filho de Manoel Joaquim Nogueira, natural de Tomar, era médico pela Escola de Lisboa, formado em 11 de Setembro de 1840 e doutor em medicina pela Universidade de Louvain no mesmo ano. O pai foi juiz presidente da Relação dos Açores. Fez algum serviço no Hospital da Boa Nova entre 1851 e 1904 em ocasiões que não havia clínico militar ao serviço, mas a sua actuação foi essencialmente de clínico municipal e do Hospital da Misericórdia, pelo menos desde 1863.

Era uma pessoa bondosa e médico das principais casas da cidade. Atravez os registos nota-se sempre a sua condescendência em substituir colegas, apaziguar questões. Não teve a posição e recompensa correspondente aos seus méritos. Era pessoa modesta mas com valor profissional. Despede-se do serviço em 1857, mas fica até 1865. Em 12 de Julho de 1899 é louvado pela

Mesa do Hospital, o que leva a pensar que serviu até então. Eram pelo menos 50 anos de exercício da profissão, figura distinta, alto, sempre muito direito, trajando usualmente sobrecasaca e chapéu alto. Publicou um monografia, hoje muito rara, *Topografia médica da Ilha Terceira*.

Dr. José Augusto Nogueira Sampaio, filho do Dr. Manoel Gomes Sampaio, é doutorado por Louvain com carta de 31 de Outubro de 1850 e com 24 anos de idade. Fez exame na Escola Médica de Lisboa nos dias 26-27 e 28 de Novembro daquele ano, ficando plenamente aprovado sendo-lhe passado diploma a 29 de Novembro de 1850. Também o encontramos fazendo algum serviço no Castelo e Hospital da Boa Nova entre 1854 e 1896, mas era no Hospital da Misericórdia a sua principal actividade para onde entrara em 1860.

Clínico de grande fama foi figura de grande relevo. Professor proprietário do liceu em 1857, depois reitor, a ele se deve o pequeno museu que lá existe e foi ainda a ele, marcado espírito científico, a quem se deve a instalação do serviço de observação meteorológica em 1862, o qual ainda não ha muito estava instalada numa das torres da Igreja do Colégio.

Outras iniciativas marcam ainda a tendência evolutiva do seu espírito. À Mesa do Hospital, em 4 de Novembro de 1853, sugere para ser instalada uma enfermaria de tratamento pela homeopatia; à Câmara em 9 de Fevereiro de 1854 dava sugestões para ela combinar com a Misericórdia abrir um curso de lições de obstetricia por ele regido e por ser grave a falta de parteiras. A Câmara aceitou a iniciativa, mas a Misericórdia escusou-se dizendo que o serviço era privativo das atribuições das Câmaras e esta dispor do edificio da *Roda*, onde havia sempre crianças para objecto de estudo.

Também com ele surgem alguns conflitos. A Mesa em 21 de Julho de 1854, para evitar o que se dizia, boato que corria com insistência de se trocarem medicamentos, ordenava aos médicos para receitarem à cabeceira dos doentes, cautela que punha para prestigio dos próprios clínicos, pois sabia que o boato não tinha fundamento. Mas os médicos ofendem-se sempre com advertên-

cias profissionais e pela mesma razão são eles que passam a protestar.

Por este e outros desacordos, em 1865, pede a demissão de clínico do Hospital em combinação com os outros médicos o que se não efectivou. Em 13 de Fevereiro de 1869 é demitido pela Mesa, mas em 1877 volta novamente. Eram até aquela data 16 anos de serviço.

Algumas contendas iam surgindo. Em 30 de Outubro de 1877 tinham entrado duas grávidas para o Hospital e o Dr. Nogueira Sampaio expunha que não era própria a hospitalização porque nem sequer havia instrumental se fosse preciso intervir. A Mesa em melhor campo ponderou que o lugar próprio era justamente o Hospital e até era habitual serem os cirurgiões os que resolviam aqueles casos. O Dr. Nogueira Sampaio era justamente o cirurgião; a Mesa é quem tinha razão.

Firme nas suas apreciações, em 1854 apoia o Dr. Pita na acusação contra o boticário Pimentel Mesquita, como relatamos, por este alterar as receitas e as doses.

Em 8 de Agosto de 1888 pede a demissão por estar cansado e ter muitos outros afazeres. Eram mais de 30 anos de intonso serviço. Faleceu a 26 de Julho de 1900.

Dr. Luis Augusto Pedro de Sande, foi médico militar servindo no Castelo e Hospital da Boa Nova de 1843 a 1875 ou seja 32 anos e a quem fizemos larga referência na monografia publicada sobre este Hospital.

Em Julho de 1857 é convidado para servir no Hospital da Misericórdia enquanto não fosse preenchida a vaga deixada pelo Dr. Zagalo Nogueira que ficou ofendido quando preterido na substituição por morte do Dr. Pita, sendo então nomeado o Dr. Amorim.

Era uma situação transitória e assim o compreendera o Dr. Sande, pessoa sempre correcta, de alta ponderação e honorabilidade profissional. E de facto no ano seguinte, a 13 de Outubro de 1858, comunica à Mesa que deixava de prestar serviço porque já havia um outro facultativo na cidade.

É este ilustre clínico que deixa a sua biblioteca ao Hospital

da Misericórdia de Angra em 7 de Janeiro de 1888, tendo falecido em Lisboa no alto posto militar de cirurgião de brigada.

Dr. Francisco Severino de Avelar, natural de S. Jorge, formado por Lisboa em 1858, e nomeado para cirurgião do Banco do Hospital da Misericórdia a 24 de Outubro de 1858. Também presta serviço no Castelo e Hospital da Boa Nova em 1863. Em 1859 ausenta-se por algum tempo com licença para Lisboa e não volta a exercer a profissão na ilha.

Dr. Acúrcio Garcia Ramos, natural de Angra, formou-se em Lisboa sendo a sua carta de 2 de Agosto de 1861, tendo frequentado os dois primeiros anos na Escola Médica do Porto. Foi médico militar fazendo serviço no Castelo e respectivo Hospital de 1864 a 1871. Exerceu clínica na cidade e depois foi professor da Escola Médica do Funchal, tendo apreciável relevo como profissional e como político. A ele, em especial, nos referimos na referida monografia. Faleceu em 1892 no posto de cirurgião de brigada. Em 1809 publicou «Noticia do Arquipélgo dos Açores», e em 1879 «A Ilha da Madeira», em dois volumes.

Luis Rodrigues Moderno, intitulava-se médico homeopata e dava consultas na Rua de Jesus, à roda de 1870. Fazia tratamentos por processos hidroterápicos e no sentido de obter alívios Antero de Quental veio à Ilha Terceira, a 21 de Junho de 1874, para o consultar. Teve certa nomeada e incluimos o seu nome justamente por esse facto. Permaneceu algum tempo na cidade mas depois fixou-se definitivamente em Ponta Delgada. Era pai da poetisa D. Alice Moderno.

Dr. João Maria de Carvalho, o chamado médico chinês que igualmente consultou Antero de Quental, como refere o Dr. José Bruno no seu estudo sobre o grande poeta. Era chamado o médico chinês porque embora português, sendo natural de Macau, e mestiço tinha feições de raça china.

Teve certa fama como médico, mas demorou na Ilha pouco tempo. Dava consultas no 2.º andar da casa que faz canto da Rua

General Carmona para a Rua da Sé. Em Lisboa, o Dr. Curry Cabral, Prof. da Escola Médica, aceitou o seu diagnóstico sobre os padecimentos de Antero como sendo do figado.

Dr. Arnaldo Ernesto Moulinho dos Santos, é igualmente médico militar, fazendo serviço na ilha de 1875 a 1879. A 6 de Dezembro de 1876 é convidado pela Mesa da Misericórdia para interinamente exercer o lugar de medicina. Havia então disputas com os clínicos da casa e por esse tempo figurava como demittido o Dr. Nogueira Sampaio.

Dr. António Marques David, é protegido pela Câmara e pretende ocupar o lugar do Dr. Amorim, falecido em 1876, mas a Mesa a 27 de Novembro indefere a pretensão em virtude do seu precário estado físico, como ele próprio francamente declara.

Dr. António Profirio de Miranda, médico do partido da Câmara, entra para a Misericórdia a 30 de Abril de 1877, preenchendo o lugar do Dr. Amorim que faleceu em 1876. Mas passados 4 anos, a 5 de Março de 1881, pede a demissão por doença.

Em 1880 tinha ido às Furnas fazer uma cura sem obter melhoras. A Mesa da Misericórdia, a 10 de Junho de 1877, resolvera criar para ele uma enfermaria de homeopatia, o que o Dr. Nogueira Sampaio não obtivera era agora concedido possivelmente pela influência deixada pelo homeopata Rodrigues Moderno com tal sistema de tratamento, mas não encontrei referência no funcionamento desta enfermaria.

Dr. Eduardo Abreu, ainda não completara o curso e já era interino no Hospital. Assim se verifica quando embarca para Coimbra a 26 de Setembro de 1882, tendo vindo a férias.

A 19 de Janeiro de 1884 requere o lugar de que era interino. Já antes fora convidado para o lugar do Dr. Profirio de Miranda, tendo a 9 de Agosto de 1883 um dos mesários proposto não se preencher a vaga porque sendo ele aluno distinto e estando a chegar era uma boa aquisição para a terra. A Mesa no entanto tomou a resolução condicional — se outro não apparecesse a concorrer.

Havia o Dr. Zagalo Nogueira que tinha direito a ocupar o lugar, porque exercia o cargo interinamente e fora sempre preterido em outros casos. Explorava-se a falta de um novo médico e a Câmara e a Misericórdia faziam combinações para fazer um outro partido.

Não obstante tanto interesse dum e outro lado, logo a 5 de Março de 1884, dois meses depois de nomeado, ha um grande conflito entre o novo clínico do Hospital e a Mesa. Por causa duma inválida que o médico mandou ter alta e sobre o caso ter um dos mesários pedido informações, o jovem clínico, impetuoso, dizendo as suas razões, não se contém e escreve na papeleta — «embora isto pese à sentimentalidade falsa de alguns falsos cristãos e à seródia ciencia dos ditos.» O caso deu grande escandalo e foi agitado na imprensa.

É claro que o mesário participou o caso à Mesa e esta mandou averiguar. A posição do médico não era muito segura. Provou-se que entrava no Hospital pelo quarto do Guarda-portão em lugar de ser pela escada de acesso. Era estranha a preferência e havia murmúrios pelo caminho que seguia tão desviado do que seria mais próprio para a entrada duma pessoa de categoria como o clínico. Censuravam-se certos procederes.

Instaurado o processo com estas provas, verifica-se então uma verdadeira debandada e atitude de indecisão, subterfúgios, pretextos para abafar o caso. O jovem médico pertencia a famílias muito importantes da ilha. Da Mesa saía o vice-provedor, parente muito próximo do médico, outros pedem igualmente escusa para se não comprometerem. É o caso vulgar do receio das responsabilidades. Mas o mesário visado, Manoel Francisco de Avila Junior, sabia aguentar-se. Por recíprocas transigências o processo foi arquivado.

Mas o Dr. Eduardo Abreu não esqueceu o caso e a ele voltou novamente. A Mesa a 13 de Maio teve de apreciar dois officios injuriosos ainda relativos ao mesmo assunto. Como consequência é advertido por escrito, porque ainda no inquérito que se fez se provava que ele na enfermaria das mulheres não conservava a urbanidade e compostura devida. Eram notórias certas referências.

Na eminência de maior proceder da parte da Mesa, a 17 de

Junho de 1884, o Dr. Eduardo Abreu comunica que deixa o serviço do Hospital.

Com a debandada de grande parte dos que tinham sido eleitos para a Mesa, a ela presidia provisoriamente um dos mesários, o P.^e Beneficiado José Teodoro de Serpa, e a ele se deve uma atitude de dignidade e intransigência em princípios morais e de disciplina do serviço que deu alto prestígio à Mesa. Não ha hesitações e o Dr. Nogueira Sampaio é nomeado para fazer o serviço do clínico que saía.

Levado recurso pelo médico ao Governador civil, são pedidas informações à Mesa, mas o P.^e sabe manter grande dignidade e sobretudo fazer valer o prestígio da direcção da casa. Percebe-se que o querem incomodar, mas ele sabe-se defender.

Um dia o Governador manda um pão e ordem para a Mesa de futuro zelar pelo fornecimento destinado aos doentes. Era ludibrioso ardil para acusar a Mesa. O P.^e Provedor que se tinha prevenido não perde a seneridade, olha o pão e como não vê razão para a advertência, convoca a seguir os médicos para darem a sua informação sobre a sua qualidade. São então todos unânimes na opinião de que estava apenas mal cozido e nada tinha de nocivo. E a ordem é imediata, cautelosa de zelo, abertamente de verificação científica — de futuro todo o pão fornecido passaria a ser examinado, antes da distribuição, pelos médicos da casa.

O procedimento da Mesa tinha-se imposto. A ponderação tinha sido a sua grande força para sustentar a razão. O governador visitando o Hospital a 3 de Janeiro de 1885, de tal modo o encontra em boa ordem que não hesita em lavrar um louvor. O P.^e Teodoro, Provedor ocasional, tinha-se afirmado um grande dirigente. E ainda mais se lhe deve — foi ele que mandou construir as duas grandes enfermarias.

Preparava-se nova eleição da Mesa. Entram muitos irmãos de todas as classes sociais. A nova Mesa foi eleita a 2 de Agosto de 1885 e era seu Provedor o Conde da Praia, mas entre os mesários era reeleito Manoel Francisco de Avila Junior, que tivera grande pendência com o clínico.

Nesta data é resolvido haver só 60 doentes pobres, por necessidade administrativa.

No ano seguinte, a 15 de Julho de 1886, a Mesa, por unanimidade, resolve agradecer ao Dr. Eduardo Abreu ter comprado em Paris e oferecido ao Hospital vários instrumentos cirúrgicos de que fora encarregado pelo Conde da Praia, seu Provedor.

Algum tempo depois este clínico ausentou-se para o continente onde definitivamente fixou residência, tendo participado em lutas políticas para a implantação da República.

Dr. João Carlos da Silva Pile, natural da Terceira, é nomeado médico efectivo do Hospital da Misericórdia a 6 de Dezembro de 1884 a convite do P.e Provedor, atraz mencionado. Tinha posto militar e serviu no Castelo de 1892 a 1894, oficiando-lhe a Mesa em 9 de Dezembro de 1892 para deixar o cargo militar visto não poder acumular.

A 8 de Janeiro de 1887 teve um conflito com a Mesa. Então, como hoje, já era e continua a ser, muito difficil dirigir médicos. Aparece em plena sessão da Mesa a dizer que se queria queixar, mas esta mandou-o sair observando que o não tinha autorizado a comparecer e que por escrito devia expor o que queria dizer.

Em 1894 é louvado porque participou desregros da enfermeira — esquecimentos, sempre desatenta, mau serviço aos doentes, etc.

A 14 de Agosto de 1895 pede licença para ir à América por um ano estudar cirurgia e ginecologia. É indeferido o pedido por fazer falta ao serviço, mas a 28 volta a insistir apresentando atestado de doença.

Não se comprehende bem como podesse estudar estando doente e a Mesa resolve o caso dando-lhe 90 dias de licença, mas findos estes não mais se apresentou sendo o lugar considerado abandonado.

Estabeleceu-se definitivamente na América onde foi clínico de apreciavel valor na cidade de New-Bedford.

Dr. Alfredo da Silva Sampaio, natural da Terceira, nasceu em 1862, formou-se em Coimbra no ano de 1888. É médico municipal em 1899, depois guarda-mor de saúde e clínico do Hospital da Misericórdia durante toda a sua vida profissional. É pessoa culta,

dado à investigação, publicando em 1904 uma obra importante, o seu livro *Memória sobre a Ilha Terceira*, que é um trabalho notável de erudição e um precioso elemento de consulta.

Dr. Manoel António Lino, natural da cidade, nasceu em 1865, formou-se em Coimbra em 30 de Julho de 1892. Não foi médico do Hospital, exercendo funções do partido municipal e delegado de saúde onde se evidenciou como homem de ciência e prático experimentado na epidemia de Peste bubónica, que apareceu na ilha em 1908.

Era um espírito literário, poeta, artista de alta estima social. Deixou alguns escritos, versos, etc., como afirmação do seu temperamento artístico.

Dr. Manoel Victorino Belencourt, oriundo de S. Jorge, nasceu em 1866, formou-se pela Escola Médica de Lisboa em 1893. Serviu algum tempo na Praia da Victória. A 29 de Fevereiro de 1896 é nomeado para a vaga do Dr. Pita por 4 votos a favor e 3 contra, e coisa extravagante, os votos contrários eram a favor do Dr. Nogueira Sampaio, que antes, em 1888, pedira a exoneração.

Foi clínico de grande fama, trabalhador incansável, de alto prestígio social e político preponderante. É com ele que se iniciam no Hospital da Misericórdia as operações de alta cirurgia. Temperamento voluntarioso, em 1906 levantou perante a Mesa o grande conflito sobre as irmãs de caridade que serviam no Hospital, triunfando o seu ponto de vista. Foi sempre um grande trabalhador e devotado clínico para com os seus doentes. Foi incontestavelmente um grande lutador, mas foi sempre um triunfador.

Dr.^a D. Maria Teodora Pimentel, é a primeira médica que vem para a ilha e dela era natural. Formou-se na Escola Médica de Lisboa em 1896, fixando-se depois na cidade onde exerceu clínica com apreciável relevo e desempenhou funções públicas de delegado e inspector de saúde, tendo igualmente papel de relevo na referida epidemia servindo sobre as ordens do Dr. Lino a quem sucedeu na chefia de saúde do distrito. Era pessoa de apreciável cultura, muito inteligente e sempre pronta em todas as ocasiões que as suas funções fossem chamadas em benefício da saúde públi-

ca. Fora antes professora e a 14 de Janeiro de 1884, doze anos antes da sua formatura, era registada na Câmara de Angra o seu diploma para reger a Escola da Conceição.

Muitos outros naturais da Ilha Terceira, nascidos neste século, se formaram em medicina e alguns ascenderam mesmo ao magistério universitário como os Drs. Pita, Augusto Monjardino, Sousa Junior, Anibal e Nicolau Betencourt, Azevedo Neves, bem como outros que exerceram a profissão em outros lugares ou se desviaram para sectores diferentes de actividade científica.

Não os citamos porque, como se intitula este trabalho, só trazemos à enumeração os que exerceram a profissão na Ilha em qualquer dos seus dois concelhos, Angra e Praia, e até ao fim do século XIX.

Deixamos aos vindouros continuar a relação e o relato de factos posteriores nalguns dos quais participou o autor.

CIRURGIÕES

Neste século desaparecem completamente estes profissionais. Só no primeiro quartel alguns se encontram ainda com o privilégio da antiga carta. Tem de se frequentar as Universidades e Escolas Médicas para ter o diploma que autoriza a exercer a medicina e a cirurgia.

Igualmente desaparecem os sangradores. A evolução da ciência trazia novas concepções de tratamento.

Registamos a seguir os poucos nomes de cirurgiões que ainda encontramos.

José Domingos Cardoso, é nomeado em Março de 1803 para o lugar da Misericórdia, vago por óbito de Domingos Ferreira.

Francisco José da Silveira, filho de Domingos Francisco de Sousa, natural das Velas, S. Jorge, com carta de cirurgião passada a 2 de Setembro de 1802, regista-a na Câmara de Angra a 13 de Abril de 1815.

Vicente Pedro de Kori, que é cirurgião-mór em 1820 no Hos-

pital da Boa Nova, é do partido da Câmara em 1824 onde serve com satisfação geral e tanto que ganhando só 25\$000 rs. ao ano lhe são aumentados os vencimentos para 100\$00 rs. por despacho do Desembargador do Paço de 11 de Outubro daquele ano, o que é registado na Câmara a 9 de Julho de 1825.

Joaquim António Gaspar, filho de Joaquim António Gaspar, natural da freguesia de S. Pedro das Alhadas, Coimbra, tinha carta de cirurgião passada a 16 de Outubro de 1826 e veio para Angra em Fevereiro de 1827.

António Joaquim da Silva Melo, filho de Manoel José da Silva Brandão, natural da freguesia de Midões, Vila Real, com carta de Sangrador e cirurgião passadas no Rio de Janeiro a 24 de Setembro de 1822, regista-as na Câmara de Angra em 1833.

BARBEIROS-SANGRADORES

Só no começo do século ainda se nota a sua presença, mas a sua acção reduz-se quase de repente com as novas concepções do tratamento dos doentes. Fica apenas o barbeiro mantendo o privilégio de tirar dentes o que conserva até ao fim do século.

No que resta do arquivo da Misericórdia de Angra não encontro referência à nomeação deste pessoal. Só em 1893 é mencionada a posse de:

António Jacinto de Sousa Pereira, que julgo ter sido o último nomeado, o qual depois, no exercício livre da profissão, foi um dentista de apreciável mérito.

BOTICÁRIOS

É ainda o nome que se mantém durante quase todo o século. Botica era a designação popular do estabelecimento e só com o decorrer dos anos e o desenvolvimento da cultura popular o nome de Farmácia se foi estabelecendo.

Damos a seguir os nomes que encontramos exercendo a profissão em Angra durante este século.

Victorino Ribeiro Lobo, é o boticário do Hospital da Misericórdia e em exercício desde 4 de Janeiro de 1806. Faleceu à roda de 1834.

Frei José de San Joaquim, frade franciscano, com botica pública no Convento de S. Francisco em 1820, sendo a sua carta de 28 de Abril deste ano e registada na Câmara de Angra a 11 de Novembro.

Fez exame perante um júri constituído na ilha por delegação do físico-mor do Reino composto pelo Dr. José Inácio da Silva e pelos boticários Victorino Ribeiro Lobo e Manoel Gomes da Mota que o deram por aprovado na teoria e na prática. A carta foi-lhe dada pela chancelaria do reino sob proposta do físico-mor. Sobre o boticário Manoel Gomes da Mota não encontramos qualquer referência ou registo.

Guilherme António de Lima Monteiro, filho de Martinho António Teixeira, natural de Almeida, exerceu a profissão em Angra com a sua carta registada em 1831.

Foi o fundador da farmácia Monteiro e consta que tinha igualmente habilitação da Faculdade de Medicina, mas que não concluiu o curso por não lhe agradar a profissão. Em 1845 fornece medicamentos à Misericórdia e a sua botica ocupava todas as lojas do edificio na Praça da Restauração que é hoje a Pensão Central e onde tinha instalado também uma drogaria.

Pessoa empreendedora, em 30 de Junho de 1858 é-lhe concedido alvará de licença para fundar uma oficina de destilação de alcool a vapor na Rua da Guarita, n.º 11.

Deve ter falecido pouco antes de 1870 porque nesta data a farmácia, com o mesmo nome, muda-se para outro local próximo, no mesmo sitio onde foi a Farmácia Pedro de Lemos e é hoje a Farmácia Lisboa. Tinha herdado a farmácia a filha D. Joana Augusta Monteiro da Luz, que para a poder manter aberta contratou um farmacêutico do Continente Luis Pereira da Cunha, trespassando

em 1899 o local a este e indo instalar a farmácia na Rua da Sé, com o mesmo nome, onde passou a ser dirigida pelo genro Francisco de Paula Rebelo.

Em 1945 a farmácia foi transacionada mudando de proprietário.

José Duarte das Dores, filho de António José Duarte, natural de Coimbra onde fez exame a 8 de Julho 1823, veio para Angra a 29 de Dezembro de 1834.

Martiniano Evaristo Serpa, exerce a profissão na Misericórdia de 1834 a 1883 ou seja 49 anos. Atraz fizemos já referência à sua interferência com o médico Inácio Quintino de Avelar, deportado da *Amazonas*, no agitado problema de usurpação dos baldios.

Joaquim Silveira Belencourt, toma conta da botica da Misericórdia em 1848, mas parece ser só ajudante. Era filho de João Silveira Marques de Sousa, natural da Ilha de S. Jorge. Foi praticante de Martiniano Evaristo Serpa, farmacêutico na Misericórdia e fez exame em Angra em 1845, sendo o júri constituído pelo Delegado do físico-mor Dr. Nicolau Pita, Dr. António José de Amorim e boticário José Duarte das Dores, obtendo carta a 12 de Dezembro daquele ano.

António Norberto Machado, filho de Manoel José Machado, natural de Angra onde fez exame em 1845. Foi discípulo de José Duarte das Dores. Fez parte dos examinadores Guilherme António de Lima Monteiro, acima nomeado, o Delegado do físico-mor Dr. Nicolau Pita e o Dr. Amorim. A carta é-lhe dada a 12 de Dezembro de 1845, assinada pelo Dr. Pita que se intitula Provedor da Saude.

Manoel Alvares Ribeiro de Faria, exerce a profissão em Angra já antes de 1845 e é referida a sua actividade até 1883, ou seja 29 anos em serviço.

António Jacinto de Sousa Junior, em exercício na Misericórdia de 1856 a 1857 mas nesta data, a 3 de Outubro, é despedido por não apresentar bom serviço.

Francisco José Alemão, dirige a botica da Misericórdia de 1857 a 1883 ou seja 26 anos. Veio substituir António Jacinto de Sousa e aprendera a profissão com os dois acima nomeados Martiniano e Manoel Alvares.

João dos Santos Pais, era o proprietário da botica Santos que existia na cidade em 1861 no mesmo local onde hoje se encontra a Farmácia Sousa.

João Duarte Lobo, tem também botica na cidade pela mesma data, não encontrando outras referências.

Manoel Ferreira Giraldes, trabalha na Misericórdia em 1861. Faleceu em 1883. Teve um filho do mesmo nome e profissão que se estabeleceu no continente em Aldeia-Galega.

Joaquim José de Oliveira e Sousa, com botica sua em 1866 mas não encontro outras indicações.

Luis Pereira da Cunha, natural do Continente, veio para a Terceira à roda de 1870 contratado para dirigir a Farmácia Monteiro por ter falecido o seu fundador. O estabelecimento tinha sido mudado das lojas ao lado da Ermida da Saúde para o local onde hoje está a Farmácia Lisboa, tendo passado em 1899 a ser propriedade da Sociedade Cunha e Lemos, pela sua associação com o farmacêutico Pedro de Lemos, adeante indicado, que igualmente trabalhava na mesma farmácia.

António Augusto Vieira, natural de S. Miguel, substitue o Giraldes e é farmacêutico do Hospital já em 1883, mas em 24 de Setembro de 1886 pede a demissão.

António Casimiro Mourato, estabelecido em Angra desde 21 de Dezembro de 1882, data em que se propoz substituir o Giraldes. Entra para a Misericórdia em 1887. A botica esteve primeiro instalada nas lojas ao lado da Ermida da Saude, na Praça da Restauração, mudando-se depois para a Rua de Sé e passando por vários donos é hoje a Farmácia Vasconcelos.

Manuel Eusébio de Sousa, filho de António Eusébio de Sousa, era natural de Vila Franca do Campo. Veio para a Terceira com 27 anos de idade, em 1886, para dirigir a botica Santos que existia no mesmo local onde hoje se encontra a Farmácia Sousa e por ter falecido o seu proprietário João dos Santos Pais, estabelecimento que algum tempo depois adquiriu.

Tinha nascido em 1859 e faleceu em 1928 com 69 anos de idade.

Fez exame na Escola Médica do Porto a 4 de Abril de 1884, registando a sua carta na administração do Concelho de Angra a 7 de Julho de 1886. Permaneceu assim nesta cidade cerca de 43 anos sendo sempre muito considerado como farmacêutico de esmerada técnica e pondenor.

Passando de pais a filhos, todos farmacêuticos, a farmácia é hoje propriedade do neto, afirmando assim a continuidade da profissão nesta família.

Pedro de Lemos, filho de José Maria de Lemos e D. Izabel Carlota de Oliveira, nasceu na freguesia da Terra-Chã a 12 de Julho de 1858. Diplomou-se pela Escola do Porto em 1885. Tinha feito a sua prática na Farmácia Monteiro, já sob a direcção técnica de Luis Pereira da Cunha, onde depois continuou a trabalhar e quando esta se mudou para a Rua da Sé continuou no mesmo local na Farmácia que montou o farmacêutico Cunha, ao qual se associou em 1901, constituindo a Farmácia Cunha e Lemos que em 1909 passou inteiramente para o seu nome.

Teolónio Alberto Mendes, nasceu em 1866 e diplomou-se no Porto em 1892. Entra para a Misericórdia em 1899. Para o concurso de provimento do cargo, é curioso notar que concorreram dois farmacêuticos do Continente, um do Porto e outro de Coimbra.

João da Rocha Lemos, nasceu na Terceira em 1871 e foi diplomado pelo Porto em 1893. Esteve estabelecido à entrada da Rua D. Amélia, junto à Praça da Restauração. Faleceu novo sendo a farmácia liquidada algum tempo depois.

Como já o notamos, encerramos com os nomes encontrados até ao fim do século de oitocentos, esta relação dos profissionais que directa ou indirectamente intervieram no tratamento de doentes.

Estamos convencidos que essa relação não é completa e que alguns, por falta de registo ou por deficiência de procura nos tenham escapado.

O trabalho que se efectuou e se apresenta não tem a pretensão de ser obra completa; pretende-se apenas trazer à evidência a continuidade duma cadeia de servidores, que são igualmente, pela sua regular sequência, a expressão do desenvolvimento social do meio.

Que essa continuidade se prova como demonstração da evolução da vida e acompanha o aperfeiçoamento da arte de curar no seu desenvolvimento em relação a cada época, é quanto basta para afirmar a exigência do meio e o modo como o foi satisfazendo.

Fica assim iniciado para gerações futuras a quem o caso interessasse, este esboço de prova de quantos contribuíram para a valorização e aperfeiçoamento social da Ilha Terceira.

Na parte da Praia

A formação na Ilha Terceira dos dois núcleos de povoamento iniciais, um em Angra outro na Praia, a sua evolução em separado, o que logo de começo se notou e foi confirmado oficialmente pela formação dos dois concelhos aproximadamente pela mesma data de 1480, consequência imediata da divisão da Ilha em 1474 nas duas capitánias donatárias, a própria distância que os separava, levaram naturalmente à criação de meios próprios em pessoal e instalações para socorro dos doentes e necessitados.

A criação da Misericórdia da Praia em 1492 e pela mesma data a de Angra, é data antecipada àquela que mais fundamento se encontra para as duas, a data de 1498, juntamente a criação da de Lisboa, não sendo licito supor que esta fosse criada posteriormente. É no ano de 1498 que D. Leonor assina o Compromisso da Misericórdia de Lisboa e a esta data se devem ter registado as primeiras cria-

das entre as quais as de Angra e Praia. A data de 15 de Março de 1492 que o P.^o Maldonado indica como a do—«compromisso feito por João Vaz Corte Real ao Hospital de Angra», seria possivelmente o caminho da preparação e não já uma realização. Parece certo que as duas Misericórdias tiveram uma evolução a par e nela deviam estar as razões fundamentais de separação, embora a distância dos dois núcleos populacionais pouco excedesse 20 quilómetros.

Se não era então uma necessidade imediata, já era disposição de meios para consolidar a firmação das duas capitánias que outras razões indicavam fortalecer. Foi seu primeiro Provedor Domingos Homem da Câmara, neto do Capitão-donatário Alvaro Martins Homem e filho segundo de Antão Martins Homem, que por sua morte, em 1483, lhe havia sucedido na Capitania.

É ainda para a Praia que encontramos a primeira referência da nomeação dum cirurgião em 1504. A carta é dada a Thomaz Pires para exercer a profissão na «*parte da Praya*», a qual pelo seu interesse adeante reproduzimos.

No entanto, sendo esta a primeira notícia que se encontra não obriga a concluir, como o consideramos para a parte de Angra, que antes desta data outros não tivesse havido a exercer a profissão. Tem de se contar com os práticos das ordens religiosas que acompanhavam os empreendimentos marítimos e depois se fixavam logo de início com os primeiros povoadores. O certo é que a carta de Thomaz Pires é um indicativo, que seis anos depois das Misericórdias entraram em funcionamento, na Praia havia já um profissional diplomado.

É no entanto sabido que as Misericórdias no seu começo eram mais instituições de amparo e socorro aos pobres e abandonados que casas de tratamento de doentes. Tinha primacial intensidade a assistência religiosa. Nos ofícios do culto e em tudo que importava à condução das almas, havia cuidada preferência. Em 1677, em permanente serviço, tinha a Misericórdia da Praia 8 capelães que recebiam ao ano um moio de trigo cada um.

Colhe-se contudo pela consulta do arquivo da Misericórdia da Praia, que se encontra muito regularmente conservado e possui documentos a partir de 1523, que os serviços de tratamento

se foram organizando sucessivamente e em conjunto com o desenvolvimento do meio. Foi ao seu cuidado que esse serviço esteve exclusivamente entregue até 1859, data em que é criado o partido médico municipal, para o qual já em 1855 a Câmara havia tomado deliberação.

É portanto só referida à Misericórdia a série de profissionais que a seguir se apresenta, todos os que se encontraram a prestar serviço no tratamento de doentes.

Para uma melhor seriação do assunto e como o fizemos para a «*parte de Angra*», indicaremos em relação a cada século o número de profissionais que encontramos, elaborando essa relação em separado para as respectivas categorias de médicos, cirurgiões, barbeiros-sangradores e boticários.

NO SÉCULO DE QUINHENTOS

MÉDICOS

Não encontramos neste século nenhum licenciado ou físico que o permita incluir nesta categoria. Todo o serviço de socorro aos doentes deve ter sido executado pelos cirurgiões e sangradores a seguir nomeados.

CIRURGIÕES

Thomaz Pires, é o primeiro profissional que encontramos a tratar doentes na Praia. Tem carta de cirurgião que lhe é dada por D. Manoel a 7 de Fevereiro de 1504. É também o primeiro de que há notícia exercendo a sua actividade na Ilha Terceira — «*na parte da Praia*» — e pelo valor do documento transcrevemos a seguir a referida carta.

Dom Manoel etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que conhecendo nos de Tomaz Pires morador

na Ilha Terceira na parte da Praya que o fará bem e como compre a nosso serviço e bem e proveito do povo e querendolhe fazer graça a mercee temos por bem e damoslhe licença e lugar elle use e posa usar da ciencia e arte da solorgia per todos nossos Reynos e senhorios sem embargo de quaeesquer leix nem ordenaçõeas que hi aja em contrario por quanto fomos certos por Mestre Gill nosso fisico e solorgiam moor a que o nos mandamos examinar ele ser hidonio e pertencente pera usar da dita ciencia e arte de solorgiam. E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juizes e justiçaes e officiaaes e pessoas a que esta nosa carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que daquy em diante deixem usar da dita solorgia ao dito Thomaz Pirez e o não prendam nem ffaçam prender nem lhe façam por ello nenhum desaguizado e o leixem della usar como dito he. Outrosy mandamos que quaeesquer outras pessoas que usarem da dita solorgia sem licença do nosso solorgiam moor os prendaes requerendovollo ele de nosa parte e os nom soltes sem nosa ou sua licença porque asy he nossa merce o qual Thomaz Pirez jurou em a nosa chancelaria aos Santos Avangelhos, etc. Dada em Lisboa a 7 dias de Fevereiro, el Rey o mandou por Mestre Gill seu fisico e solorgiam moor, Lourenço Cabral a fez anno 1504.

(Trans. «Arquivo dos Açores», Vol. V, pág. 104).

Fernão Coelho, tem carta a 10 de Julho de 1514, passada por D. Manoel, nomeando-o igualmente cirurgião na Vila da Praia. Nela vem indicado que é morador na Ilha Terceira, na Vila da Praia, podendo exercer a profissão — «por todos os nossos reynos» — aprovado em provas públicas perante o juri pois fora — «certo pelo Dr. Diogo de Faria nosso celorgião moor ele ser ydoneo e pertencente pera usar e praticar a dita ciencia e arte de celorgia».

Mestre Pedro, por carta de 27 de Maio de 1559, D. Sebastião concede a Mestre Pedro, morador na Vila da Praia, carta para usar

da «solorgia» mas só na Vila da Praia e seu termo «por elle se-
velho e a dystancia do caminho grande».

Simão Fernandes, cirurgião cuja data não precisamos mas que
fixamos no final deste século porque encontramos ter Pedro de
Castro, cirurgião em 1614, haver com ele aprendido.

BARBEIROS-SANGRADORES

Mestre Guaspar Pereira, sangrador de 1559 a 1562, recebia
760 rs. por curar os doentes.

Gaspar Rodrigues, é sangrador em 1595 com 20 alqueires de
trigo para tratar os doentes.

Embora se encontrem documentos de receita e despesa desde
a data bem recuada de 1523, só encontramos referência a paga-
mentos aos sangradores acima indicados. Um desses livros de 1586
a 1592 só refere encargos com presos. Noutros vem a liquidação
de contas com «mezínhas e unturas» que seriam naturalmente
prescritas por profissionais.

Contudo, em relação às datas das cartas de cirurgião conce-
didas a Thomaz Pires, Fernão Coelho e a Mestre Pedro, atribuín-
do a cada um uma actividade profissional de 30 a 40 anos, duran-
te todo este século, o tratamento esteve assegurado por estes pro-
fissionais.

No SÉCULO DE SEISCENTOS

Para o agrupamento das actividades profissionais, cingimo-
-nos apenas aos dados encontrados nos registos. Fica-nos porém
sobre alguns a dúvida se possuíriam carta com aprovação para o
exercício da profissão no grupo em que os colocamos.

Mesmo para os que possivelmente o não seriam, a sua acção
foi de tal modo definida e exercida com carácter oficial, que não

hesitamos em inclui-los nos agrupamentos indicados — médicos, cirurgiões, barbeiros-sangradores e boticários, segundo a referência encontrada nos registos.

MÉDICOS

Dr. Camilo, físico. Encontra-se este nome no livro das despesas da Misericórdia em 1604, sem quaisquer outras indicações. Por físicos eram designados os médicos.

Jorge Carlos, físico, exerce a profissão na Praia em 1608 a quem a Câmara paga um salário.

Como já referimos este mesmo nome encontra-se em Angra servindo também na Câmara, mas é falecido em 1622. As datas em que serve em Angra e Praia levam a pensar que teria primeiro estado na Praia passando depois para Angra.

Dr. Vargas, faz serviço na Misericórdia em 1615 e recebe 30 alqueires de trigo.

Dr. Simão Roiz Pestana, licenciado-físico, serve desde 1617 a 1640. Recebe 3 mois de trigo por curar os enfermos da casa.

Licenciado Manoel Pessoa de Almeida, a 28 de Junho de 1643 é contratado para curar os doentes no Hospital da Praia.

É natural concluir que nas deficiências e gravidade de certas doenças os médicos de Angra viessem à Praia e vice-versa. Só a notar que num e outro lado nem sempre os haveria.

Em 1650, o Dr. Moreno, de Angra, recebe da Misericórdia da Praia 2\$000 rs. por uma visita que fez ao Capitão Manoel do Canto Vieira, vindo da cidade a esta Vila. Em 1688 ha uma conta de 23\$210 rs. de mezinhas fornecidas pelo médico de Angra, Manoel de Vasconcelos.

CIRURGIÕES

Marcos da Silva, recebe em 1600 meio moio de trigo, «em lugar do cabo da praça, por curar os doentes pobres de mal contagioso de que Deus nos livre».

É designado por cirurgião e encontramos o seu nome até 1633. São assim 33 anos ao serviço da Misericórdia. Ainda é vivo em 1638 e recebe meio moio de trigo por serviço na secretaria.

Em 1601 a Misericórdia paga ao «surgião» 12\$500 anuais. Em 1614 meio moio de trigo por sangrar e curar os doentes e depois passou a pagar um moio em 1627.

Pedro de Castro, é outro cirurgião que existe em 1614, que aprendeu com Simão Fernandes, já citado. Possivelmente não teria carta, como é presumível também para Marcos da Silva. Seriam práticos.

O registo de contrato manda pagar— «500 rs. que tantos tinha obrigação pagar Simão Fernandes seu antecessor do tratamento de Francisco Nabais».

Em 1627 recebe 8 alqueires de trigo por curar a filha de Bras Antunes.

Mestre Miguel, cirurgião e médico da casa em 1629, recebe um moio de trigo.

Manoel Rodrigues do Rego, surgião em 1638, para curar os doentes da casa até 1648 recebe 2 moios de trigo, depois até 1673, 2,5 moios. Serve assim a Misericórdia durante 35 anos.

João Rodrigues, cirurgião aprovado e contratado em 14 de Julho de 1686 por se oferecer por 1,5 moio de trigo. Em 1694 todo o serviço de cirurgia está ao seu cuidado. Ainda trabalha em 1729 em que recebe 3 moios pelos muitos doentes de fora e dentro. Fornece também medicamentos em 1713.

O seu nome figura num livro de genealogia de famílias da Praia.

BARBEIROS-SANGRADORES

Barnabé Valadão, encontra-se a partir de 1640 por vezes intitulado cirurgião, mas parece ser só sangrador e prático. Ainda trabalha em 1698; são assim 58 anos de serviço. Também fornece mezinhas ao Hospital as quais em 1692 tem o valor de 4 moios de trigo. Tinha o encargo especial de curar os doentes de fora. O seu nome entronca em registos genealógicos das famílias da Praia e tem parentesco com o cirurgião João Rodrigues.

Em 1659 há esta nota curiosa — são-lhe descontados 10 alqueires de trigo que levou a mais da eira.

Simão Luis de Macedo, aparece a substituir o cirurgião Manoel do Rego no primeiro quartel do ano de 1653, intitulando-se mestre-cirurgião. Tudo indica que devia ser prático.

António D'Oeiras Valadão, trabalha no Hospital e assiste como cirurgião dos doentes de fora, mas é só sangrador-barbeiro como se vê em 1685. Em 1703 fornece mezinhas, azougue, etc. Em 1710 é designado por cirurgião da casa e em 1713 contratado por sangrador.

BOTICÁRIOS

Domingos Carneiro, fornece medicamentos ao Hospital, sendo a primeira conta de *mezinhas* em 1602. A partir de 1605 o pagamento é feito a trigo sendo de começo um moio, o que vai sempre subindo para em 1623 receber três moios ao ano.

João de Sousa, fornece medicamentos a partir de 1625 em que recebe 20\$00 rs. indo até 1642. É boticário em Angra porque o encontramos a fornecer o Hospital Militar da Boa Nova em 1652.

Francisco Lopes Quadrado, faz contrato com a Misericórdia em 5 de Setembro de 1638.

Luis Gomes da Costa, é boticário em Angra e faz contrato de fornecimento com a Misericórdia a 28 de Junho de 1642, fornecendo até 1657. É o heroi do cerco do Castelo que fornecia depois o Hospital da Boa Nova, como mencionamos na *parte de Angra*.

Manuel Luis Coelho, é outro boticário que encontramos a fornecer a Misericórdia da Praia, com ele e o Lopes Quadrado, em 1659, são legalizadas contas com as famílias, o que parece indicar terem falecido, a não ser que fossem nomes de Angra, que não encontrei, onde viriam comprar remédios como o faziam com o Luis Gomes da Costa.

Antonio Alvares de Vasconcelos, fornece medicamentos em 1662 recebendo dois mois de trigo. Tinha botica em Angra, fornecendo o Hospital da Boa Nova em 1659.

Nos livros das despesas encontram-se lançadas todos os anos grande número de esmolas a trigo, que eram distribuidas pelos pobres e pelo pessoal da casa.

Faziam-se igualmente peditórios correndo a população. Colho ao acaso que o de 1615 rendeu 196 rs.; o de 1624, 80 rs.

A bandeira da Misericórdia quando saía a acompanhar enterros era paga com 400 rs.

NO SÉCULO DE SETECENTOS

Neste século o movimento de doentes intensifica-se. Nos registos, entre homens e mulheres hospitalizadas, haviam em 1747 — 207 doentes; em 1778 — 125; em 1784 — 210 e em 1793 — 421. Contudo só encontramos o Licenciado Joaquim Francisco de Moraes com categoria de diplomado.

A não ser que o registo de outros médicos tenha escapado à procura, o que é improvável, seriam naturalmente os cirurgiões os que acumulavam as duas funções. Este mesmo licenciado é citado como cirurgião o que era categoria profissional que não tinha designação de licenciatura.

MÉDICOS

Licenciado Joaquim Francisco de Moraes, também designado por cirurgião em 1776 recebendo 4 moios de trigo. Em 1784 recebe 9 moios, 4 de cirurgião e 5 de medicamentos, indo até 1806.

Num dos livros de genealogias encontramos o seu nome com a designação de licenciado.

CIRURGIÕES

Simão Machado Fagundes, é contratado como cirurgião, em 1714, para curar os doentes, por dois moios de trigo.

Francisco Xavier dos Santos, é cirurgião diplomado, contratado pela Misericórdia da Praia em 1736. Fornece também medicamentos a partir de 1741.

Em 1747 tem a patente militar de alferes; em 1755 a de capitão.

Ainda em 1775 ou seja 39 anos de serviço, recebe da Misericórdia 7 moios de trigo, 3 do serviço de cirurgião e 4 por fornecer as «mezinhas».

BARBEIROS-SANGRADORES

Ballazar Gonçalves, é contratado em 1714 para sangrar os doentes e presta serviço até 1745 ou seja 31 anos.

Nicolau de Freitas, presta serviço em 1715 recebendo meio moio de trigo. Figura no registo como «surgião de feridas».

Francisco José Machado, é sangrador em 1753 e ganha um moio de trigo ao ano. Presta ainda serviço em 1784 ou seja 31 anos depois.

Joseph Gomes, é barbeiro-sangrador em 1730. Intercala com Baltazar Gonçalves de 1731 a 1740.

José Gomes de Aguiar, sangrador em 1796 e entra no serviço da Misericórdia por impossibilidade de Francisco José Machado. Ainda trabalha em 1828 e faleceu em 1837.

Leandro de Lima, parece ser sangrador particular. Em 1745 vai sangrar um pobre e pelo serviço a Misericórdia paga-lhe 2 alqueires de trigo.

BOTICARIOS

João Lucas do Vale, com carta dada em Lisboa a 21 de Março de 1690, vivia em Angra e fornecia o Hospital da Boa-Nova. Em 1709 já vende mezinhas para a Misericórdia da Praia, atingindo em 1713 a quantia de 50\$000 rs., mas ainda vinham outros remédios da cidade.

António de Sousa Coelho, encontra-se com botica em 1722.

António Sault, é boticário em Angra e faz contrato em 1716 para fornecer medicamentos à Misericórdia da Praia. Em 1726 faz novo contrato.

Feliciano Pereira da Silva, é boticário em Angra e em 1720 faz contrato para fornecer medicamentos, contrato que vai até 1740.

Silvestre Pereira, é boticário em 1735 e figura com fornecimentos à Misericórdia da Praia.

Euslácio Francisco de Andrade, é boticário na cidade e fornece a Praia em 1785 indo até 1793.

António Lopes Pinheiro, fornece medicamentos de 1776 a 1781 recebendo dois moios e 30 alqueires ao ano.

No SÉCULO DE OITOCENTOS

Neste século, como por toda a parte, com a evolução da ciência, com as novas necessidades sociais que o desenvolvimento das aglomerações humanas iam motivando e sobretudo devido ao impulso dado pelas novas organizações políticas e administrativas que a revolução liberal espalhou por todo o País, grandes modificações vieram alterar o regime existente na Misericórdia da Praia.

Aquela pobreza em meios clínicos que caracteriza todo o século de setecentos, sofre então um forte estímulo e poderosas vontades entram em acção para o solucionar. Mas o meio devia ser pouco compensador à vida do clínico, porque há períodos em que os partidos estão vagos e todos os que lá se fixam por pouco tempo se demoram.

Como adiante o iremos indicando na nomeação do pessoal e provisão dos lugares, não poupou canseiras a Mesa da Misericórdia para que soluções acertadas modificassem tão precário estado de coisas.

A Misericórdia vivia então em período de plenas possibilidades, mas se as dádivas eram grandes e permitiam receitas satisfatórias, os encargos eram igualmente avultados. Como exemplo, encontramos que, no ano económico de 1829-30, a Misericórdia recebeu em trigo 172 moios e 11 alqueires, o qual vendido a 405 rs o alqueire deu a receita em dinheiro de 3.993\$373 rs.

Contudo, os encargos obrigatórios eram igualmente grandes. De todo este trigo eram entregues anualmente pela Misericórdia as seguintes quantidades às seguintes entidades: ao Mosteiro de Jesus 5 moios; aos religiosos de S. Francisco 2 moios; à conferência do Santíssimo 1 moio; ao colégio da Matriz 1 moio e 42 alqueires e ao Padre Capelão 4 moios.

Ao todo 13 moios e 2 alqueires fora outros encargos habituais com officios religiosos e esmolas de carácter permanente.

A própria situação liberal impunha alguns sacrifícios. Em 1829 todo o trigo teve de ser entregue para sustento dos militares e ao Hospital dado o encargo de tratar todos os voluntários doentes. O que é de notar é que por esse facto não se nota diminuição

nos socorros a prestar aos doentes habituais. As soluções adaptavam-se naturalmente às circunstâncias.

O movimento de doentes era grande. Neste ano estiveram hospitalizados 193 doentes com 5.453 dias de tratamento, havendo 14 óbitos.

Que a Misericórdia se não poupava a despesas, prova-o a conta da farmácia de 1823 que somou em todo o ano 3.590\$396 rs., maior que toda a receita a trigo que ficava livre dos encargos obrigatórios.

Compreende-se que a situação merecia meditação da parte da Mesa e teve esta de impor economias, fazendo recomendações quanto ao receituário e outras despesas. É claro, como sempre, para os que não tem a responsabilidade da administração, apareceram queixas, clamores de muitos, acusações públicas, etc., que em 1856 tomaram tal volume sobre o mau serviço do Hospital que o Governador da ilha pediu explicações à Mesa.

Em 1847, a Misericórdia da Vila Nova é integrada na Praia e, no ano seguinte, recebe esta 2 moios e 30 alqueires de trigo que eram receita daquela, registo este que difere da referência que o Dr. Henrique Braz faz ao caso nas págs. 131 e 132 do volume *Ruas da Cidade* e colhido noutras fontes.

A partir de 1856, data dos protestos junto do Governador contra a administração da Mesa, nota-se uma melhor organização nos serviços. Passa a haver duas enfermarias, uma de medicina, outra de cirurgia e o formulário adotado é igual ao dos estabelecimentos congêneres e, como há sempre fantasistas nas administrações públicas, em 1863 um dos mesários propunha para se criar um talho por conta do Hospital para que o lucro do açougueiro ficasse para a Misericórdia, o que levantou grandes e justificados protestos.

Em 1890 existem ainda despesas com 3 *lazaros*, e havia uma combinação para serem internados neste Hospital, privativo da Praia, os doentes do concelho de Angra, pagando as despesas a respectiva Câmara.

Chamavam-se *lazaros* os doentes com lepra e era na Praia que havia a chamada Casa dos Lazaros, estabelecimento típico, ainda hoje existente e pertencente à Misericórdia que o utiliza

para outros fins. É uma instituição muito antiga, creio que única nos Açores, que remonta às primeiras datas do povoamento e tão típica no traçado do seu edifício que desde o seu início constituiu sempre uma verdadeira distinção para a Vila da Praia. Era uma verdadeira gafaria, como já nesse tempo se procurava isolar estes infelizes doentes atacados de lepra.

Figurou durante muito tempo como instituição fundada, construída e dotada por Gonçalo Vaz Homem, primeiro dos 4 filhos que teve João Vaz Homem de Valparizo, primo do capitão donatário Alvaro Martins Homem. Eram os chamados *Vazes* da Praia e foram dos primeiros povoadores que o acompanharam, fixando-se ali a constituírem forte núcleo de fixação e domínio português na posse e defesa da Ilha.

Foi esse filho mais velho, que em certa altura sentindo-se atacado de lepra, mandou construir o edifício e o dotou por testamento de 1520 para futura e idêntica utilização e nele se isolou do convívio e contágio com outros, lá vivendo e lá falecendo, onde se encontra sepultado em capela própria, com grade de ferro, como ainda hoje se observa, a afirmar a grandeza daquela alma e a decisão de tão forte e dominante geração.

Sua mulher, D. Beatriz Afonso Columbreiro, por seu testamento de 1534, acompanhou a vontade do marido fazendo doação de terrenos anexos ao Hospício e era tanta a simpatia pela sua utilidade e a piedade que inspirava, que como o recorda o P.^o Luis Cota, recentemente em «A União», André Dias Seleiro e sua mulher D. Beatriz Gonçalves, no mesmo ano de 1520, lhe deixaram um legado equivalente a sete moios de trigo.

A Casa dos Lazaros que funcionava desde o século de quinhentos, criara tal prestígio, que a 23 de Outubro de 1877, o Barão de Castelo de Paiva, médico, tocado por inspiração divina de bem fazer, benemérito doador de todos os seus bens a todas as Misericórdias do País, oferecia uma inscrição de 500\$000 rs. exclusivamente consignada ao tratamento de tais doentes.

Em 1864 houve uma grande epidemia de bexigas, chegando a estarem hospitalizados 92 doentes.

Repetia-se assim a epidemia dos começos deste século que

motivara a vinda à Ilha Terceira, por ordem real, do Dr. Estanislau José Coelho, à qual nos referimos *na parte de Angra*.

Ligado ao assunto encontramos nos registos a notícia seguinte que traduz o sentir popular, como em tantas outras idênticas circunstâncias se verifica relativamente a providências de saúde pública, até mesmo em populações com índice de civilização bastante adiantado.

Foi o caso que a 23 de Fevereiro de 1808, pelo General Governador dos Açores, fora dada ordem para 4 crianças irem da Praia à cidade para serem inoculadas, ficando isso a cargo da Misericórdia. Mas o caso levantou grande alarido entre os pais porque se dizia que algumas das crianças já submetidas à prova tinham morrido, outras ficado padecendo moléstias e alguns pais reclamavam. A um de Maio seguinte vinha uma petição dos moradores das Fontinhas nesse sentido, negando os filhos à experiência.

A autoridade dizia que era boato, que em toda a parte o proceder indicado era ciência adquirida e instava para que se não deixassem propalar mentiras, que a providência era emanada de Sua Magestade como natural zelo pela saúde de todos.

As coisas serenaram algum tanto, mas, como sempre, não foi facil convencer a população da inocência do método. A epidemia foi cedendo pelo esgotamento da massa a contagiar e o caso esqueceu nas providências a tomar como o indica o recrudescimento de 1864.

Damos a seguir a relação dos nomes que encontramos exercendo a profissão de médicos, cirurgiões, etc., durante este século, no Concelho da Praia

MÉDICOS

Dr. José Inácio da Silva, presta serviço em 1809 e recebe 4 moios de trigo ao ano para visitar os doentes duas vezes ao dia e curar os enfermos. Em 1816 está em Lisboa e apresenta uma conta

de despesas de 222\$200 rs. Antes de findar o contrato é demitido. Depois em 1833 é médico do partido da Câmara em Angra, mas como vimos, é igualmente demitido algum tempo depois.

Licenciado José Domingos Cardoso, em 1813 recebe 5 moios de trigo para visitar os doentes duas vezes, depois passa a 6 moios. Em 1821 é pago como cirurgião, o que indica exercer cumulativamente esta profissão.

Dr. Neville Carter Raimond Balh, é médico da Misericórdia em 1828 e recebe 4 moios de trigo ao ano. É um nome estrangeiro provavelmente ligado ao movimento liberal que se desenvolvia na ilha.

Em 1830 recebe 6 moios por acordão da Mesa da Misericórdia de 2 de Julho de 1830 enquanto não receber os partidos dos religiosos. Faleceu a 14 de Abril de 1836.

Dr. António José de Amorim, médico por Coimbra em 1833, vem substituir o Dr. Neville por morte deste em 1836, mas a sua nomeação deu origem a uma grande disputa, dizendo-se na mesa, que ainda não tinha concluído o curso. Fizera parte do Batalhão Académico e depois vem servir na Misericórdia de Angra em 1857, onde faleceu à roda de 1876.

Dr. Rodrigo Zagalo Nogueira, médico em Angra. havendo falta de Clínico na Misericórdia da Praia em 1859 faz duas visitas ao Hospital recebendo a quantia de 30\$000 rs.

Dr. António Joaquim de Azevedo Feio, é nomeado para o Hospital da Praia em sessão da Mesa de 24 de Agosto de 1843 com a remuneração de 10 moios de trigo — 6 pagos pela Misericórdia, 3 pela Junta de Paróquia e 1 pela Câmara. Como havia falta de médicos e não aparecia quem quizesse ir para a Praia, as tres entidades citadas faziam esta combinação. Mas o Dr. Feio fazia render a dificuldade e para vir residir na Vila exigia mais 2 moios e isso propunha a 8 de Setembro de 1841 o delegado de saude Dr. Nicolau Pita, alvitando que a Junta de freguesia das Lages podia

dar os outros dois moios. Havia a informação que o Dr. Feio tivera oferta mais vantajosa para ir para S. Jorge. Em 20 de Julho de 1845 tinha pedido para substituir o Dr. Amorim mas a Mesa não aceitou porque «não tinha na ciencia médica a qualificação do curso de Universidade». A 24 de Abril de 1846 encontra-se já ao serviço do Hospital. Mas 8 anos depois, a 8 de Junho de 1854, aparecem queixas contra ele — «murmurio público, descontentamento, referências sobre o modo como tratava os doentes». A Mesa pondo-se de parte pede ao Delegado de Saúde Dr. Nicolau Pita e cirurgião-mor de saúde para inquirir o caso. Em 8 de Julho a acusação toma certa gravidade o que faz com que o Dr. Feio se despeça do serviço a 29 dizendo — «que não estava para viver em tal regime de intrigas».

Continuando a haver falta de médico a Mesa volta a chama-lo um ano depois com o fundamento que fora ele quem se despedira e não por motivo disciplinar.

Dr. António Joaquim da Silva Melo, que residia em S. Sebastião e concorrera à vaga pela morte do Dr. Neville em 1836 sendo então nomeado o Dr. Amorim, era agora convidado para vir substituir o Dr. Feio quando este se despediu em 1854. A Mesa só queria pagar os 10 moios mas este alega que não era nada inferior ao Dr. Feio em habilitações, que tinha os mesmos exames e na sua carta os de cirurgia e de medicina, razões para só servir com os dois moios a mais.

Por fim sempre ficou com os 10 moios, 6 pagos pela Misericórdia como se combinara e também porque o Dr. Feio já se oferecia novamente sem os dois moios a mais. Entra ao serviço em 1841 mas em 1847 é despedido entrando o clínico Schiapa Pietro. Perante a sua reclamação a Mesa afirma que ele não era aprovado em Medicina e assim devia ser porque se contentou em ficar somente na cirurgia, falecendo em 1847.

Dr. Carlos Augusto Schiapa Pietro, é aprovado pela Escola Médica de Lisboa. Juntamente com o Dr. Feio requiere a 20 de Agosto de 1843 à Mesa da Misericórdia da Praia para vir ocupar o partido pelos 10 moios. A 20 de Dezembro de 1846 requiere

como aprovado em medicina e cirurgia para entrar ao serviço e o Dr. Melo é despedido para ele ocupar o lugar.

Este caso dos Médicos agitou-se durante algum tempo. A 11 de Fevereiro de 1844 o Dr. Amorim, através o Governador, protestava contra a nomeação do Dr. Melo. A Mesa dizia que ele satisfazia, tinha boa fama, que não estava para o despedir e depois se ver obrigada a pagar como já sucedera com o médico José Inácio da Silva, que foi expulso antes de findar o contrato. Além disso não eram boas as referências ao Dr. Amorim, tanto em Angra como na Praia.

A 3 de Março, o Concelho do Distrito mandava admitir o Dr. Amorim o que o governador transmitia, mas a Mesa protestou por a nomeação ser atribuição sua e «não estar para admitir novatos».

É então que a 10 de Março, para evitar maiores conflitos, a Mesa resolve de acôrdo com o Dr. Melo dar-lhe meio partido na cirurgia e o Dr. Amorim ficava com a outra metade, entrando para a medicina. Este não tinha ainda carta de médico e ficava estabelecido que à terceira advertência no serviço, seria expulso segundo os estatutos.

Em 1852 o Dr. Schiapa, aparece a fazer serviço militar como cirurgião-ajudante de Caçadores 5.

Esta questão entre os três médicos Feio, Melo e Schiapa, estendeu-se até 1847. Quando faleceu o Melo, o Feio requereu a cirurgia, mas a Mesa já tinha resolvido o Schiapa acumular e de facto nos Estatutos havia um só lugar de clínico. Além disso este último clínico ameaçava ir para a Graciosa se lhe não dessem os dois lugares e porque tinha lá prometido um bom partido.

A informação que a Mesa dá ao Governador sobre a petição do Feio é muito curiosa e desembaraçada — «volúvel, que não tinha persistencia, nem simpatia dos doentes, que com ele se não podia contar». Contudo o Dr. Feio venceu o recurso porque a Mesa já tivera dois clínicos.

Também havia questões entre os médicos e é natural depois de tanta disputa pelos lugares. Em 1581 tornou-se de tal modo acesa a discórdia que a Mesa em 1852 faz a advertência formal de

serem proibidas discussões nos corredores do Hospital e ameaça exercer sanções. Nesta data existiam os dois clínicos Schiapa e Feio. Uma outra deliberação da Mesa impunha que a visita fosse feita impreterivelmente às 9 horas.

Dr. Crispiniano Evangelista da Silva, é contratado em 27 de Dezembro de 1854, com a saída do Dr. Feio, e por 48\$000 ao ano, para visitar os doentes nos dias em que o clínico da Casa o não pudesse fazer por impossibilidade, mas pouco tempo prestou serviço porque na mesma data aparece o contrato a seguir.

Dr. José Augusto Nogueira Sampaio, em 1854, depois do despedimento do Dr. Feio, o delegado de saúde propõe este clínico para vir três vezes por semana à Praia vêr os doentes, recebendo um moio de trigo por mês. Mas logo em Setembro é desfeito este contrato por não convir. O Dr. Nogueira Sampaio propõe 60\$000 rs. mas a Mesa alega estar cheia de dívidas e não poder pagar tal quantia. São então convidados os Drs. Zagalo Nogueira e o médico militar Pedro de Sande, mas não aceitam e é novamente chamado o Dr. Feio, permanecendo pouco tempo.

Em 1856 o Dr. Nogueira Sampaio volta a fazer uma visita por semana e por não haver nenhum médico na Praia, recebendo por mês 9\$600 rs. e por cada visita extraordinária 6\$000 rs. Em 1859 por duas visitas ao Hospital da Praia recebe 144\$000 rs.

A falta de partido médico municipal trazia toda esta atmosfera de exigência e alguma indisciplina se manifestava entre o pessoal. O velho sangrador Luis Gomes tem de ser demitido por atitudes incorretas. A Mesa impõe que todos os doentes sejam tratados com humanidade e se não ponham fora sem que as famílias os venham buscar. Eram inconvenientes de só pessoal menor estar na permanência do serviço.

Havia queixas ao governador sobre o mau serviço no Hospital e em 13 de Março de 1856 ainda não havia médico na Misericórdia nem partido na Câmara. No entanto permanecia o entendimento entre todas as entidades para se poder pagar convenientemente a um médico — a Misericórdia daria 8 moios, a Câmara 3

e as Juntas de Freguesia de Santa Cruz e Lages dariam 4, ao todo 15 moios.

A falta de médico era problema de grave responsabilidade e por isso a 10 de Abril de 1856 é feita uma deligência ao deputado do distrito Miguel do Canto e Castro para este procurar arranjar um facultativo. É quando se faz nova combinação com o Dr. Nogueira Sampaio para visitar os doentes uma vez por semana.

Outras deligências em 1857, junto do deputado, trazem então a boa nova da vinda do clínico a seguir indicado o qual havia de trazer para a Praia um magnífico trabalho de assistência e de dignidade profissional.

Urgia tomar providências definitivas e a Câmara em 1859 delibera criar o partido municipal, providência em que já tomara decisão em 1855. Igualmente a tomar posição que evitassem tais situações, a Câmara e a Misericórdia, entraram em combinação para pagarem a um novo facultativo, sendo metade da despesa a cada entidade ou seja 125\$000 ao ano, combinação que pouco tempo subsistiu.

Dr. Francisco António Rodrigues da Silva, é apreciado clínico, que devido às deligências do deputado Miguel do Canto e Castro vem exercer a profissão na Praia dando-lhe sempre uma alta dignidade. Apresenta-se a 27 de Julho de 1857, sendo nomeado definitivamente a 4 de Outubro deste ano — «pelas suas grandes qualidades de clínico».

Em 1859 ausenta-se por algum tempo, sendo combinado que o Dr. Zagalo Nogueira e o Dr. Nogueira Sampaio o viriam substituir alternadamente. Depois fixa-se definitivamente na Praia ao regressar da sua viagem ao continente. Em 1866 recebe ao ano 250\$000 rs. como fora combinado. Aposentou-se em 1888 com 32 anos de serviço. Faleceu a 2 de Outubro de 1892. Durante muito tempo invocava-se o seu nome como uma grande perda para a Praia.

Foi um clínico muito conceituado, sempre respeitado e querido da população, tendo prestado assinalados serviços como profissional muito competente que era. Foi ele o primeiro clínico que na ilha empregou a anestesia geral por inalação de éter e com

marcado sucesso, o que indica os seus méritos de homem de ciência e iniciativa. A grande descoberta estava apenas a 13 anos de distância da sua vinda para a Praia, pois fôra em 1844, que em Boston, o cirurgião Warren empregava pela primeira vez a anestesia geral por inalação do éter para efectuar uma amputação. Foi o dentista Morton que, por acaso, fizera a grande descoberta: ao pôr o éter sobre um dente que ia extrair, reparou que o paciente passava por uma ligeira sonolência. A estes dois americanos, e mais ao químico Jackson, ficava a humanidade devendo uma das maiores descobertas.

Foi ele igualmente que levou a Mesa a deliberar a 9 de Agosto de 1857 para ser montada a farmácia do Hospital, sendo criado o partido a 17 de Janeiro de 1867 com 600\$000 anuais.

O Hospital da Praia criava assim novos créditos e é ele que em verdade inaugura a permanência da vida clínica naquele concelho.

Com esse crédito novas dádivas se vinham juntando e não esqueciam a sua terra afortunados ausentes como José Francisco Vieira que, estabelecido em Montevidéu, deixou em 1869 à Misericórdia valores que liquidados renderam a quantia de 4.226\$300 rs. o que se ficou devendo a deligências do deputado Visconde de Bruges.

Dr. António Martins Ferreira Júnior, concorreu ao lugar vago de médico pela aposentação do Dr. Rodrigues em 30 de Junho de 1889. Era formado pela Escola do Funchal. Em 1892 deixa a Praia fixando-se na Vila da Calheta, em S. Jorge, onde foi médico municipal, clínico de grande relevo e influente político de apreciavel valor, sendo eleito senador pelo distrito na legislatura de 1925.

Dr. Manuel Victorino Bellencourt, formado pela Escola Médica de Lisboa entra para o partido municipal a 10 de Novembro de 1892, mas quatro anos depois, a 10 de Agosto de 1896 deixa a Praia fixando-se em Angra onde, como já o frisamos, foi clínico de grande prestígio e influência.

Dr. Trajano Baptista Pereira, diplomado pela Escola Médica de Lisboa em 1896, natural da Urzelina, S. Jorge, ocupa interinamente o lugar de médico na Praia onde se demora apenas alguns meses, retirando-se para a sua ilha, onde foi clínico de grande prestígio e de apreciados méritos. Faleceu em Lisboa com 86 anos de idade em 1956.

Dr. Fernando Tourel, formado pela Escola Médica do Porto, concorreu ao lugar vago em um de Setembro de 1896, mas é preterido pelo clínico seguinte. Mais tarde instalou-se na Praia em Partido particular com apoio político durante algum tempo donde veio depois para Angra ocupar o lugar de clínico do Hospital e director do laboratório da Junta Geral, no começo do século seguinte.

Dr. Alexandre Martins Pamplona Ramos, formado pela Escola Médica de Lisboa é nomeado médico do Hospital em sessão de 17 de Setembro de 1896. Teve sempre um grande conceito clínico, sendo médico sabedor e competente e foi um grande influente político entrando em acirradas lutas partidárias.

Antes de ser nomeado a 6 de Agosto de 1893, fôra deliberado pelas duas entidades, Câmara e Misericórdia, haver um só partido médico por 500\$000 rs. anuais, tocando metade da despesa a cada entidade. É natural que as necessidades clínicas fossem aumentando mas o intencional da deliberação e o exclusivo profissional que trazia é que certamente as não poderiam satisfazer.

CIRURGIÕES

Não encontramos indicação de nenhum profissional com as habilitações exclusivas de cirurgião. Já então, na designação universitária de licenciado estava incluída a categoria comum de médico e cirurgião e todos os que registamos ao serviço da Misericórdia da Praia se deviam encontrar nessas condições.

BARBEIROS-SANGRADORES

Existem ainda nos registos da Misericórdia um número avultado destes profissionais. Mas todos eles seriam simples curiosos práticos, barbeiros, exercendo este mister e mantendo a designação que o regulamento ainda mantinha—barbeiro-sangrador—mas a sua função essencial seria a de enfermeiro dentro do Hospital.

Havia destes sangradores na Misericórdia e trabalhando livremente, o que facilmente se explica por durante largos períodos não haver médico na Praia. A todos os doentes seriam naturalmente estes curiosos com fama de saberem curar que iriam atendendo com os seus meios de sangria e outros já em decadência a todos que necessitavam de alívio aos seus males. Como sempre era boa margem para o desenvolvimento do curandeirismo; mais uma vez a insuficiência estimulava o desenvolvimento de maiores deficiências.

São os seguintes os nomes encontrados:

Luís Gomes de Aguiar, é sangrador com carta em 1838 e é filho de José Gomes de Aguiar. Em 1856 é demitido por insubordinação com a Mesa. Não haviam médicos nesta data.

Bernardino José da Costa, sangrador em 1837 sem carta. Em 1844 é contratado para alternar no serviço com o Luis Gomes, mas tinha de apresentar a carta.

André Borges, é sangrador sem carta, trabalhando livremente por esta mesma data.

Francisco Luís, encontra-se nas mesmas circunstâncias do anterior e trabalha pela mesma época.

José Paim de Menezes, figura como barbeiro-sangrador em 1860 mas é prático. A sua função era ser enfermeiro; depois toma conta da Botica; em 1878 é designado por sangrador, velha designação, pois então já a profissão não existia.

Teolónio Ignacio Borges, não tinha carta de sangrador ; em 1868 está a substituir o Paim.

Anicelo José Batista, foi um barbeiro-sangrador hábil que residio na Agualva no último quartel do século, mas era prático, sem diploma. Tinha fama nas freguesias visinhas onde era muito apreciado para o tratamento de feridas e extracção de dentes. Faleceu em 1947 com 86 anos. Teve dois filhos que são barbeiros estando um estabelecido em Angra, outro trabalhando no acampamento americano das Lajes.

Era tão exigente que quando ensinava os filhos e sempre que iam para o trabalho, ele próprio verificava o estado de limpeza das mãos e das unhas com esta formal recomendação «nesta profissão, as mãos limpas é o essencial».

Um neto é igualmente barbeiro continuando o ofício familiar.

BOTICÁRIOS

Até ao ano de 1867, data em que é criado o partido da Farmácia, a Misericórdia da Praia fazia contrato com farmaceuticos da Praia, se existiam, ou de Angra, para o fornecimento de medicamentos.

António Ignacio Silvestre, é boticário em 1800 e tem o contrato de fornecer medicamentos ao Hospital por 5 moios de trigo. É natural que estivesse estabelecido na Praia.

Victorino Ribeiro Lobo, está estabelecido em Angra mas fornece medicamentos à Misericórdia da Praia em 1813 que atingem o valor de 195\$600 rs.

António Ignacio da Silveira Pimentel, já o encontramos em 1796 montando a botica do Hospital de Angra, mas em 1822 parece estar estabelecido na Praia, onde ainda o encontramos em 1855 a fornecer a Misericórdia, com remédios no valor de 322\$660 rs..

Em 1852 faz a proposta de deixar a botica ao Hospital se em sua vida fôsse ele só a fornecer.

Antônio Moniz de Medeiros, está estabelecido com botica na Praia em 1831 fornecendo a Misericórdia e propondo em 18 de Dezembro de 1847 à Mesa para lhe deixar a botica e por sua morte, contanto que seja só ele a fornecer enquanto vivo. Encontra-se o seu nome em 1855 bem como o do anteriormente mencionado.

João dos Santos Pais, é farmaceutico em Angra onde reside em 1860. Fornece eventualmente remédios à Misericórdia da Praia.

Francisco José Alemão, encontramos-lo em Angra em 1857 na botica do Hospital, mas em 1864 está estabelecido na Praia, falecendo em 1872. A viuva liquidou a botica por 60\$000 rs.

Antônio Joaquim de Sousa e Silva, é boticário da Misericórdia da Praia onde trabalha em conta corrente com a Mesa de 1859 a 1867 data em que é criada a botica do Hospital entrando ele para o partido.

Manuel José da Silveira, estabelecido na Praia, fornece medicamentos de 1844 a 1856. Faleceu em 1857 e a Misericórdia propõe-se comprar a botica para a instalar no Hospital, mas os herdeiros já estavam em contrato com o boticário de Angra, Francisco José Alemão, entrando depois a Mesa em combinação com este para a vir reger, o que foi aceite. Mas por fim é o enfermeiro José Paim de Menezes, que tinha alguma prática adquirida no Império do Brasil, que ficou encarregado de a dirigir sob a vigilância do médico.

O caso é que o Governador mandou fechar a botica em 14 de Março de 1859 porque a lei exigia a existência dum farmaceutico diplomado.

Antônio de Araujo Assis, natural do continente, entra para o partido da Misericórdia em 9 de Fevereiro de 1877 mas em Setembro a seguir despede-se, retirando para o continente. Tinha o contrato de 40\$000 rs. por mês.

Joaquim José de Oliveira e Sousa, está estabelecido em Angra em 1866 e eventualmente fornece medicamentos à Misericórdia da Praia.

Filipe António de Sousa Telo, toma posse do lugar de boticário do Hospital da Praia a 7 de Janeiro de 1878. Mas logo no ano seguinte há motivo de reparo da parte da Mesa que lhe faz a seguinte advertência — «a farmácia era um centro de reunião, sempre gente à porta, a botica sem dar lucros, o boticário ausentava-se sem dar cavaco a ninguém e assim se via obrigada a dar por fim o contrato.» Mas o boticário prometeu emendar-se e ficou, mas a seguir, em 1880, havia concurso para provimento do lugar.

António Norbeto Machado, entre os cinco farmaceuticos que concorreram é este o nomeado, residente em Angra. Faleceu a 22 de Março de 1892.

Frederico Augusto Lopes da Silva, que nasceu em I-XII-1863 e completou o curso de farmácia em Coimbra a 23 de Junho de 1887, é nomeado no ano de 1892 para a Misericórdia da Praia, por motivo de ter falecido o farmaceutico, requerendo ele o lugar. Foi jornalista de mérito, distinguindo-se na campanha contra a unificação da moeda em 1891. Foi presidente da Câmara da Praia em 1896, e Reitor interino do liceu em 1902, já então desde 1900 residindo em Angra, sendo o Presidente da Junta Geral quando da visita régia em 1901 e pouco tempo depois nomeado secretário da mesma, cargo que já exerce em 1903.

João Baptista Mendes, nasceu nesta ilha em 1877 e tirou carta de farmácia na Escola de Lisboa em 1898. Dirigiu a botica da Misericórdia da Praia e depois estabeleceu-se naquela Vila.

Francisco Lúcio Fagundes Junior, nasceu em 1876 nesta ilha e diplomou-se pela Escola de Lisboa em 1899. Esteve estabelecido com farmácia na Praia da Vitória e a seguir em Angra, na Rua da Sé, adquirindo a farmácia Mourato, ausentando-se depois para o Continente onde ainda exerceu a profissão.

Como o fizemos para Angra, encerramos também esta relação para a — *parte da Praia* — com os últimos nomes que encontramos no século de oitocentos. Com alguns destes conviveu o autor e seguiu ainda uma boa parte das suas actividades clínicas e sociais, mas com eles encerramos a relação deixando à iniciativa daqueles a quem o assunto possa interessar de futuro, continuar a sequência dos que começaram no século actual e no qual se desenvolveu também a principal actividade profissional dos que transitaram do século passado.

Memória sôbre as Festas do Espírito Santo na Ilha Terceira dos Açores

Pelo Ten.-Cor. Frederico Lopes

Homenagem de Gratidão e Saudade
ao querido Mestre e Amigo
Doutor Luis da Silva Ribeiro.

I — SUA ORIGEM

Não é conhecida a origem remota das Festas do Espírito Santo. Parece contudo que certo imperador da Alemanha — possivelmente Otho IV, o Soberbo, que reinou entre 1197 (ou 1208?) e 1218 — foi quem primeiro lançou os fundamentos duma instituição, sob a invocação do Espírito Santo, destinada a socorrer os pobres atingidos pela fome que grassou no império ao raiar do Século XIII. Daí se teria propagado a outros estados da Europa cristã.

Do facto de ter sido instituída num Império, por um Imperador, resultariam possivelmente as cerimónias da «coroação», figurando depois, tanto na parte litúrgica como no cortejo pagão, os profaníssimos foliões, que bem poderiam ser também os representantes directos dos famosos bobos palacianos, tão em voga na Idade Média.

Segundo uma citação da «*História da Igreja em Portugal*» (1) afirma-se que a igreja do Espírito Santo da Pedreira, na cidade de Lisboa, remonta ao princípio da Monarquia. Desconhecendo-se a data da sua fundação, sabe-se contudo que nela havia uma Confraria que tinha por fim, não só honrar o Divino Espírito Santo, mas também exercer a Caridade, pelo que funcionava junto dela um hospital, ao qual, em 1 de Março de 1279, foi feita por Afonso Correlano e sua mulher Maria Moniz, doação de uma vinha «*para sustento dos pobres*». Nesse hospital se instalou, em 1675, a Congregação do Oratório por doação daquela Irmandade.

Numa nota a pág. 76 do «*Mês de Sonho*», mestre Leite de Vasconcelos cita uma monografia publicada em 1926 pelo Prof. Rui de Azevedo, com o título «*Benavente*», em que vem notícia de uma «*Confraria de Benavente*», do Século XIII, anterior a 1237 e portanto a D. Diniz, que tinha a seu cargo um «*bôdo aos pobres por dia do Espírito Santo (p. 81 s. s., 117 s. s., 279 s. s.)*».

Na verdade porém, ao menos com o esplendor e o ritual a que fazem referência vários historiadores, só em 1296, na povoação de Alenquer, foi instituída oficialmente, por Isabel de Aragão — a Rainha Santa — a primeira Confraria ou Irmandade com a denominação de «Império», tendo chamado a Nobreza e pessoas de diversas gerações para nele tomarem parte, socorrendo-o com tenças e esmolas que garantissem a continuidade da sua missão augusta. Segundo refere o douto bispo do Porto, Fernão Correia de Lacerda, «*o povo igualou a generosidade da nobreza*» correspondendo ao apêlo real com a costumada liberalidade.

Constou êsse primeiro acto devocional pelo Espírito Santo, em procurar, na capela real, em dia de Pentecostes, o indivíduo mais pobre ali presente para o conduzirem a tomar lugar no trono real, onde o rei lhe serviria de condestável e de págens os cavaleiros da côrte.

Ajoelhado o pobre em rico cochim, o presbítero celebrante tomou a corôa real de acima da credência e colocando-lha na cabeça cantou o «Veni Creator». Assim assistiu à missa o pobre mendigo, levando depois na cabeça a coroa real para o paço onde lhe foi oferecido um lauto banquete, servindo à mesa a rainha de Portugal.

Tão expressivo acto de humildade produziu tamanha impressão entre os nobres de então, que estes pediram vénia real para o poderem repetir em seus solares, com pobres de sua escolha. O rei, não só aquiesceu, como lhes permitiu mandarem fazer uma coroa semelhante à sua e que passou a chamar-se «*Coroa do Divino Espírito Santo*».

Das festas, religiosas e profanas, a que tal devoção depois deu lugar, nos falam vários historiadores, e de seus minuciosos descritivos se conclue que os folguedos com que o povo terceirense costuma festejar o Paracleto, não são mais que uma reprodução tanto quanto possível fiel, do que ha cinco séculos era, e continua a ser, o mais fervoroso culto do Povo Açoreano, nomeadamente o desta Ilha Terceira que é, dentre todos, neste particular, o mais tradicionalista.

O padre José Pereira Bayam por exemplo, no seu livro «*Portugal Glorioso*», diz: — «*Na festa do Espírito Santo, concluidos os cultos sagrados, que fazião os três dias com magestosa devoção, começavão festas seculares de touros, argolinhas e cannas, a que concorria a Nobreza de Lisboa e de outras partes do Reyno*»...

Ora nesta Ilha Terceira de Nosso Senhor Jesus Cristo, a touxada é ainda hoje o fecho por excelência, não só dos festejos do Espírito Santo, mas de todas as festas religiosas de carácter popular. As «*argolinhas*» e as «*cannas*» de que nos fala Bayam, também se conservaram na tradição com a designação genérica de «*Cavalhadas*» até ao último quartel do século findo, e a velha Praça de S. Cosme desta cidade de Angra (hoje Praça da Restauração) foi teatro de vistosos torneios equestres e espectáculos taurinos de pompa desmedida, para documentar os quais ha ainda algumas fotografias da época, na sua maior parte desmerecidas pela implacável acção do tempo.

O Padre Francisco Manuel Esperança, na *«História Seráfica»*, cap. 37, conta-nos pormenorizadamente:

«No domingo pela manhã entrava na Igreja do convento de S. Francisco o que havia de servir de imperador, assistido de dois reis e seguido de nobreza e povo, com três págens que lhe levavam as coroas (uma das quais era a que deixou para a festa a mesma santa rainha) e sendo estas oferecidas no altar, um religioso com vestes sacerdotais coroava com estas os três supostos monarcas, que assim coroados acompanhavam a procissão. (2) A' tarde saia o Imperador da igreja do Espirito Santo com muitas festas, trombetas e multidão de gente com canas verdes nas mãos e dois págens adeante com a coroa, e outro com o estoque; e assim entrava na igreja de S. Francisco. O sacristão ahi dava ramilhetes a nobres que dançavam com duas donzellas honestíssimas que acompanhavam o imperador na qualidade de damas, a titulo de se lhes dar parte do dote para casamento. Esta mimica era precedida de nova coroação, depois voltava o imperador á igreja do E. S. e lá depunha a coroa nas mãos dum sacerdote. Nos dois domingos seguintes continuava a festa e no ultimo durava muito pela noite e por isso lhe chamavam «domingo dos prazeres» em consequência de luzes.

«As vésperas eram solemnissimas e depois delas se fazia uma aparatosa procissão chamada da «candeia», de que a mesma santa rainha foi autora; e saía de S. Francisco acompanhada de um homem com umas madeixas de cera de que ficava ardendo uma ponta no altar e o mais se estendia pela vila até chegar á igreja de Triana. Determinou a santa rainha que nesta igreja se enrolasse para servir nos officios divinos e missas; porêem depois vieram a repartir a «candeia» adiante até á egreja do E. Santo, e lá se benzia a carne e o pão que no dia seguinte se havia de gastar no bôdo».

Em alguns lugares onde depois se começou a reproduzir êste cerimoniaal, as pessoas gradas da terra iam de *«toalha a tiracolo»* e com os pratos na mão, levar o bôdo ao hospital e à cadeia.

Diz Teófilo Braga na nota 3.^a ao *«Cancioneiro Açoreano»* de João Teixeira Soares, que depois de estabelecida a solenidade na Vila de Alemquer, dali passou para os paços de Cintra.

Nos meados do Século XV testemunham-lhe a existência em Portalegre e Marvão, e em Niza nos comêços do Século XVI. (3)

Até comêços do presente Século, celebrava-se ainda na povoação de Santos, freguesia de Mação, a festa do Espírito Santo a que concorriam os povos da visinha povoação de Caratão, da mesma freguesia, *«levando as moçoilas as fogaças á cabeça. A parte mais importante dessa festa era o bodo. Começava em quinta-feira da Ascenção, dia em que 12 das mais belas môças, garridamente vestidas, iam peneirar a farinha para o pão do bodo, sendo as mesmas que no dia próprio o amassavam, levando-o, depois de cozido, em taboleiros enfeitados de flores, de casa dos Mordomos para a igreja do Espírito Santo onde, depois de abençoado, era distribuido pelos Mordomos e pelos pobres»*. (4)

Na Beira Baixa faziam-se as *«Folias»* (5) e na Covilhã era o *«Alferes da Bandeira»* quem oferecia o banquete no dia da festa religiosa.

Pois bem: — Os *«Vodos»* à porta das igrejas do Espírito Santo; os *«Imperadores»* e os *«supostos monarcas»* que levavam as coroas; os *«Págens»* com os *«Estoques»*; as *«donzelas honestísimas»* que dançavam com os nobres e acompanhavam o Imperador na qualidade de *«Damas»*; o *«domingo de prazeres»* e sua *«consequência de luzes»*; as *«madeixas de cera»* que se enrolaram por ordem da rainha e deram origem à procissão da *«candeia»*; a *«carne e o pão»* que se benzia para se *«gastar no Vôdo»*; e bem assim as *«toalhas a tiracolo»*, as *«Folias»* e os *«Alferes da Bandeira»* — tudo isso que a muitos povos do Continente parece lenda, tem hoje ainda nos Açores uma representação viva e palpitante nos *«Foliões»*; nas meninas que, vestidas de branco (símbolo da inocência) acompanham as coroações; nas *«tochas»* ou *«rôlos de cera benta»* que ardem nas *«mudanças»*; nas *«iluminações»* que deslumbram as ruas dos *«impérios»* e nessa comunhão de *«nobreza e povo»* que é a nota frizante de tão extraordinárias festividades, criadas pela devoção dos poderosos para exaltação dos humildes!

Quais as fôrças criadoras que conseguiram impulsionar e manter, no mesmo alto grau de esplendor, através os séculos, o culto popular pela 3.^a Pessoa da Santíssima Trindade? Primeiro,

sem dúvida, o sentimento nobilíssimo que o inspirou — o da Caridade — sempre tão apreciado dos Terceirenses; segundo, os muitos milagres atribuídos ao Espírito Santo, nas épocas calamitosas dos terramotos e «*rebentações de fogo*» que espalham a desolação e o terror por todas as ilhas.

Do primeiro, fala-nos eloquentemente o amor que o nosso povo dedica às Casas de Beneficência e a sua prodigalidade sem par nas «*Funções*» e nos «*quinhões de esmola*» dos bodos. Os 130 alqueires de trigo, destinados, como diz o Padre Esperança, para se «*gastar no vôdo*», são bastas vezes multiplicados na roda do ano, e durante as sete semanas do Espírito Santo são muitos os moios de pão distribuídos pelos pobres, desde a cidade até aos mais humildes lugarejos.

Segundo um jornal terceirense da época, no ano de 1886 contaram-se nos dois concelhos, com excepção das quatro freguesias da cidade de Angra, 34 impérios que distribuíram 110 moios de trigo em pão. Só as freguesias da cidade distribuíram nêsse ano 2.790 esmolos de pão e carne e gastaram 22 moios de trigo !

Os «*touros*» que Bayam cita no «*Portugal Glorioso*» e que «*primeiro se corriam na festa antecedente*» para depois serem abatidos, têm hoje a substituí-los a carne tenra e gostosa de muitos bezerros, cevados a capricho nos bons pastos naturais das terras altas, e abatidos às dezenas pelas dezenas de impérios por toda a ilha, aos três e quatro por freguesia, e pelas promessas particulares dos devotos, sempre religiosamente cumpridas, mesmo à custa de sacrifícios sem par que só Deus, com a divina luz do seu espírito, poderá medir com inteira justiça e premiar com o merecido galardão.

Do segundo, reza a História e mantem-se na Tradição as vezes sem conta que as coroas e bandeiras do Espírito Santo eram levadas procissionalmente até junto das lavas candentes, para que o Divino acalmasse as iras da Natureza, pondo termo às «*ribeiras de fogo*» que, escorrendo das bocarras dos vulcões, ameaçavam subverter a ilha inteira.

As famosas festas do «*Império de S. Carlos*», últimas das muitas que por toda a roda do ano se realizam, tiveram sua origem na terrível erupção de 1761, quando, no sítio ainda conhecido

por «*Entre o Pico e a serra*», rebentou um vulcão cujos fumos densíssimos, descendo da cumiada da Serra de Santa Bárbara, vieram até ao local onde foi depois edificado o império.

Diz a tradição que ali ergueram os Terceirenses um estrado de madeira sobre o qual foi colocada uma coroa do Espírito Santo. Reuniu-se à volta muito povo para implorar a protecção divina não tendo o denso fumo ultrapassado aquele sitio, apesar de ter durado 3 semanas, o que foi tomado por milagre, pois no domingo seguinte àquele em que a Igreja venera S. Mateus (21 de Setembro) desapareceu finalmente sem deixar vestígios «... e assim começou a ter lugar aquelle festejo, bastante concorrido por todo o povo da cidade e seus subúrbios», como diz o Dr. Alfredo Sampaio na sua «*Memória sobre a Ilha Terceira*».

(¹) — Fortunato de Almeida — Tomo III, Parte I, pág. 401.

(²) — E' de notar o facto de existirem três coroas e três Imperadores numa mesma Coroação, o que parece tornar inconsistente a afirmação, que já vimos escrita, em forma de protesto, de só «modernamente» e por desejo de ostentação, os actuais Impérios reunirem no mesmo cortejo várias coroas, entendendo tal procedimento por contrário à tradição.

(³) — Revista Lusitana — Vol. IV, pág. 134 e seguintes.

(⁴) — Revista «Ocidente» — Vol. IV, Fev. de 1939.

(⁵) — «Etnografia da Beira», de Jaime Lopes Dias, Vol. I.

II — IRMANDADES

Embora desde a fundação das Misericórdias da Praia e de Angra, criadas ao que parece sob a invocação do Espírito Santo por na frontaria das igrejas dos respectivos Hospitais estar figurada uma pomba de pedra (1), se celebrasse no dia de Pentecostes uma missa a que assistia o Provedor com a coroa na cabeça e finda a qual se repartia um bodo pelos pobres em que se gastava um moio de trigo, não estavam ainda constituídas as Irmandades. Esse bodo era pago pela Misericórdia e conhecido pela designação de «*Império dos Nobres*».

Em Angra e na Praia essa prática se vinha exercendo desde a instituição das Santas Casas, isto é, no ano de 1492 para a de Angra e antes de 1499 para a da Praia, pois desconhecendo-se a data da fundação dêste Hospital, sabe-se contudo que Pedro Alvares da Câmara, em seu testamento, naquele ano lhe deixou um legado que era administrado pela Câmara porque ainda não havia Irmandade.

Segundo uma informação do Mt.º Rev.º Cónego J. Augusto Pereira, num trabalho do P.º Simas Cardoso, na secção acerca das Misericórdias, lê-se :

«*A 15 de Maio de 1492, João Vaz Corte Real e outros confrades tinham obtido Alvará da instituição de um hospital, fundado numa ermida do Espírito Santo, do que resultou ficar-se chamando «HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO», mas a principio só tinha o encargo de, em dia de Pentecostes, distribuir um bodo à porta daquela ermida por conta da irmandade que veio a chamar-se “dos treze”...*»

«*Em lugar da ermida primitiva, erigiu-se um magnifico templo... tão espaçoso quanto as ruas Direita e de Santo Espirito o permitiram então, ficando-lhe o hospital junto e por detraz da igreja, edificado em mais larga área.*»

Alberto Pereira Rei, presbítero que viveu em 1753, disse haver uma *Irmandade do Espirito Santo* na Ilha Terceira, institui-

da pelo capitão donatário de Angra, João Vaz Côrte Real, que de sua capitania tomou posse em 1474. Deve haver êrro nesta informação do P. Rey, porquanto João Vaz Côrte Real faleceu em 1496, e as primeiras *Irmandades* só foram instituídas por el-rei D. Manuel, por alvará de 3 de Agosto de 1508 para a Misericórdia de Angra e por alvará de 11 de Julho de 1521 para a Misericórdia da Praia. E tudo leva a crer que foram as primeiras criadas em todas as ilhas dos Açôres, porquanto em Santa Maria, a primeira descoberta e povoada, só no tempo de Pedro Soares de Sousa, 6.º Governador, 1620 a 1632, ha notícia de ali uma Irmandade do Divino Espírito Santo. Foi êste Governador que edificou naquela ilha a ermida do Espírito Santo, que hoje é igreja paróquial. Em Ponta Delgada só no ano de 1665, a 15 de Novembro, foi prosposta a instituição de uma Irmandade *«em esta cidade, como em todas as ilhas ha»* a qual funcionaria na igreja da Santa Casa da Misericórdia ⁽²⁾. Contudo, em *«Saudades da Terra»*, de Gaspar Fructuoso ⁽³⁾, faz-se referência a um *«império que se fazia no lugar dos Mosteiros»*, no primeiro quartel do Século XVI.

Cada uma das ditas Irmandades era constituída por 13 irmãos que passaram a administrar os bens da confraria. Esta nova modalidade porém, não foi criada sem graves atritos, porquanto, tendo-se a Câmara da Praia negado a cumprir o disposto no Alvará régio, só em 1524, por Alvará de 21 de Junho, reinando já D. João III ⁽⁴⁾, se lhe deu inteiro cumprimento, embora no ano anterior, a 24 de Maio, houvesse sido arrematada a coroa por *«dez mil reis em dinheiro de contado»* pelo pedreiro da Serra de S. Tiago, Vicente Fernandes, obrigando-se ainda a dar todos os domingos ordenados *«de comer»* aos foliões e 900 reis *«no dia do Santo Espírito»*.

A 1 de Junho do mesmo ano, em presença do provedor Domingos Homem, compareceram 13 irmãos que arremataram a mesma coroa por 11 anos, com a condição de cada um dar mil reis para o bodo. Fizeram por pelouros 4 Mordomos para darem o bodo e 7 Imperadores que coroassem nos 7 domingos de Pentecostes, como ainda hoje se usa ⁽⁵⁾.

E' curioso anotar que na Vila das Velas se deu precisamente o contrário do que no resto do Arquipélago: ali, a Irmandade da

Santa Casa da Misericórdia foi instituída em 15 de Abril de 1543, estando reunidos muitos moradores da vila e seu termo, na Casa do Espírito Santo, sita no lugar onde foi depois construída a igreja da Misericórdia ⁽¹⁾.

O número de irmãos, ao comêço, limitado a 13, foi crescendo com o número de devotos, havendo hoje Irmandades que contam muitas centenas, dos dois sexos e de qualquer idade, pois famílias ha que têm por hábito inscrever os filhos, logo ao nascer, como irmãos do Senhor Espírito Santo, quer no império da freguesia onde habita, quer noutro de sua particular devoção.

São todas regidas por Estatutos próprios, dos quais apresentamos um especimen nas Notas finais, do ano de 1868, e que é dos mais antigos e completos que conseguimos obter. Pertence aos arquivos do Império dos Quatro Cantos, fundado na cidade de Angra do Heroísmo em 1810.

Ha duas espécies de irmãos: de «Pelouro» e de «Devoção», consoante desejam sujeitar-se ou não a exercer os cargos de Procurador, Tesoureiro, Escrivão, etc., inerentes à administração dos bens da Irmandade.

(1) — «Annaes», Droumond, Vol. I — pág. 100.

(2) — «Fastos Açoreanos» de Gabriel de Almeida, pág. 24.

(3) — Liv. IV, Vol. 2.º, pág. 82.

(4) — «Annaes» Droumond, Vol. I, pág. 525.

(5) — «Annaes», Droumond, Vol. I, pág. 527.

(6) — «Ilha de S. Jorge», de Silveira Avelar, pág. 117.

III— OS IMPÉRIOS ou TEATROS e as DESPENSAS

Como se depreende dos autos de arrematação existentes no arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia, não podia a coroa sair da igreja senão no dia de Pentecostes, quando, depois da missa, o Provedor assistia, coroadado, «a todos os autos» no «*triato*» que se armava no largo fronteiro.

O «*Triato*» ⁽¹⁾ mais rudimentar, não era mais que um simples estrado de madeira ornamentado com faias e colchas de tear, no qual armavam um altar em que ficavam expostas a coroa e a bandeira, durante os dias da festividade. À medida porém que os recursos das Irmandades iam crescendo, acentuavam-se os melhoramentos, assemelhando-se por vezes a verdadeiras capelas, embora construídas com taipais de madeira, desmontáveis, onde se implantavam uma porta e duas janelas na fachada principal, a que dava acesso uma larga escadaria. Eram caiados ou pintados a tinta de óleo, sempre com côres berrantes e encimados por uma coroa. No tímpano, uma pomba branca e uma fita com os dizeres: «*Glória ao Divino*». Algumas irmandades possuem ainda hoje impérios de madeira e não raro os emprestam a outras, quer da mesma freguesia quer de freguesias vizinhas.

A Irmandade da Rua do Cardoso, no Bairro do Corpo Santo, em Angra do Heroísmo, conhecida por «*Império da Caridade*», possuía um império de madeira, oitavado, com o trono ao centro e quatro entradas que davam para a embocadura das ruas que se cruzam na rua no Barreiro, junto ao sítio onde se encontra hoje o aludido Império da Caridade, inaugurado no dia 22 de Junho de 1895.

Só nos começos do século XIX começaram a ser construídos os primeiros impérios de pedra ⁽²⁾ ocupando uma área de cerca 30 metros quadrados, numa arquitetura «*sui generis*», parente próxima da usada para as ermidas, mas com particularidades que bastante a caracterizam, como sejam as janelas com peitoris de ferro fundido, e a porta, aberta a cerca de 2 metros do solo, cujo acesso se faz por uma escada amovível, de madeira, ladeada por balaus-

tres e corrimão, a qual se coloca na semana que precede o Domingo de Pentecostes e é retirada na semana seguinte ao Domingo da Trindade, isto é, durante as duas semanas dos «Bodos», salvo se o império tem data especial para realizar os festejos, como sucede na maioria dos impérios da cidade, porque então a escada só se coloca na semana da festa. Raros são os que apresentam uma escada de pedra, mas nesse caso não tem corrimão, a não ser quando tenha dois lanços opostos, com patamar em frente à porta, porque então costuma ser munida de uma grade de ferro, idêntica à dos peitoris das janelas.

No geral, só a frontaria tem janelas e porta. A meio da parede do fundo ficam os degraus do altar, às vezes partindo do chão e elevando-se, em pirâmide truncada, até um nicho onde se coloca a coroa sôbre a salva. À esquerda do altar fica a mesa com o livro dos Irmãos, a bandeja onde se deposita o dinheiro para pagamento da «pauta» e aquela que traz, da «despensa», o pão ou rosquiha de massa que corresponde à categoria do Irmão ou ao valor da esmola. À direita outra mesa sobre a qual ha um jarro e uma bandeja com copos cheios de vinho e outra com fatias de massa sova-da, e também, às vezes, um prato ou travessa com pedaços de carne assada e um garfo, para que possam servir-se os Irmãos ou qualquer visitante do império a quem os Mordomos queiram obsequiar.

Ha ainda, nalguns impérios, as «rosquilhas de serviço», limões, suspiros, e outras iguarias, de que adeante nos ocuparemos.

Anexo a cada império, com acesso pelo interior ou inteiramente independente, constroe-se um edifício, mais ou menos amplo, denominado «Despensa», onde se arrecadam o pão, a carne, o vinho e toda a sorte de materiais a utilizar nos festejos.

Fincado na berma da estrada, em geral entalado no buraco de uma velha mó de pedra enterrada no chão para êsse mesmo efeito, eleva-se o «mastro grande», denominado também «mastro da Aleluia» por ser colocado no Sábado da Aleluia, e em cujo mastareo é içada, nesse dia e em todos os domingos das sete semanas do Espírito Santo, a bandeira do Império, pintada com figuras alegóricas ao culto do Paraclete e ostentando a divisa: «Glória ao Divino».

Exteriormente, sôbre as paredes caiadas a branco, são pintadas muitas vezes alegorias, idênticas às usadas nas bandeiras.

Nas paredes das Despensas, quer exterior quer interiormente, aparecem com frequência desenhos simbólicos ou caricaturais, com alusões ao bodo de pão e vinho.

Foram exímios cultores desta arte o mestre Felix Tavares, de Angra, José Inácio Mendes, de S. Braz, José Cardoso Justina e Artur Cardoso Leal, das Fontinhas, Francisco Vieira Toste, vulgo o mestre Bugango, da Vila de S. Sebastião, e outros, de menos nomeada embora, que deixam em bandeiras de arraiais, nas decorações dos Impérios e das Despensas, bem como nos rèclames que drapejam à porta das Tascas nas toiradas à corda, muito da sua arte ingénua e despretenciosa, mas impressiva e duma expontaniedade que encanta, pelo sentido popular que sabe traduzir, num «tic» inconfundível de regional inspiração.

Existem na Ilha Terceira 57 Impérios, assim distribuidos:

(¹) — Em S. Jorge, Pico e Faial, chamam-lhe também «cada falso».

(²) — Refere Marcelino Lima nos «*Anais do Município da Horta*», pág. 131, que a casa do Império da Câmara foi construída por deliberação de 5 de Janeiro de 1759, supondo-se que tenha sido concluída pouco depois, portanto, dentro ainda do século XVIII. Na Ilha Terceira só se encontra um império com a data de 1795. Todos os mais têm data posterior àquele século. Contado é da tradição que o primeiro império de Vila Nova datava de meados do século XVIII e foi reconstruído em 1894, por Manuel Cardoso Gaspar que o ofereceu à Irmandade cuja existência remonta a meados do Século XVII. De resto, é hábito mudarem a data primitiva na ocasião da reconstrução, o que, como é óbvio, dificulta ou até impossibilita o conhecimento da época em que a construção se iniciou ou concluiu.

IMPÉRIOS DO ESPÍRITO SANTO NA ILHA TERCEIRA

<i>Freguesias</i>	<i>N.º de Imp.</i>	<i>Designações</i>	<i>Data da Cons.</i>	<i>Dia da Festividade</i>	<i>Data dos Estat.</i>	<i>Obs.</i>
Sé	1	Quatro Cantos	1810	SS. Trindade	1868	
S. Bento	3	S. Bento	1883	S/ dia fixo		Data de reconstrução No domingo mais próximo Data de reconstrução
		Do Arco	1951	Idem		
		S. Luis	1893	Pent. e Td.		
N.ª S.ª da Conceição	6	Da Caridade	1895	S. João		Data de reconstrução No domingo mais próximo Data de reconstrução É dos mais antigos,
		Dos Remédios	1909	SS. Trindade		
		Do Outeiro	—	Pentecostes		
		Do Lameirinho	1945	S/ dia fixo		
		Da Guarita	—	S/ dia fixo		
Santa Luzia	6	Da Rua Nova	—	S/ dia fixo	1920	Não faz festividade
		Da Rua do Conde	1871	S/ dia fixo		
		Da Rua de Baixo	1909	S/ dia fixo		
		Da Lad.ª Branca	—	S/ dia fixo		
		S. João de Deus	1887	S/ dia fixo		
S. Pedro	4	Do Posto Santo	1888			Não faz festividade
		Do Espigão	1883	6.º Domingo		
		S. Pedro	1795			
		Rua de Baixo	1877	Fim de Julho	1882	
Terra Chã	1	S. Carlos	1814	4.º Dom. Set.º		Data de reconstrução
		Pico da Urze	1885	5.º Domingo	1892	
S. Mateus	2	Terreiro	1861	Pent. e Td.		Data de reconstrução
		Terreiro	1873	Idem		
S. Bartolomeu	1	Cantinho	1860	SS. Trindade	1857	Data de reconstrução
		Terreiro	1875	Pent. e Td.		
Cinco Ribeiras	1	Terreiro	1886	Idem		Data de reconstrução
Santa Barbara	1	Largo da Igreja	1876	Idem		
Doze Ribeiras	1	Terreiro	1891	Idem		
Serreta	1	Terreiro	1922	Idem		
Raminho	1	Terreiro	—	Idem		

<i>Freguesias</i>	<i>N.º de Imp.</i>	<i>Designações</i>	<i>Data da const.</i>	<i>Dia da Festividade</i>	<i>Data dos Estat.</i>	<i>Obs.</i>
Altareis	1	Patim	1885	Pent. e Td.	1885	Reconstruído em 1903.
Biscoitos	2	De Baixo De Cima	1812 1875	Idem Idem		
Quatro Ribeiras	1	Adro	1800	Idem		
Aqualva	1	Largo da Igreja	1873	Idem		
Vila Nova	1	Praça	1894	Idem		
S. Braz	1	Largo da Igreja	1875	Idem		É data de reconstrução Reconstruído em 1956
Lajes	1	Largo da Igreja	1826	Idem		Reconstruído em 1916
Fontinhas	1	À Igreja	1895	Idem		Data de reconstrução
		Da Caridade	1941	—		
Praia	5	Santa Rita	1888	Idem		Reconstruído em 1904
		Santa Luzia	1865	Idem		Não tem data.
		Casa da Ribeira	—	Idem		
		Belo Jardim	1930	Idem		
Cabo da Praia	1	Largo da Igreja	1853	Idem		
Porto Martins	1	Largo da Igreja	1902	Idem		
Fonte do Bastardo	1	Caminho da Cidade	1913	Idem		
		Praça	1918	Idem		
S. Sebastião	2	Ribeira Sêca	1889	Idem		Data de reconstrução Idem
		Terreiro	1916	Idem		
Porto Judeu	3	Caminho da Cidade	1933	Idem		Data de reconstrução
		Ribeira do Têsto	1933	Idem		
Feteira	2	Can.ª das Mercês	1921	Idem		
		Ponta Nova	1928	Idem		
Ribeirinha	4	Rua da Igreja	1898	Idem		Data de reconstrução
		Santo Amaro	1885	Idem		
		Serra	1911	Idem		
		Ladeira Grande	1822	Idem		Reconstruído em 1925

IV — DIGNIDADES e INSIGNIAS

NOMENCLATURA das CERIMONIAS
e FESTIVIDADES

Cada «*Irmadade*» institue o seu «*Império*» e é composta por todos os homens, mulheres e crianças que nela se «*assentem por irmãos*» e como tal são designados. É pertença do Império a «*Coroa do Divino Espirito Santo*», de prata batida, lavrada, com quatro imperiais ou braços (modernamente seis) tendo no aro, em relêvo, uma pomba de asas abertas e no topo um globo encimado por outra pomba ou por uma cruz.

Atravessado entre os braços e apoiado no aro, coloca-se o «*Cetro*», composto de um punho geralmente liso ou gravado ao qual se amarra um grande laço de fita branca, e de uma aste lavrada, com o comprimento de 35 a 40 centímetros, que termina numa esfera sôbre a qual pousa uma pomba de asas abertas. Coroa e cetro descansam na «*Salva*» que se compõe de um prato liso com cercadura em relêvo, ao qual está prêso um suporte ou pé, tudo na mesma prata batida.

No aro da Coroa, na parte oposta à pomba amarra-se outro laço de fita com as pontas compridas e terminadas geralmente numa franja de canutilho de ouro ou prata, de maneira que, quando a coroa se coloca na cabeça, as pontas ficam caídas pelas costas.

As primitivas coroas eram feitas à semelhança da coroa real portuguesa, isto é, compostas de um aro de prata terminando à maneira de coroa ducal, tendo na frente, engastado, um medalhão de forma elipsoidal, com o emblema da Santíssima Trindade, conforme havia sido instituído por el-rei D. Diniz.

Desde que a coroa portuguesa passou a ter quatro imperiais, a «*Real Coroa do Divino Espirito Santo*» sofreu também modificação idêntica e, segundo refere J. J. Pinheiro nas «*Epocas Memoráveis*», «*só na freguesia de St.^a Barbara dos Cedros, na ilha do*

Fayal, existe uma coroa de prata muito bem lavrada, sem imperiais, com o medalhão da S. S. Trindade, que está na igreja principal, e que se expõe no império, ou pequena capella denominada real, com que ali se coroa por voto ;... ».

A «*Bandeira da coroa*» é de damasco de seda vermelha orlada de franja de ouro, tendo ao centro, bordadas, numa das faces uma coroa e na outra uma pomba de asas abertas cercada por um resplendor. Aos cantos, grandes ramos de flores bordados a ouro. Está presa a uma aste de madeira que ostenta, na parte superior, uma esfera e uma pomba de prata. É amarrada com larga fita de seda branca, também franjada a ouro.

As «*Varas*» são as insígnias dos mordomos e dos convidados que assistem às coroações e às mudanças. As dos primeiros são maiores e tem na parte superior, pintadas a branco, uma coroa ou uma pomba. A dos convidados são mais pequenas e não têm quaisquer distintivos. Ambas são pintadas a vermelho com ponteiros pretas, mas também as ha pintadas a branco, tendo na parte superior um anel azul sôbre o qual assenta um toco de vela que se acende durante o trajecto do cortejo. São as «*varas*» que ladeiam a bandeira e a coroa durante os desfiles. O costume do mordomo assistir, de vara vermelha na mão, ao repartir da carne para as esmolos, deve provir dos primeiros tempos do povoamento, pois duma provisão datada de 12 de Julho de 1578, que está a fôlhas 273 do 2.º L.º do registo da Câmara de Angra se faz referência ao facto, ordenando aos procuradores dos misteres que «*as varas que levassem nas procissões e tivessem no açougue ao partir da carne, tivessem Açores por armas que são as da cidade*».

Á pessoa que conduz a bandeira nas Coroações chama-se o «*Alferes da bandeira*». É quem trincha a carne no jantar do imperador.

Em certas freguesias havia uma dignidade — o «*Trinchante*», ou «*Viador*», a quem incumbia a missão de cortar as carnes. Usava por insígnia uma toalha bordada e com rendas, posta a tiracolo, como a que usam os convidados que veem à porta de casa do novo imperador receber a coroa, e uma vara vermelha.

«*Imperador*» é aquele a quem coube em sorte festejar o Espí-

rito Santo. Para tanto, arma em casa o trono, com muitas flores e lumes, geralmente colocado na parede do fundo do «*meio-da-casa*», frente à porta de entrada, e no último degrau coloca a coroa e o cetro sôbre a salva. Ao lado, a bandeira.

«*Págem da coroa*» ou «*Vêdor*» é o que leva a coroa para a igreja e a coloca ou tira da cabeça do Imperador, dando-lhe o cetro a beijar e a toda a «*Briança*» que é o conjunto de todos os dignitários e convidados presentes à cerimónia da «*Descorção*», frente ao trono onde a coroa fica exposta.

«*Mordomos*» são os irmãos escolhidos ou eleitos para realizarem os bodos nos domingos de Pentecostes e da Trindade. Quando ha mais de um para o mesmo domingo (e às vezes ha cinco e seis) chamam «*Procurador*» ao principal que é o que leva a coroa e toma conta do dinheiro. Os outros fazem os peditórios e recebem as esmolas, ou sejam: ovos, galinhas, milho, trigo, fava, lã, etc. Com o produto da venda destas esmolas, compra-se o trigo para o pão, para a massa sovada e para as rosquilhas, e ainda o vinho para o bodo. Para o transporte das pipas e dos sacos de trigo usam os carros enfeitados com mastros e bandeiras, geralmente brancas e vermelhas, listadas ou bi-partidas. São os chamados «*Carros do Espírito Santo*», puxados a uma junta de bois escolhidos entre os de melhor estampa e ajouçados com a «*canga do bodo*», ornamentada a arcos de flores de papel de variadas côres.

Embora as posturas municipais proíbam o chlar dos carros dentro da área citadina, contudo tem-se mantido a tolerância para os «Carros do Espírito Santo» por constituir um uso inveterado e ser considerado pelo povo como um «luxo» que imprime maior solenidade à festa.

«*Folia dos bezerros*» ou «*bezerrada*» se chama ao passeio, pelas ruas, do gado que vai ser abatido e cuja carne será repartida, em quinhões de esmola, pelos Mordomos, pelos Irmãos e pela pobreza do lugar. Os bezerros são enfeitados com boninas ou flores e fitas de papel de variadas côres, coladas à pelagem com breu. Nas astes levam às vezes arcos de verdura e flores com uma cruz ou bandeira no topo. Na testa costumam prender uma coroa ou uma pomba recortadas em cartolina branca. Duas ou

três vacas, com vistosos colares de cabedal enfeitados a fivelas e pregaria de latão, tendo pendentes grandes chocalhos, precedem cortejo em cujo couce segue a fiada dos cantadores e a dos músicos, cantando e tocando o «*Pèsinho*», denominado «*dos bezerros*», para o distinguir do «*Pèsinho do balho*» que é uma «*moda*» diferente e nenhuma afinidade tem com a outra. Os músicos tocam ordinariamente violas, rabeca, clarinete e contrabaixo, acompanhados a ferrinhos.

A folia pára em frente da igreja, do império, das casas do imperador e dos mordomos, dos irmãos bemfeitores, dos criadores do gado que gratuitamente engordaram os bezerros, de todos, enfim, que de uma forma ou de outra contribuíram para o luzimento da festa. Os cantadores encarregam-se de a todos saudar em quadras improvisadas.

Chama-se «*Função*» ao conjunto de actos que é obrigado a praticar todo aquele que festeja o Espírito Santo, mas designa especialmente o jantar que o imperador oferece aos convidados no domingo em que se realiza a coroação. Antigamente era sempre servido com um ritual apropriado, sob as ordens dos foliões que presidiam à cerimónia ocupando a cabeceira fronteira àquela em que se sentava o imperador e a «*senhora imperatriz*» sua mulher, e nada se fazia ou servia sem êles mandarem, desde o pôr da mesa à distribuição dos lugares, o servir dos pratos e do vinho, até ao «*brindar a mesa*» que consistia em fazer passar por todos os comensais um prato tendo ao centro um copo cheio de vinho que cada qual bebia, fazendo uma saúde ou brinde aos donos da casa e deitando no prato uma moeda que era a «*esmola dos foliões*».

A ementa duma «*função*» é constituída do seguinte modo :
«*Sopa do Espírito Santo*» — É feita com caldo de carne, temperado com sal, louro, hortelã, pau de cravo, pimenta e mólho de alcatra. Leva pão (pão de água) cortado à faca em grossos nacos, e algumas fôlhas de repolho. É cozinhada em grandes caldeirões, ao ar livre, sôbre trempes de ferro ou simples pedras, dispostas de modo conveniente junto a uma parede para desviar o lume do vento. Serve-se em grandes tigelas de louça de barro.

- «*Cozido*» — Grandes postas de carne de vaca, galinha (uma para cada panelão), sangue, fígado, toucinho, repolho aos quartos e por vezes batata.
- «*Alcatra*» — A carne escolhida, é passada com sal e vinho branco que se deita num alguidar especial, em barro cozido, chamado «*alguidar de alcatra*», temperada com toucinho defumado às tiras, gordura (banha de porco), cebola, alho, pimenta e baga de cravo, indo ao forno a cozer. Serve-se no próprio alguidar.
- «*Pão de mesa*» — É de grande formato, feito de farinha de trigo e preparado com leite. Acompanha o cozido e a alcatra.
- «*Pão de água*» — Destina-se especialmente à sôpa. Coze-se alguns dias antes de servir para ficar duro, e «*acama-se*» nas tigelas para receber bem o caldo.
- «*Pão dôce*» — Prepara-se com leite, ovos, açúcar e um pouco de banha de porco, ou manteiga. É muito apreciado para acompanhar a alcatra.
- «*Massa Sovada*» ⁽¹⁾ — Feita com farinha de trigo escolhida, leva leite, açúcar, ovos, banha e manteiga, adicionando-se-lhe por vezes «*erva de N.^a S.^a*» que lhe dá aroma e sabor característicos. Quando lhe dão a forma de uma argola, com espessura, que varia entre 6 a 10 centímetros, chamam-lhe «*rosquilhas*». Ha-as de grandes dimensões, com cêrca de 50 centímetros de diametro. Normalmente leva meio alqueire de farinha.
- «*Vinho de cheiro*» — Vinho feito de uvas da casta Isabel, é fortemente aromático donde lhe vem o nome. Serve-se em canjirões.

Nos jantares dos imperadores mais abastados, servem ainda carne assada e arroz dôce. Também usam confeitos.

(1) — No seu «*Vocabulário Regional*», F. S. de Lacerda Machado prefere a forma «*cevada*», por vir de «*cevar*» que na Beira Baixa significa amassar com manteiga.

V — OS FOLIÕES

«*Foliões*» são os indivíduos encarregados de anunciar, dirigir e orientar todas as cerimónias inerentes à festividade do Espírito Santo e que antigamente eram pagos pelas Câmaras Municipais, tendo também por missão acompanhar várias procissões, nomeadamente a de Corpus Cristi, bailarem na capela-mór das igrejas enquanto se realizava a coroação dos imperadores e tomar parte em outros folguedos profanos, que hoje lhes são completamente estranhos ⁽¹⁾.

São em número de três (antigamente 4) e usam opa de chita vermelha enramada de amarelo com gola e punhos brancos, e um lenço das mesmas cores amarrado na cabeça à maneira de turbante. Um deles conduz, suspensa de aste de madeira polida, uma bandeira vermelha de damasco de algodão, franjado de cordão da mesma côr ou amarelo, tendo ao centro uma pomba branca bordada. Outro traz na mão um pandeiro que acompanha com seu tilintar festivo os rufos do tambor tocado pelo terceiro folião, cantando em tom arrastado e monótono, típicas cantigas que os companheiros secundam depois na sequência das cerimónias.

Eram êles que, no Domingo de Páscoa, iniciavam seu mister de animadores das Festas do Espírito Santo, «*botando*» as cantigas à porta da casa onde se encontrava a coroa. Depois percorriam a freguesia, de casa em casa, para saudarem os amigos e as pessoas de maior distinção. Apesar do burlesco dos trajos e das cantigas, a sua presença era recebida com demonstrações de respeito e até mesmo religiosidade, sempre que o folião da bandeira apresentava, para ser beijada, a pomba prateada em que terminava a aste a que a bandeira ia prêsa. Todos se descobriam respeitosa e ante esta manifestação de fé na terceira Pessoa da S. S. Trindade, ali tão modestamente representada.

Hoje, os foliões limitam a sua acção quasi exclusivamente a acompanhar as Coroações e Mudanças e a dirigir a Função em casa do Imperador. Para tanto o «*mestre*» ou «*cabeça*» da Folia improvisa as cantigas que depois os outros repetem.

Á frente das Coroações ou na mudança da coroa de casa de um Imperador para outro, tocam e cantam as chamadas «*Alvoradas*», arremedo dos antigos «*Rimances*» (2). Nos «*Cantos Populares do Archipélago Açoriano*», publicados e anotados por Teófilo Braga, vem reproduzidas muitas das cantigas dos Foliões, apropriadas às diversas cerimónias, como sejam: ir buscar a coroa a casa do Imperador e ao sair da casa dêste, ao entrar no adro da igreja, ao entrar na igreja, depois da Coroação, no acto do Descorramento, à mesa da Função, etc. E se bem que nas Alvoradas e nos hinos de louvor ao Divino Espírito Santo, a letra das trovas se repita de ano para ano, quási invariavelmente, nas restantes cerimónias os Foliões revelam-se verdadeiros improvisadores, anotando em cada quadra um dito, um episódio, uma situação, um acto de mais destacada generosidade, de mais acentuada devoção, praticado por aqueles a quem saúdam, louvam ou imploram, no seu cantar monótono e arrastado, de curta extensão, que faz lembrar o cantocho das igrejas, e que o tambor no rufar das baquetas e o pandeiro no tilintar das soalhas, acompanham em fundo musical, demasiado lúgubre na verdade para testemunhar o evidente entusiasmo com que pelo povo costumam ser escutadas as cantigas de tão singulares trovadores.

No final dêste trabalho e em capítulo especial reuniremos algumas cantigas adequadas a cada caso, na sequência das cerimónias em que tomam parte os Foliões, para que o leitor melhor ajuize da importância da missão que lhes incumbe no decorrer das festividades.

-
- (1) — No Vol. I dos «ANNAES», lê-se a pág. 131: «...*rígorosas posturas para que os Foliões do Espírito Santo acompanhassem as três procissões d'El-Rei com seus folguedos, tocando tambores, pandeiros e adufes;*» E no Vol. II da mesma obra, a propósito das procissões de Corpus Christi e Santa Isabel, diz : — « . *sem dispensarem as danças e cantorias dos foliões, com estrepito de tambores, pandeiros e outros instrumentos que já de tempos mui antigos os sumos imperantes deixaram uzar em todo o reino*».

A nomeação dos Foliões era feita pelas Câmaras, como consta de vários documentos. Transcrevemos o que o P.^o João J. Tavares cita em «*A Vila da Lagoa e o seu Concelho*» : «*A Câmara Municipal desta vila na sessão de 10 de Junho de 1702 expoz que nesta vila havia só seis foliões e alguns já velhos e que para efeito de se repartirem para os dois impérios que há nesta vila e dois mais, um de pescadores e outro de rapazes, convinha se fizessem mais dois foliões obrigados para com os seis, assistirem nas folias desta Câmara e nos ditos impérios*».

- (2) — Na memória «*Os foliões do Espírito Santo nos Açôres*», enviada ao Congresso Luso-Espanhol do Porto em 1942, publicada no Fasc. I — Vol. III de «*Açoreana*» — pág. 48, o Dr. Luís Ribeiro cita uma Alvorada da Ilha das Flores que deve ser um extracto de perdido romance.

VI — FESTIVIDADES RELIGIOSAS E PROFANAS

O Imperador, logo que recebe a notícia de lhe ter «*saido o Espírito Santo*» na extracção dos «*pelouros*» (sorteio) realizado à porta do «*triato*» no Domingo de festa, começa a preparar-se para cumprir com o possível rigor a missão a que voluntariamente se obriga por espaço de uma semana, desde que recebe em casa a coroa e bandeira, trazidas procissionalmente à noite (mudança), entre tochas acesas, do Império ou da casa de outro Irmão, até que, terminadas as festividades, a faz conduzir por sua vez, e de igual modo, a casa do novo Imperador.

Assegurados os alqueires de trigo para o pão e os «*gueixos*» (bezerros) para os quinhões de esmola e para a «*função*»; os panelões, as terrinas, os pratos, os copos e os talheres para o jantar, que o Império empresta; «*falados*» os homens da viola e as cantadeiras para animar o «*balho*»; adquiridos os foguetes para anunciar o «*terço*» e para acompanhar a Folia e a Coroação, — o ditoso Imperador começa a fazer os convites pelos parentes, vizinhos e amigos para irem «*rezar o terço*» durante a semana e tomarem parte nas diferentes festividades.

Na freguesia dos Altares, os convites às mulheres eram feitos pela dona da casa para onde ia o Espírito Santo, e os convites aos homens pelo próprio Imperador que para o efeito saía com uma vara enfeitada na mão, envergando o fato de «*vêr a Deus*».

Na freguesia da Ribeirinha havia um costume curioso, que consistia no seguinte: o Imperador que recebia a coroa num Domingo para coroar no Domingo imediato, tinha de cumprir o que se chamava «*ir buscar o repique*», isto é, passar pela igreja e fazer com que repicassem os sinos antes de entrar em casa, o que o obrigava às vezes a percorrer bastante caminho, quando adrede vivia num extremo da freguesia, distante portanto da igreja parochial.

Armado o trono no «*meio-da-casa*» (!) com profusão de lumes e flores, junca-se o chão com «*feno*» (caruma de pinheiro) e enfeitase todo o interior com ramos de faia. À porta, espeta-se um

mastro com bandeira encarnada e branca. O Imperador e os seus convidados aguardam fora da porta a chegada da coroa, empunhando cirios e velas. Como já se disse, os convidados para esta cerimónia costumavam usar a tiracolo uma toalha branca, bordada e guarnecida com rendas.

Depois de ser dado o cetro a beijar a todos os presentes, é posta a coroa no último degrau do trono, assente na salva e com o cetro atravessado, ficando a bandeira encostada lateralmente.

Perto da hora aprasada, começam a chegar os ranchos para o Terço, trazendo as mulheres os chales pela cabeça e os homens o chale-manta pelos ombros. Estes calçam galochas e empunham varapau (bordão).

As casas, no geral pequenas, ficam a transbordar de gente, mas só as mulheres se sentam em bancos e cadeiras colocados ao longo das paredes e no velho estrado junto à janela. Os homens ficam de pé ou acorados junto aos vãos das portas. Um pequeno espaço livre, ao centro da já de si acanhada quadra, é destinado à «*Charamba*» ou «*Balho*», e denomina-se «*sala*».

O Terço é oferecido pelo padre ou por qualquer pessoa entendida e ajudado por todos os assistentes, mulheres à frente, homens atrás. Compõe-se de Cinco Mistérios, terminando cada qual por um Pai Nosso e dez Ave-Marias, cantados em coro, ora pelas mulheres ora pelos homens, uma Salvé-Rainha e uma Ladainha, findando com os evocativos: «*Espirito Santo Deus, misericórdia! Imaculada Mãe de Deus, rogai por nós!*» Quem oferece o Terço pede no final algumas Ave-Marias por intenção dos donos da casa e por alma dos seus defuntos, pelas alminhas do Purgatório, pelos que andam nas águas do mar, etc.

Terminadas as rezas preparam a «*sala*» para se dançar, entrando para o centro os homens da viola, enquanto se destinam os pares para a «*Charamba*» que é o primeiro número do baile. Este divide-se em duas partes, entrando na primeira as seguintes «*modas*», sempre pela ordem indicada: Charamba, Virar-do-Baile ou S. Miguel, a Tirana, o S. Macaio e a Chamarrita. Na 2.^a parte: o Pèsinho, a Praia, a Saudade, os Bravos, o Meu-Bem, a Lira, os Olhos-pretos e a Sapateia. Embora fôssem introduzidas novas modas, como os Braços ou Bela-Aurora, o Casaco ou Cá-Sei,

substituindo algumas das atrás indicadas, contudo a 2.^a parte abria e fechava sempre com as mesmas modas, e só depois de terminado o Balho pròpriamente dito, é que se iniciavam as «*Chamarritas*», dançadas por pares isolados que se revezavam e que a assistência ia premiando com aplausos mais ou menos frenéticos consoante o mérito dos dançarinos.

Nos bailes de mais nomeada havia dois tocadores de viola: o primeiro que fazia o «*ponteado*» e o segundo—o mestre—a quem competia «*mandar*» o baile e, por êsse motivo, fazia só o acompanhamento. Nos bailes de menos fama porêem, só havia um tocador que acumulava as duas funções.

Do modo como eram dançadas as diferentes modas do baile, dá-nos uma minuciosa descrição o capitão Machado Droumond, num valioso trabalho publicado no Vol. XIII dêste Boletim.

O Terço e o Baile prolongam-se por toda a semana, durando êste, muitas vezes, até de madrugada.

Na Quarta-feira começa a cozedura do pão, para o que as raparigas se juntam em casa do Imperador para as amassaduras, enquanto as velhas tratam de preparar o forno. Como parte das massas são preparadas com leite, da parte dos convidados afluem as vasilhas com o necessário «*para o pão do Senhor Espirito Santo*». Antigamente o leite era transportado em cabaças e cada cabaça levava também, amarrada, uma «*merendeira*» (ou *brindeira*) de massa sovada.

As raparigas casadoiras faziam pequenas merendeiras de massa, denominadas «*ferrumecos*», para oferecerem aos namorados no baile, o que era motivo de grandes risotas e de verdadeiras lutas para a disputa da massa a tais práticas destinada.

Na Quinta-feira de manhã vão aos pastos, ou currais, buscar os bezerros destinados à matança, os quais são enfeitados com boninas e flores de papel, fitas e arcos coloridos, e depois passeados nas ruas com acompanhamento de violas e vários instrumentos (rabeça, clarinete e barítono) que executam a música chamada o Pêsinho, constituindo a «*Folia dos Bezerros*» ou «*Bezerrada*», a que já nos referimos, desfile que é precedido, como sempre, em todas as festas populares, pelo enxame do rapazio que rodeia o homem dos foguetes, correndo em disputa das «*canas-do-ar*».

No dia seguinte as rêzes são abatidas e a carne retalhada para a sôpa, o cozido e a alcatra do jantar, e para os «*quinhões de esmola*» a distribuir pelos pobres da freguesia.

Se o Imperador não tem adega própria, o vinho é comprado fora e vão buscá-lo em carros de bois vistosamente engalanados com ramos de faia e bandeiras (Carros do Espírito Santo). Os bois são junçados a capricho, com lindos colares de campainhas e artísticas «*cangas*» (jugos), levando os tangedores aguilhadas encontradas, que depois dos bodos são guardadas cuidadosamente até ao ano seguinte e transmitidas de pais a filhos como joia de alto preço.

No Sábado faz-se a distribuição de esmolas, compostas de carne, pão e vinho. Antigamente, em especial nos Impérios da cidade, as esmolas eram colocadas sobre mesas estreitas, armadas com táboas e cavaletes ao longo da rua do Império, e cobertas com toa-lhas brancas. Em pratos de louça de barro, tendo no fundo, pintada a azul, a coroa do Espírito Santo, circundada por uma silva ou simplesmente com o nome do Império, era colocada a carne, acompanhada de um naco de fígado e sangue cozido, tudo enfeitado com um raminho de hortelã. Junto do prato, o pão, de formato oblongo, tinha uma rosa espetada na cabeça.

As esmolas são sempre benzidas pelo padre, quer sejam distribuídas na rua quer na Despensa ou à porta do Império.

Alem das esmolas, são no Domingo de manhã distribuídas pelos irmãos, no caso dos Impérios, ou pelos convidados no caso da festa ser particular, tigelas de louça de barro com a sôpa do Espírito Santo, confeccionada em casa do Imperador. Nas grandes Funções das freguesias do campo, as tigelas de sôpa são distribuídas por todas as casas, para o que as portas ficam apenas encostadas, permitindo assim que as raparigas, que andam logo de manhã a proceder à distribuição, entrem e despejem numa terrina, propositadamente posta sobre o estrado ou numa cadeira junto à porta da rua, o presente de que são portadoras.

Os Foliões costumam também percorrer a freguesia na manhã dêste domingo, cantando em frente de algumas casas e recebendo em troca algumas ofertas. Vão seguidamente almoçar a casa do Imperador.

Chegada a hora de se organizar a «Coroação» (cortejo que conduzirá procissionalmente a coroa à igreja) os convidados aguardam fora da porta que os Foliões vão distribuindo as «insígnias», o que fazem cantando.

A coroa é oferecida pelo Imperador ao parente mais próximo ou a pessoa de respeitabilidade convidada para êsse fim. A bandeira é entregue ao «alferes». As varas brancas destinam-se aos parentes e são geralmente em número limitado (seis), tendo na parte superior um côto de vela e um laço de fita com um raminho de flores a cêrca de um palmo abaixo da extremidade superior. As varas vermelhas, com uma pomba pintada a branco, são destinadas aos restantes convidados e distribuem-se em grande número.

Organizam-se então duas alas, primeiro com os que empunham as varas vermelhas, seguindo-se os das varas brancas que rodeiam a coroa, precedida da bandeira.

À frente da Coroação, os Foliões vão tocando e cantando enquanto o acompanhamento entoa o Terço.

À porta da igreja o pároco aguarda o cortejo espargindo-o com água benta, e dirige-se depois para o altar-mór onde é colocada a coroa, rezando-o-se depois a missa, finda a qual o Imperador ajoelhado numa almofada de damasco vermelho, recebe o cetro, a coroa das mãos do padre que entoia o «*Veni Creator Spiritus!*»

Reorganizado o cortejo, o Imperador, com a coroa na cabeça, é conduzido procissionalmente a casa, onde os Foliões procedem à cerimónia da Descoruação que é feita metódicamente, entregando a coroa e as restantes insígnias ao som do tambor e dos des-cantes da Folia.

Segue-se o jantar que é composto por sôpa de carne, cozido, alcatra e arroz dôce. Da confecção de todas estas iguarias se deu conta já no Cap. IV.

Terminado o jantar, prepara-se a Mudança, cortejo organizado conforme ficou descrito já.

Nos domingos de Pentecostes e da Trindade (Domingo de Bodo) os Impérios de todas as freguesias da ilha dão o seu Bodo que consiste na distribuição de pão, cozido especialmente para êsse fim, e rosquilhas de massa sovada, além do vinho.

No terreiro, frente ao Império, aglomeram-se os «*carros de toldo*» que são carros de bois a que aplicam uma sebe especial (sebe dos Bodos) feita em vimes descascados, formando um toldo que é coberto por uma colcha de tear, branca, ou de chita vermelha enramada, orladas de folhos e prêsas às sebes com laços de fita. Sobre o leito do carro colocam um colchão, coberto por uma manta, no qual as mulheres se sentam «*encruzadas*», assistindo à distribuição do Bodo. Os carros são dispostos em alas paralelas, deixando entre as alas um caminho mais ou menos largo, para o qual fica voltada a traseira dos carros. É por êsses caminhos que passam os forasteiros e devotos de visita ao Império e nele circulam também os rapazes cantando à viola, oferecendo confeitos e dirigindo galanteios às raparigas que por sua vez os brindam com sorrisos e fatias de massa sovada de que em todos os carros ha bôa provisão.

À porta do Império procede-se à arrematação das «*promessas*», cujo produto reverte a favor da festa do Bodo. As promessas feitas em dinheiro atingem, por vezes, somas bastante elevadas; as feitas em espécie são geralmente em animais: galinhas, pombas, coelhos, bezerros. Às vezes prometem metade de um porco ou de um boi, e o pagamento faz-se oferecendo o valor dessa metade, avaliada por pessoa séria e competente da freguesia, que atende apenas ao valor real e nunca ao estimativo. Também oferecem braços, pernas, meninos, pombas ou outros animais feitos em «*alfenim*», correspondendo esta espécie de promessas a doenças ou enfermidades que atacaram o corpo ou a parte reproduzida na oferta ⁽²⁾.

Uma oferta curiosa é a das chamadas «*rosquilhas de serviço*», que são duas, de massa sovada, mandadas cozer pelo mordomo ou procurador, de meio alqueire de trigo cada uma, enfeitadas de flores e que ficam no Império à disposição dos devotos que as pedem para pagar a promessa, indo ajoelhar a certa distância do Império com a rosquilha à cabeça e, rezando, arrastam-se até junto do altar e aí a entregam com algum dinheiro. Finda a festa, são partidas em «*toros*» (rodela) e cada um dêles oferecido a um dos vogais da mêsda da irmandade. O Irmão que as oferece é denominado «*Irmão esmoler*».

Após as arrematações faz-se a extracção dos pelouros, isto é,

realiza-se o sorteio entre os Irmãos para saber a quem toca festejar o Espírito Santo no ano seguinte. Duas urnas, duas caixas ou simplesmente dois copos de vidro, contêm pedacinhos de papel dobrados cuidadosamente, estando nuns inscritos os Irmãos e nos outros os sete domingos em que ha de ser festejado o Espírito Santo. O mais feliz é o Irmão a quem couber o 1.º Domingo porque levará nesse mesmo dia a coroa para casa e a conservará todo o ano, até ao domingo de Pascoela. Por tal motivo, quando qualquer dos Irmãos é contemplado, mas especialmente o do 1.º Domingo, o povo manifesta o seu regosijo aplaudindo, enquanto sobem ao ar muitos foguetes e o Folião rufa o tambor com estrepitoso entusiasmo. Quando sai bilhete branco ha ditos de troça e até assuada quando o sorteado está presente, a ver se encavaca.

Irmão a quem sai o 1.º Domingo, ou alguém da família que se encontre presente, vai depois da festa buscar a coroa ao Império, convidando parentes e amigos a acompanhá-lo, organizando-se então o cortejo chamado Mudança, que conduz a coroa até à residência daquele Irmão.

É no Domingo de Pentecostes (1.º Bodo) e no da Trindade (2.º Bodo) que os Impérios «*do monte*» (das freguesias rurais) realizam as festas e cerimónias acabadas de descrever e porisso toda a gente reserva êsses dias para visitar todas as freguesias, dando uma volta completa à ilha. É o que se chama: «*correr os Bodos*».

Nos Impérios, às festividades citadas juntam-se outras, como os arraiais e iluminações nas ruas, e, mais modernamente, os «bodos de leite» comuns a muitas festividades religiosas, como as de Santo António, e as «*touradas á corda*» que são remate certo de todas as festas, quer religiosas quer profanas, merecendo que delas se trate com desenvolvimento que nesta memória não cabe, mas que pensamos levar a cabo em monografia especial, se outros até lá não o fizerem, com muito mais probabilidade de êxito, o que oxalá aconteça para bem de todos os que pela Etnografia se interessam.

(1) — Chama-se «*meio-da-casa*» ao quarto de entrada, sempre o mais espaçoso. A um e outro lado dêste ficam os quartos de cama e a cozinha, devididos por «*frontais*» de madeira.

(2) — Vid. Boletim do I. H. I. T. — Vol. VI — Pág. 281 s. s.

VII — MILAGRES

Muitos e de variada espécie são os milagres atribuídos ao Divino Espírito Santo nestas Ilhas, especialmente por ocasião das erupções e terremotos a que periodicamente estão sujeitas por sua natureza vulcânica.

Embora, como atrás se disse, a devoção pela terceira Pessoa da S. S. Trindade tenha vindo com os primeiros povoadores, existindo portanto desde a segunda metade do século XV, parece certo que a partir da trágica subversão de Vila Franca do Campo na Ilha de S. Miguel, em 1522, ela tomou verdadeiro incremento entre os povos de todas as ilhas, alarmados e aterrados pela violência do castigo que tão duramente suportaram os seus irmãos micalenses.

De todas as descrições e memórias deixadas por cronistas contemporâneos, em que se relatam, mais ou menos pormenorizadamente, os mais destacados episódios dessas manifestações sísmicas que tão duramente tem atingido o Arquipélago, ressaltam com impressionante clarividência os «*milagres*» observados durante êsses cataclismos, poupando as coisas e as pessoas mais chegadas às devoções do Espírito Santo.

Quando da epidemia que, em 1673, grassou com extraordinária intensidade na vizinha Ilha de S. Miguel, os nobres da cidade resolveram instituir um Império na Misericórdia de Ponta Delgada, para que fôsse invocada a protecção do Espírito Santo na debelação daquela peste que tão grande número de vítimas estava causando. Pois quando saiu a Folia, de bandeira e tambor, no primeiro sábado depois da Páscoa, entoando os tradicionais cânticos ao Divino, a epidemia cessou por completo, não se tendo verificado mais vítimas.

Nesta Ilha Terceira, ainda hoje se realizam as festas do Espírito Santo do lugar de S. Carlos, devido ao «milagre» já narrado no capítulo I. Por ter sido a coroa do Império do Outeiro a primeira a chegar ao local ameaçado, um Alvará de D. José I ⁽¹⁾

ordenou que a dita coroa tomasse a direita às outras, quando fôsem em procissão, o que era rigorosamente observado em todas as coroações em que aquele emblema tomava parte.

No 1.º de Maio de 1868, após um violentíssimo abalo de terra sentido com extraordinária violência em toda a Ilha de S. Jorge, rebentou fôgo na freguesia de Santo António, elevando a considerável altura pedras encandescentes de enorme grandeza, e a lava, correndo em direcção ao mar, *«por mais de três moios de campo»*, sepultou a igreja e povoação da Urzelina, causando numerosas vítimas. Saíram em preces os povos de toda a ilha, levando as coroas do Espírito Santo e implorando a misericórdia divina. Contam-se vários milagres operados nessa ocasião, como seja o ter sido poupada uma pequena casa com seu reduto, onde estava guardado o vinho do bodo que ali se costumava dar em dia de Pentecostes, correndo-lhe a lava em redor sem a atingir. Também se narra o facto de um religioso franciscano, por apelido Malagueta, pessoa *«de vida ajustada»*, tendo ido com o guardião e mais padres seculares e do seu convento, levando a coroa do Império da Vila das Velas, depuzeram as varas no chão onde o fôgo vinha chegando lentamente e logo êste recuou, precipitando-se no mar. *«No centro do grande deserto de lava e de areia»*, conta J. Duarte de Sousa ⁽²⁾, *«ficou incólume do fôgo, como pequeno oásis, um triângulo do primitivo terreno, em que estava uma rez destinada às esmolas do bodo do E. S., e a qual sobreviveu ao vulcanismo»*.

Mas nem só nas calamidades públicas se assinalam factos extraordinários e inexplicáveis, que radicam de forma indelével na alma do povo, a convicção plena dos milagres operados pelo Divino Espírito Santo.

Com Francisco de Ornelas da Câmara, o herói terceirense da Restauração, passou-se um caso verdadeiramente extraordinário quando do julgamento a que em Lisboa foi submetido por vis acusações de inimigos sem escrúpulos. Estando lavrada a sentença condenatória, entrou uma pomba pela janela do Tribunal e, derramando a tinta sobre o papel, inutilizou o documento por completo, o que levou os juizes a procederem a novo julgamento, no decurso do qual apareceram provas da sua inocência, pelo que foi absol-

vido. Considerado êste facto como uma intervenção divina, Francisco de Ornelas fez erigir na cidade de Angra uma ermida da evocação do Espírito Santo que ainda hoje existe na rua do Concelheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt (vulgo Quatro Cantos).

Mas até no cozer do caldo para os jantares dos Imperadores se registam casos verdadeiramente assombrosos, como êstes dois que nos conta o Rev. Padre Joseph Pereira Bayam, no livro «Portugal Glorioso» :

«... Além disto aconteeo no cozer a carne romper-se a caldeira daquellas, em que se cozia, e não cahir no fogo cousa alguma do caldo: e sendo muitas estas caldeiras, algumas vezes se achou, que nem a fervura, nem o caldo que se tirava com a carne, diminuião a conta da água que se lhe tinha lançado».

«... outras vêzes aconteeo estando já concertadas todas as caldeiras varrida a fornalha, a lenha debaixo, de dentro do lar (que se não aqueantara em todo aquelle anno antes estava humida) sahirão línguas de fogo com que acendêo a fornalha».

E o Padre Alberto Pereira Rey, na sua «Breve Notícia das Festas do Imperador e Vodo do Divino E. St.» ⁽³⁾, confirma o caso de escaparem do fôgo as casas onde se guarda o trigo ou o vinho para os bodos, citando o caso passado com «hum morador da Villa das Velas, da Ilha de S. Jorge, chamado João Machado Valladão; tinha este em sua casa, em arca fechada a coroa, e bandeira do Divino E. S. para no anno seguinte coroar de Imperador no dia festivo, que lhe sahiu por sorte, e votos da Irmandade, e juntamente separado um moyo de trigo em sacos, para com elle ajudar o Vodo; e quando no dito mês do Setembro lhe pegou fogo nas casas (por justos juizos) e se lhe queimarão todas, e tudo, quanto nellas tinha, ficando illeza a arca aonde estava a coroa, a bandeira do Espírito Santo, e o moyo de trigo juntamente, sem lezão nos mesmos sacos, que huma e outra offerta tirarão debaixo das cinzas daquella ruina, tão perfeitas como antes, de que á vista d'esta prodigiosa maravilha ficou o povo espantado e absorto, pois vião as lavaredas de fogo investir a arca, e logo recoavão ao mesmo tempo para traz sem o ofender...».

Conheci, nos meus tempos de rapaz, uma criança cujo pai era

pessoa tida como descrente e de quem se contava o seguinte episódio:

É costume convidar com certa antecedência, as crianças que hão de coroar na festa dos Impérios, para o que os Mordomos se dirigem aos pais, pedindo a necessária autorização. O pai do rapazinho a que me refiro, não só recusou a autorização, como ainda se permitiu fazer comentários ao costume, taxando-o de anti-higiénico, porquanto as coroas andavam de cabeça em cabeça podendo tal preceito ser causa de infecções e contágios, não querendo portanto concorrer para que o filho contraísse alguma doença por causa disso. Quando chegou a época em que a criança devia ir coroar, a tinha atacou-a, deixando-a em pouco tempo absolutamente desprovida de cabelo.

Com as ofertas de aves que costumam levar, de «*visita*» ao Senhor Espírito Santo, para serem arrematadas depois a favor do bodo, conheço dois casos que me foram contados pelo pároco da freguesia onde os factos se passaram e que os tinha ouvido dos próprios que dêles davam testemunho.

Certa pessoa prometera levar de «*visita*» ao Senhor Espírito Santo uma determinada galinha, mas como a achasse muito boa, resolveu levar outra no lugar daquela. Á noite, ao regressar a casa, foi encontrar a dita galinha morta, com a cabeça entalada no buraco duma parede.

Outro caso com uma promessa idêntica: a dona passou vistoria a todas as galinhas do galinheiro com o fim de escolher a mais «*somenos*» para não ter grande prejuizo com a oferta. No dia seguinte de manhã encontrou mortas todas as galinhas que tinha deixado.

Dêstes e doutros factos semelhantes, tomados como castigo divino, nasceu no povo a convicção, fortemente arreigada, de que «o Espírito Santo é *muito vingativo*», frase vulgaríssima na linguagem popular, ao narrarem episódios relativos a tais festividades.

Os dois casos que a seguir se relatam fôram-me contados por testemunhas oculares, e sucederam ha pouco mais de dez anos, pois que os ouvi em 1946 e tinham ocorrido no ano anterior.

Um homem de certa freguesia desta ilha, para evitar despesas

com a mudança das insígnias do E. S. para a sua casa, pegou numa saca, contra a vontade e conselho da mãe, e foi êle só buscar as insígnias. Colocou-as nos devidos lugares e disse para a mãe: — Está tudo feito. A mãe ralhou-lhe pelo procedimento desrespeitoso para com o Divino E. S., mas o filho não ligou aos ralhos, antes fez pouco dos escrúpulos da vèlhinha. Pois deu-lhe, naquele mesmo momento um ataque apoplético que o vitimou em quarenta e oito horas.

Certo Imperador, ao distribuir as insígnias para a formação do cortejo que ia à igreja para coroar, entregou a um convidado uma tocha velha, de feio aspecto. Este, descontente com a qualidade da insígnia, todo o caminho ralhou e fez troça, dizendo que aquilo só servia para enxotar porcos, e fazia menção de usá-la para êsse efeito. Pois ficou nêsse mesmo dia, e para sempre, aleijado da mão que levava a tocha.

Afirma-se que o Espírito Santo *«tem preferência pelas famílias numerosas e pobres»*, e tanto assim que quási sempre *«escolhe»* as casas delas para *«passar o ano»*. Certo dia de bodo, na extracção de pelouros, saíu o E. S. todo ano a uma família muito pobresinha. O dono da casa foi à pressa convidar os vizinhos para a espera do E. S. e é costume nessa mesma freguesia, saírem-lhe ao encontro com flores e duas velas acêsas, trazidas por dois homens com toalhas brancas no braço, seguidos de um cortejo. Como o tempo estivesse ventoso, as velas apagaram-se, e ao aproximar-se a coroa um dos homens que traziam as velas acendeu a sua e disse ao outro que acendesse também. Qual não foi a admiração dêste ao ir acendê-la e verificar que a vela estava de novo acêsa, antes de a ter aproximado da do vizinho!

(1) — «Épocas Memoráveis» — 5.º Vol. — Pág. 155.

(2) — «Ilha de S. Jorge» — Angra, 1897 — Pág. 192.

(3) — Transcrito no «Arquivo dos Açores», Tomo 3.º, pág. 285.

VIII — DESAVENÇAS, ABUSOS, SUPERSTIÇÕES E ESTRAVAGÂNCIAS

A festa do Espírito Santo, tendo saído do âmbito da Nobreza para se generalizar pelo Povo, rapidamente adquiriu características especiais, derivadas da natureza do meio e das maiores ou menores dificuldades encontradas em cada ilha, em cada lugar, para a realização integral das festividades tradicionais. E porque o isolamento a que estavam então sujeitas, tornaria às vezes certos problemas insolúveis, entregaram-se as populações à resolução, de conta própria, dessas dificuldades, adaptando ao meio os actos do culto ou, o que era pior, criando novos ritos para substituir os primitivos.

Daí aos abusos e extravagâncias foi um passo, e porisso encontramos variantes e confusões que nos surpreendem, mal ajuizando por vezes até dos responsáveis por tais dislates, sem nos lembrarmos de que muitos ou quasi todos os cometem sem de tal darem conta, por repetirem apenas o que dum antecedente mais ou menos longínquo, vinham fazendo seus maiores, sem pensarem no verdadeiro significado de seus procedimentos. Mas muitos desses abusos não são da responsabilidade dos insulares, porque êstes nada mais fizeram que guardar a tradição dêles, trazida do Continente pelos primeiros povoadores, como seja o bailarem os Foliões na capela mór das igrejas durante a coroação dos Imperadores, ou discursarem êstes do púlpito no decorrer das cerimónias.

Em S. Jorge, na quinta-feira antes das festas de Pentecostes e da S. S. Trindade, os Irmãos desciam até à beira-mar para depositarem os tremoços que ficavam a curtir até à maré de sábado, indo então buscá-los, em *religioso* cortejo, para os levarem ao Império. Outras vezes serviam-se para isso de barcos «*aparelhados á brigue*», não faltando os descantes à viola de mistura com as Ave Marias. E quando êstes cortejos chegavam ao centro da freguesia a que se destinavam, era de uso fazerem repicar os sinos!

Na Feteira do Faial, fazem na tarde da festa uma procissão com a coroa, indo pousá-la em todos os barcos varados e enfeitados, como aqui na Terceira na festa da Senhora da Boa Viagem, e nessa ocasião, os barcos são todos espargidos... com vinho!

Embora, e apesar do grande número de Impérios em todas as ilhas, não sejam frequentes as desavenças entre povos vizinhos, contudo algumas houve que, por sua gravidade, ficaram assinaladas.

O *Arquivo dos Açores*» ⁽¹⁾ dá notícia duma «guerra» em 1583, entre portugueses e franceses das tropas que ao tempo estacionavam na ilha, e que merece ser transcrita na parte que mais interessa. Diz assim: «...e em dia do Esp. Santo do anno de 1583 comeram todos os francezes e portuguezes nas bodas, os quais, ou os mais dëlles, se embebedaram ou esquentaram, e alguns portuguezes pela mesma traça, e acabado de comerem veio a travar um portuguez com dois francezes por se levantarem sem darem graças ao Senhor Deus, e logo arrancaram, e uns de uma parte, e outros de outra. As espadas nuas eram muitas: não havia quem apartasse: tudo era baralhado: os francezes levantados com caixas tocadas, e a guerra levantada: os portuguezes da mesma maneira...»

O «*Almanaque Açoreano*» de 1888, relata o seguinte episódio ocorrido em 1820 entre habitantes das freguesias de Altares e Raminho, nesta Ilha Terceira, por certas proeminências nos cargos das confrarias, impérios e bodos do Espírito Santo, agravadas as desavenças pelo facto de pertencer a freguesia dos Altares ao Concelho da Praia e a do Raminho ao concelho de Angra, havendo portanto entre os povos vizinhos assinaladas divergências em posturas e outras disposições municipais. Os Altarenses ficaram conhecidos pelo epíteto de «*Bandarristas*» nesta «guerra» que alevantaram contra os raminhenses e da qual resultou, além de muitas cabeças partidas, uma malquerença que ainda a mais de um século de distância se evidência em quasiúnculas de insignificante valor.

E foi por desavenças e abusos de toda a ordem cometidos pelas gentes do lugar durante as festividades do Espírito Santo, que a povoação de Santana de Portalegre, segundo se crê a mais antiga da ilha, fundada nos alvares do povoamento na planí-

cie que se estende a S. E. do Pico do Ginjal, denominada ainda hoje Santana, apesar de ser importante freguesia pois «*passava de trinta visinhos*», se arruinou e acabou por desaparecer, deixando para vestígio apenas um morador e um pôço e bebedouro onde se dessedentavam os gados que apascentavam naquelas férteis pastagens.

Mas nem só no seio das populações ignaras houve abusos e extravagâncias a lamentar. Nos próprios conventos de freiras (no Mosteiro de S. João, da Horta, por exemplo) se organizavam Impérios, armando-se o trono na cêrca por forma a poder ser observado da torre da igreja Matriz que lhe ficava próxima e servia de tribuna aos admiradores. A Coroação era organizada no interior do convento, mas saía depois ao claustro, em direcção ao Império, levando à frente as «*Folians*», ao todo cinco, uma tocando tambor, outra levando a bandeira e mais três tocando pandeiro! A comunidade, formando duas alas, empunhava varas brancas e cantava o *Magnificat*, enquanto das cercanias do convento subiam ao ar muitos foguetes. O préstito era encerrado por um quadrado de varas e por algumas noviças que iam desfolhando rosas no trajecto. Dentro do quadrado seguia a «*Imperatriz*» com a coroa e cetro na mão, ladeada por duas damas de honor. Concluidas as cerimónias, havia no parlatório um lauto jantar, oferecido às autoridades, seguido de arrematações de ofertas, e à noite... baile! Os arredores do Império eram iluminados à veneziana. No ano de 1824, diz-nos Gabriel de Almeida (2), ainda esta usança tinha nomeada.

(1) — Vol. 10.º. pág. 62.

(2) «*Fastos Açoreanos*», Lisboa, 1889.

IX — REPRESSÕES

Os abusos apontados no capítulo anterior, provocaram da parte das autoridades eclesiásticas, especialmente dos Prelados da Diocese, várias medidas repressivas que, na verdade, pouca acção tiveram sobre muitos dos costumes que davam motivo a censuras, pois o certo é que nem sempre tais repressões foram acatadas, pelo que se sucediam as pastorais proibitivas de certas práticas, tidas até como «*indecorosas*».

As Constituições Diocesanas, promulgadas pelo bispo D. Fr. Jorge de Santiago em 1559, proibiram o costume de os Imperadores, no dia da sua coroação, «*prêgarem*» no púlpito ou em qualquer lugar saliente da igreja.

D. Jerónimo Teixeira Cabral, 9.^o bispo de Angra, proibiu que os Foliões bailassem na capela-mor das igrejas, na ocasião de serem coroados os Imperadores.

O licenciado Manuel Gonçalves Pacheco, visitador oficial do bispado, na visita que fez aos Altares em 1610, proibiu que os Foliões entrassem na igreja a cantar cantigas profanas e que os membros das Confrarias fizessem jantares, nos dias das festas, à custa das Confrarias.

D. Frei António da Ressurreição, 13.^o Bispo de Angra, na visita que fez ao Faial em 1636, proibiu que se comessem os «*gastos*» (jantares das Funções do E. S.) depois de anoitecer.

O provisor do Bispado, cónego João Diniz Pereira, determinou, em 1665, que «*sòmente as coroas entrem dentro da igreja e os Foliões que acompanham as pessoas ou Imperadores, não estarão com a música e tambor na igreja; e os ditos ministros eclesiásticos não assistirão à mesa dos imperadores nem irão à sua casa a dar-lhes o cetro nem tirar-lhes a coroa, sob pena de excomunhão*».

D. António Vieira Leitão, 17.^o Bispo de Angra, no ano de 1697, proibiu os «*impérios de mulheres que se fazem sob pretexto de festejarem o Espírito Santo mas não servem mais que para se ofender, com eles, o mesmo Senhor, pelos «enfeitos» indecorosos e*

profanos de que as ditas mulheres usam em tais actos e pelo concurso de homens que a eles vão, com práticas indecentes e outras enormidades de que resulta geral escândalo». Proíbe estes Impérios sob pena de excomunhão maior *ipso facto incorrenda*, e de 50 cruzados de multa.

Finalmente, e já nos meados do século findo, D. Frei Estevão de Jesus Maria, na Pastoral de 10 de Fevereiro de 1843, dada na cidade de Ponta Delgada, diz que «*muitos devotos do E. S. põe a par das virtudes cristãs a embriaguez, a lascívia, o ódio, a vingança, os desacatos feitos ao Divino na coroa e pombinha que o representam...*», ordenando também que as coroações não passassem do Domingo da Trindade e que fôsem proibidos os bailes nas casas em que estivesse a coroa do E. S.

A resistência porém oferecida a todas estas limitações de liberdades, tem sido por vezes tão forte que chegou, nalgumas freguesias, a incompatibilizar o pároco com muitos de seus paroquianos, provocando cenas de verdadeiro desacato e chegando o povo a fazer a coroação nos Impérios, sem assistência do padre, o que tendia a criar «*o divórcio completo entre o Império e a Igreja*», como disse certo orador sagrado, insurgindo-se contra a rebelião dos Mordomos e Imperadores.

Abusos sempre os houve, em todos os tempos, e já nas «*Ordenações Manuelinas*» ⁽¹⁾ vinha a recomendação de que «*nom se façam vodos de comer e de beber, posto que fora das igrejas sejam*» devido aos muitos excessos a que davam lugar. Contudo, ainda nelas se abria uma excepção «*nom tolhendo porém os vodos do Santo Espírito que se fazem na festa de Pentecostes porque sómente concedemos que estes se façam e outros nenhuns nom*», parecendo depreender-se que, pelo menos até então, os bodos do Espírito Santo se realizavam numa atmosfera de respeito e sensatez, diferente da que noutros se podia observar e tanto merecia a repulsa régia.

(1) — Livro V, tit. 33, § 6.º

X — O ESPÍRITO SANTO NA LINGUAGEM POPULAR

Com tão fundas raízes nas crenças e nos costumes, não poderia o Espírito Santo, e tudo quanto com êle se relacione, deixar de gravar na alma do povo Açoreano e reflectir na linguagem, a sua predilecção por festas tão queridas e veneradas.

Numerosos adágios, anexins, provérbios, sentenças, crendices, superstições, estão ligados a factos que directa ou indirectamente se prendem às festividades do Espírito Santo.

Assim, quando um rapaz é leviano e tem várias namoradas ao mesmo tempo, as raparigas costumam dizer que tem «*em cada canto um Espírito Santo*».

Quando se unem pelo casamento duas pessoas que gostam de divertimentos, diz-se: «*Juntou-se o Espírito Santo com a Trindade*».

«*Aqui não se dá bodo*», é expressão empregada para se dar a entender a alguém que a sua presença não é necessária nem desejada.

«*Ter vida de Folião*» é viver à larga, sem preocupações.

«*Em casa de Mordomo feno à porta*» é como quem diz: pelo andar da carroagem se conhece quem vem dentro.

Como aquele a quem sai o Espírito Santo nos pelouros é chamado Imperador e terá de pôr a coroa na cabeça, quando um marido é enganado pela mulher dizem que lhe «*saiu o Espírito Santo todo o ano*», e já numa dança foi posta na boca do «*Ratão*» a seguinte sextilha, alusiva à *dignidade* de «Imperador»:

O que é que estás a dizer ?
Será isso verdadeiro ?
É dum homem se benzer
E ficar como um «*sandeiro*».
O Joaquim ainda vai ser
«*Imperador*» em solteiro !

A alegria e boa disposição resultantes destas festas tão queri-

das do nosso povo, deram lugar à sentença: «*Em dia de bodo não ha querela*»; e de facto, apesar das aglomerações de milhares de pessoas e do muito vinho que gratuita e abundantemente se distribue nesses dias de festa, não se assinalam distúrbios nem sequer exaltadas discussões, embora existam profundos dissídios e malquerenças, mesmo dentro de cada família, com fundamento em festas do Espírito Santo. O ajuste de contas, se tem de fazer-se, guarda-se porém para dia mais propício.

Quando alguém se preocupa demasiado com particularidades ou pormenores para a realização de uma obra ou empreendimento, costumam dizer-lhe:—Homem, não te preocupes, que «*pão, carne e vinho, tudo dá toucinho*».

Análoga à expressão «ir no conto do vigário», é a de «*ir no carro das faías*», designação porque também é conhecido o «*Carro do Espírito Santo*».

«*Entrar na Função*» é tomar parte activa em qualquer successo, e «*Ter Espírito Santo de orelha*» é encontrar quem lhe diga as coisas por linhas travessas.

E como o dinheiro foi sempre a «mola real» para todos os divertimentos, o povo costuma traduzir essa ideia pela seguinte frase: «*Com dinheiro na mão, em toda a parte ha Função*».

Quando entra um novo Mordomo e os presentes o saúdam, às vezes com estrepitosas manifestações, a que não faltam os foguetes, ao «*Viva o Mordomo novo!*» com que é saudado, costuma algum dos presentes acrescentar: «*E viva o velho!*», como a traduzir o apreço em que foi tida a maneira como o antecessor se desempenhou da sua missão. Esta expressão, muito popular, começou a usar-se também como sinal de conformidade, num significado análogo ao da exclamação: .. «e bem bom!»

«*Pagar a pauta*» é expressão muito usada para significar a prática de qualquer hábito. Emprega-se muito em dia de S. Martinho, dirigida àqueles que «*festejam*» o Santo.

«*Entrar para a sala*» usa-se por analogia com o convite feito aos que devem tomar parte no Balho, por denominarem «*sala*» ao espaço reservado a tocadores e dançarinos, na quadra a um tempo utilizada para rezar o Terço e dançar o Charamba, e emprega-se quando, num grupo, alguém procura introduzir-se

para participar na conversa, sem que para ela tenha sido chamado :
«—Oh ! não faça cerimônia... Pode entrar para a sala».

Quando se anda a pedir para a festa do Império, o que recebe a esmola diz : *«O Divino Espirito Santo aceite por esmola»*, ao que o dador responde : *«...e a Vocemecê as suas passadas».*

No Cancioneiro o tema está tão largamente representado que poderá com propriedade dizer-se ser infinito o número de cantigas que a estas festividades fazem referência, a começar pelas dos Foliões, quasi sempre improvisadas, e a acabar nas do Charamba, ao som da viola, louvando o Imperador e a Imperatriz, ao iniciar do Balho após a reza do Terça nas *«casas do Espirito Santo»*.

Não há festa mais bonita
 Que a festa do Espirito Santo :
 Tocam-se os tambores todos,
 Saem bandeiras a campo.

Em minhas quadras singelas
 Não vos posso dizer tanto,
 Mas vejam como são belas
 As festas do Espirito Santo.

O Senhor Espirito Santo
 Que dais a quem vos vem vêr ?
 Aos solteiros boa sorte,
 Aos casados bom viver.

Divino Espirito Santo.
 Ele já lá vem às ladeiras.
 Vem co'a sua gente toda
 Para ver suas bandeiras.

Ó Divino Espirito Santo,
 Vós me haveis de auxiliar.
Almentai as nossas almas
 Para a boa noite eu dar.

Deviam-se interessar
 E cada um dar um tanto,
 Para nunca se acabar
 As festas do Espirito Santo.

XI — NOTAS E DOCUMENTOS

A — *Estatutos*

Por disposições do art.º 29.º do Dec. n.º 23, de 16 de Maio de 1832, e Portaria de 3 de Janeiro de 1838, todas as Irmandades eram obrigadas a regerem-se por Estatutos aprovados pelo Governo Civil. Contudo, nem todos acataram tais determinações, parecendo-nos que ainda algumas actuam à margem da Lei, apesar de repetidas advertências e ameaças.

Os mais antigos que conseguimos obter, para aqui os darmos como modelo dos restantes, são os que pertencem ao Império dos Quatro Cantos, da cidade de Angra, e têm a data de 11 de Junho de 1868. Ei-los :

ESTATUTOS DO IMPÉRIO DOS QUATRO CANTOS
FEITOS E APROVADOS PELA IRMANDADE
EM 11 DE JUNHO DE 1868

IN NOMINE ET GRATIA SPIRITUS SANCTI

AUTO DE ESTATUTOS DO IMPÉRIO DO ESPÍRITO SANTO
DOS QUATRO CANTOS, DA RUA DO PINTOR, FREGUESIA
DA SÉ DO SANTÍSSIMO SALVADOR, DESTA CIDADE DE
ANGRA DO HEROISMO, ETC.

1 8 6 8

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos sessenta e oito e aos onse dias do mês de Junho, nesta Muito Nobre Sempre Constante Cidade de Angra do Heroismo da Ilha 3.ª estando reunidos a Comissão Administrativa nomeada pela Irmandade do Império dos Quatro Cantos da Freguesia da Sé desta mesma Cidade a baixo assignados por todos foi concor-

dados unanimemente e decidirão que por sua devoção querião continuar com o Imperio do Devino Espirito Santo a cima declarado e nelle exercitarem Obras de caridade com as Esmolas que naquelle dia se costumão faser aos pobres ; a cujo fim se fiserão os Estatutos seguintes, para o bom regimem de toda a Irmandade e haver um procedimento que seja do agrado de Deos e que excite o publico á Devoção e Culto, que deve tributar do mesmo Devino Espirito Santo dos Quatro Cantos.

CAPITULO 1.º

Da Irmandade e Reunião dos Fieis com o fim de praticarem obras de caridade — do seu nome — e do nome de cada hum de seos membros :

§ 1.º—A reunião dos Fieis nesta Cidade de Angra do Heroismo, com o fim de praticarem obras de Caridade, succorrendo as necessidades de seos Irmãos guiando-se sem decrepância pelos Santos preceitos da moral e Caridade Christã, satisfazendo por esta maneira os pios desejos dos Devotos do Devino Espirito Santo Conservará o nome de Irmandade do Imperio do Devino Espirito Santo dos Quatro Cantos.

§ 2.º — Cada hum dos membros desta Irmandade concervará o nome de Irmão do Devino Espirito Santo dos Quatro Cantos.

CAPITULO 2.º

Das obras de Caridade que a Irmandade praticará :

A Irmandade para desempenhar o benefico fim da sua devoção. Dará no Domingo da Santissima Trindade, Esmolas aos pobres nesecitados de pão, e vinho com a maior liberalidade e grandesa que lhe for pocivel tendo a mesma Irmandade especial cuidado das pobres que se achão recolhidas no Biaterio de Jesus Maria José Asilos de Mendicidade Desvalida igualmente aos presos da Cadeia.

CAPITULO 3.º

Do numero dos Irmãos do Devino Espirito Santo dos Quatro Cantos :

- § 1.º — Não terá lemite o numero dos Irmãos de Pilouro e de Devoção.
- § 2.º — Quando houver menos de vinte Irmãos do Imperio o Irmão Procurador Tesoureiro-Escrivão comtinuarão a faser suas obrigações e não servirão maes de tres annos, só sendo novamente elleitos pela Irmandade, eprestarão suas contas todos os annos no dia de Corpus Christi e continuarão administrar as esmolas do Imperio em quanto não ouver nova nomeação se llesconvier.

CAPITULO 4.º

Das qualidades que devem ter os Irmãos do Devino Espirito Santo dos Quatro Cantos :

- § 1.º — Ser Católico Apostólico Romano.
- § 2.º — Ser de regular conduta e boens costumes.
- § 3.º — Não ter embaraço mental.

CAPITULO 5.º

Das obrigações dos Irmãos do Devino Espirito Santo do Império dos Quatro Cantos :

- § 1.º — Pagar de entrada seja de Pelouro ou de Devoção dusentos e quarenta reis.
- § 2.º — Serão obrigados os de Pelouro alevarem os seos cargos à Casa do Comũm desde o meio dia de Sabado da Santissima Trindade athé ao Domingo da mesma Festevidade por todo o dia e ahi mêsmo lhe darão sua oferta com hé estillo, os Irmãos de Devoção hirão a mesma casa pagar as suas pautas que são cento e vinte reis cada um anno desde o meio

dia do dito Sabado athé quinta feira do Corpo Christi, aos
quais tambem se lhe dará sua Oferta na forma do costume.

- § 3.º — Executar estes Estatutos na parte que lhe disser respeito
concurrendo quando for competentemente chamado, e
aceitando os cargos para que for Elleito se não tiver legi-
timo impedimento o que se deixará a sua Consciencia e
Onra.

CAPITULO 6.º

Dos direitos dos Irmãos do Imperio dos Quatro Cantos :

- § 1.º — Votar na eleição dos Irmãos que hão de servir de Procu-
rador, Tesoureiro, e Escrivão.
§ 2.º — Ser Eleito com preferencia para os cargos da Irmandade
ou servisso sendo Irmão.

CAPITULO 7.º

Haverão dois livros destintos em que serão inscritos os no-
mes de todos os irmãos a sim como de Pelouro e devoção.

CAPITULO 8.º

Dos Imperadores Mordomos dos Foliões e do Fogo da Ca-
pela e de suas obrigações :

- § 1.º — Dos Imperadores e suas obrigações pertencentes ás Al-
faías tudo ficará em poder do Primeiro Imperador que sahir
com comdição de não emprestar nada sem consentimento
dos Offeciaes respectivos e o dito primeiro Imperador será
obrigado a dár conta de tudo o que o que se lhe entregar
do Inventário feito pelo procurader e Escrivão a sim como
os maes Imperadores que Croão nos outros Domingos e se
por culpa dos mesmos Imperadores se estraviar qualquer
coisa o Procurador lhe fará pôr tudo a sua custa.
§ 2.º — Os Imperadores terão obrigação de darem de Almoçar aos

Foliõens assim como huma Rosquilha e na vespera do dia que Coroarem avisarão o lugar e hóra em que pertendem Coroar para que o Procurador vá assistir para ver se estão as Alfaias como lhas entregou afim de não haver falta algũa e os Imperadores que forem omissoes em comprir esta desposição serão reprehendidos pelo Irmão procurador pela primeira ves e pela segunda serão escludos de Irmão.

§ 3.º — No caso de sahir a Crõa a algum Irmão que não tenha domicilio certo e que haja algũa desconfiança que se poderá descaminhar algũa das cousas mencionadas no § 1.º dêste Capitulo nesse caso prestará Fiança abonada que se obri-gue a responder por tudo sem o que não se poderá entregar nada ficando responsaveis ao comprimento desta desposição os Offeciaes do Imperio que estiverem atualmente admenistrando.

CAPITULO 9.º

No Domingo da Santissima Trindade com sultarão os Offeciaes do Imperio com o Imperador a hora em que deve Coroár para o bom aranje do Imperio para que o acto se fassa com todo o respeito e dessencia que manda a nossa Santa Relegião.

CAPITULO 10.º

Dos Mordomos dos Foliõens e suas obrigações :

Os Mordomos dos Foliõens tem obrigação de darem de jantar aos mesmos assim como hũa Rosquilha.

§ 1.º — Serão responsaveis pelo prejuiso que soffrerem as Alfaias dos Foliõens durante o tempo que estiverem em seu poder e o Procurador lhes fará pôr tudo á sua custa.

CAPITULO 11.º

Dos Mordomos do Fogo e suas obrigações :

Os Mordomos do Fogo são obrigados a pôr luminarias na Rua do Imperio e darem as salvas do estillo.

- § 1.º — Não podendo arranjar o Fogo e querendo pagar a dinheiro se lhe receberá athé seis centos rees.

CAPITULO 12.º

Dos Mordomos da Capella e suas obrigações :

- § 1.º — Os Mordomos da Capella serão obrigados a Dar hũa livra de Sera para o ornato da mesma Cappella e será entregue no dia da Santissima Trindade logo pella manhã afim de não haver falta.
- § 2.º — E querendo pagar a dinheiro o dito cargo se lherreceberá a quantia de seis centos rees.

CAPITULO 13.º

No Sabado da Santissima Trindade se deve dár parte ao Padre Capellão da Igreja a hõra em que o Imperador deve Coroar.

- § 1.º — Todo o Irmão que no decurso de tres annos não pagar suas Irmandades sera riscado e não poderá ser ademetido sem licença dos Officiaes do Imperio pagando nova entrada.

CAPITULO 14.º

A chave da despensa andarã nas mãos dos Empregados do Imperio para que não leve descaminho cousa algũa.

CAPITULO 15.º

Pensões do Imperio

Cada Imperador tem de Irmandade hũa rosquilha e assim como hum pão. Cada Mordomo dos Foliõens, do Fogo, e da Cappella tem o mesmo o Padre Cappellão do Imperio tem hũa oferta o Novo e Velho Imperador terão o mesmo os Foliõens terão com forme o seu contrato.

Estes são os Estatutos comcordados pella principal parte da

Irmandade, que em firmesa de como os lãõ por aprovados e prometem comprilos assignão comigo Leandro Jose Martins Escrivão do Imperio que o subescrevi e assigno. Angra do Heroismo, 11 de Junho de 1868. (ass.) Jose Gonçalves Bertão, João Ignacio Pereira de Bettencourt, Francisco Augusto da Silveira Martins, Mariano Corrêa de Lima, Francisco Corrêa Picanço, João Maria Thomaz, João de Souza Cabral, Henrique Maria de Souza, Zozimo Martins Diogo, Felix Jose da Costa, Leandro José Martins.

AUTO DA COLLOCAÇÃO DA LAPIDE COMMEMORATIVA
DA INAUGURAÇÃO DO IMPERIO DO DIVINO ESPIRITO
SANTO DO LOGAR DOS QUATRO CANTOS

No anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil nove centos e dez, centessimio Aniversario da installação do Imperio consagrado á Terceira Pessoa da Santissima Trindade, situado na antiga Rua do Pintor, hoje Rua do Conselheiro Nicolau Anastacio de Bettencourt, logar dos Quatro Cantos, freguesia da Sé, achando-se o Emblema do Divino Espirito Santo depositado em casa do Excellentissimo Doutor Alfredo da Silva Sampayo, ali se reuniu o cortejo, composto da irmandade e mais pessoas convidadas para abrilhantar o acto solemne a que se ia proceder.

A inauguração da lapide Commemorativa do primeiro centenario do referido Imperio, mandada collocar pela respectiva Gerencia Administrativa na fachada do edificio.

Saindo o prestito, acompanhando as coroas e bandeiras pertencentes á dita irmandade, se dirigio aquelle processionalmente para o logar do Imperio, onde pelo illustre Deão da Sé Cathedral Excellentissimo Doutor José dos Reis Fisher foi desvendada a lapide Commemorativa, feita em pedra marmore, tendo inscripto a seguinte :

Legenda

1.º Centenario

1810 — 1910

A COMISSÃO

Aniceto Antonio dos Santos, Manoel Moreira Moraes Ferreira, Matheus Vieira Pereira. João Pereira Forjaz de Lacerda, Fran-

cisco de Paula Moniz Barreto, José dos Santos, Manoel Martins de Aguiar Ramalho.

Em seguida, no recinto do Imperio e sob a presidencia do mesmo excellentissimo Doutor Fisher, convidado para este fim, e secretariado pelos excellentissimos Adriano Augusto dos Santos e José Augusto Pureza se procedeu á leitura do presente auto que será assignado por todos os que tomaram parte nesta solemnidade, attestando assim aos vindouros os seus sentimentos religiosos em contribuir não só para o esplendor do Culto á Terceira Pessoa da Santissima Trindade mas ainda para o fim humanitario para que estas instituições foram creadas, o exercicio da caridade.

E eu João Pereira Forjaz de Lacerda secretario da Comissão gerente o escrevi e assigno.

Deão José dos Reis Fisher, Alfredo da Silva Sampaio, Beneficiado Eduardo de Sousa Marques, José Augusto Puresa, Adriano Augusto dos Santos, João Torquato Coelho Rocha, Militão Moniz Pamplona, Jacintho d'Almeida Ramos Moniz, João Lourenço do Rego, Alfredo Luiz Campos, José Maria dos Santos, Matheus José da Rosa, José Verissimo de Borba, Julio Fernandes Borges, José Juliano Gonçalves Cotta, Manoel Soares de Medeiros, João Moniz de Sá Corte Real dos Santos, Francisco Linhares dos Santos, P.^o José Augusto Martins, Augusto Cesar de Abreu Nunes, Alvaro Pereira Ferjaz Sarmento de Lacerda, José Corvello d'Avila, Manuel de Macedo Pereira, Diogo Paim de Bruges, José Bettencourt Moraes Moniz, José S. de Castro do Canto, André Homem de Noronha, José da Silva Marques, Alfredo Mendonça, Manuel Rodrigues Moutinho, Abrahão de Abohbot, Gregorio Sanches Franco, Antonio Alves de Oliveira, Americo Ribeiro Barboza, José Hypolito Mendes Franco, José Julio da Rocha Abreu, Eduardo da R. Abreu, Manuel Lourenço do Rego, João Vaz de Borba, Manuel Francisco dos Reis e Almeida, João Luiz Fernandes, José Pires da Costa, António Azevedo Soares, Armando Augusto Pureza, Henrique de Arbués Forjaz, João de Sousa Ribeiro, José Pereira da Silveira e Costa, Matheus Antonio da Silva Pureza, José Antonio Telles Pamplona, Artur Soares de Medeiros, Manuel Soares de Medeiros Jr., Zozimo Procopio da Lima, Alvaro Pereira da Silva, Manoel Augusto Coelho de Magalhães, João Carlos da

Silva, João José de Bettencourt e Avila, Henrique Pereira da Silva, João de Deus Pinheiro, Francisco Machado dos Santos, António dos Reis Sousa Amorim, Manuel Pimentel de Quadros, Mário Ribeiro Garcia, Hypolito da Rosa Alves Pereira, Jayme Augusto Avelino, José Ferreira Flores, José da Rosa Alvares Pereira, Manuel Severo dos Reis, Eduardo Lounet Barrella, João Lopes, José do Nascimento Fonseca, Henrique Maria de Sousa, Matheus Vieira Pereira, Manuel Martins de Aguiar Ramalho, Aniceto António dos Santos, Francisco de Paula Moniz Barreto, João Pereira Forjaz de Lacerda.

B — O Têrço

Nada consta acerca de quem tenha sido o autor do «*Modo de oferecer o Têrço ao Divino Espírito Santo*», apesar de ter tido já inúmeras edições, sendo até opinião de alguns que o Têrço, tal qual se reza nas casas do Espírito Santo, não tem origem canónica, sendo obra de leigos. Compõe-se de um Introito, como no Rosário de N.^a S.^a e de cinco Mistérios terminando cada um dêles por um Pai Nosso e dez Ave Marias, seguidos de um Oferecimento. Os Pai Nossos e as Ave Marias são cantados. Aos cinco Mistérios segue-se a Salvé Rainha, em verso, também de autor desconhecido, e cantada por coros alternados de homens e mulheres. Logo após vem uma Oração à qual se segue a Ladaínha de N.^a S.^a, também cantada. Vem depois a Antífona e o Hino do Espírito Santo, terminando com uma Jaculatória ao Espírito Santo e à Mãe de Deus, cantada em côro. Ao arbítrio de quem oferece o Têrço ficam as Ave Marias que é costume pedirem-se pela saúde dos donos da casa, por alma dos seus defuntos, benditas almas do Purgatório, pelos que andam nas águas do mar, etc.

Eis o Têrço, tal qual se Oferece :

MODOS DE OFERECER O TÊRÇO AO DIVINO ESPÍRITO SANTO

- V. Deus in adjutorium meum intende.
- R. Domine ad adjuvandum me festina.
- V. Gloria Patri, et Filio, et Spiritui Santo.

R. Sicut erat in principio, et nunc, et semper, et in sæcula sæculorum. Amen. Aleluia.

Primeiro mistério — Neste mistério contemplamos a grande alegria, que a Virgem Nossa Senhora teve, quando Ilhe appareceu resuscitado o seu amado Filho. — P. N., dez Ave M., Gl. Patri.

Oferecimento — Oh Gloriosa e Imaculada Senhora, nós vos oferecemos este mistério em memória da grande alegria, que tivestes com a resurreição de vosso amado Filho: e vos pedimos que intercedais por nós, para que resuscitemos do estado da culpa à vida da graça, e logremos a sua companhia e a vossa. Amen.

Segundo mistério — Neste mistério contemplamos a grande glória que a Santíssima Virgem Maria recebeu, quando viu o seu amado Filho subir ao Céu com tanta glória e alegria de todos os Anjos e Santos. — P. N., dez Ave M., Gl. Patri.

Oferecimento — Oh Santíssima Mãe de Deus, e saudosa Senhora, nós vos oferecemos este mistério em memória do grande prazer que tivestes, quando vistes o vosso amado Filho subir ao Céu com tanta glória de todos os Bemaventurados: pedimo-vos nos acompanheis neste mundo, para que com a vossa poderosa protecção partamos desta vida seguros a gosar da Bemaventurança. Amen.

Terceiro mistério — Neste mistério contemplamos o grande prazer, que a Virgem Maria teve, quando no Cenaculo de Jerusalem viu descer sobre si e sobre os Apostolos o Espírito Santo, enchendo-os de dons e alegria. — P. N., dez Ave M., Gl. Patri.

Oferecimento — Oh Santíssima Virgem, Esposa do Espírito Santo, nós vos oferecemos este mistério em memória do grande prazer que tivestes quando o Espírito Santo desceu sobre vós, e sobre os Apostolos, com que os encheu de consolação e alegria: nós no mesmo Espírito saibamos as cousas que são rectas, per-

feitas e justas ; para que participando dos seus dons, o vamos lograr na eterna Bemaventurança. Amen.

Quarto mistério — Neste mistério contemplamos o grande prazer que a Virgem Maria teve, sendo levada ao Céu pelo mesmo Senhor, acompanhada de todos os Córos dos Anjos e colocada no trono da Santíssima Trindade. — P. N., dez Ave M. Gl. Patri.

Oferecimento — Oh Santíssima Virgem Maria, nós vos oferecemos este mistério em memória da grande alegria que tivestes, quando fostes levada ao Céu, e colocada no trono da Santíssima e Beatíssima Trindade, onde enchestes aos Anjos de alegria, e aos homens de confiança : e vos pedimos nos façais dignos servos vossos, para nos premiardes com as felicidades da vida eterna. Amen.

Quinto mistério — Neste mistério contemplamos a grande glória que a Santíssima Virgem Maria logra no Céu, onde foi coroada pela Trindade Santíssima, de que todos os Santos receberam gloria particular. — P. N., dez Ave M., Gl. Patri.

Oferecimento — Oh Rainha de todos os cidadãos do Céu e da terra, nós vos oferecemos este mistério em memória da glória e poder, com que dominais no Céu e na terra : e vos pedimos sejaes servida de aceitar de nós esta corôa de rosas e se acenda em nós um grande desejo de vos ver coroada nessa Glória, onde viveis e reinais para sempre. Amen.

S A L V É R A I N H A

Vozes {
 Salvé ó doce amparo
 Dos tristes mortaes
 Virgem sempre pura
 Bem dita sejaes.

Còro {
 «Salvé Rainha»
 Que «Mãe» vos chamais
 «De Misericórdia»
 Bem dita sejaes.

Vózes { «Sois vida e doçura»
 Dos Filhos que amaes
 «Esperança nossa»
 Bemdita sejaes.

Vózes { «Advogada nossa»
 Tanto vos dignaes
 De rogar por todos
 Bemdita sejaes.

Côro { «Salvé a vós bradamos»
 Ouvi nossos ais
 Que a vós se dirigem
 Bemdita sejaes.

Côro { «Esses vossos olhos»
 Que não tem iguaes
 Ponde em nós Senhora
 Bemdita sejaes

Vózes { Lembrai-vos de nós
 Pois em perigos taes
 Somos «degradados»
 Bemdita sejaes.

Vózes { «Misericordiosos»
 Como costumaes
 «A nós os volvei»
 Bemdita sejaes.

Côro { Os «Filhos de Eva»
 Os aflitos mortaes
 «Por vós suspiramos»
 Bemdita sejaes.

Côro { «E depois» de acabar
 Fadigas penaes
 «Do nosso desterro»
 Bemdita sejaes.

Vózes { «Gemendo e chorando»
 Vós nos consolaes
 Em nosso desterro
 Bemdita sejaes.

Vózes { «Nos mostrai a Jesus»
 Na glória onde estaes
 Para sempre o louvar
 Bemdita sejaes.

Côro { «Neste vale de lágrimas»
 De penas fataes,
 Sempre vos cantamos
 Bemdita sejaes.

Côro { «O Bemdito Fruto»
 Que nos ofertaes
 Para o possuirmos
 Bemdita sejaes.

Vózes { Mas lá nessa gloria
 Aonde nos chamaes
 Alegres diremos
 Bemdita sejaes

Vózes { Mostrai-nos os dons
 Que vós nos guardaes
 Bens do «vosso ventre»
 Bemdita sejaes.

Côro { «Eia» ó mãe benigna
 Que nos ilustraes
 Por tudo Senhora
 Bemdita sejaes.

Côro { Que nunca os percamos
 Não o permitaes
 Oh Virgem «Clemente»
 Bemdita sejaes.

Vózes { «Oh Mãe piedosa»
Que nos abrigaes.
Oh doce Maria
Bem dita sejaes.

Vózes { «Para sermos dignos.»
Em instantes finaes
De cantarmos sempre
Bem dita sejaes.

Côro { «Sempre Virgem» bela
Louvores geraes
Vos deem Céus e terra
Bem dita sejaes.

Côro { «Das promessas de Cristo»
Vós nos seguraes
Soberana Rainha
Bem dita sejaes.

Vózes { Bem dita e bem dita
Mil vezes e mais
«Oh Virgem Maria»
Bem dita sejaes.

Vózes { Assim seja sempre,
Sempre, e muito mais
«Amen Jesus»
Bem dita sejaes.

Côro { «Rogai vós por nós»
Não vos esqueçaes
«Santa Mãe de Deus»
Bem dita sejaes.

Côro { «Bem dita e bem dita»
Mil vezes e mais
«Oh Virgem Maria»
Bem dita sejaes.

O R A Ç Ã O

Oh amabilissima Senhora, oh Mãe de Deus e Mãe nossa, nós vos oferecemos estas orações em obsequio da vossa Conceição Purissima, em honra e gloria do vosso Santíssimo Nome, e da singular Corôa de vossa Pureza Imaculada: e vos pedimos, que em virtude da mesma Corôa, que é a das vossas virtudes e excellências, nos alcanceis de vosso Santíssimo Filho a graça e favor, que vos pedimos, e mereçamos por vossa intercessão e piedade alcançar a Corôa da eterna gloria. Amen.

LADAINHA DE NOSSA SENHORA

Vózes { Kyrie eleison.
Christe eleison.
Kyrie eleison.
Christe, audi nos.
Criste, exaudi nos.

Vózes { Pater de Cœlis Deus
Côro { Fili Redemptor mundi
Deus,
Vózes { Spiritus Sancte Deus,
Côro { Sancta Trinitas unus
Deus } Misereere nobis

Vózes	Sancta Maria, Sancta Dei Genitrix, Sancta Virgo Vig- num,
Côro	Mater Christi,
Vózes	Mater Divinae gratiae, Mater purissima, Mater castissima,
Côro	Mater inviolata,
Vózes	Mater intemerata, Mater amabilis, Mater admirabilis,
Côro	Mater Creatoris.
Vózes	Mater Salvatoris, Virgo prudentissima, Virgo veneranda,
Côro	Virgo praedicanda,
Vózes	Virgo potens, Virgo clemens, Virgo fidelis,
Côro	Spéculum justitiae,
Vózes	Sedes sapientiae, Causa nostrae lætitiæ, Vas spirituale,
Côro	Vas honorabile,
Vózes	Vas insigne devotionis Rosa mystica, Turris Davidica,
Côro	Turris eburnea,

Ora pro nobis

Vózes	Domus aurea, Foederis arca, Janua Coeli,
Côro	Stella matutina,
Vózes	Salus infirmorum, Refugium peccatorum, Consolatrix afflictorum
Côro	Auxilium Christiano- rum,
Vózes	Regina Angelorum, Regina Patriarcharum, Regina Prophetarum,
Côro	Regina Apostolorum,
Vózes	Regina Martyrum, Regina Confessorum, Regina Virginum,
Côro	Regina Sanctorum omnium,
Vózes	Regina sine labe ori- ginalis Concepta, Regina Sacratissimi Rosarii,
Côro	Agnus Dei, qui tollis. peccata mundi, Parce nobis Domine.
Vózes	Agnus Dei qui tollis. peccata mundi, Exaudi nos, Domine.
Côro	Agnus Dei, qui tollis peccata mundi, Miserere nobis.

Ora pro nobis

A N T Í F O N A

Sub tuum præsidium confugimus Sancta Dei Genitrix: nostras déprecações ne despicias in necessitatibus, sed á periculis cunctis libera nos semper, Virgo Gloriosa et benedicta.

Ora por nobis, Sancta Dei Genitrix.

Ut digni efficiamur promissionibus Christi.

O R E M U S

Gratiam tuam quaesumus, Domine, mentibus nostris infunde, ut qui, Angelo nuntiante, Christi Filii tui Incarnationem cognovimus, per Passionem ejus, et Crucem, ad Resurrectionis gloriam perducamur. Per eundem Christum Dominum nostrum. Amen.

HINO DO ESPÍRITO SANTO

Veni, Creator Spiritus,
Mentes tuórum visita,
Imple supérna gratia,
Quae tu creásti pectora,
Deo Patri sit gloria,
Et Filio, qui à mortuis,
Surréxit, ac Paráclito
In sæcula sæculórum. Amen.

Emitte Spiritum tuum, et creabúntur.
Et renovabis fáciem terræ. Alleluia.

O R E M U S

Deus, qui corda Fidelium Sancti Spiritus illustratione docuisti : da nobis in eódem Spiritu recta sapere, et de ejus semper consolatione gaudére. Per Christum Dominum nostrum. Amen.

Espírito Santo Deus, misericórdia,
Espírito Santo Deus, misericórdia,
Espírito Santo Deus, misericórdia,
Imaculada Mãe de Deus, rogai por nós,
Imaculada Mãe de Deus, rogai por nós,
Imaculada Mãe de Deus, rogai por nós.

N. B. — Pedem-se as Ave Marias de costume, que ficam ao arbitrio de quem oferece.

MÚSICA DO TERÇO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Padre nosso

Pa-dre nos-so que estais no céu, san-ti-fi-ca-do se-ja o vos-so nome, venha a nós o vos-so rei-no se-ja feita a vossa vontade, as-sim na terra como no céu, o pão nos-so de ca-da di-a nos dai hoje, e per-do-aí as nos-sas divi-das as-sim co-mo nos per-do-a-mos a-os nos-sos de-ve-dores e não dei-xeis ca-ir em ten-ta-ção e livrai-nos do mal a-men Jesus

Avé Maria

A-ve Ma-ri-a cheia de graça o Senhor e convos-co, Beindi-ta sois entre as mu-lheres e beindito e o fruto do vos-so ven-tre Jesus Santa Ma-ri-a Mãe de Deus Ro-gai por nós pe-ca-dores a-go-ria e na ho-ra da nos-sa morte a-men Je-sus.

Gloria Patri

Glo-ria Pa-tri et Fi-li-o et spi-ri-tu San-cto, Si-cut e-rat in prin-cípio et nunc et semper et in se-cu-la-se-cu-lo rum amen.

Kyrie e Agnus Dei

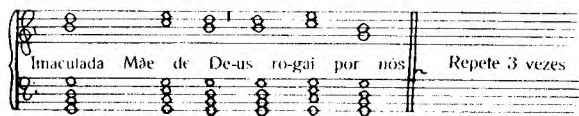
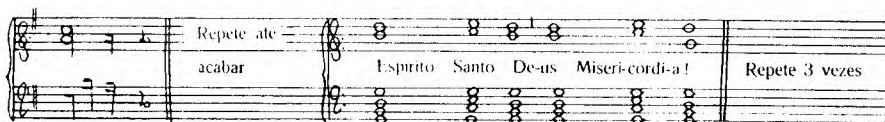
Ladainha

Côro

Santa Maria

Côro como acima

Salvé Rainha



HINO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Handwritten musical score for the hymn "HINO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO". The score is written on seven systems of staves, each consisting of a vocal line (treble clef) and a piano accompaniment line (bass clef). The key signature is one flat (B-flat), and the time signature is common time (C). The notation includes various musical symbols such as notes, rests, accidentals, and dynamic markings like *mf* and *f*. The score concludes with a double bar line and a final cadence.

Canto

Alva pomba que meiga appareceste
Ao Messias no Rio de Jordão
Estendei vossas asas celestes
Sobre os povos do orbe cristão.

Còro

Vinde, ó vinde entre nuvens de glória
Entre cânticos e benções de amor
Entre anjos de eterna victória
Os Querubins elevam ao Senhor.

Canto

Quem aos pobres seus braços estende
Aos seus ombros lhe verte tal luz
E' de ver que tudo isto só tende
Para honra e glória da Cruz.

(Còro)

Canto

Semeai vossò ouro entre o pobre,
A colheita no ceu a fareis,
Do triunfo de força tão nobre
Só no seio de Deus achareis.

(Còro)

Canto

Ofertai as mais belas oferendas,
Ofertai-as em nome de Deus,
Que um dia colhereis mil prendas
Quando entrardes no reino dos Ceus.

C) — *Cantigas de Foliões*

Ao preparar o cortejo para sair de casa do Imperador :

Ó meu nobre Imperador,
Chegai-vos para o altar,
Ide entregar as insígnias
A quem tendes de as dar.

Ó meu nobre Imperador,
Sois bom filho da Terceira,
Já escolheste o Alferes
P'ra levar vossa bandeira.

Quando o cortejo sai para a Igreja, conduzindo a coroa :

Ora saia, ora saia,
Cá estamos à espera
Quem d'alma e coração
Vos adora e venera.

Já saistes, já cá estais,
Haja paz e harmonia.
Vamos todos p'ra igreja
Já na vossa companhia.

Sai vós, Espírito Santo,
Sai vós mais quem vos leva.
Quando vós saís a campo
Todo o bom cristão se alegra.

Deus vos salve, igreja santa,
De Deus sois santa morada,
Onde está o calix bento
E a hóstia consagrada.

Depois de realizada a Coroação e quando o Imperador entra em casa, não tira a coroa nem o cetro sem que os Foliões lho ordenem :

Ó meu nobre Imperador,
Bem podeis ajoelhar,
Ai, pois que a divina coroa
Quer subir ao seu altar.

Ó meu nobre Imperador
Desta pombinha coroado,
Dai o cetro do Senhor
Para de nós ser beijado.

Meu nobre págem da coroa,
Vai o ouro p'ra balança,
Dai-me a pombinha a beijar
E a toda a sua «*briança*».

Depostas as insígnias no altar (a coroa e o cetro sôbre a salva, no último degrau do trono, e a bandeira ao lado, encostada à parede) tudo se prepara para o jantar, que é servido, sempre que possível, ao ar livre, embora dentro de casa haja uma mesa reservada para os convidados de mais categoria. Sôbre as mesas só há pratos e talheres, e toda a gente aguarda em silêncio a fala dos Foliões. Rufa o tambor e então surge a primeira cantiga :

Ó meu nobre imperador,
Sois pessoa de nobreza ;
Mandai vir a vossa sôpa
Para honrar a vossa mesa.

Grandes tigelas de sopa surgem da cozinha, sendo colocadas sôbre as mesas, mas não é ainda tempo de se servirem, porque todos aguardam, empunhando a colher, que os Foliões dêem sinal para começar :

Ó meu nobre Imperador
Não sei vós em que cuidais :
Tendes o manjar à vista,
Que fazeis que não manjais ?

Toda a gente então se vai servindo, enchendo os pratos de caculo. Muitos repetem a dose, mas quando a maioria acabou, não gostam de esperar muito tempo e, como sinal de impaciente expectativa, batem com os garfos e facas na beira dos pratos, voltando ao silêncio logo que os Foliões cantam ao som do tambor pedindo o «cozido» :

Já se comeram as sopas,
Troquei o cobre por prata ;
Andai, andai ligeirinho,
Trazei-nos carne de vaca.

Ó meu nobre Imperador,
Cravo branco riscadinho :
Mandai vir a nobre carne
Ai, e logo atrás o vinho.

Avançam então da cozinha os canjirões de louça de barro vidrado, branca, com uma coroa desenhada a azul no bôjo largo, que se colocam sôbre as mesas para que o «vinho de cheiro» seja bebido à descrição.

Depois do cozido, a «*alcatra*», precedida do mesmo cerimonial :

O' meu nobre Imperador,
Isto assim não tem geito :
Mandai vir a alcatra assada
Com seu molhinho bem feito.

E em geral nesta altura que mais se avivam os comentários, quási sempre jocosos, como êste :

Este vinho é bom vinho,
Foi nado da cepa torta :
A uns faz perder o tino,
A outros errar a porta.

Tambem se iniciam os brindes :

Divino Espírito Santo,
Mil graças vos queremos dar
E a quem nos pôz a mesa
P'ra este belo jantar.

Viva o nobre Imperador
Que tão abundantemente
Mandou fazer o jantar
Para toda esta gente.

Viva o nobre Imperador
Mais a nobre Imperatriz,
Que fizeram esta boda
Como o Espírito Santo quiz.

Seguem-se os brindes a todas as pessoas da família e convidados de destaque, assim como aos portadores das insígnias. A certa altura começa a passar de mão em mão um prato, tendo no fundo um copo cheio de vinho que vai sendo sucessivamente renovado à medida que cada qual bebe deixando cair no prato uma moeda. É o que se chama «*brindar a mesa*» e o produto dessa verdadeira quete é destinado aos Foliões.

Depois vem a sobremesa :

Ó meu nobre Imperador
Venha o manjar de arroz dôce.
O Espírito Santo é meu,
Assim eu do Divino fôsse !

E os brindes continuam por todos os assistentes, extensivos até a quem preparou o jantar como se verifica nestas cantigas :

Não posso deixar atrás,	Viva então as cozinheiras
Nem isso era direito,	Que estiveram a cozinhar,
As senhoras cozinheiras	Que tão belo e saboroso
Pelo muito que tem feito.	Fizeram êste jantar.

Quando, após o jantar, a coroa é levada outra vez, procissionalmente, para casa do novo Imperador, os Foliões cantam :

Quero dar a despedida	Quero dar a despedida
Aqui hoje nesta hora.	Aqui hoje neste dia.
O Senhor Espírito Santo	O Senhor Espírito Santo
Já daqui se vai embora.	Vai na nossa companhia.

Os «*Cantos Populares do Archipélago Açoriano*», publicados e anotados pelo Dr. Teófilo Braga, trazem grande cópia de cantigas de Foliões, idênticas às que inserimos aqui por nos parecerem das mais características.

D) – *No Estrangeiro*

Com o grande número de emigrantes (tantos como a população do Arquipélago) espalhados pelo mundo, mas sobretudo nas duas Américas, os costumes tradicionais do nosso povo foram levados a longes terras e nelas se mantêm com entusiasmo e devoção, tal como nas ilhas de origem, impostas, é claro, as variantes que regiões, povos e hábitos diferentes vão introduzindo, sem contudo os desvirtuarem na sua essência.

É assim que nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul no Brasil, ainda hoje se assinalam entre os nativos festividades que são cópia fiel ou pelo menos muito aproximada das que têm o Espírito Santo por patrono e nestas ilhas se celebram, hoje como no século XVIII, em que mais se registaram as levas de emigrantes para o povoamento daqueles vastos territórios. Neles e até no próprio sertão, onde «*viraram gaúchos*» no dizer pitoresco de Gustavo Barroso, os Açorianos deixaram bem vincada a sua presença e implantados os seus costumes, as suas crenças e o seu «*linguajar*», segundo nos revela a Etnografia Brasileira em estudos que, como os de Dante de Laytam, atribuem ao Açoriano não apenas o papel de colonizador, mas principalmente o de «*consolidador moral*» dêsses vastos domínios. E também em S. Paulo onde ha uma Irmandade fundada em 1881 e uma igreja sob a invocação do Espírito Santo e no próprio coração do RIO, no Encantado, ou em Niteroi que é de todas a de mais fama, as Festas do Divino lá estão a afirmar a tradição islenha, em cada ano renascida.

Nos Estados Unidos da América do Norte, na Califórnia, a numerosa colónia açoriana fundou, em Oakland, a já célebre «Sociedade do Espírito Santo» que conta hoje acêrca de 8.300 sócios ⁽¹⁾, com 122 centros espalhados por todo aquele Estado e realiza anualmente imponentes Coroações com centenas de crianças, espectáculo que atrai de maneira especial a atenção de todos, quando, pelas largas artérias daquela e doutras florescentes cida-

(1) — Dados extraídos do Boletim da Irmandade do Divino Espírito Santo, de Oakland, Cal., de Janeiro de 1957.

des, desfila com a costumada imponência a caminho da igreja, desfraldando as bandeiras vermelhas dos Impérios ao lado da bandeira verde-rubra do querido Portugal distante.

E) — *Adenda*

— Já depois de organizado o quadro que vem a pág. 107 e 108 do presente Vol. foram construídos mais 3 impérios: em Bicas de Cabo Verde (freguesia de S. Pedro), Canada de Belem (Terra-Chã) e Boa Hora (Posto Santo), prefazendo portanto um total de 60 em toda a ilha.

— O império da Rua Nova (na freguesia de N.^a S.^a da Conceição, de Angra) foi construído em 1799.

— No Topo (S. Jorge), segundo um relato que encontramos nas «Notas Históricas» do P.^e Manuel d'Azevedo da Cunha, (Pág. 285), era de uso cobrirem com a bandeira do Espírito Santo, os doentes em estado muito grave, pratica que julgo ter sido usada nesta Ilha Terceira, mas que, ao do presente pelo menos, nos é totalmente desconhecida.

— A quasi totalidade das fotos que tão eloquentemente ilustram esta Memória, foram obsequiosamente cedidas por Rudolfo Brum, artista que à Ilha Terceira tem dado o melhor do seu esforço na propaganda pela imagem que é das mais sugestivas e convincentes. Aqui ficam os nossos melhores agradecimentos.

XII — OBRAS CONSULTADAS

(por ordem alfabética)

A Aclamação de El-Rei D. João IV no Arquipélago dos Açores, pelo P.^e Manuel Ruela Pombo — Lisboa, 1941-42.

Açoreana, Boletim da Sociedade Afonso Chaves — Angra do Heroísmo.

A Diocese de Angra na História dos seus Prelados, pelo Cónego J. Augusto Pereira — Angra do Heroísmo.

Album Açoriano, por J. Baptista — Lisboa.

Almanaque Açoriano, para 1888 — Angra.

Anais do Município da Horta, por Marcelino Lima — V. Nova de Famalicão.

Annaes da Ilha Terceira, por Ferreira Droumond — Angra.

Archivo dos Açores — Ponta Delgada.

As Ilhas Desconhecidas, por Raul Brandão — Lisboa.

A Vila da Lagoa e seu Termo, pelo Padre J. J. Tavares — P. Delgada.

Boletim da Com. Reg. de Cereais do Arq. dos Açores — Ponta Delgada.

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira — Angra.

Épocas Memoráveis da Ilha Terceira, por J. J. Pinheiro — Angra, 1890-93.

Etnografia da Beira, por Jaime Lopes Dias — Vol. I. — Lisboa, 1926

Fastos Açorianos, por Gabriel de Almeida — Lisboa.

Festas do Espírito Santo, por Gervasio Lima — Angra.

Festas do E. S. nas Ilhas das Flores e Corvo, por F. A. Chaves — Lisboa.

História da Igreja em Portugal, por Fortunato de Almeida — Lisboa.

História Insulana, pelo Padre António Cordeiro — Lisboa.

Ilha de S. Jorge, por Silveira Avelar — Horta.

Ilha de S. Miguel, por Ligia Matos — Ponta Delgada.

Jornal de Angra, N.º 284, de Junho de 1933 — Angra.

Livro do 1.º Congresso Açoriano, do Grémio dos Açores — Lisboa.

Memória sobre a Ilha Terceira, por A. Silva Sampaio — Angra.

Mês de Sonho, por J. L. Vasconcelos — Lisboa.

Notas Históricas, pelo P.º Manuel d'Azevedo da Cunha — edição (incompleta) do jornal «O Dever», da Calheta de S. Jorge, de 1924.

Notícia do Arquipélago dos Açores, por Acurcio Garcia Ramos.

Ocidente, revista de cultura — Lisboa — Vol. IV, Fev. 1939.

Portucale, revista de cultura — Lisboa — Vol. XI — n.ºs 64-65.

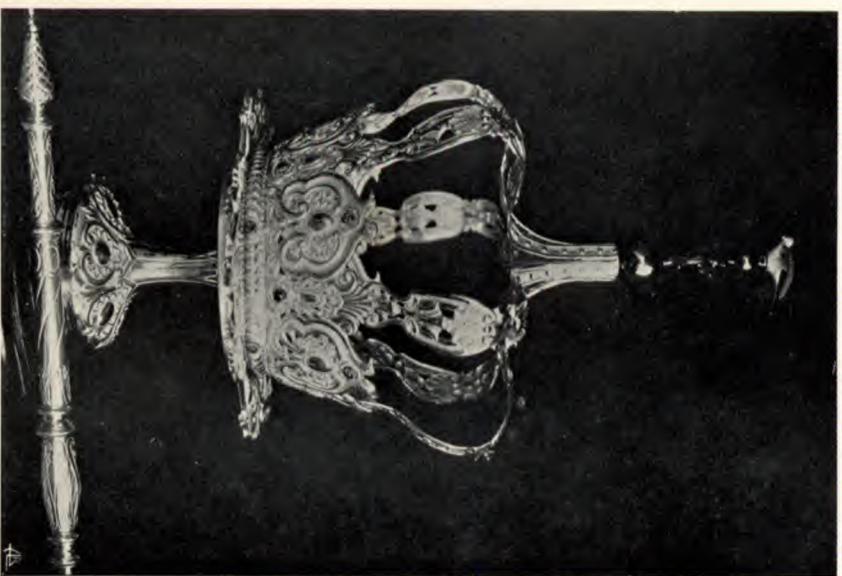
Revista Lusitana, Vol. IV — Lisboa.

Saudades da Terra, por Gaspar Frutuoso — Ponta Delgada.

Terras Açoreanas, por Silveira Moniz — Lisboa, 1906.

Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas — Trad. do inglês por J. H. Anglin — P. Delgada, 1949.

Vocabulário Regional, por F. S. Lacerda Machado — Lisboa.



A Corôa e o ceptro, símbolos das "Festas do Espírito Santo"



Império do Caminho da Cidade (Porto Judeu) pintado por José Cardoso Justino, das Fontinhas, em 1947



Os "Folhões"



Os "Imperadores" coroados



Pormenor do "carro de toldo" num "Domingo de Bodo"



Os "carros de toldo", frente ao "Império", num "Domingo de Bodo"



Uma “coroação” em Angra do Heroísmo



A “Coroação” saindo do “Império”



Bezerros enfeitados para a “folia”



O Carro das “faias” ou do “Espírito Santo” e suas típicas decorações



Preparando o jantar da "função"



Um jantar de "função"



A benção das esmolas



Um pormenor do bodo aos pobres



Despensa do império do Caminho da Cidade (Porto Judeu)
pintado por José Cardoso Justino, das Fontinhas (1947).
Decorações interiores



"Despensa" de um império. Decorações exteriores



Bandeira de Império, pintada por mestre Bugango,
de S. Sebastião, em 1947



Outra bandeira de "Império"



Pormenor da execução do tambor das festividades do Espírito Santo, por um folião do Porto Martins



Um dos foliões do Porto Martins, com a maneira tradicional de usar o lenço



Um altar do Espírito Santo, à moda antiga.
(Existente no Museu Regional)

Os Açores no "Isolario" de Vincenzo Coronelli (Sec. XVII)

pelo Dr. João Canha da Silveira

Como surgiu e se radicou o interesse pelo «Isolario»

Por decorativo, estético e belamente colorido, há muito tínhamos fixado um velho mapa de família, representando os Açores.

Logo nos ficara a vontade de conhecer e aprofundar a história dele e a do seu autor, Vincenzo Coronelli, cosmógrafo da Sereníssima República de Veneza, como nele se estampara, no interior de cercadura, original e artística, de motivos marinhos.

Reproduzimo-lo no estudo inserto, em 1949, na «Insulana», órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada: «Willelm Van der Haegen, tronco dos Silveiras dos Açores» ⁽¹⁾, em particular por nele as Ilhas serem designadas por *Flândricas*, o que atestava os vestígios da contribuição flamenga no povoamento do Arquipélago, que queríamos realçar.

Pela mesma razão, esse mapa serviu de rosto ao número da «Revue Coloniale Belge», que, em 1952 ⁽²⁾, publicou o artigo em que abordámos o mesmo tema, sempre para nós apaixonante: «Un gentilhomme flamand du XV^e siècle aux Açores».

Mas, só agora, nos foi possível coligir os dados necessários à finalidade pretendida, graças à cooperação prestante do Istituto Italiano di Cultura in Portogallo e, muito especialmente, da Biblioteca Nazionale di S. Marco, em Veneza.

Em que consiste o «Isolario»

«Isolario» quer significar livro dedicado à descrição de ilhas ou atlas de cartas geográficas insulares.

Como é acentuado pelo próprio Coronelli, no prefácio da sua obra, outros «Isolari» antecederam o seu, em Itália — fértil em produções desse género —: os de Cristoforo Buondelmonti (1425), de Bartolomeo dei Sonetti (1485), de Benedetto Bordone (1528), de Tommaso Porcacchi (1572) e de Marco Boschini (1654), manuscrito o primeiro e os outros impressos em Veneza, apenas o antepenúltimo e o penúltimo abrangendo as ilhas de todo o mundo.

Mas qualquer dessas obras se deve considerar de pouca monta em comparação com a de Coronelli: dois grossos volumes, «in folio», contendo grandes cartas geográficas, ilustradas com figuras e outros motivos decorativos, e texto sempre cheio de interesse.

O autor pretendeu que o seu «Isolario» fosse como que um apêndice da obra monumental do holandês Blaeu, intitulada Atlas Major, composto de 14 volumes e editado em Amsterdão, entre 1663 e 1667.

Comparado com tal Atlas, o trabalho de Coronelli (conforme acentua E. Armao, no seu estudo, fundamental para o conhecimento do Cosmógrafo Veneziano: «V. Coronelli, Cenni Sull' Uomo...»⁽³⁾), o «Isolario» apresenta maior abundância de estampas, com vistas variadas, e o seu entrecho pode ser considerado como verdadeira mina de notícias acerca de diversas ilhas e cidades marítimas, impondo-se a sua consulta, ainda, no que se refere a dados históricos.

O primeiro volume, dedicado às ilhas italianas e mediterrânicas, é um «in folio» (50 x 37 cms.), com 327 páginas. Tem indicação de ter sido estampado em Veneza.

No frontespício, encontra-se a data de 1696, mas a dedicatória é do ano seguinte; e o retrato do sultão Achmet alude à derrota na Hungria (Setembro de 1697), pelo que o «Isolario» não deve ter saído antes de 1698, segundo refere Armao.

Eis o prolixo mas bem elucidativo e curioso proêmio, gravado a duas cores, encarnado e negro:

*Roteiro das ilhas, descripção geográfico-histórica, sagrada e profana, antiga e moderna, política, natural e poética. Mares, golfos, enseadas, praças, portos, barcos, pescarias, promontórios, montes, bosques, rios, lagos, pântanos, banhos, vulcões, minas, pedras preciosas, riquezas e moedas. Inscrições, linguagens, governos, forças armadas, guerras, alianças, conquistas, perdas, tréguas, tratados de paz, ordens monásticas e de cavalaria, concílios e missões, bispados, arcebispados e patriarcados, leis, usos, trajos, brasões, academias, homens ilustres e toda e qualquer notícia exacta acerca de todas as ilhas. Com a observação dos escolhos, recifes, bancos e baixios do globo terráqueo, com os retratos dos seus possuidores.

«Ornado com 310 mapas geográficos, topográficos, iconográficos, cenográficos, hidrográficos e potamográficos. Para maior esclarecimento e uso da navegação, e como suplemento dos 14 volumes de Blaeu. Tomo II do Atlas Veneziano. Obra e estudo do P. Mestre Vincenzo Coronelli, frade menor conventual, cosmógrafo da Sereníssima República de Veneza e professor de geografia. À custa do autor, ano de 1696. À Sagrada Cesárea Magestade de Leopoldo I, Imperador dos Romanos.»

E' no 2.º volume do «Isolario» — ligado ao 1.º, mas constituindo livro à parte, visto ter ante-rosto e frontespício próprios, começarem as páginas em 1 e possuir índice alfabético separado — que se encontram os Açores.

Se bem que seja menor a profusão de dados históricos e geográficos, em comparação com os que constam do 1.º volume, dedicado ao Mediterrâneo, por serem as restantes ilhas consideradas de menor interesse e por virtude do conhecimento limitado que delas se tinha naquele século, todavia todas as ilhas, mesmo as mais perdidas nos mares, são, no 2.º volume do «Isolario», com maior ou menor largueza, descritas e ilustradas nas suas vicissitudes históricas e características físicas (também conforme faz salientar E. Armao, no seu estudo, referido).

Tem a data de 1697 e é dedicado a Ferdinando Carlo di Gonzaga, duque de Mântua.

Alguns dados sobre a vida de Vincenzo Coronelli

Vincenzo Maria Coronelli, conforme se lê na Enciclopédia Italiana ⁽⁴⁾, nasceu na cidade de Ravena, no dia 16 de Agosto de 1650, de familia originária de Veneza.

Salvo curtas viagens, por outras terras de Itália e pelo estrangeiro, viveu em Veneza, a que chamava «la nostra adorata patria», segundo se lê no «Isolario».

Muito novo ainda, vestiu o hábito dos franciscanos, conhecidos por menores conventuais. Fez os seus estudos em Roma, no Colégio de S. Bonaventura, onde se doutorou em 1673; foi, depois, para Veneza, instalando-se, primeiramente, no Convento de S. Nicoló della Lattuca e, por fim, no de Santa Maria Gloriosa, no qual passou o resto da vida. Em 1701, foi nomeado Geral da sua Ordem, cargo de que parece ter sido destituído, mais tarde.

Em 1685, foi-lhe concedido o título de Cosmógrafo da Sereníssima, com o vencimento anual de 400 florins; e, quatro anos decorridos, foi nomeado Leitor de Cosmografia. A Academia dos Argonautas, que procurava desenvolver a publicação de globos e cartas geográficas e, de uma maneira geral, a cosmografia e a geografia, deve-lhe a sua fundação. Essa Academia foi considerada como a mais antiga sociedade de geografia do Mundo.

V. Coronelli faleceu, em Veneza, a 9 de Dezembro de 1718, com 68 anos de idade.

Enumeração dos seus trabalhos, além do «Isolario»

Elaborou a «Biblioteca Universale Sacro-Profana» — enciclopédia de vastas proporções, a primeira que foi concebida segundo o critério moderno, ordenada alfabeticamente e redigida numa língua viva, que deveria constar de 45 volumes, mas de que 7 apenas foram editados (Veneza, 1701-1706).

Publicou ao redor de cem obras, na maior parte de carácter cosmográfico ou histórico, das quais numerosas ficaram manuscritas, havendo-se perdido.

Destacam-se a «Epitome Cosmographica», como que intro-



V. M. Coronelli

dução à astronomia, à geografia, etc. (em que se encontram mencionados todos os componentes da Academia); e um volume de «Viaggi» (1692), com o plano de todas as obras, até então, por ele realizadas.

Avulta, acima de todas as outras, a sua actividade como cartógrafo. Conhecem-se 400 cartas geográficas realizadas na sua oficina conventual, onde foi coadjuvado por um sobrinho. Muitas foram reunidas em grandiosos atlas gerais, como sejam o «Atlante Veneto» e o «Corso Geografico»; ou especializados, conforme sucede ao «Arcipelago». O «Atlante Veneto» é composto de 13 volumes ou partes, na edição mais completa.

E' de notar que a Enciclopédia Italiana omite o «Isolario».

Valor da Obra

V. Coronelli foi considerado homem de grande cultura e de variado engenho. Nunca foi feito um estudo pormenorizado sobre as suas cartas geográficas, parecendo, contudo, que a maioria são cópias ou compilações.

Mais conhecidos, ainda, são os seus globos terrestres e celestes, os primeiros dos quais foram construídos para o duque de Parma; dois outros — 1683 — maiores do que todos os que tinham sido feitos até àquela altura (quinze pés de diâmetro) destinaram-se a Luis XIV. Cinco anos decorridos, mais dois se imprimiram, dos quais foram, depois, realizadas várias edições; e, sucessivamente, outros, de dimensões menores.

O «Isolario» na vida do seu tempo

Não escondemos a intenção que tivemos de esboçar, mesmo de fugida, a história do final do século XVII, no que poderia ter relação com a cidade em que viveu Coronelli e foi editado o seu «Isolario»: Veneza; e no tocante aos principais personagens que nele se citam.

Mas acabámos por reconhecer que isso ultrapassaria a finalidade deste estudo, circunscrito, afinal, à representação e descri-

ção dos Açores na obra do Cosmógrafo da Sereníssima. Contudo, não deixaremos de procurar situar o «Isolario» na sua época.

O Doge no poder

Principiaremos pelo doge que governava Veneza, «la nostra adorata patria», no dizer de Coronelli.

Tratava-se de Silvestro Valier, filho de outro doge, do mesmo apelido, Bertucci.

Os Valier ou Valerii descendiam de família patricia, veneziana, de grande antiguidade (pois aparecem em documentos desde o final do séc. XII), embora de origem um tanto incerta.

Bertucci foi o 102.º doge de Veneza, de 15 de Junho de 1656 a 29 de Março de 1658, havendo o seu dogado coincidido com uma época gloriosa da República Adriática, a que corresponderam — por exemplo — feitos relevantes na tentativa de forçar os Dardanelos, para atingir Constantinopla.

O filho, Silvestro, obteve, em Agosto de 1649, a «Procuratia di S. Marco de supra».

Alguns anos mais tarde, foram-lhe confiadas certas embaixadas extraordinárias, que desempenhou com grande fausto e pompa. Na primeira delas, que se realizou em 1666, foi-lhe concedido o título de cavaleiro, havendo sido encarregado de cumprimentar, em nome do Senado, a Infanta Margarida, filha de Filipe IV, rei de Espanha, que casou com o Imperador Leopoldo I, a que aludiremos, pois a ele foi dedicado o «Isolario».

Ficou memorável a forma, imponente e espectacular, como se desempenhou dessa missão.

Reformou, depois, o «Studio» de Pádua; e exerceu vários cargos relativos à administração militar e naval.

Andrea da Mosto, na sua obra intitulada «I Dogi di Venezia...», descreve-o como pessoa dotada de muita bondade, caritativo, desinteressado, religioso, de inteligência pronta e de palavra agradável e sonora. Branco de carnção, tinha cabelos loiros, olhos vivazes e penetrantes e um ar doce, que conciliava os ânimos. O seu carácter revelou, porém, tendência para a melancolia.



Sanctus



SILVIE STROD

WAILHEER

Era muito rico — em 1661 foram-lhe atribuídos, oficialmente, 4.500 ducados de renda — ; e estava ligado a parentela algo influente.

Todas estas qualidades, que o tornavam muito decorativo e bem aceite, se bem que lhe faltasse, ao que parece, mérito próprio verdadeiro, levaram-no a ser designado doge, em 1694. O povo saudou-o, nessa ocasião, gritando bem alto : «Viva o pai dos pobres». Logo distribuiu grande quantidade de ouro e prata e tantos subsídios, que se pode dizer haver contentado a todos. A sua coroação teve lugar, com grande esplendor, bem como a de sua mulher, Elisabetta Querini (a última dogesa que teve essa honra), possuidora de inteligência pouco comum.

O governo de Silvestro Valier começou quando ainda se desenrolava a guerra para a conquista da Moreia ; mas terminou em plena tranquilidade, pois quando faleceu, em 5 de Julho de 1700, já havia decorrido um ano desde a conclusão do tratado de paz com os Turcos, em Carlowitz.

Foi sempre grandioso, como acentuado : Quando o pai morreu, não hesitou em tomar sob o seu patrocínio todos os protegidos e beneficiados dele ; deixou à República 50.000 ducados ; a Nossa Senhora do Rosário, o colar de pérolas da dogesa, que valia 6.000 ducados ; e legou o seu próprio manto ducal e 18.000 ducados para recolhimento de donzelas pobres.

Não tendo filhos — pois o único, Bertucci, morreu pouco depois de nascer —, instituiu herdeiro o seu parente Silvestro Bembo, com o dever de adoptar o cognome de Valier-Bembo ; a obrigação de todos os descendentes usarem os nomes de Silvestro e Bertucci ; e de empregarem, cada ano, 4.000 ducados para construir, no Canal Grande, a fachada nova do palácio Bembo e de nele ser esculpido o brasão dos Valier (°). Tanto ele como o pai, repousam na igreja de S. Giovanni e Paolo, num grandioso mausoléu, obra de Andrea Tirali (°).

O Imperador do Santo Império Romano-Germânico

O «Isolario» foi dedicado, como ficou dito, a Leopoldo I, Imperador dos Romanos.

Quem era, afinal, essa Sagrada Magestade, na expressão de Coronelli ?

Leopoldo I, que nasceu em 1640, reinou durante longo período (de 1658 a 1715).

Embora de índole pacífica, as circunstâncias obrigaram-no a estar, quase permanentemente, em guerra: Com a Suécia, a favor da Polónia; contra os Turcos; e em oposição a Luis XIV, antes e durante a chamada guerra de Sucessão de Espanha, ao trono da qual foi pretendente seu filho Carlos.

Nessa guerra, foi aliado de Portugal, quando combatemos o neto de Luis XIV, cujas pretensões de anexação do nosso País eram notórias. Depois de aclamado em Viena, como rei de Espanha, o arquiduque Carlos veio para Lisboa, havendo, graças a D. Pedro II, podido entrar em Espanha, onde, por prudência excessiva, não se quis manter, todavia.

Foi nessa campanha que o Marquês de Minas conquistou Madrid (embora nela só se haja mantido por pouco tempo), dando-nos, assim, oportunidade de desforra à humilhação do que havia sido, não há muito, a dominação castelhana.

A necessidade de coadjuvação na guerra contra a França, levou Leopoldo I a outorgar ao eleitor de Brandeburgo o título de rei da Prússia, o que havia de dar origem, mais tarde, a profundas modificações na Europa, elevando aquele Estado e, depois, a Alemanha, a grandes potências. Mas foram as suas campanhas vitoriosas contra os Turcos, nas quais teve a cooperação, tão profícua, dessa figura, de rara nobreza e quase lendária, pelo seu carácter e bravura, que foi João Sobieski (rei da Polónia), que tornaram Leopoldo I merecedor da gratidão de todos nós, pois evitou, uma vez mais, o triunfo do Crescente sobre a Cruz, contribuindo, assim, para salvar a Civilização Cristã.

O Duque de Mântua

Foi dedicado a Ferdinando Carlo di Gonzaga, duque de Mântua e de Monferrato, o segundo volume da obra de Coronelli, no qual se encontram os Açores.

Ferdinando Carlo reinou de 1669 a 1708, ano em que a Dieta de Ratisbona o declarou desapossado de todos os seus direitos e dos seus estados. Já antes havia sido declarado réu de felonía

contra o Imperador, exactamente esse Leopoldo I, de que procurámos dar, em meia dúzia de traços, o perfil.

Foi o último duque, o derradeiro da dinastia dos Gonzagas, que tão bem souberam proteger as artes e as ciências e povoar Mântua de obras primas.

Conseguiu indispor-se com a Espanha, com a França de Luis XIV e, por fim, com a Austria, tendo deixado péssima fama e sendo, por todos, por fim, considerado indigno de reinar, pela venalidade e duplicidade de carácter. Mântua perdeu, com ele, a independência, passando a fazer parte do Império Austríaco, até que, pouco mais de século e meio decorrido, foi incorporada, definitivamente, na Itália (').

Giovanni Priuli

Na carta representativa dos Açores, que figura no «Isolario» de Coronelli, há a seguinte dedicatória: «All Ill^{mo} et Eccell^{mo} Sigr Giovanni Priuli de S^r Alessandro».

Para este nosso estudo que, em particular, respeita àquele Arquipélago, é pois, o personagem que maior interesse apresenta, visto a ele estar ligado.

Parece tratar-se de Giovanni Priuli, filho de Alessandro Priuli, o qual, por sua vez, era filho de Frederico Priuli, conforme resulta de Códice (*) existente na Biblioteca Marciana, de Veneza.

Giovanni Priuli exerceu funções várias na magistratura veneziana, sempre segundo consta do aludido Códice: Em 1679 foi *auditor nuevo* ; em 1683 e 1684, *auditor novissimo* ; em 1694, *avogador di Commune* ; em 1698, *auditor nuovo*, em 1700, *auditor novissimo* ; e, em 1701-1702, *auditor nuovo*.

Os anos indicados coincidem, perfeitamente, com os referidos no «Isolario», e é o mesmo o nome do pai (que consta da dedicatória aludida), pelo que não devem restar dúvidas de que se trata de uma só pessoa.

Auditori nuovi foram magistrados cuja instituição remonta, em Veneza, ao ano de 1410, criados por virtude do muito trabalho que proveio das novas conquistas. Competiam-lhes os recursos

que não provinham, directamente, de Veneza, do Dogado e das possessões marítimas, os quais eram do foro dos *auditori vecchi*. Com o andar dos anos, as suas funções foram sendo, successivamente, ampliadas. Os *auditori novissimi* foram criados, em 1492, para coadjuvarem os *novi*, que, também, substituíam em certas circunstâncias.

A *Avogaria di commune* constituiu uma das mais antigas magistraturas de Veneza, já existente no século XII. De início, incumbia apenas aos *Avogadori* defender os bens comunais e decidir as causas entre o fisco e os particulares; mas com o decurso do tempo, as suas funções aumentaram muito, competindo-lhes tudo o que estava de acordo com a sua qualidade de protectores e defensores do Estado e da Lei. Cabião-lhes funções criminaes várias; e o encargo de acusadores públicos, junto dos Conselhos. Tinham, também, o direito de inquirirem em matéria de falta de obediência dos órgãos locais às ordens do chamado Domínio, cumprindo-lhes, igualmente, velar para que fossem impedidas certas subtracções fraudulentas de dinheiro e o peculato; e outras funções análogas, ainda.

O número dos *Avogadori*, incerto de começo, foi, depois, fixado em três. A duração dos seus cargos, primitivamente de um ano, passou, mais tarde, a dezasseis meses ⁽⁹⁾.

Tais foram, em síntese, as características das magistraturas exercidas, em Veneza, por Giovanni Priuli.

Apesar dos esforços dispendidos, nada mais foi possível encontrar sobre ele: nem biografia, nem qualquer traço iconográfico.

Mas a família, a que pertencia, era uma das mais conhecidas e ilustres de Veneza. Os Priuli remontam ao núcleo dos fundadores da Cidade.

Nas Cruzadas, durante o século XI, e quando das primeiras empresas venezianas do Oriente, já aparecem os Priuli. E, no século seguinte, faziam parte do Grande Conselho.

Logo se tornaram notados pela sua riqueza e empreendimentos comerciais, em especial no que respeita à actividade bancária.

Deram a Veneza, nos séculos XVI e XVII, três doges. Além

de numerosos bispos e arcebispos, houve cinco cardeais, nos séculos XVI, XVII e XVIII, que provinham dos Priuli, um dos quais foi Patriarca de Veneza. Numerosos diplomatas e guerreiros ilustraram o nome da família; entre eles Giovanni, que viveu no século XV, foi Capitão Geral do Mar e a sua acção, em defesa de Chipre, contribuiu para que aquela ilha passasse a fazer parte da República Adriática.

Vários palácios atestam, ainda, em Veneza, o renome da família: um decorado com frescos de Palma, o Velho (século XV); outro, de construção gótica (do mesmo século); um terceiro, com vestígios bizantinos (do século XIII); outro construído mediante projecto, que se atribui a Sansovino.

Diversos monumentos fúnebres proclamam, também, a fama dos Priuli: na Igreja de San Giacomo dall'Orto (arte lombarda do século XVI) e em San Salvatore (arte clássica do mesmo século). O doge, Girolamo Priuli, ficou imortalizado em retrato do Tintoretto; e esse doge e outro da família, Lorenzo, foram retratados por Palma, o Jovem.

A um dos ramos dos Priuli pertenceu o Condado de Sanguinetto (em Verona) no século XVI; e um outro teve título condal do Império Austríaco. Ainda hoje vivem em Itália (Turim, Novara, Veneza, Pádua e Florença) descendentes dos Priuli (1^o).

Foi, como dissemos, a um membro da família, que se notabilizou na magistratura veneziana do século XVII, Giovanni Priuli, que Coronelli dedicou o mapa dos Açores, incorporado no seu «Isolario».

Como são descritos e vistos, no «Isolario», os Açores

«ILHAS DOS AÇORES»

Diversas denominações das Ilhas dos Açores

No meio do vasto Oceano Atlântico, entre o espaço dos dois continentes do Velho e Novo Mundo, entre 37 e 40 graus de latitude Norte, e 348-357 de longitude, encontram-se os *Açores*, que pela diversidade das Nações, tiveram também denominações várias.

Opiniões de alguns autores

Os Latinos conheceram-nos com o nome de *Azores Accipitrum*, devido à quantidade de ga-viões que ali viviam, no tempo em que foram descobertos. Outros chamaram-lhes *Flamengas*, por terem sido descobertos por um almirante daquela Nação. Foram também chamados *Terceiras*, do nome da Ilha *Terceira* que, como rainha, domina estas ilhas. Por muitos outros foram chamados *Superiores*, por estarem mais perto de Setentrião, e ao Norte das Canárias. Os Espanhóis chamaram-lhes *Açoras*, os Franceses *Azores* e os Italianos *Azzorridi* e ainda dos *Gaviões*, pela dita razão. Alguns Autores julgaram tratar-se das *Catitéridas* de Ptolomeu, ou das *Cassitéridas* de Plínio. Aparecem rodeadas por perigosos bancos e recifes muito prejudiciais, que parecem outros tantos arautos infelizes,

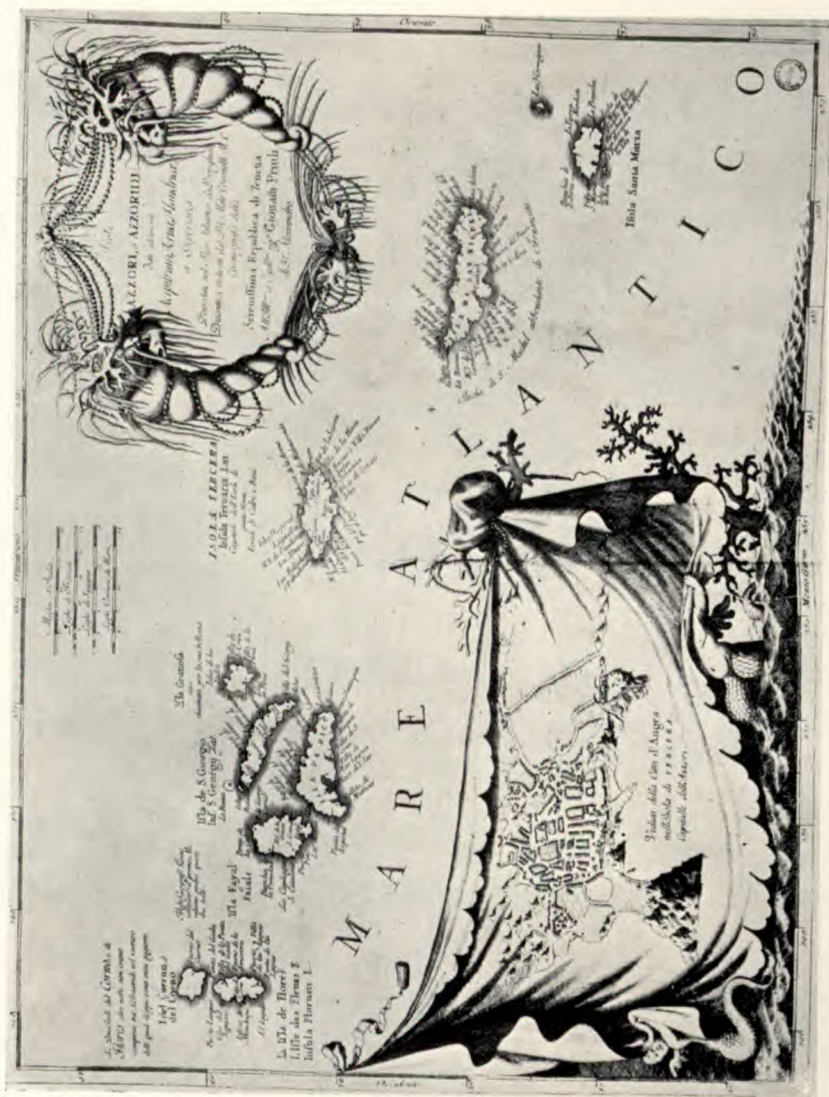
Abundância de Animais e alimentos

apregoando esterilidade e misérias; contudo as ditas Ilhas são muito férteis e bem cultivadas: alimentam Animais, e sobretudo Bois tão apreciados, que o seu valor faz com que sejam transportados algumas vezes até para a Europa. O fruto chamado *Batatas* (que cresce na Terra como os Nabos), de óptima substância e de fino paladar é muito vulgar nestas Ilhas. Os Moradores são robustos, devido aos ares sadios que respiram; e se não existisse aí uma certa doença particular, dita *Oax*, espécie de Paralisia, e ainda outra chamada *Osangue*, que é uma fluxão sanguínea, eles não conheceriam doença nenhuma, fora a velhice, e a Dívida, que cada um deve pagar à natureza com a Morte.

Doenças que se acham nos Açores

Número destas Ilhas

O cálculo mais habitual dos Geógrafos reduz a sete o número destas Ilhas: isto é a Ilha *Terceira*, *S. Miguel*, *S. Maria*, *S. Jorge*, *Pico*, *Faial* e *Graciosa*. Os mais modernos porém aumentaram o número, acrescentando as ilhas das *Flores* e do



Isolario del P. Coronelli,



*Estão sujeitas
ao Rei de Por-
tugal*

Cuervo — ou *Corvo* — as quais, por estarem mais separadas das outras, estão mais sujeitas aos ataques dos Corsários. Estão todas submetidas ao Rei de Portugal, e por volta do ano de 1449 esta Nação começou a povoá-las.

ILHA TERCEIRA

*Qualidade e si-
tuação da Ilha
Terceira*

Entre o fim do trigésimo nono grau de latitude Norte, e o quadragésimo, e entre trezentos cinquenta e dois, e trezentos cinquenta e três de longitude, acha-se a Capital destas ilhas, a *Terceira*. E' chamada vulgarmente *Ilha de Jesus Cristo*, e pelos Latinos foi dita *Insula Tertia*, cujo perímetro é de cerca de 40 milhas, estendendo-se em comprimento de Oriente para Occidente, de maneira que tem pouco mais de doze de largura. É toda rodeada por altíssimos penhascos, que lhe servem de muralha e constituem uma fastidiosa perspectiva para quem a demanda, e é contudo habitada toda em volta. Não possui outro porto senão o de Angra, em forma de meia lua, muito bem guardado pela Fortaleza de S. Filipe, posta aos pés duma Montanha; e os que desejam arribar a esta Ilha, servem-se de duas Colunas colocadas sobre duas altíssimas Montanhas para que os Navegantes, olhando para elas, dirijam os barcos para o porto de *Angra*, Cidade Episcopal, Sufragânea do Arcebispado de Lisboa, Metrópole das Ilhas anexas e Sede do Governador. Os outros Lugares principais são *Praia*, *S. Sebastião*, *S. Bárbara*, *Altães*, *Agualva*, *Vila Nova* e outras povoações de pouca importância; mas todas têm abundância de trigo, vinho e pastel, que serve para a tinturaria e constitui o comércio princi-

Aguas prodigiosas

pal da Ilha. Brotam aí também umas Fontes tão quentes que bastam para cozer um ovo ; e outras petrificam a madeira. Os Barcos da ilha são fabricados com a madeira de Cedro, muito vulgar ali, assim como outra madeira chamada *Sanguinho*, pela sua cor sanguínea, com que a natureza cobriu aquela terra. A 25 de Agosto de 1591 chegou à Terceira uma Armada de 30 grandes Navios de Biscaia, Portugal e Espanha, com dez outros pequenos Vasos da Holanda, chamados *Filibotos*, que o Rei tinha mandado apreender para se servir deles, e alguns Patachos e

Armada chegada à Terceira em 1591

Caravelas para comboiar a Armada que vinha das Indias Ocidentais ; e ao mesmo tempo receberiam as mercadorias dos Barcos de Malaca, que se encontravam na Terceira, a fim de as transportar para Lisboa. A 13 de Setembro a sobredita Armada, aproximando-se da Ilha do Corvo, avistou 16 Navios Ingleses, que bordejavam, à espera da Armada das Indias, à qual já tinham apreendido alguns Navios. Tinham por almirante *Tomás Hauwer*, Inglês, o qual, vendo a força da Armada Espanhola, mandou aos seus que a não cometessem e se não afastassem uns dos outros. Apesar desta ordem, o Vice-Almirante *Ricardo Groonvelt*, com o seu Navio chamado *Revenge* foi acometer esta armada, mas, não sendo seguido pelos seus com igual energia, foi assaltado por seis ou sete Navios, que valorosamente se defenderam, afundando dois. Depois duma peleja de doze horas, que custou a vida a 400 Espanhois e a 100 Ingleses, foi aprisionado depois de ter sido gravemente ferido, e levado ao Navio do Almirante *Alonso de Bassan*, que desejava vê-lo. Entretanto a sobredita Armada de Espanha manteve-se nas proximidades da Ilha do Corvo até ao último

Armada Inglesa que insidiava a Espanhola

Peleja entre Espanhois e Ingleses

*Tempestade
horrível*

*12 Navios
perdidos
junto da
Terceira*

*Outros navios
naufragados*

dia de Setembro ; e juntando-se a ela diáriamente outros Navios de Espanha e das Índias, reuniu por fim 140 Vasos. E enquanto esta armada velejava para a Terceira, num instante levantou-se uma tempestade tal, que os habitantes das Ilhas nunca viram nem ouviram contar outra semelhante, estando o Mar de tal maneira bravo que as ondas igualavam, e esforçavam-se por superar a altura dos mais elevados Montes, sobre os quais atiravam os Peixes vivos, com tão horrível estrondo dos ventos, que cada um julgaria tratar-se do fim do Mundo. Os Navios, que se encontravam naquela zona, em parte foram ao fundo, em parte partiram-se naqueles Rochedos, e não se viam, aqui e acolá, senão pedaços, e destroços do naufrágio e dos Corpos mortos flutuando sobre as ondas. Mais de 12 Navios perderam-se perto da *Terceira*, a ponto de, durante 20 dias, não se fazer mais nada do que buscar os Cadáveres que eram atirados às Praias. No número dos Navios que se perderam entrou também o *Revenge*, poucos dias antes tomado aos Ingleses ; este afundou-se num Rochedo, na Costa da *Terceira*, perdendo-se todos aqueles que nele vinham, que eram 70, com excepção de um, que conseguiu alcançar outro Rochedo, e esse serviu para contar a infausta notícia de tão horrível naufrágio. E este naufrágio não foi menos espantoso nas imediações das outras Ilhas ; de facto perderam-se dois Navios junto da Ilha de S. Jorge, três na Graciosa, quatro entre a Ilha de S. Miguel e a Terceira. Os outros ficaram todos longe da costa, sem Mastros, e todos descosidos a tal ponto que, de 140 que eram, não houve senão 32 que chegaram saivos a Espanha e a Portugal, depois de terem sofrido mil prejuízos e infinitos trabalhos.

*Henrique Rei
de Portugal
exilado para
a Ilha Terceira*

Afonso Henrique, Rei de Portugal, nascido a 20 de Agosto de 1643, aquele que em 1656, 1659, 1663 e 1664 obteve gloriosas vitórias contra os Espanhois, casou com Maria Isabel Francisca de Saboia, Filha de Carlos Amadeu, ele também duque de Saboia ; mas as suas maneiras, pouco adequadas à sua condição de Príncipe e a sua inabilidade, que o excluía do Governo, fizeram com que, depois de declarado nulo o seu casamento em 1668, ele próprio fosse aprisionado, e no ano seguinte exilado para esta Ilha, para ali acabar a sua vida ; e em vez dele foi eleito Príncipe Reinante D. Pedro, seu Irmão, aclamado Rei depois da sua morte, em 1683. À distância de 27 a 28 léguas da *Terceira* está a Ilha chamada pelos Portugueses *S. Miguel* ; esta goza dos mesmos influxos, ares e fertilidade e Clima da precedente ; a sua Cidade principal é *Ponta Delgada*, donde os Mercadores Franceses, Ingleses e de outras Nações costumam transportar todos os anos mais de trezentos mil quintais de *Pastel*. Ela supera as outras ilhas quanto a abundância de Trigo, acudindo às vezes à penúria das ilhas vizinhas.

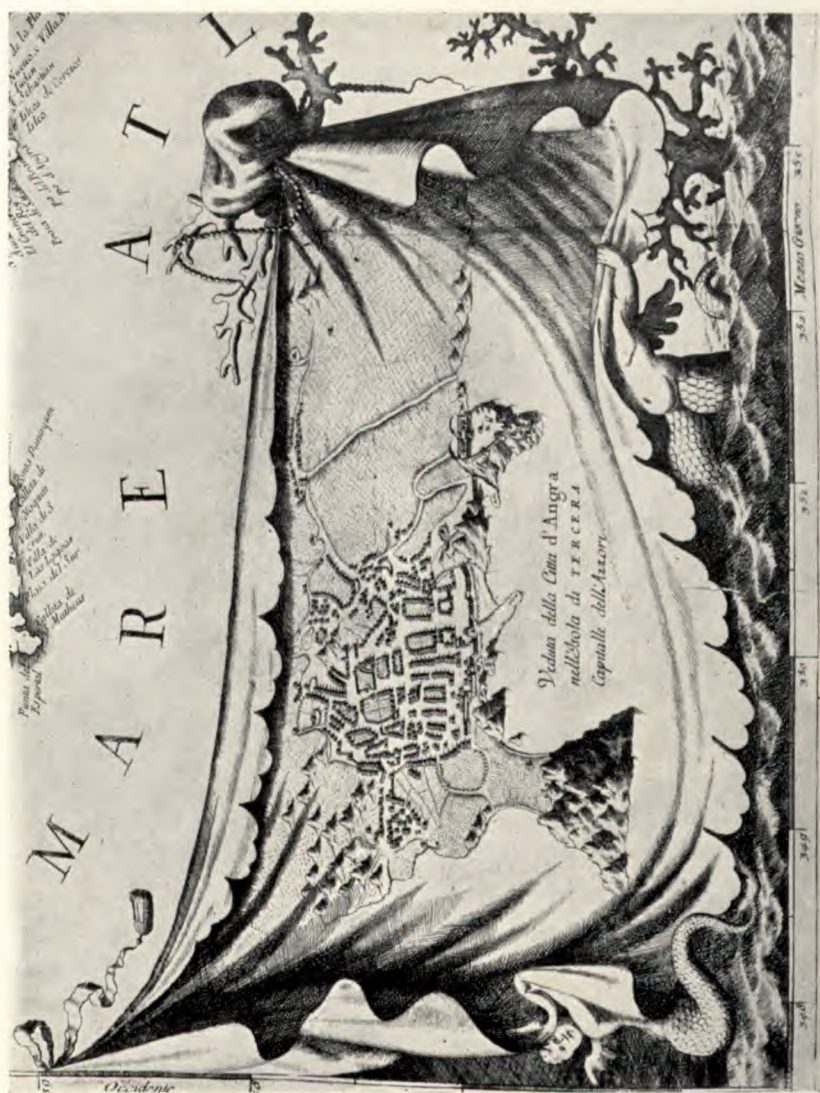
*Ilha de S.
Miguel*

*Cidade
principal
e suas re-
ceitas*

*Terramoto do
ano de 1591*

No ano de 1591, a Ilha de S. Miguel foi abalada por um *Espantoso Terramoto*, que durou de 16 de Julho a 12 de Agosto, e foi de tal maneira forte que ninguém se atrevia a ficar nas Casas ; toda a população estava espalhada pelos Campos soltando prantos e gritos, pois que muitas Construções tinham caído e Vila-Franca estava quase toda derrubada ; todos os Mosteiros e Edifícios se tinham desmoronado, e grande quantidade de Pessoas ficou sepultada debaixo deles. A terra abriu em mais de um sítio, e algumas Montanhas foram transplantadas do seu próprio lugar. Foi tal a violência deste *Terramoto* que o Mar

Seus efeitos



espantosos

*Fonte que
brotou de
improviso*

*Ilha de Santa
Maria*

*Ilha de S.
Jorge*

Ilha do Pico

*Barcos de Ce-
dro. Ferti-
lidade*

Ilha do Faial

se tornara todo espuma, e os Navios que se encontravam no Porto eram de tal modo agitados, como se o Mundo inteiro estivesse destinado a perecer naquele mesmo instante. Ao mesmo tempo brotou uma *Fonte* de água limpidíssima, que depois de quatro dias ficou entupida. Ouviram-se mugidos subterrâneos horríveis, como se as Cavernas estivessem cheias de Domónios. A doze léguas de S. Miguel, encontra-se a *Ilha de S. Maria*, que tem dez de perímetro; produz tudo quanto lhe é necessário para seu sustentamento. A oito léguas da Terceira fica a *Ilha de S. Jorge*, com 12 léguas de comprimento e duas de largura; Montanhas e Bosques com grande abundancia de Pastel ocupam a maior parte do seu Território, e o que fica é cultivado com sumo cuidado pelos Ilhéus, que tiram dela (além do trigo necessário), grande quantidade de preciosos frutos, que levam à Terceira para vender. A *Ilha de Pico*, assim chamada por uma sua Montanha, fica a 4 léguas da de S. Jorge. Aí as plantas de Cedro e as de *Deixo* ⁽¹¹⁾—madeira prezada — são tão vulgares, que com elas se fabricam os Barcos mais ordinários; não ficam atrás de nenhuma das suas vizinhas pela abundância de Animais, Trigo, Vinho e outros frutos de óptimo paladar, a ponto de as suas laranjas serem superiores às de Portugal na qualidade do finíssimo paladar. A Sudoeste da Ilha de S. Jorge está situada a de *Faial*, ou *Faials*, não muito grande, mas fértil quer no respeitante à quantidade dos Animais, cujas Carnes são mais apreciadas do que as das outras Ilhas, quer no respeitante a frutos, Forragem e *Pastel*; a única coisa que lhe falta é um Porto, pelo que os Navios que a ela abordam ficam muito desabrigados das tempestades. Os seus Habitantes são

*Qualidade
dos seus Ha-
bitantes.*

Ilha Graciosa

Flamengos, que, pelo contínuo trato, seguem a linguagem e os costumes dos Portuguezes seus vizinhos.

A *Ilha Graciosa* fica a 15 léguas ao Norte da Terceira, e o seu território corresponde de facto ao nome, pela beleza dos seus Jardins e a abundância dos seus frutos, que pela sua beleza ultrapassam os outros dos Açores; bastará portanto conhecer o nome desta Ilha, para deduzir quais são os seus dotes.

Ilha das Flores

A Ocidente da Terceira está a *Ilha das Flores*, chamada pelos Latinos *Insula Florum*. Apenas um Canal a separa ao Norte da Ilha do Corvo; o seu perímetro é de sete léguas, produz mais Flores do que Frutos; e os Animais quadrúpedes encontram-se aí em grande quantidade. A uma só légua de distância dela fica a pequena

Ilha do Corvo

Ilha do Corvo, também habitada por portuguezes. Entre estas duas Ilhas costumam estar Corsários espiando e depredando os Passageiros; por esta razão os Habitantes das Ilhas vivem na miséria, pela falta de tráfico, desviado por causa das insídias e das extorsões dos Piratas.»

Alguns comentários sobre as considerações de Coronelli acerca dos Açores

Deixamos aos eruditos — de lupa em punho! — a análise do que escreveu o Cosmógrafo de Veneza a respeito do Arquipélago.

Eles dirão, por exemplo, em que consistiam, concretamente, as doenças — Oax e Osangue — que se refere infestarem, naquele final do século XVII, as Ilhas; hão-de apontar, entre outros erros, o facto de se atribuir à Terceira «umas fontes tão quentes que bastavam para cozer um ovo; e outras petrificam a madeira» — que tudo faz crer se tratar das Furnas, em S. Miguel; não dei-

varão de notar os exageros — diríamos o gongorismo — da descrição da batalha naval travada entre os portugueses e os espanhóis, de um lado, e os ingleses, do outro, que, sob o pretexto de serem inimigos da Espanha, que se encontrava, então, unida a Portugal, aproveitavam, sempre que possível, para nos irem depredando.

Não lhes escaparão, ainda, certos erros de corografia como, por exemplo, a atribuição de duas léguas de largura a S. Jorge; nem hão-de, por fim, esquecer omissões, outros erros e imperfeições várias. Mas essa é a missão dos eruditos; não a nossa.

Não seria, de resto, muito difícil a defesa de Coronelli, quanto ao que escreveu sobre os Açores; estava-se no século XVII, em Veneza, longe do Arquipélago, numa época em que eram difíceis as comunicações e na qual não abundavam as notícias certas a respeito daquelas ilhas atlânticas de Portugal.

Nós destacaremos, a prol do Veneziano, a forma colorida e atraente como os Açores são apresentados; as referências aos vestígios do contributo flamengo no povoamento das Ilhas que ainda tão vivos se manifestavam cerca de dois séculos e meio depois de ali terem aportado os que vieram da Flandres, ao que se supõe por influência da nossa princesa Isabel (mulher do Duque Filipe, o Bom), em ligação com seu irmão, o Infante D. Henrique, o Navegador.

Tanto da carta dos Açores, onde as Ilhas são, entre outras, designações apelidadas de «Flândricas», como do texto (no qual se procura explicar chamarem-se «ilhas flamengas, por haverem sido descobertas por um almirante daquela Nação»; e, doutro passo alusivo ao Faial, onde se diz «Os seus habitantes são flamengos que, pelo contínuo trato, seguem a linguagem e os costumes dos Portugueses seus vizinhos», ressalta o aludido contributo.

Claro que não foi nenhum almirante da Flandres que descobriu os Açores; e não é, também, exacto, que os faialenses fossem flamengos, pois muito e bom sangue português lhes corria nas veias. Mas é certo que a designação de Ilhas Flamengas, dada aos Açores, ainda tanto tempo após o distante século XV, atesta quão forte foi a influência dos povoadores que, da Flandres vieram, na colonização açoriana, tema que tem sido abordado, tanto no nosso

País — e nós, como dito de início, tentámos já contribuir, de algum modo, para o esclarecimento de certos aspectos da questão —, como na Bélgica. Contudo, muito está ainda por aprofundar e iluminar.

Curiosa, também, é a alusão ao pastel, planta empregada na tinturaria antes dos progressos da química e com a qual negociaram os flamengos, logo que chegaram ao Arquipélago, exportando-a, até para a sua Pátria longínqua, conforme atestam os primeiros cronistas dos fastos açorianos.

Só de S. Miguel, a fiarmo-nos em Coronelli, a saída de pastel, ainda nos finais de seiscentos, seria superior a 300.000 quintais, ou seja, ao redor de 78.000 toneladas.

E' interessante destacar, também, que uma das presentes riquezas principais dos Açores, a exportação de gado, constituia já, naqueles tempos recuados, factor de peso na economia ilhoa. «As ditas ilhas... alimentam animais e sobretudo bois tão apreciados que o seu valor faz com que sejam transportados algumas vezes até para a Europa.»

De alguma coisa são devedores os portugueses e, mais do que todos, os açorianos, a Coronelli

Conforme logo de início fizemos ressaltar, ficou, no «Isolario», uma bela carta do Arquipélago e uma expressiva alegoria da cidade de Angra, capital da Terceira que, «como rainha, domina estas Ilhas», segundo, aliás, com justiça, afirma o Veneziano.

E toda a descrição dos Açores denota uma simpatia e compreensão que não podem deixar de merecer o reconhecimento de todos nós: as terras «são muito férteis e bem cultivadas», «os moradores são robustos; sadios os ares que respiram», «abunda grande quantidade de preciosos frutos de óptimo paladar ao ponto de as suas laranjas serem superiores às de Portugal na qualidade do finíssimo paladar.»

E nem falta alusão à «beleza dos seus jardins»!

Mas mesmo se abstrairmo-nos desse cântico de louvor à terra açoriana e aos seus habitantes e sòmente nos detivermos na

curta mas expressiva menção histórica que, a respeito de Portugal, se encontra no «Isolario», não deixa de, aí, aflorar a mesma simpatia: nela alude às lutas no reinado de D. Afonso VI, decisivas para a nossa independência, afirmando que «obteve gloriosas vitórias contra os espanhóis».

Por tudo, pois, bem merece o P.^e Vincenzo Coronelli que nos debrucemos sobre a sua figura; e, como católicos, rezemos pela sua alma, oração sentida.

NOTAS

- (1) N.^{os} 1 e 2 do Vol. V.
- (2) N.^o 171, de 15/11/52.
- (3) Florença, «Bibliopolis» de L. S. Olschky, 1944).
- (4) Edição do Instituto G. Treccani, Vol. XI, 1931, pág. 455.
- (5) Andrea da Mosto «I Dogi di Venezia, con particolare riguardo alle loro tombe». (Venezia, F. Origania, 1939).
- (6) Enciclopédia Italiana, citada, ano 1937, Vol. XXXIV, pág. 921-922.
- (7) Enciclopédia Italiana, referida, 1933, Vol. XVIII, pág. 542-543.
- (8) Codice Marciano, It. VII, A (8306), C. 245 v.
- (9) Andrea da Mosto (e colab.): «L'archivio di Stato di Venezia», Vol. I (Roma, 1937).
- (10) Enciclopédia Italiana, citada, 1935, Vol. XXVIII pág. 253-254.
- (11) Deve tratar-se de freixo.

A Procissão de S. Pedro nas Lages do Pico

pelo Major Miguel C. de Araújo

Numa das minhas já numerosas andanças pelas «Ilhas de Baixo», sucedeu encontrar-me nas Lages do Pico no dia 29 de Junho de 1954.

A' sombra da sua imponente montanha erguendo-se a mais de 2.000 metros, mostrando ainda bem nítidos os vestígios dum vulcanismo recente nos seus «mistérios» onde a custo vão surgindo e crescendo — a cobrir de verde o cinzento da lava dura e áspera—os matos de insenso entremeiados de pinheiros cujas raízes vão rasgando, penosamente, aquele solo hostil em busca da terra subjacente, a Ilha do Pico criou uma população de gente forte e afoita, sã de corpo e alma. Vivendo entre as duras labutas do agro e as cruentas lutas do mar — na caça à baleia, na pesca do atum; vencendo a terra pobre, à custa dum trabalho persistente e violento, lutando no mar contra a vaga traiçoeira e os seus mais gigantescos habitantes e dominando um e outros com o seu vigor, a sua inteligência, a sua coragem simples, sem alardes, a sua astúcia e o seu saber, feito duma longa experiência. Terra também que vive, onde palpita ainda o orgulho das suas tradições de nobreza, velhas de séculos, atestadas pelas antigas casas solarengas da Vila das Lages, testemunhas mudas a solici-

tarem-nos a atenção para esse passado através os estragos, os desgastes duma vida longa de séculos.

Naquele dia 29 de Junho a antiga e nobre Vila engalanara-se ; respirava-se um ar de festa ; era manhã ainda e já se notava um desusado movimento na pacata Vila. Toda a sorte de transportes despejavam romeiros a juntarem-se aos que, por de mais perto ou menos afortunados chegavam continuamente a pé. Era, de feito, dia de festa solene e com uma tradição remontando aos primórdios do povoamento : festejava-se o apóstolo S. Pedro, de tão grande devoção que, ainda no século passado, era uso as crianças da Ilha virem a baptisar à pequena e humilde Igreja de S. Pedro das Lages e à qual parece referir-se Jós Dultra num documento datado de 6 de Fevereiro de 1509 em que regulava o corte de madeiras.

Esta pequena igreja ergue-se ainda a S. da Vila e à beira mar. Há uns 30 anos existia em frente um extenso areal desaparecido já pela acção de ciclones recentes. Actualmente, confinada entre a muralha de protecção da Vila e a terra, existe uma pequena laguna de muito pouco fundo e quasi sem vestígios de areia.

Então constava a festa de iluminação à venesiana e fogos de artifício no areal, no dia 28, iluminando-se também a encosta e as rochas com barricas e tigelas de alcatrão. No dia seguinte tinham lugar as cerimoniaes religiosas constando de missa cantada e sermão e de tarde procissão e arraial.

Desaparecido o areal, desaparecidos, também, os entusiastas que organizavam e contribuíam para os festejos profanos da véspera da festividade ficou esta reduzida às comemorações do dia 29 das quais a procissão, pelas suas características, julgo merecer mais largo relato. A procissão sai da Igreja de S. Pedro e percorre as ruas da Vila. Ao passar pelas casas dos «irmãos» vão-se incorporando, nas duas alas e à frente do andor, mulheres e raparigas transportando à cabeça açafates com «rosquilhas», forrados com toalhas de linho branco, bordadas e guarnecidas com rendas, e ornamentados com ramos de laranjeira, limões, rosas, cravos, etc.

Chamam-se «rosquilhas» em várias ilhas dos Açores a pães



A Procissão de São Pedro nas Lages do Pico — (Açores)

com o formato de argola. Estas são de massa «sovada» e para a confecção duma «conta» empregam-se 12 a 20 quilos de farinha de trigo, 7 a 12 dúzias de ovos, 1,5 a 2,5 quilos de açúcar, um quilo a quilo e meio de manteiga, água e, por vezes, leite, na quantidade necessária, e o fermento. São temperadas, ainda, com sal, canela e nós moscada em pó, raspa de limão e aguardente de vinho. Em cada açafate são transportadas 50 «rosquilhas» a que se chama «conta».

Percorridas as ruas da Vila no passo lento, ritmado pelos acordes da filarmónica, desce o cortejo, rico de colorido, a rua principal da Vila, ao fundo da qual e em frente à Igreja Matriz, em reconstrução desde 1895, foi previamente armada a «copeira» — como lhe chamavam os antigos — ou capela como é hoje denominada e se resume a uma pequena barraca de madeira com um altar para a imagem. Aí o cortejo detem-se sendo a imagem de S. Pedro entronizada na Capela e os açafates colocados no chão distanciados, cerca de 8 metros. Junto a eles, em bancos ou cadeiras trazidas para esse fim, e voltadas para o centro da rua, sentam-se as pessoas que os transportaram.

Seguidamente o pároco benze as «rosquilhas» com o cerimonial litúrgico próprio após o que se procede à distribuição. Para isso são extendidas esteiras na rua sobre as quais se vão colocando as rosquilhas retiradas indistintamente dos açafates, por conta e à medida que são necessárias. Enchem-se então cestos e carros de bois e procede-se à distribuição por toda a área da Vila. E a todas as pessoas é oferecida uma rosquilha — uma «reliquia» de S. Pedro — que ninguém se atreve a não aceitar pois seria grave ofensa. E há um cuidado meticoloso para que absolutamente ninguém, dentro da área estabelecida, deixe de receber a sua «reliquia».

Costumam-se fabricar 80 a 90 contas — 4.000 a 4.500 rosquilhas — que permitem contemplar toda a gente ficando ainda uma sobra, parte da qual é arrematada durante o arraial e cujo produto reverte para as despesas da festa. O arraial começa quando são colocados no chão os açafates e termina ao por do sol pelo regresso, processionalmente, da imagem para a sua Igreja.

São considerados «irmãos de S. Pedro» todas as pessoas que

contribuíram para a festa com uma «conta» de rosquilhas. Um ou dois meses antes da Festa o pároco, acompanhado por alguns «irmãos», percorre a Vila e as povoações próximas com o fim de actualizar o «rol da irmandade» cujo número varia de ano para ano, por depender do número de pessoas que podem ou desejam contribuir com uma «conta» de rosquilhas.

Avelares nos Açores, no Brasil e na América do Norte

(Notas Histórico-Genealógicas)

*À Memória do 1.º Presidente do
Instituto Histórico da Ilha Terceira,
Dr. Luiz da Silva Ribeiro.*

Por A. Reimundo Belo

AVELAR, dantes Avelal, é apelido de família antiga, nobre de Portugal, com Brazão.

Este apelido virá da família dos FONSECAS — de *Honra de Fonteseca* — por se supor que D. Maria Martins de Avelar, filha do fidalgo Martins de Aragão (que veio para Portugal ao tempo do casamento de Dona Dulce — «*dulce nombre de Maria*» — com D. Sanho I) e de sua mulher D. Maria Raimondo, casou com Estevão Dias Mouriz, filho de Diogo Mendes (este filho de Mem Gonçalves da Fonseca, o primeiro que se apelidou *Fonseca*, descendente de Garcia Rodrigues, nobre e principal do Reino — *Rico homem de Portugal* — no tempo do Conde D. Henrique, e que foi casado com D. Maria Paes Tavares e depois com D. Elvira Dias, filha de D. Fernão Gonçalves e de sua mulher D. Examea Dias Urró). Diogo Mendes, ou Diogo Gonçalves, teria sido casado com D. Urraca Mendes de Bragança. D. Maria Avelar foi

dotada com a *Quinta do Avelar*, em São Lourenço das Pias, concelho de Lousada, no Douro, junto do Rio Sousa. O apelido *Avelar* foi usado não só pelos descendentes de D. Maria Avelar, como também pelo do 2.º casamento de Estevão Dias com D. Estefania Maceira. No *Novo Dicionário* da Língua Portuguesa (1860) Eduardo Faria diz que este apelido «foi tomado da quinta de Avellar, na provincia do Minho; ou segundo outros, procede de D. Maria de Avellal, filha de Martins de Aragão, senhor da vila de Avellal e de D. Maria Raimonde, que vieram do dito reino de Aragão, com a rainha Santa Izabel, mulher de el-rei D. Diniz, em 1282, corrompendo-se depois o apelido em Avellar, povoação da Beira, onde tinham seu solar por doação de el-rei D. João I», mas há uma quintilha — *Templo da Honra de Portugal* — que diz: Duma rainha vieram / Dona Doce de Aragão / A d'Avelar geração / Onde este brasão tiveram / digno de veneração. Ver: — Baena, *Archivo Heraldico-Genealógico*, Parte 2.ª, pág. 17; *Nobiliarchia Portuguesa*, de Villas Boas, pág. 236; *Dicionário Portugal*, vol. 1.º, pág. 881; *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*; *Anuario Genealógico Latim*, vol. 1.º, pág. 13, e vol. 4.º, pág. 16 (onde se diz que este apelido é espanhol, antes «Abelar», lugar onde ha a fruta «abellana», em português avelãs) e pág. 50.

Nos Açores, no Brasil e na América do Norte

— Ana Fernandes d'Alpoim, filha de Ruy Fernandes d'Alpoim e de Maria Annes, da Ilha de Santa Maria, no século 15.º, casou com o bacharel João de Avelar, «hòmem nobre e dotado de muita virtude e prudencia», com geração. «*Nobiliario da Ilha Terceira*», vol. 1.º, pág. 84 da 2.ª ed.).

— No século 16.º, o Padre Manuel de Avelar, que foi vigário da Matriz de Santa Cruz da Ilha das Flores, era natural da Ilha de Santa Maria, onde também nasceu, em 1607, o Padre Francisco de Avelar, filho de António de Avelar e de D. Filipa de Rozende, que foi criança com os pais, para o Brasil, entrou na Companhia de Jesus, a 27-10-1632, e professou no Colégio da Baía, a 26 de Maio de 1644. («Açorianos que foram membros da

Companhia de Jesus», pelo Snr. Cónego José Augusto Pereira, no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º 12, pág. 84).

— Manuel Caetano e Ana Rosa, ele filho de José de Fraga e de Izabel de Freitas, e ela filha do Alferes Manuel Coelho de Avelar e de Maria Rosa de Almeida, foram pais de Manuel de Avelar e Almeida, que casou com Suzana Maria de Jesus, filha de Manuel Henriques e de Maria Coelho, sendo todos naturais da freguesia de São Pedro de Ponta Delgada, Ilha das Flores. (*Batismos*, 1760-1894, da Freguesia de Sacra Família do Tinguá, pelo Dr. Francisco Klörs Werneck, no vol. 4.º do Anuário Genealógico Latim, pág. 451 e 452, vendo-se a pág. 460 que Manuel Francisco de Avelar, natural da freguesia de São Pedro, da Ilha das Flores, filho de José Francisco de Avelar e de Catarina Inácia, em 25-10-1822, na mesma Freguesia, casou com Benta Maria da Conceição, natural da dita Freguesia, filha de Francisco Rodrigues Barbosa e de Mariana de Jesus). (Em 15-10-1900, foi passado passaporte, para a América do Norte, a José de Avelar de Mendonça, de 20 anos de idade, solteiro, trabalhador, natural da Ilha das Flores, filho de João Luis de Mendonça e de Maria do Rosário).

— Em 1768, o Cura Caetano Coelho de Avelar, da Ilha do Corvo, assinou a representação dos habitantes da Ilha, pedindo que fosse reduzida a pensão de 40 moios de trigo e 800 varas de pano de lã, que pagavam à Coroa. (Archivo dos Açores, vol. 8.º, pág. 184). Em 13 de Maio de 1832, Manuel Tomaz de Avelar, velho corvino, muito respeitado, entregou ao Duque de Bragança, então em Ponta Delgada, da Ilha de São Miguel, a representação dos seus conterrâneos, no mesmo sentido. (Archivo dos Açores, vol. 11, pág. 549, e Breviario Açoriano, de Gervásio Lima, pág. 159.)

— No século 17.º, deu-se na Ilha de São Jorge, um acontecimento vulgar e tão natural e simples, que não iria muito além do âmbito familiar, mas de que resultou, andando os anos e sucedendo-se as gerações, grande importancia para os Açores, designadamente, para a própria Ilha. Foi o facto (conforme se lê na «Ilha de São Jorge», de Silveira Avelar, pág. 254, nota 1) de o pedreiro Francisco Rodrigues, natural da Ilha do Pico, encarregado, em 1664, da direcção das obras, que se iniciavam, da Matriz das Ve-

las, que veio a receber benção em Fevereiro de 1675, por ter casado com Maria Pereira, nascendo deste matrimónio duas filhas e, a 27-12-1683, um filho, a quem foi dado o nome de Manuel, e se apelidou *Avelar*, desconhecendo-se os fundamentos deste apelido, pela primeira vez usado na família, e com ele nasceu o espírito, o sangue, a vida e a acção duma família que viria a ser a mais numerosa dos Açores, que excedeu o seu meio, deu nova vibração, acendeu nova luz na casa dos seus antepassados, merece louvor e agradecimento, homenagem. Manuel d'Avelar, o architecto do edificio municipal das Velas, como o designa Silveira Avelar, na obra referida, e ficou na história, casou, a 22-11-1712, nas Velas, com Francisca de Oliveira, nascendo deste casamento: Maria das Candeias Avelar, que casou com Ventura Machado; José Avelar de Melo, que casou em 24-11-1737, com Joana dos Sacramentos, e deles nasceram os filhos: Barbara Maria de Avelar, que casou com José Machado Cardoso, José d'Avelar de Melo, Manuel d'Avelar, Matias d'Avelar, João José d'Avelar, Bento José d'Avelar, António d'Avelar e Jorge José d'Avelar. que todos foram pedreiros, como seu pai, avô e bisavô. Os filhos de José d'Avelar de Melo, falecido a 18 de Setembro de 1800, mantiveram a profissão do pai, ampliando, desenvolvendo nos seus trabalhos de architectos, a arte de seus pai e avós, que ficou afirmada nas construções que realisona na Ilha de São Jorge e na cidade da Horta.

— José Severino de Avelar, nascido em 1784, na Urzelina, que adoptou o sobrenome *Severino*, filho de António de Avelar, então negociante e proprietário de navios, tendo apenas 16 anos de idade, vai em 1800 para o Faial, donde emigra para o Brasil, onde encontrou, pela sua inteligência e actividade, caminho aberto à riqueza; chama os irmãos, fixam-se no Maranhão, entregam-se ao comércio e à navegação, abrem engenhos de açúcar, com que beneficiam os Açores, tendo a exportação para São Jorge atingido, em 1860, o valor de 7:923\$450 reis (Em trez *Cartas Régias* de 31-12-1631, foi proibido «irem às Ilhas os navios de açucares, para evitar o extravio dos direitos, e o maior perigo de serem apresados, por ser passagem certa onde eram esperados». *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, compilada e anotada por José Faustino de Andrade e Silva, vol.

de 1627-1633, pág. 234.) No L. 1.º, n.º 103,363 da *Memória* para a história da Capitania de São Vicente no Brasil, diz-se que Martins Afonso, donatário desta Capitania, então a mais importante (1530-1549) importara, pela primeira vez, açúcar da Ilha da Madeira, e na «Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil» o P.º Simão de Vasconcelos, diz que foi na Vila de São Vicente que se principiou a fazer açúcar no Brasil, e que nesta Vila existiam, no principio do século 17.º, seis engenhos em plena actividade.

— A 25 de Julho de 1811, foi passado passaporte a João José de Avelar, da Ilha de São Jorge, para a da Madeira, com uma carregação de gado. (Já em 1807, a Ilha de São Jorge exportava para a da Madeira, 65 rezes vaccum, pelo preço, uma por outra, de dez mil reis, e 21 cabrum pelo preço de 500 reis).

— Em 17 de Junho de 1816, foi passado passaporte, do porto de Angra para a Vila de Santa Cruz de Tenerife, ao barco «Santo Cristo Deligente», de que é mestre Mateus Severino de Avelar.

— Em Outubro de 1816, fez viagem do porto da Ilha do Faial para *Hiorque* o Brigue Escuna «Santo Cristo Deligente», de que é mestre Mateus Severino de Avelar, e senhorio José Severino de Avelar.

— Em 15 de Maio de 1824, deu entrada na Alfandega da Ilha de São Jorge, o Hiате Português denominado «Divina Providência», de Manuel Domingos da Costa Viana, com 8 homens da sua tripulação e com a lotação de 150 moios. Veiu consignado a Joaquim Severino de Avelar, vindo da Ilha do Faial com carga de cinco mil pés de tabuado de pinho e uma barrica de arroz. Este Hiате levou de São Jorge 100 moios de milho, para Lisboa, com escala pela Ilha do Faial.

— Em 1811, foi passado passaporte para a Ilha da Madeira, a a João José de Avelar, «com uma carregação de gado que se acha pronta a sair da Ilha de São Jorge.»

Os *Avelares* — diz Silveira Avelar — precorreram as principais Ilhas do Arquipélago, vão a Lisboa, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, América do Norte e Africa; estudam nautica, para dirigir os navios que armam; empregam-se no comércio e indústria que estabelecem em todas as ilhas; educam os filhos, resultando desta actividade, que esta família, entregue durante

150 anos à architectura se transforma completamente, afirmando-se magistrados, médicos, nautas, jurisconsultos, comerciantes, capitalistas, empregados públicos, e em todas estas actividades se tornam notáveis e distintos como foram os architectos seus progenitores deixando memoria que honra os Açores.

O dr. José Severino de Avelar e Lemos, forma-se em cirurgia, no Rio de Janeiro, e fixa-se na cidade de Nictheroy; os irmãos dele, Francisco Severino de Avelar, em 1858, e Emilio Severino de Avelar, em 1862, formam-se também em medicina e cirurgia, por Lisboa, tendo exercido clínica em Ponta Delgada, de São Miguel. São filhos de Joaquim Severino de Avelar, natural da Calheta, que viera para as Velas, em 1825, onde foi almoxarife da Fazenda, recebedor da comarca e administrador do Correio, em 1831. Este Severino de Avelar, era filho de Manuel Pereira de Borba de Lemos e de Izabel Maria Avelar, casados em 1787, e foi avô materno de José Candido da Silveira Avelar, autor da obra donde extraímos muitos dos elementos deste trabalho, «Ilha de São Jorge». José Candido da Silveira Avelar, descende pelo Capitão Miguel Afonso de Sousa, do provedor da Ilha de São Jorge, Nuno Alvares Pereira. (*Notas Históricas*, pelo Padre Manuel Azevedo da Cunha, pág. 67). Silveira Avelar, em 1854, foi nomeado escrivão da Administração das Velas, demittido em 1879, recebeu posse como escrivão interino, em 1881. Joaquim Severino de Avelar foi, em 1816, entre São Jorge e Pico, preso por um pirata que atacou a escuna portuguesa *Santo Christo Deligente*, de que ele era Capitão; salvou-se e escreveu, em 20 de Julho de 1859, «Relação de um caso de pirataria que soffreu nestes mares dos Açores», que foi publicada no *Jorgense*, de 1873, e está transcrita na *História das Quatro Ilhas* do Distrito da Horta, a pág. 290, do vol. 3.º, e no *Atlantico*, do Faial, n.ºs 46 e 47. (Ver *Biblioteca Açoriana*, vol. 2.º, pág. 157.)

O dr. Francisco Severino de Avelar colaborou em *O Cultivador*, periodico agricola, mensal, publicado em Ponta Delgada, São Miguel, cujo primeiro numero saiu em 15-1-1873, e que foi Redactor e proprietário Guilherme Read Cabral.

Em 1828, João José de Avelar, na Horta, foi preso por revolucionário (Arquivo dos Açores, vol. 10.º, pág. 346) e em 1829, Domin-

gos Severino de Avelar, negociante na Horta, foi preso por igual motivo, à ordem de José Monteiro de Torres. (Archivo dos Açores, vol. 11.º, pág. 248 e 251.) Em 1833 Domingos Severino de Avelar, era vereador da Câmara de Vila Franca, de São Miguel, e assinou a representação das Camaras da ilha, pedindo a conservação em Ponta Delgada do Tribunal de Segunda Instancia. (Archivo dos Açores, vol. 6.º, pág. 151.)

Em 1857, Joaquim Severino de Avelar, na Câmara das Velas, assinou o «Auto de trasladação dos ossos do Bispo D. António Vieira Leitão», que falecera, nas Velas, em 1714, e que ficaram em jazigo próprio, no cemitério da Conceição (Archivo dos Açores). No mesmo ano, Jorge Soares de Avelar, a quem chamaram a *Flor do comércio*, abriu o primeiro estabelecimento de mercearias, na Praça Municipal das Velas, com géneros vindos da América do Norte.

O dr. José Severino de Avelar, delegado do procurador Régio, de 1846 a 1855, forma, nas Velas, uma sociedade dramática, que acabou em 1859, e tendo-se creado o *Teatro Velense*, forma nova sociedade, de que também faz parte Joaquim Severino de Avelar e Lemos. O dr. José de Avelar foi colaborador da *Persuasão*, de S. Miguel, fundado por José Inácio Rebelo Medeiros, em 1862, e onde também colaborou Evaristo de Avelar.

— Em Junho do mesmo ano de 1846, fez viagem do porto de Angra para Hamburgo, com escala pela Ilha do Faial, o bergantim português, aqui construido, denominado «Faisca», de que era mestre João de Deus Severino e proprietários António da Silva Batista e João Severino de Avelar.

— Em 7-9-1853, foi passado passaporte, para a Inglaterra, a José Severino Machado de Avelar, solteiro, de 14 anos de idade, natural do Rio de Janeiro, abonado por seu pai, José Severino de Avelar, e em 25 de Novembro do mesmo ano, António Severino de Avelar, de 44 anos de idade, solteiro, natural da Ilha de São Jorge, obteve passaporte «para qualquer parte da Europa».

— Em Maio de 1854, Maria Augusta de Avelar, natural da Ilha Terceira, de 29 anos de idade, foi para o Brasil; e em Julho de 1855, João Maria de Avelar, de 14 anos de idade, natural desta mesma Ilha, foi para o Brasil. Não sei se estes dois emigrantes

provêm dos Severinos de Avelar, de S. Jorge, ou dos Coelho de Avelar, da Ilha Terceira, que são famílias diferentes, sem ligação que eu conheça.

— Em 10-6-1857, João Severino Machado de Avelar, natural do Brasil, de 17 anos de idade, obteve passaporte para os Estados Unidos, abonado por seu pai, João Severino de Avelar.

— Em 24-4-1858, foi passado passaporte para o Brasil, a Carlos Severino de Avelar, natural da Ilha Terceira, de 14 anos de idade, abonado por seu pai João Severino de Avelar. Em 22-2-1872, foi passado passaporte a Carlos Severino de Avelar, de Angra, para Paris e Madrid. Em 1874, Carlos Severino de Avelar, era proprietário, em Angra, da «Galeria Photographia», cujos trabalhos foram muito apreciados ou seja cincoenta anos depois de em França, Niepce ter inventado a fotografia.

— Em 1864, D. Maria Izabel Leite da Gama (que nascera a 3-7-1845, filha de António de Medeiros Vaz Carreiro e de sua mulher D. Maria Izabel Rebelo Borges de Castro) casou com João Severino de Avelar, que foi, em 1870, Juiz de Direito da Comarca de Angra, tendo sido em 1840, delegado do Procurador Régio na Horta, a cuja Câmara também pertenceu. (Nob. da Ilha Terceira, vol. 2.º, pág. 134, 2.ª ed.). Artur Gama de Avelar, foi colaborador do «Açoriano Agricultor», de Ponta Delgada, 1894-95.

— Em 29-3-1867, foi passado passaporte, para Londres, a Severino João de Avelar, solteiro, de Angra.

-- António de Avelar Severino, filho do dr. Manuel Severino de Avelar, e de D. Maria Luiza Machado Severino de Avelar, que nasceu no Faial, a 30-4-1844, e morreu em S. Miguel, a 4-7-1869, foi bacharel formado em Matemática e doutorado em Filosofia pela Universidade de Coimbra, e «varão de vasto saber e de preclaras virtudes». (Arq. dos Açores, vol. 11.º, pág. 415 e 417).

— Em 22-8-1874, João Severino de Avelar, de 18 anos de idade, natural de Santa Luzia, de Angra, foi para o Rio de Janeiro

— Em 20-8-1875, Maria Adelaide Avelar, de 25 anos de idade, solteira, natural da freguesia da Conceição, de Angra, filha de António Silveira de Avelar e de Luzia do Carmo, obteve passaporte para o Rio de Janeiro, levando em sua companhia sua irmã Emilia Adelaide Avelar, de 16 anos de idade.

— Ana Joaquina de Avelar, filha de Manuel Pereira de Lemos e de Izabel Maria, natural da Calheta, de São Jorge, viuva de António Silveira, em 1877, morava na Quinta de São Vicente Ferreira, na freguesia de São Mateus, residencia de Manuel Joaquim de Freitas, onde fez testamento, a 29 de Outubro do mesmo ano, instituindo herdeiros sua filha D. Emilia Adelaide de Freitas, casada com o referido Manuel Joaquim de Freitas, de cujos bens o usufruto vitalicio duma casa na rua D. Afonso 6.º, que comprara com dinheiro que lhe dera seu irmão António Severino de Avelar, residente em Lisboa. Ana d'Avelar tinha mais duas filhas D. Joana Emilia da Silva d'Avelar, casada com António Severino de Avelar, que residia em Lisboa, e Fortunata Silveira Avelar, casada com António Severino de Avelar, que residiam no Brasil.

Em 19-1-1878, Joaquim José Pacheco d'Ultra, 1.º verificador da Alfândega, em escritura nas notas do Tabelião Pompeu Marques da Silva, de Angra, comprou a João Severino de Avelar e mulher D. Veneranda Rosa de Avelar, ao tempo em Lisboa, representados por Emidio Lino da Silva, pelo preço de 450\$000 reis, a casa onde morava, de altos e baixos, com seu quintal, na rua do Faleiro, de Angra, e que confrontava pelo norte com a mesma rua sul campo que foi cemitério da antiga casa da Misericórdia, hoje pertencente à Repartição da Alfândega, nascente casa de Manuel Inácio da Silveira e poente com propriedades do comprador e de Francisco José Brasil. Este prédio adviera a D. Veneranda, por permuta feita com António Carlos Kilberg.

Em 1880, Alfredo Avelar, micaelense, colaborava no *Grémio Literário*, da Horta; em 1855, publicou, em verso, *Carta à Relação de Lisboa*, sobre o assassinato do negociante Andrade, e em 1898 colaborou na «Descentralisação», de Jacinto de Sousa Cardoso, de São Miguel. (Biblioteca Açoriana).

Em 1886, nasceu em Ponta Delgada, de São Miguel, Humberto Severino de Avelar, que se formou em direito, foi Musicógrafo distinto e Professor do Liceu Central de Macau; no mesmo ano o dr. Manuel Aprigio de Carvalho Severino de Avelar, advogado na Horta, publicou, «Peças notáveis do importante pleito sobre o testamento do Ill.º Jacinto Rebelo Silveira», impresso em P. Delgada, e ainda, impresso em Angra, e noutra data, *Recurso*

de *Revista* para o S. T. de Justiça, em que são partes Gertrudes Margarida Pereira e D. Ana Moniz Pamplona. Colaborou em *O Cultivador*, de P. Delgada, e no *Grémio Literário*, da Horta, com Manuel de Arriaga, Guerra Junqueiro e outros. (*Biblioteca Açoriana e Arquivo dos Açores*, vol. 8.º, pág. 537).

Em 7-10-1886, faleceu, em Angra, onde estavam seus pais, a poetisa D. Amélia Ernestina de Avelar, natural da Vila da Madalena, da Ilha do Pico, onde nascera a 1-5-1848, filha de José Inácio Soares de Avelar e de D. Maria Augusta de Avelar, tendo casado com António Mariano de Oliveira Cesar Ribeiro, também natural da Ilha do Pico, militar que se distinguira em Africa,

Em 8-6-1887, Jorge Soares de Avelar, de 51 anos de idade, casado, comerciante, natural da Ilha de São Jorge e residente em Angra, foi para o Rio de Janeiro. Em 7 de Outubro do mesmo ano, D. Carlota Pereira de Avelar, de 42 anos de idade, residente em Angra, foi para o Rio de Janeiro, donde era natural, levando seus filhos Amaro Pereira de Avelar, de 26 anos de idade, e D. Maria Isaura Pereira de Avelar, de 25 anos. Em 28 do mesmo mês e ano, Joaquim Severino de Avelar, de 30 anos de idade, natural e residente na freguesia da Sé, de Angra, foi para o Rio de Janeiro.

Em 21-2-1888, Manuel Severino Soares de Avelar, proprietário e negociante, que faleceu em Angra a 27-12-1890, comprou a David Levy, todas as mercadorias, vidros, louças e outros e géneros que existiam no estabelecimento comercial do vendedor, na rua da Sé, denominado *Loja Havaneza*, pelo preço de dois contos e quatrocentos mil reis. (Escritura de 21-2-1888, lavrada a folhas 87 do Tabelião que houve em Angra, Dr. Nicolau Moniz de Betencourt.)

— Em 1890, existia, em Angra, a Fábrica de Tabacos Angrense, de «Avelar & Avelar», que pertencera a «Ayres & Companhia», e veio a acabar em 1903, propriedade de António Gil de Freitas. (*O Tabaco*, pág. 203, por Francisco Sieuve de Menezes e Lemos).

— Em 1891, Silvério Severino de Avelar, era fiel da estação telégrafo-postal de Angra, onde residia desde 1853, sendo proprietário no concelho da Praia da Vitória.

— Em 16-2-1892, Alfredo Severino de Avelar, solteiro, de 19

anos de idade, estudante, filho de José Alfredo Severino de Avelar e de D. Francisca Carlota da Glória Silvina Avelar, natural da Sé, e residente em São Pedro, de Angra, obteve passaporte para o Rio de Janeiro.

— Em 1893, viviam em Angra, D. Antónia de Avelar e José Alfredo Severino de Avelar, este pai de D. Adelaide Severino de Avelar, que casaria com Francisco Rodrigues Labescat, da Horta.

— Em 1894, faleceu em São Tomé, o médico Emilio Severino de Avelar, natural de São Jorge. No mesmo ano, chegou a Angra, vindo do Rio de Janeiro, Artur Severino de Avelar, filho de João de Deus Severino de Avelar.

— Em 29-3-1897, Maria da Glória Avelar, de 30 anos de idade, casada com Candido de Sousa Avelar, natural da Ilha de São Jorge, obteve passaporte para a América do Norte, levando sua filha Maria do Carmo e sua enteada Angela, de 14 anos, naturais de S. Jorge.

— Em 7-7-1899, José Severino de Avelar, filho de Joaquim Severino da Silveira Avelar e de Maria Luiza, natural da Ilha de São Jorge, obteve passaporte, também para a América do Norte.

— Em 23-10-1901, Maria Joaquina Avelar, de 35 anos de idade, casada com António Francisco Avelar, natural de São Mateus, Urzelina de S. Jorge, obteve passaporte para a América do Norte, levando suas filhas Ana, de 4 anos, e Maria, de 18 meses de idade, ambas nascidas na cidade de Boston.

— Em 9-6-1902, Amélia da Camara Berquó Avelar, de 32 anos de idade, solteira, natural das Velas, de S. Jorge, obteve passaporte para a América do Norte. Neste mesmo ano, viviam na Calheta, da mesma Ilha de S. Jorge, Jorge Berquó de Avelar, José Faustino de Avelar e Amaro Berquó de Avelar.

— Em 1-4-1907, faleceu na freguesia de São Pedro, de Angra, Luiz Correia Avelar, natural da Piedade, da Ilha do Pico, onde nascera a 1-4-1835, filho legítimo de Luiz Correia de Avila e de Maria Jacinta das Dores, moradores que foram no Calhau e naturais da Paroquial de Nossa Senhora da Piedade da Ponta, da Vila das Lages, da Ilha do Pico. Foi casado, sem geração, com D. Maria Etelvina Betencourt, natural do Topo, de S. Jorge, filha de Augusto Amarante. Era irmã de Estácia do Amor Divino Avila e

de Estácio José Correia, da Ilha do Pico, vivos ao tempo do falecimento dele. Foi proprietário dos prédios n.^{os} 24, 26, 28 e 30 de policia, no Largo dos Lazaros, da cidade de São Sebastião, do Rio de Janeiro, forceiros ao Hospital dos Lazaros, em 16.850\$, moeda brasileira. (Escritura de partilhas de 9-5-1903, do notário de Angra, doutor Barcelos Machado.

— Em 6-12-1917, faleceu na Horta, o Conselheiro António Emilio Severino de Avelar, orador, médico, filho do antigo tabelião da Horta, António Severino de Avelar Junior e de D. Raquel Emilia de Sousa, tendo sido colaborador de *O Tribuno*. («Horas Solenes», pelo Snr. Osório Goulart, pág. 17 e 133).

— Em 1930, faleceu em Angra, D. Ermelinda Soares de Avelar Silva, filha de António Vitorino Soares de Avelar e de sua mulher D. Ana Augusta Soares de Avelar, natural das Velas, da Ilha de São Jorge, que fora casada com Luiz Maria da Silva, da Ilha Graciosa, e de cujo matrimónio nasceram os filhos: Luiz Maria Avelar Silva, que casou e faleceu na Graciosa, com 22 anos de idade, logo após o seu regresso da América do Norte; D. Amélia Avelar da Silva Picanço, viuva, que vive em Angra, e Deocleciano Maria da Silva, que faleceu em 1942, em Angra, onde foi empregado de escritório, tendo colaborado em «A União», «O Dia», «Estrela d'Alva» e outros jornais, e foi durante muitos anos correspondente de «O Comércio do Porto.»

Avelares da Ilha Terceira

— Em 1-4-1714, nas Lages, faleceu Beatriz de Avelar, de 40 anos de idade, mulher de António Nunes. Em 1-1-1730, também nas Lages, o filho deles, António Coelho, casou com Rosa Maria, filha de Manuel Cardoso e de sua mulher Maria de Aguiar; e em 10-7-1731, a filha deles, Rosa Perpétua, casou com António Cardoso Linhares, filho de Manuel Cardoso e de sua mulher Maria Inácia, tendo sido testemunha Gaspar Cardoso de Avelar. Esta Beatriz de Avelar, teria nascido nas Lages, em 9-2-1675, filha de Baltazar da Costa e de Maria de Sousa, que também foram pais de Domingos de Sousa, que em 29-1-1716, casara, nas Lages com

Leonor da Conceição, filha de Simão Galego e de Maria Josefa, das Lages.

— Em 11-11-1714, António Nunes, casou com Maria de Ascensão. Ainda em 1714, a 9 de Abril, e também nas Lages, Domingos Coelho, filho de João Fernandes de Avelar, falecido, e de sua mulher Catarina Gonçalves, casou com Maria..., viuva de Manuel da Costa Oliveira, das Lages.

— Em 24-1-1724, nas Lages, Antão Coelho, filho de Domingos Coelho (este nome foi adoptado por alguns dos seus descendentes) e de sua mulher Maria Coelho, já falecida, batizada na Igreja de N. S.^a dos Milagres da Ilha do Corvo, casou com Tereza de Jesus, filha de Manuel Nunes Guallego e de seu mulher Beatriz Machado, tendo sido testemunhas deste casamento o Capitão Simão Machado Fagundes e Bento Cardoso Godinho, e muitas outras pessoas. Dêste casamento nasceram; *António*, em 1-2-1745, de quem foram padrinhos Amaro Luiz Maldonado e sua mulher Izabel da Conceição, das Lages, na presença das testemunhas o Rev. Padre Beneficiado Simão de Borba Pereira e o Padre António Borges Valadão, das Lages; e *Antónia*, em 28-5-1748, de quem foram padrinhos o Alferes Tomé Cardoso Gato e Izabel Maria, filha do Capitão Sebastião Vieira e de sua mulher Maria Machado Jaques, na presença das testemunhas o Padre António Borges Valadão e Amaro Luiz Maldonado.

De 1724 a 1762, encontrei apenas um Avelar, António Coelho, filho de António Coelho e de sua mulher Rosa Maria, que casou, nas Lages, em 30 de Junho, com Maria dos Anjos, filha de Manuel Francisco e de sua mulher Josefa Maria, das Lages. Após esta data encontrei :

— Em 1 de Junho de 1816, faleceu, na freguesia da Conceição, de Angra, o Padre Francisco Coelho de Avelar, com 77 anos de idade, tendo sido seu herdeiro José Maria Rodovalho, filho duma irmã dele. Era proprietário de uma morada de casas altas, na rua Queimada, freguesia de Santa Luzia, desta cidade.

— Em 7-12-1835, encalhou no porto da Vila da Praia, onde estava ancorada e carregada pronta a fazer-se de vela para Lisboa,

a escuna «Emília», de Angra, tendo o mestre dela, Felicissimo Coelho de Avelar, mandado, no mesmo dia, lavrar «Termo de Protesto contra mar e tempo, Carregadores e Seguradores, contra quem Dr.^o for e a favor de quem Dr.^o haja». (Autos de ratificação de protesto e justificação do mesmo, no Juízo Ordinário da Vila da Praia em 1835) e que se encontram no maço 8 do Civil, da Vila da Praia, arquivado no Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo.)

— Em 18-11-1837, na Vila da Praia, Vital Vieira Fagundes do Canto e Menezes, filho do Alferes José do Canto e Menezes e de sua segunda mulher D. Maxima Pulquéria Augusta, casou com D. Maria Carlota Augusta, filha de António Coelho de Avelar e de sua mulher D. Maria Escolastica, da Vila da Praia. Em 1855, António Coelho Avelar morava no lugar da Cruz do Marco, saindo da Vila da Praia, tendo em 1841 o filho dele, do mesmo nome, emigrado para o Brasil. Em 1865, um António Coelho Avelar, da Vila da Praia, vai para o Brasil.

— Em 7-8-1839, nas Lages, faleceu José Coelho de Avelar, casado com Joana Antónia. Deste casamento nasceram os filhos: Caetano da Cunha Avelar, casado com D. Antónia; José Coelho de Avelar, solteiro, que estava ausente no Brasil, e Matias Coelho de Avelar que fora casado com Maria Madalena e falecera em 14-1-1839, deixando os filhos: Maria, de 7 anos de idade; Antónia, de 6 anos; Joana, de 5 anos; João, de 4 anos; José de 2 anos e Matias de 5 meses. No dia 4-6-1878, na Agualva, faleceu Caetano da Cunha Avelar, casado com Mariana Julia, deixando o filho do mesmo nome, que, em 30-4-1893, na Agualva, com 21 anos de idade, casou com Josefina da Fonseca, de 17 anos de idade, natural da freguesia de São José, do Rio de Janeiro, filha de Manuel José da Fonseca e de sua mulher Leonarda Maria, naturais da Agualva. D. Josefina e marido faleceram em Angra, com geração.

Emigrantes de 1843

Dona Vitória Vicencia de Avelar, da Vila da Praia, para a companhia, no Rio de Janeiro, de seu filho, Domingos Coelho de Avelar, com suas filhas D. Emerenciana Augusta, D. Josefa Augusta e D. Custodia Candida, seu neto Francisco Augusto de Avelar, menor, e sua creada Izabel de Jesus. Existiram mais os filhos: Helena, que

nasceu a 19-4-1803 ; João, a 20-6-1809, de quem foram padrinhos o Capitão António do Canto de Teive Gusmão e Izabel Catarina Narciza e Noronha, filha de Tomé Borges Teixeira e de sua mulher Dona Catarina. O neto seria filho de Francisco Coelho de Avelar, que casara, na Vila da Praia, a 17-6-1822, com D. Maria Josefa de Menezes, filha de José de Sousa de Menezes e de sua mulher D. Jacinta Josefa, ambos da Vila da Praia, e residia, em 1838. nas La-ges.

Vitória Vicencia de Avelar, era filha de Manuel de Sousa da Costa e de sua mulher Ana Jerónima Evangelho, e nascera na Vila da Praia, onde casou a 12-1-1789, com o Tenente Domingos Coelho de Avelar (faleceu em 20-10-1811, com 52 anos de idade) filho de António Caetano de Oliveira e de sua mulher D. Rita Josefa da Anunciação, sendo irmão de Tomé Coelho de Avelar que em 3-5-1794, na Igreja de Santa Catarina do Cabo da Praia (ver na Matriz da Vila da Praia) casara com D. Rosalinda Doro-teia, filha de Melquiedes da Costa e de sua mulher D. Laureana da Rosa (que também usou o apelido *Canto*, que transmitiu aos filhos) naturais da Vila da Praia, tendo sido testemunhas deste casamento Domingos Coelho de Avelar e o Alferes Diogo Coelho, filho do Sargento Mór de Ordenanças, João Coelho Machado.

Tomé Coelho de Avelar, em 1793, era ourives e foi pronun-ciado na devassa da Vila da Praia, como fabricante de moeda. (Anaes da Ilha Terceira, vol. 3.º, pág. 80, nota 33). Ser ourives de ouro e prata era ser *quasi nobre*, e tinha direito a certas isenções de que andasse a cavalo e se se tratasse bem porque a arte sò-mente por si não bastava a dar privilégio, mas pelo costume não servia de impeço. Também o officio de Escrivão público e judi-cial, não dava nem tirava nobreza, conservava a pessoa na quali-dade que tinha antes que o servisse. Os Lavradores, que cultiva-vam as suas herdades próprias não perdiam por isso a nobreza. Os Lavradores, os «namorados de Deus», foram sempre estima-dos pelos Reis, que lhes faziam mercês, louvavam a sua acção viril, e deles recebiam, recebia a Nação, riqueza, economia, ho-mens sãos, fortes, defeza e segurança. (Nobiliarchia Portuguesa, de Villas Boas, pág. 145, 178 e 180). E os *Avelares* da Ilha Terceira, foram, na sua grande maioria, Lavradores, em terras que lhes per-

tenciam e transmitiam, viveram sobrios na abundancia, sem os excessos que iludem os sentidos e arruinam a economia e alma, procurando apenas a utilidade sã, indispensável à vida sã, construtiva, com satisfação do presente e garantia do futuro ; viveram a vida mística e religiosa, a religião do trabalho e da Igreja, sempre com lume no seu lar, alegria na sua casa, luz na sua janela, franqueza na sua porta, dádivas nas suas mãos, abrigados no seu peito, orações na sua boca, confiança no animo porque havia sempre Deus e a sua Igreja na sua alma.

— **Tomé de Avelar**, faleceu com 41 anos de idade, em 31-12-1810, na Vila da Praia, onde era Tabelião, desde 1801, e foi pai de : José, que nasceu a 1-6-1803 ; Tomaz, a 20-11-1805 ; Maria, a 22-3-1808 ; Rosa, a 19-2-1810, de quem foram padrinhos Mateus José de Araujo e sua mulher D. Vitorina, sua tia, e ainda de Malachias do Canto Gusmão e D. Hermenigilda Carolina do Canto. A filha Rosa — que se chamou D. Rosa Vitorina do Canto — em 5-5-1836, na Vila da Praia, casou com José Maria Belo, filho de Raimundo José Belo e de sua mulher Francisca Laureana ; e Tomaz — que se chamou Tomaz do Canto — em 7-2-1833, na Vila da Praia, casou com D. Maria Filisarda, filha de Jacinto Vicente de Lemos e de sua mulher Tomásia Maria. Os descendentes de José Maria Belo não o dotaram o apelido *Avelar*, preferiram sempre, e até hoje, Maria Belo — Maria de devoção religiosa e Belo do pai e do avô, assim como também Raimundo José Belo e André Joaquim Belo, filhos de Manuel Gomes de Aguiar, esqueceram *Gomes de Aguiar*, que lhes era antigo, e adotaram Belo de seu avô Damião de Almeida, que viera da Ilha de São Jorge para a Ilha Terceira, vivia na Vila da Praia em 1736, casou com Maria de Jesus, e foram pais de Caetano Francisco de Almeida e de Ursula Maria que em 1-10-1769, na Matriz de Santa Cruz da Vila da Praia, e na presença das testemunhas o Capitão-Mor da Vila, José Borges Leal Corte-Real e Sargento-Mor António Borges Leal, casou com Manuel Gomes de Aguiar, filho de José Gomes e de Francisca Antónia.

— Em 24 de Setembro de 1855, Mateus Coelho de Avelar, de 16 anos, obteve passaporte para o Rio de Janeiro.

— Em 25-9-1902, foi passado passaporte, para o Rio de Ja-

neiro, a Manuel Borges da Costa Avelar, de 23 anos, solteiro, proprietário, natural das Lages ; e em 12-6-1903, Francisca Adelaide de Avelar, de 54 anos de idade, casada com José Cardoso de Avelar, natural da Praia da Vitória, obteve passaporte para o Rio de Janeiro, levando sua filha Maria Maurícia de Avelar, de 21 anos, solteira, e um neto José, de 4 meses de idade, filho ilegítimo daquela sua filha.

Avelares da Ilha Terceira

São *peessoas de qualidade*, vivendo à lei da nobreza, nobres mesmo alguns deles — *Coelhos de Avelar*, que se ligaram aos *Cantos* — da nobreza Terceirense, *riqueza mais antiga* da Ilha Terceira, constituída por valores económicos e espirituais, moedas de ouro do riquíssimo e abundante tesouro de Portugal, donde vieram, de que os portugueses sempre se honraram e adquiriram esforçados e heroicos, na terra e no mar, na gerência pública, nas artes e na ciência, no saber, na cultura, nas virtudes cívicas e moraes, e mantiveram com brio e transmitiram inteira e íntegra, riqueza que Portugal sempre estimou, levantou alto, distribuiu longe e o Mundo admirou, respeitou e estimou, recebendo-lhe os beneficios económicos e espirituais ; riqueza mais antiga que veio aos Açores, lavrou as nossas terras, criou os nossos lares, levantou os nossos altares ; riqueza mais antiga cujo valor devemos lembrar sempre, louvar e apontar, conduzir ao futuro, certos de que praticamos uma bôa acção, uma acção patriota, de alto significado, de continuidade da nossa vida, que é portugûêsa, honrada, e não se contesta, não se nega, antes, portugûêsa se afirma em todas as suas manifestações, não se perde, não se confunde com outras vidas, e sabe e crê, que o passado é certesa viva, é segurança experimentada, é actividade instruída, é lição franca e firme, evidente ; e sente que é, com as virtudes, e até com os defeitos, do passado, que manteremos a nossa posição, que nos manteremos sempre de pé, fortes e livres.

Com este sentido, animado dêste espírito, por amor da nossa terra, com orgulho de Açoreanos, de Portugueses, com os olhos

postos no futuro, nos homens de amanhã, tenho procurado, modesto de valor, mas cheio de fé, encontrar a raiz das nossas famílias, a fonte do nosso sangue, agitar a bandeira triunfante, nobre e generosa da nossa casa, da casa Terceirense de Portugal, que somos, bandeira de altos relevos, que nunca se perderá, que será sempre alta, gloriosa, portuguesa, viva, fecunda, enchendo, dilatando o nosso céu, estendendo afectos e caricias, acenando bençãos a todas as gerações. E para atingir tão alto fim — disse-o Matos de Sequeira — não há melhor documento, nem melhor auxiliar **que a Genealogia**, porque da «história das famílias transparece a história da sociedade em que viveram e consequentemente, a história do paiz que essa sociedade determinou, com seus preconceitos, os seus hábitos e a sua maneira de ser. Para nos manter-nos intactos, inteiros e íntegras, livres, para ter segurança e confiança, é preciso receber do Passado a experiencia, a lição, a essencia espiritual, e rumo da nossa vida civil e religiosa, a vida do homem que tem animo, brio para a terra, e tem sentimento, alma para Deus ; é preciso restaurar os olhos turvos ainda de tanta luz que logo se apagou, os sentidos contubrados de tantas promesas, irrealisaveis, o coração e a alma feridos, perdidos nos caminhos rastos da descrença, que conduz à ruina da beleza, do dever da vida. Já a exprimentamos e fomos salvos pelo amor que homens respeitosos consagram a Portugal. Se passar do animo e do peito, se se dessoldar da alma e da fé, o *Passado*, passará também, perdido nos caminhos perdidos da descença do desanimo, da confusão, da desordem, passará também o presente e o futuro de um povo.»

Não me foi possivel encontrar a raiz do apelido «Avelar» na Ilha Terceira, não obstante as muitas e porfiadas pesquisas que fiz neste sentido, com cuidado e com respeito pelos textos, certo de que «nada se perde na história, e todos os dados, por insignificantes que pareçam, tem importancia : a verificação de uma data pode derrubar dezenas de castelos feitos no ar ; o descobrimento de um nome pode lançar luz abundante sobre qualquer problema delicado, o sentido exacto de um simples termo pode ser de grande transcendência.» (Dr. Pires de Lima).

E' esta a lição dos Mestres, dos trabalhadores de Portugal; foi este o critério, o exemplo, a lição, a ordem de serviço, que recebi do Snr. Dr. Luiz da Silva Ribeiro, nos seus valiosos estudos, claros, concisos, quási completos, quási perfeitos, bem documentados, esteira vasta tecida de saber firme, de pontos miudos, de linhas cheias de conhecimento, entrelaçada de ordem, de método, de disciplina, rematada de vontade forte, de querer poderoso, de cultura invulgar, onde a sua probidade se afirma, a par, e dignificando-a, da sua devoção íntima pela nossa Ilha, pelos Açores, por Portugal.

Devemos ao Dr. Luiz da Silva Ribeiro uma vida inteira de trabalho intenso, superior a todos os interesses materiais, que sacrificou, entregue ao seu sonho, fiel à sua tendência, ajoelhado ante o seu altar,— a nossa Terra — despido de vaidades, revestido de orgulho açoriano, com renúncia às posições de destaque que atingiria, se o quisesse; uma vida de trabalho superior, rico e útil, que nunca se perderá, de historiógrafo e de etnógrafo, de evocador dos costumes e tradições terceirenses, e ainda de escritor e publicista jurídico, autor de «Questões Práticas de Direito Administrativo», trabalho que foi muito estimado, e de valiosas, pela substancia e forma, *Alegações* juntas aos Processos em que advogou, que atestam a sua vasta cultura jurídica e até o sentido artístico, de beleza, do seu espírito superior.

E' bem, é justo, é preciso, é dever terceirense, que a sua presença que temos, viva nos nossos olhos, de pé nos nossos sentidos, inteira na nossa admiração, que é honra da nossa terra, e honra e prestígio das nossas letras, seja também presente aos terceirenses de amanhã, dádiva preciosa dos terceirenses de hoje.

Maio de 1956.

VIDA DO INSTITUTO

PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1957

No dia 24 de Janeiro de 1957, realizou-se a primeira reunião ordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, numa das salas do Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo.

Não tendo comparecido a maioria de sócios às 20 horas, hora para a qual fôra convocada a reunião, foi aberta a sessão pelas 20 horas e 30 minutos.

Achavam-se presentes os seguintes sócios: Tenente Coronel José Agostinho (Presidente), Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Tenente Coronel Frederico Lopes Júnior, Tenente Luiz Ferreira Machado Drumond, Dr. Manuel de Sousa Menezes, Major Miguel Cristovão de Araujo, Raimundo Belo, Dr. Teotónio Machado Pires e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima (Secretário).

Achavam-se ainda presentes os Ex.^{mos} Senhores Engenheiro José Luiz Abecasis, Governador do Distrito Autónomo e Dr. José Leal Armas, Presidente da Junta Geral do Distrito.

Lida e aprovada a acta da última reunião, o Presidente levantou-se para saudar o Ex.^{mo} Governador do Distrito, agradecendo o interesse manifestado por S. Ex.^a pela actividade do Instituto, demonstrada com a sua presença nesta reunião, associando-se todos os sócios presentes à saudação e agradecimento.

Igualmente se congratularam o Presidente e todos os sócios, com a presença do Ex.^{mo} Presidente da Junta Geral, cujo interesse e carinho pelos trabalhos do Instituto tem sido patenteados constantemente.

Seguidamente foram tratados os seguintes assuntos :

1) Foi aprovado, por proposta do Presidente, um voto de sentimento pelo falecimento, ocorrido em Ponta Delgada, no dia 4 de Janeiro de 1957, do sócio honorário, Dr. José Bruno Tavares Carreiro.

2) Foi igualmente aprovado, por proposta do Presidente, um voto de respeitosa congratulação pela elevação ao Episcopado, de S. Ex.^a Rev.^{ma} o Senhor Dom José Pedro da Silva, Bispo de Tiava e Auxiliar do Patriarcado, que foi sócio efectivo do Instituto até à sua mudança de residência para Lisboa. Por proposta do Presidente foi S. Ex.^a Rev.^{ma} eleito, por aclamação, Sócio Honorário do Instituto.

3) Decorrendo na data desta reunião o primeiro centenário do nascimento do coronel Francisco Afonso Chaves e havendo conhecimento de que em Ponta Delgada se projecta comemorar, porventura ainda no corrente ano, o referido centenário com homenagem à memória do eminente homem de ciência, foi resolvido por unanimidade que o Instituto se associe a essas homenagens.

4) Igualmente foi aprovado por unanimidade que o Instituto se associe às homenagens já prestadas, ou a prestar ainda, à memória de outro ilustre cientista micaelense, o Professor Dr. Alfredo Bensaude, cujo centenário do nascimento decorreu no presente ano.

5) Foi aprovado por unanimidade um voto de congratulação pela nomeação para Director da Faculdade de Letras de Lisboa, do sócio honorário, Senhor Professor Doutor Vitorino Nemésio.

6) Decorrendo no dia 11 de Setembro de 1958 o primeiro centenário do falecimento do historiador terceirense, Francisco Ferreira Drumond, foi eleita uma Comissão composta pelos sócios efectivos Senhores Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, Tenente-Coronel Frederico Lopes Júnior e Tenente Luiz

Ferreira Machado Drumond, para propôr o modo como o Instituto deverá comemorar aquele acontecimento.

7) Havendo conhecimento de ter sido oficialmente encarregado de organizar o Cancioneiro dos Açores e o Adagiário Popular do Arquipélago, o ilustre poeta e Professor micaelense, Dr. Armando Cortes Rodrigues, foi resolvido por unanimidade lançar na acta um voto de congratulação por êsse facto e que o Instituto preste ao Dr. Cortes Rodrigues todo o concurso que lhe seja possível facultar para o desempenho dessa incumbência.

Igualmente, por proposta do Presidente, foi o Senhor Dr. Armando Cortes Rodrigues eleito por aclamação sócio honorário do Instituto.

8) Pelo Presidente foi lido um officio do Ex.^{mo} Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroismo, solicitando que o Instituto indique oportunamente àquele corpo administrativo varões ilustres cujos nomes devam, no entedner do Instituto, ser dados a novos arruamentos desta cidade.

Foi deliberado que a Mesa organize uma lista para ser oportunamente submetida à apreciação do Instituto, ficando o Secretário, Sr. Dr. Baptista de Lima, de coligir os elementos necessários para tal fim.

Por intervenção do sócio Sr. Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior ficou esclarecido que a organização da referida lista não implica que propostas de nomes não incluídos na mesma venham a ser submetidos à apreciação do Instituto, na mesma ocasião.

9) Como o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroismo, no mesmo officio, informa estar assente, independentemente do que consta no número anterior, dar o nome do falecido Presidente do Instituto, Dr. Luiz da Silva Ribeiro, a um dos novos arruamentos, foi resolvido agradecer essa justa homenagem da Câmara Municipal ao ilustre extinto, conforme fôra anteriormente solicitado pelo Instituto.

10) Pelo Sr. Presidente foi apresentada uma proposta acerca do modo de preenchimento das vagas de sócios efectivos, já existentes ou que venham a ocorrer, a qual foi aprovada com algumas alterações, após discussão, ficando estabelecido o seguinte :

a) O preenchimento de vagas de sócios efectivos será resolvido, para a totalidade das vagas, ou apenas para o número de vagas que fôr deliberado preencher, numa sessão ordinária, ou numa sessão extraordinária, convocada para tal fim pelo Presidente, devendo a eleição realizar-se numa sessão extraordinária marcada na mesma ocasião e destinada única e expressamente para tal eleição.

b) Para esclarecimento dos sócios a mesa organizará uma lista de pessoas que entenda apontar para serem submetidas ao sufrágio, podendo a lista conter mais nomes do que o número de sócios efectivos a eleger.

c) As listas serão distribuídas aos sócios presentes à eleição, tendo cada um o direito de cortar os nomes que entender e bem assim ajuntar nome ou nomes de pessoas que não estejam incluídos na lista.

d) Feita a votação secreta far-se-á o apuramento dos votos considerando-se eleitas as pessoas que obtiverem, pelo menos, dois terços dos votos favoráveis dos sócios presentes.

e) No caso de haver mais pessoas votadas nestas condições do que o número de vagas que se houver resolvido preencher, serão consideradas eleitas aquelas que tiverem obtido maior número de votos. Quando haja empate para alguns dos nomes, repetir-se-á a votação só para os nomes nessas condições, até que se elimine o desempate.

f) Quando algum ou alguns dos nomes votados não alcance a maioria de dois terços dos votos, repetir-se-á a votação até que algum ou alguns dos votados obtenha a necessária maioria.

g) Quando após cinco votações não se chegar a resultado positivo, quer no caso da alínea e), quer no caso da alínea f), a eleição será dada por ineficaz em relação apenas aos votados que não tenham obtido os dois terços de maioria. Nova eleição terá então que seguir os trâmites prescritos desde o início.

h) Todos os actos de eleição, incluindo a preparação da lista de candidatos pela Mesa, serão secretos. Da acta da eleição constará apenas o modo como ela decorreu e os resultados obtidos.

11) Pela Mesa foi apresentado o Relatório e Contas de Gerência, do ano de 1956, estando patentes os documentos de receita e

despesa e verificando-se que passa para o ano de 1957 um saldo positivo de Esc. 25.367\$90, estando todos os encargos respeitantes ao ano de 1956 pagos.

Relatório e Contas foram aprovados por unanimidade. Foi aprovado igualmente um voto de agradecimento à Junta Geral do Distrito Autónomo pelo auxilio que tem prestado ao Instituto, não só monetariamente, como também pelo interêsse manifestado pela actividade do Instituto.

12) Foi igualmente resolvido, por unanimidade, que a Mesa oriente a actividade do Instituto no ano de 1957 pelo melhor modo que entender, incluindo a aplicação dos fundos à disposição. Pelo Senhor Presidente foi agradecida esta prova de confiança dada à Mesa.

E não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a sessão pelas 22 horas, lavrando-se a presente acta que eu, Manuel Coelho Baptista de Lima, subscrevo e vou assinar com o Senhor Presidente.

(assinados) — *José Agostinho*

Manuel Coelho Baptista de Lima

SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1957

No dia 30 de Maio de 1957, numa das Salas do Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, realizou-se a segunda reunião ordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, em harmonia com o preceituado no artigo 2.º do Regulamento, achando-se presentes os seguintes sócios: Senhores Tenente-Coronel José Agostinho, Presidente, Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Tenente Frederico Lopes Júnior, Tenente Coronel Aldemiro Cesar Nunes Correia, Governador do Castelo de S. João Baptista, Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, Capitão Luiz Ferreira Machado Drumond, Dr. Manuel de Sousa Menezes, Major Miguel Cristovão de Araujo, Dr. Teotónio Machado Pires, Tesoureiro, e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário. Esteve

também presente o Presidente honorário, Snr. Dr. José Leal Armas, Presidente da Junta Geral do Distrito.

Aberta a sessão pelas 20h15m., foi lida e aprovada a acta da reunião anterior.

1) Ao inciar os trabalhos o Sr. Presidente propôs, e foi aprovado por unanimidade, um voto de congratulação pela próxima visita aos Açores de S. Ex.^a o Presidente da República, Senhor General Francisco Higinio Craveiro Lopes e que o Instituto se associe, na medida das suas possibilidades, às manifestações de regosijo que venham a realizar-se por este facto, nesta Ilha.

2) Foram lidas as cartas de agradecimento de S. Ex.^a Rev.^{ma} o Senhor D. José Pedro da Silva, Bispo titular de Tiava e Auxiliar do Patriarcado e do Senhor Dr. Armando Cortes Rodrigues, pela sua eleição para sócios honorários do Instituto.

3) Foi aprovado, por unanimidade, um voto de congratulação pela eleição de sócio honorário, Senhor Professor Doutor Vitorino Nemésio, para sócio correspondente da Academia das Ciencias de Lisboa.

4) Foi lido um officio do Sr. Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada perguntando se era intenção do Instituto publicar o Livro VI das «Saudades da Terra», de Gaspar Frutuoso. Os sócios presentes tomaram conhecimento e aprovaram, com aplauso, a resposta data pelo Sr. Presidente, com base numa carta do sócio Sr. Dr. Baptista de Lima, informando que conta ter preparada a edição respectiva antes do fim do ano, com base no códice ultimamente oferecido à Biblioteca Pública de Ponta Delgada, do qual o Instituto adquiriu uma cópia microfilmada, do Livro VI referido.

5) Tomou-se conhecimento da intenção do sócio Sr. Tenente Coronel Frederico Lopes Júnior de proferir no emissor das Forças Aéreas Portuguesas, nas Lajes, uma palestra sobre os festejos do Espírito Santo nesta Ilha, acompanhada da reprodução de modas populares arquivadas na discoteca do Instituto.

6) Foi registada com aplauso a resolução do Rádio Club de Angra de fazer a difusão, todas as quartas-feiras, de música popular terceirense, correspondendo ao pedido que lhe foi dirigido pelo Instituto.

7) Tomou-se conhecimento da remessa, pelo Ministério da Educação Nacional, de 40 volumes da matéria cultural, publicados em série, destinada especialmente à Campanha de Educação de Adultos.

8) Tomou-se conhecimento da concessão, pela Junta Geral do Distrito Autónomo, de um subsídio de Esc. 6.000\$00, já recebido e destinado à aquisição de 300 exemplares do trabalho do professor de Educação Física, natural desta Ilha, Sr. Paulo Henrique Lacerda Nunes, sobre «Valores Biométricos do Homem Açoreano», trabalho importante que vem preencher uma lacuna existente no ramo do conhecimento de dados antropológicos da população açoreana. Foi resolvido que a Mesa reserve esses 300 exemplares, já recebidos, para distribuição a entidades ou pessoas especialmente interessadas no assunto.

9) Foi presente o parecer da Comissão encarregada de estudar e propôr o modo como o Instituto deverá comemorar o centenário do falecimento do historiador terceirense Francisco Ferreira Drumonde, insigne autor dos «Anais da Ilha Terceira», o qual ocorreu a 11 de Setembro de 1958. Este parecer foi aprovado por unanimidade e fica arquivado. Foi mais resolvido, por unanimidade, agradecer aos membros da respectiva comissão, e que a Mesa fique encarregada da preparação, com tempo, dessa comemoração, ficando desde já convidado para discursar, em nome do Instituto, na romagem ao monumento a Ferreira Drumond, na Vila de S. Sebastião e na sessão solene de homenagem, o sócio Sr. Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral.

10) Foi aprovada a distribuição, já feita, do Livro «Corsário das Ilhas» do sócio honorário, Professor Doutor Vitorino Nemésio e que, de harmonia com as informações prestadas pelo Sr. Director do Distrito Escolar de Angra do Heroísmo, Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Presidentes das Câmaras Municipais de Santa Cruz da Graciosa, Velas e Calheta, se faça a distribuição pelas escolas elementares, organismos corporativos e sociedades de instrução e recreio de S. Jorge e da Graciosa, de exemplares do mesmo livro.

11) Tendo sido dado conhecimento pelo Sr. Presidente de que o edifício do Arquivo, Museu e Biblioteca Pública se encon-

tra quase concluído, depois das grandes reparações e ampliação que sofreu, devendo ser inaugurado por ocasião da visita de S. Ex.^a o Presidente da República, foi resolvido, por unanimidade, lançar na acta um voto de congratulação por tal facto. Como no mesmo edifício estão destinados alguns compartimentos para a instalação da sede do Instituto, não havendo porem ainda mobiliário condigno para tal instalação, foi resolvido solicitar da Junta Geral do Distrito a aquisição desse mobiliário, na medida das possibilidades da Junta. O Snr. Presidente da Junta Geral, presente à reunião, ouviu este pedido com o costumado interesse e prometeu levar oportunamente o assunto ao conhecimento da Junta Geral, pelo que lhe foi rendido justo agradecimento.

12) Não tendo ainda sido organizada a lista dos vultos terceirenses, a quem no parecer do Instituto e de harmonia com pedido de informação da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, deva ser atribuído o nome a novas artérias da cidade, foi no entanto resolvido solicitar desde já que a uma dessas artérias seja dado o nome do historiador Ferreira Drumond, conforme foi proposto acima.

13) Não tendo sido atribuída, no corrente ano, qualquer verba pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para obras de conservação e reparação da parte monumental do Castelo de S. João Baptista, foi resolvido fazer um apelo nesse sentido a S. Ex.^a o Ministro das Obras Públicas. Igualmente foi resolvido que se solicite de S. Ex.^a o Ministro do Exército, que seja mandada construir a nova Carreira de Tiro de Angra do Heroísmo, em S. Mateus, para transferência da actual que funciona no Campo do Relvão. Procura-se deste modo evitar a ruína da muralha do Castelo fronteira à actual carreira de tiro.

14) Pelo Presidente foi dado conhecimento do andamento da impressão do número 14 do Boletim e solicitado o envio à Mesa dos originais para o número seguinte.

15) Foi resolvido que, por ora, se não preencham as vagas de sócios efectivos existentes, em número de quatro.

16) Pelo sócio Sr. Dr. Manuel de Sousa Menezes, foi comunicado ter recebido do Ex.^{mo} Correio-Mór uma carta em que lhe transmite o desejo da Administração Geral dos C.T.T. de obter

elementos (música, letra e movimento, corporizado num pequeno desenho) para integrar na série de bilhetes postais que pretende editar sob a rubrica «Conheça as suas danças», uma dança popular desta ilha. Solicitou o Sr. Dr. Meneses que o Instituto se encarregue de obter tais elementos, o que foi aprovado, ficando o Sr. Presidente incumbido de os reunir.

E não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a sessão pelas 20h50m.

(assinados) — *José Agostinho*
Manuel Coelho Baptista de Lima

TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1957

No dia primeiro de Dezembro de 1957, numa sala do edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, realizou-se a terceira reunião ordinária anual do Instituto Histórico da Ilha Terceira, para eleição da Mesa que há-de funcionar no biénio de 1958-1959, nos termos do parágrafo 3.º, do artigo 9.º dos Estatutos.

Aberta a sessão, pelas vinte horas, achavam-se presentes os seguintes sócios: Tenente-Coronel José Agostinho, Presidente, Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Tenente Coronel Frederico Lopes Júnior, Francisco Coelho Maduro Dias, Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, Capitão Luiz Ferreira Machado Drumond, Major Miguel Cristóvão de Araujo, Raimundo Belo, Dr. Teotónio Machado Pires e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário.

Antes da eleição foram tratados os seguintes assuntos:

1) Foi aprovado por unanimidade um voto de sentimento pelo falecimento, em 17 de Junho passado, de S. Ex.^a Rev.^{ma} o Senhor Dom Guilherme Augusto da Cunha Guimarães, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores.

2) Foi igualmente aprovado um voto de sentimento pelo falecimento, em 13 de Novembro, do sócio honorário, Professor Dr. Ruy Telles Palhinha.

3) Tomou-se conhecimento, com um voto de agradecimento à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, de ter a edilidade angrense deliberado dar à nova avenida da Pedreira o nome de «Avenida Doutor Luiz Ribeiro».

4) Tomou-se conhecimento de ter a Junta Geral do Distrito concedido em Setembro passado um subsídio de 20.000\$00 ao Instituto, resolvendo-se lançar um voto de agradecimento a este Corpo Administrativo pela concessão referida.

5) Tomou-se conhecimento com agrado da apresentação pelo Sr. Professor do Conservatório, Artur Santos, no Salão da Junta Geral, de algumas gravações obtidas nos seus notáveis trabalhos de investigação e recolha do Cancioneiro Musical da Terceira.

6) Tomou-se conhecimento de ter deixado de exercer as funções de Governador do Castelo de S. João Baptista, o Senhor Coronel Aldemiro Nunes Correia, passando a exercer o mesmo cargo o Senhor Major Joaquim de Sousa Xavier, que por êsse facto ingressa no número dos sócios efectivos do Instituto, em substituição do Sr. Coronel Nunes Correia.

Passando-se à eleição da Mesa para o biénio de 1958-1959 ; segundo as normas usuais, apurou-se terem sido eleitos os seguintes sócios : Presidente : Dr. Teotónio Machado Pires ; Secretário Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima ; Tesoureiro, Francisco Coelho Maduro Dias. Nos termos do parágrafo 4.º do artigo 9.º dos Estatutos, os sócios eleitos só entrarão em exercício depois da eleição ter sido sancionada pelo Ministro da Educação Nacional.

Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a sessão pelas 21 horas.

(assinados) — *José Agostinho*

Manuel Coelho Baptista de Lima

Publicações Recebidas

Por oferta e por troca com o «Boletim» do Instituto, receberam-se no ano de 1957 e muito se agradecem, as seguintes publicações :

- Mensário Administrativo — Luanda — N.^{os} 99 a 109.
Revista de História de São Paulo — Brasil — Vol. XIII — XIV — N.^{os} 27 a 31.
Índice Cultural Espanhol — N.^{os} 127 a 139.
Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores — Índice dos n.^{os} 1 a 19 e N.^{os} 24 e 25.
Gente do Monte, por João Ilheu — II série — 1956.
Uma Viagem pelo Arquipélago dos Açores — Tradução de José Agostinho.
Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto — Vol. XIX — Fasc. 1 a 4.
Das Artes e da História da Madeira — N.^{os} 24 a 26 — 1956/57.
Anuário do Museu Imperial — Petropolis — Vol. XIII — 1952.
Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga — Vol. III — N.^o 2 — 1956.
Boletim da Comissão de Etnografia e História do Douro Litoral — Set.^a Série IX — 956 e Oit.^a Série I — II — III — IV.
O Concelho de Santo Tirso — Vol. V — N.^{or} 1, 2 e 3.
Atlantida — Órgão do Instituto Açoreano de Cultura — Vol. I — N.^{os} 2 a 6.

- Arquivo do Distrito de Aveiro — N.^{os} 87 e 89.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — N.^{os} 7 a 12 — 1956 e N.^{os} 1 a 3 — 1957.
- Agronomia Lusitana — Vol. 18 — N.^{os} 3/4 e Vol. 19 — N.^o 1.
- Boletim do Núcleo Cultural da Horta — Vol. I — N.^o 1
- Lição para os Novos — Discurso do Prof. Luiz Adão — 1956.
- Revista da Faculdade de Ciências — Vol. V — Fasc. 1/2.
- H. A. Bulletin — Vol. 2 — N.^o 4 -- Vol. 3 — N.^{os} 1 a 3.
- Boletim Bibliográfico e Informativo — Universidade de S. Paulo — N.^o 1.
- Relatório e Contas da Gerência de 1956, da Casa dos Açores — Lisboa.
- Revista de Ensino — Luanda - N.^{os} 11 e 12.
- Revista de Guimarães — Soc. Martins Sarmiento — Vol. LXVI — N.^{os} 3/4 — Vol. LXVII — N.^o 1
- Revista de Dialectología y Tradiciones Populares — Tomo XII — Caderno 4.^o -- Tomo XIII — Cadernos 1.^o e 2.^o.
- Insulana — Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada — Vol. XII — Tomo 1.^o e 2.^o
- Anales — Universidade de Santo Domingo — Vol. XIX — N.^{os} 71/72 — Vol. XX — N.^{os} 73/76.
- Moedas Portuguesas da Metropole e Ultramar — Lista n.^o 6.
- A Nova Intendência de Pecuária, pelo Dr. José Leal Armas.
- Aspectos de Vila Nova — Representação Mariana — Vasco Cesar de Carvalho.
- Biografia de Trujillo — R. Emídio Gimarez — 1955
- João Fernandes Vieira — Universidade do Recife — Vol. I — II — 1956.
- La Era de Trujillo — Pedro Gonzalez — 1955.
- La Influência de Hostos en la Cultura Dominicana — 1956.
- O Arqueólogo Português — Museu Etnográfico do Dr. Leite de Vasconcelos — 1953
- Conferência Insular Açoreana — 1954.
- Arquivo de Beja — Boletim da Câmara Municipal — Vol. XII — 1956.
- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos — Vol. 4 — 1957.

- Industrialismo Predial Urbanístico — 1957.
Boletim da Junta de Província da Estremadura — N.^{os} 41/43 — 1956.
Boletim de Trabalhos Históricos — Vol. XVIII — N.^{os} 1-4 — 1956
El Museo Canário — Las Palmas de Gran Canária — N.^{os} 41-44. — 1952.
La obra política-económica y financeira del Presidente Trujillo. Antropologia de Moçambique, por Santos Júnior — 1956.
Exposition Universalle — Paris 1889 — 1955.
El Contrato, por Dr. Francisco Henriquez y Carvajal — 1955.
Los Periodistas de Colombia y la Actitud Intervencionista de la Sociedad Interamericana de Prensa.
Patriotismo y Educacion — Ciudad Trujillo — 1955,
Calendário — para el ano Académico — 1956-1957 — Vol. CVII.
Aspectos sociais da valorização da Amazônia — Recife — 1955.
Contribuição para o Estudo Psicológico dos Indígenas do Ultramar Português, por Alfredo Atayde — Lisboa — 1953.
Historical Abstracts — Vol. 2 — 1956.
Coreografia popular transmontana IV — O Pingacho — 1957.
Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — N.^o 4 — 1955.
Notas bibliográficas — Separata da Revista Portuguesa de Filologia — Vol. III.
Revista Portuguesa de Filologia — Separata das Recensões Críticas — Vol. VI.
El Museo de Pontevedra — Vol. VIII e X
O que é a T.S.F.
Quem casa quer casa.
Virtudes que vem de Longe.
A Horta.
Cantares de Todo o Ano.
Aprenda a desenhar.
Viagem maravilhosa por terras de S. Tomé e Príncipe.
Desporto — Caminho da vida — Escola de homens.
Doenças dos bichos.
Portugal de Hoje.
O Natal em Portugal.

De Passeio à Beira Alta.
Houve um desastre na Fábrica.
O Nosso Lar
Macau — Terra de Lendas.
A Floresta Portuguesa.
Bordados e Rendas de Portugal.
Bola ao Centro
Naquele Tempo.
A gente canta na Aldeia.
As ilhas portuguesas de Cabo Verde.
Pureza e Beleza no falar do Povo.
Honra de ser português.
Poesia de ontem e de hoje.
Roteiro de Arte Portuguesa.
Contos Populares.
Como se encadernam os livros.
Serões Rurais.
Aprenda a redigir.
A nossa amiga electricidade
Abelha e Mel.
A doença e os doentes.
Emigração.
Romanceiro Português.
Mesteirais que ajudaram a fazer Portugal.
A Capoeira de Joaninha.
Conservas.
Os pássaros.
Vida do Santo Condestável Dom Nuno Alvares Pereira.
Os Grandes Romances Portugueses.
Na Aurora da nossa Poesia.
A Arte nas Províncias Portuguesas do Ultramar — 1957.
Roteiro das Pinturas — Museu Nacional de Arte Antiga — 1956.
Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio
Grande do Sul — N.º 8 — 1957 — Ano VI.
O Teatro na Ilha do Faial — Marcelino Lima — 1957
Boletim Alagoano de Folclore — N.º 2 — Ano II — 1957.
Boletim de Assistência Social — Ano 15.º — N.ºs 127 e 128 — 1957.

Natação — Colecção Educativa.

A Química que todos podem saber.

O regresso de Bruno Santiago.

Santos de Portugal.

Historiadores do Portugal Antigo.

As nossas Estátuas e Imagens.

Alegrete — A História e a Lenda, por Walter Spalding.

Revista de História — Vol. XV — N.º 31 — Ano VIII — 1957

VARIA

OS PORTUGUESES NO BRASIL

A obra dos Portugueses na terra irmã do Brasil impõe-se desde os primórdios do descobrimento e é tão vasta que, por muitos que sejam os capítulos em que dividamos a sua História, sempre e em todos os tempos se patenteará com a grandeza das primeiras arrancadas.

Como valiosa achega para os que se dedicam ao estudo do movimento demográfico e da vida associativa dos Portugueses, damos seguidamente uma relação, tanto quanto possível completa, das associações existentes na grande nação Brasileira, quer as que se encontram federadas quer as que têm vida independente, num total geral de 121:

ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NO BRASIL

A) Lista de Associações Federadas

No Rio de Janeiro (Distrito Federal):

Real Gabinete Português de Leitura — R. Luis de Camões, 30

Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência — R. Santo Amaro, 80

Liceu Literário Português — R. Senador Dantas, 118

Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro — Av. Presidente Vargas, 463, 14.º, s/1481

Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência Memória a Luis de Camões — R. Conceição, 19, 1.º

Real Centro da Colônia Portuguesa — R. Buenos Aires, 170, 1.º

Obra de Assistência aos Portugue-

ses Desamparados — Av. Henrique Valadares, 158

Fraternidade dos Filhos de Lusitânia — R. Buenos Aires, 170, 1.º

Casa de Portugal — R. do Bispo, 72

Casa do Minho — R. Conselheiro Josino, 22

Centro Transmontano — Av. Melo Matos, 19-48-6499

Liga dos Combatentes da Grande Guerra — R. do Bispo, 72

Casa dos Poveiros — R. do Bispo, 302

Banda Portugal — Praça 11 de Junho, 26 sob.

União Portuguesa Oliveira Salazar — Largo de Sta. Rita, 6, 1.º

Legião Portuguesa 28 de Maio — R. do Lavradio, 100, 2.º

Banda Lusitania — Praça 15 de Novembro, 31, 1.º

Casa do Porto — Av. Rio Branco, 47, 1.º

Centro Alcoforense — R. do Bispo, 72

Centro Santa Cruzense — Av. Marechal Floriano, 58

Casa dos Açores — Av. Melo Matos, 25 — Rio de Janeiro.

Em São Paulo :

Associação Portuguesa de Socorros Mútuos — R. João Boemer, 694.

Camara Portuguesa de Comércio de São Paulo — R. Cristóvão Colombo, 51, 1.º

Clube Português — Av. São João, 126

Sociedade Portuguesa de Beneficência Vasco da Gama — R. Vasco da Gama, 188

Sociedade Sacadura Cabral - Gago Coutinho.

Em Santos :

Centro Português — R. Amador Bueno, 188

Sociedade Portuguesa de Beneficência — Av. Bernardino de Campos, n.º 47

Sociedade União Portuguesa — R. Amador Bueno, 323

Escola Portuguesa — R. 7 de Setembro, 79

Em Campinas :

Grémio Português — R. Dr. Campos Sales, 890

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência — R. 11 de Agosto, 557

Sociedade de Socorros Mútuos — R. Salustiano Penteado, 115

Em Amparo :

Gremio Português de Beneficência.

Em Araraquara :

Sociedade Portuguesa de Beneficência — R. José Bonifácio, 43

Em Avaré :

Sociedade Portuguesa de Beneficência

Em Baurú :

Sociedade Beneficente Portuguesa — R. Rio Branco, 13

Em Olímpia :

Sociedade Beneficente Portuguesa — R. Aitino Arantes, 115

Em Piracicaba :

Sociedade Portuguesa de Beneficência — R. do Rosário, 86

Em Ribeirão Preto :

Sociedade Portuguesa de Beneficência — R. Luis de Camões, 95

Em São Bernardo :

Sociedade Portuguesa de Beneficência — R. Gal. Glicério, 6

Estado do Amazonas — Manaus :

União Esportiva Portuguesa
Grupo Pró-Povoá — R. Marechal Deodoro, 48

Sociedade Beneficente do Amazonas — Hosp. Português

Luso Sporting Club — R. Monsenhor Coutinho

Sociedade Lusitana Repatriadora — R. Marechal Deodoro, 230

Grémio Náutico Portugal — Av. 7 de Setembro, 82

União Portuguesa Oliveira Salazar — R. Marechal Deodoro, 46.

Estado de Pernambuco — Recife :

Gabinete Português de Leitura — R. do Imperador, 290

Real Hospital Português de Beneficência — R. do Imperador, 167

Estado de Minas Gerais — Belo Horizonte :

Centro da Colônia Portuguesa — R. Caritiba, 746

Em Juiz de Fora :

Sociedade Auxiliadora Portuguesa — R. Marechal Deodoro, 426

Em Teófilo Otoni :

Centro Português de Teófilo Otoni.

Estado de Mato Grosso — Em Corumbá :

Sociedade Portuguesa de Beneficência.

Centro 1.º de Dezembro

Em Campo Grande :

Centro Beneficente Português

Estado do Rio de Janeiro — Em Niterói :

Sociedade Portuguesa de Beneficência — R. Dr. Celestino, 26

Centro Musical Beneficente da Colónia — R. Miguel Lemos, 14

Casa do Minho

Em Campos :

Grémio Português Luis de Camões — R. 13 de Maio, 8

Sociedade Portuguesa de Beneficência — R. Barão de Miracema, 92

Em Petrópolis :

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência — Av. Portugal

Em Friburgo :

Grémio Português Novo Friburgo.

Estado do Rio Grande do Sul — Em Pelotas :

Sociedade Portuguesa de Beneficência

Centro Português 1.º de Dezembro

No Rio Grande :

Grémio Lusitano

Centro Português

Sociedade Portuguesa de Beneficência.

Em Bagé :

Sociedade Portuguesa de Beneficência

Em Uruguiana :

Casa de Portugal

Estado do Paraná — Em Curitiba :

Sociedade Portuguesa Beneficente 1.º de Dezembro — C. P. 465

Em Paranaguá :

Centro Português

Estado do Pará — Belem :

Benemerita Liga Portuguesa de Repatriação — Av. Liberdade, 103
Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama — Av. Osvaldo Cruz, 314

Câmara Portuguesa do Comércio e Indústria do Pará — R. 15 de Novembro, 78

Grémio Literário e Comercial Português — R. Manoel Barata, 237

Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente — Av. Generalíssimo Deodoro, 430

Laso Comercial — Praça da República, 13

Centro Soriguense — C. P. 127

Estado do Ceará — Fortaleza :

Sociedade Portuguesa Beneficente 2 de Fevereiro — R. Barão do Rio Branco, 1066

Estado do Maranhão — São Luis :

Associação Humanitária 1.º de Dezembro — Hosp. Português

Grémio Littero Recreativo Português — Praça João Pessoa, 114

Liga Portuguesa de Repatriação — R. Osvaldo Cruz, 141

Estado da Bahia — Salvador :

Gabinete Português de Leitura —
Praça da Piedade
Real Sociedade Portuguesa de Bene-
ficiência 16 de Setembro — Av.
Humberto Savoia, 2

Estado de Alagoas — Maceió :

Associação Beneficente Portuguesa
de Alagoas

**B) Lista de Associações não
Federadas**

No Rio de Janeiro (Distrito Federal) :

Real Sociedade Club Ginástico Por-
tuguês — Av. Graça Aranha, 187
Centro Luso-Brasileiro «Paulo Bar-
reto» — R. Lavradio, 100
Real Associação Beneficente Conde
de Matosinho e S. Cosme do Vale
— R. Buenos Aires, 314
Orfeão Portugal — R. do Senado,
267
Orfeão Português — R. dos Andra-
das, 59
Real Associação de Socorros Mútuos
Memória a D. Luis Primeiro — R.
Buenos Aires, 170, 1.º
Clube de Regatas Vasco da Gama
— Av. Rio Branco, 181, 9.º, s/904

Estado do Amazonas — Manaus :

Grémio Recreativo Português — R.
Guilherme Moreira, 31 — 1.º

*Estado de Minas Gerais — Em Ita-
jubá :*

Grémio Português Sul-Mineiro

Em Uberaba :

Associação Portuguesa de Benefi-
cência 1.º de Dezembro.

Estado de Pernambuco — Recife :

Clube Português — Av. Rosa e Sil-
va

*Estado do Rio de Janeiro : — Em Pe-
trópolis :*

Grémio Português

*Estado do Rio Grande do Sul — Por-
to Alegre :*

Sociedade Portuguesa de Beneficen-
cia
Casa de Portugal

*Estado de São Paulo : — Em São
Paulo :*

Real e Benemérita Sociedade Por-
tuguesa de Beneficência — R. Bri-
gadeiro Tobias, 343
Centro Republicano Português —
R. Quintino Bocaiuva, 76 — 1.º
Centro Beirão de São Paulo — R.
José Bonifácio, 210, 2.º
Centro do Minho — R. São Bento, 13
Centro Beneficente Casa das Beiras
— R. 11 de Agosto, 13, 1.º
Casa de Portugal — R. Cristóvão
Colombo
Centro do Douro — R. 11 de Agosto,
401, 1.º
Portugal Clube — R. São Bento, 51,
6.º
União de Socorros Mútuos Pedro
Alvares Cabral — R. 25 de Março,
124, 1.º
Biblioteca Portuguesa de São Paulo
— Av. São João, 126

Em Santos :

Associação Atlética Portuguesa

Em Santo André :

Sociedade Portuguesa de Beneficen-

cia de Santo André — Av. Portugal, 330

Em Botucatu :

Caridade Portuguesa Maria Pia —
R. Armando de Barros, 317

Em Campinas :

Clab Português — R. Regente Feijó,
78

Grémio Recreativo Luso-Brasileiro
— R. Andrade Neves, 458

Sociedade Luís de Camões — R. Senador Feijó.

Em Marília :

Sociedade Luso-Brasileira — R. 9
de Julho, 141-A

A IMPRENSA NOS AÇORES TERIA EXISTIDO JÁ EM 1583 ?

A páginas 98 do volume intitulado «*Curiosités Bibliographiques*», publicado em Paris em 1845, da autoria de Ludovic Lalane, vem notícia de ter sido «*Impressa*» em Angra, no ano de 1583, uma «*Relacion de la Jornada expugnation, Y conquista de la Isla Tercera, Y las demas circunvezinas...*», folheto de que, ao que afirma, só existia um exemplar na Biblioteca Bodleyana da Universidade de Oxford e cuja reprodução foi feita depois na Imprensa Nacional de Lisboa, aos 18 de Maio de 1908, onde encontramos, para título completo da obra, mais os seguintes dizeres : «... que hizo don Alvaro de Bazan, Marques de Santacruz, Comendador Mayor de Leon, y Capitan general de su Magestad : Y de los enemigos que auia en la dicha Isla, y de los fuertes, artilleria, y municiones y armada

Francesa e Portuguesa : y del sitio e dispusicion de la ciudad de Angra, y Villas y Lugares de su contorno, y de los moradores dellas, y castigos que se hizieron en ellos», terminando o aladido folheto com as seguintes palavras : «*Fecha en la ciudad de Angra de la Isla de la Tercera, a onze de Agosto, mil y quinientos y ochenta y tres*».

Por sua vez, uma notícia dada em 1880, no semanário «*O Angrense*», diz ter-se vendido em Paris, por 50 francos, «um folheto intitulado «*Relacion de la Conquista, expugnation y assalto de la Isla Tercera por D. Alvaro de Bazan, Marquez de Santa Cruz*». E acrescenta : «*Eduardo da Cunha, do Porto, logo que viu o anúncio de estar à venda o mesmo folheto, mandou imediatamente ordem para o adquirir, destinando ofertá-lo ao mu-seu terceirense*» (sic). E esclarece depois : «*Infelizmente porém o generoso pensamento daquelle cavalheiro não pôde completar-se porque o folheto já fôra vendido*».

Embora da palavra «*Fecha*» não possa em verdade concluir-se que a «*Relacion*» tenha sido aqui impressa, mas apenas «*feita*», em sinónimo de «*escrita*», contado é de admitir a hipótese da existência da Imprensa nesta ilha nos fins do Século XVI, não só porque no Século anterior, ela fôra introduzida em Portugal (!) mas também porque, em 1583, já os espanhóis se haviam instalado nos Açores, tendo a Terceira como cabeça de seu governo nestas ilhas, podendo portanto admitir-se que a tenham trazido, quer a bordo da própria armada vencedora, entre o muito material bélico desembarcado, quer posteriormente, para ser

viço official, como o fizeram quasi três séculos mais tarde, em 1829, os imigrados constitucionais, por iniciativa de Palmela.

O longo interregno durante o qual a ilha dela se viu privada, explicar-se-á aventando a hipótese de os espanhóis terem levado todo o material tipográfico após a capitulação, dado que todas as facilidades lhes foram então concedidas, até para o material de guerra. Contudo, é realmente de estranhar o facto de nenhuma noticia nos ter chegado até agora, da existência de quaisquer publicações feitas durante as seis décadas de dominação castelhana nestas ilhas, a não ser que a falta de técnicos especializados, ao tempo com certeza muito raros, a tal tivesse obstado.

Um estado minucioso da questão, ou pelo menos uma séria tentativa para investigação da verdade ⁽²⁾, é tarefa que se impõe a quantos possam para tanto contribuir com indicações úteis ou relações culturais que permitam mais facilmente obtê-las.

F. L.

NOTAS

- (¹) -- Em 1521 foi já ela enviada de Portugal à Abissínia.
(²) -- Eugénio do Canto foi quem obteve as famosas foto-cópias que originaram os opúsculos existentes no nosso Arquivo Distrital, por generosa oferta do falecido Dr. José Bruno Carreiro.

INDICE

Autores

Araujo (Major Miguel)

- A Procissão de S. Pedro nas Lajes do Pico..... 187

Belo (Raimundo)

- Avelares nos Açores, no Brasil e na América do Norte (Notas Histórico-Geneológicas). A' memória do 1.º Presidente do I. H. I. Terceira, Dr. Luis da Silva Ribeiro 191

Lopes (Ten.-Cor. Frederico)

- Memória sobre as Festas do Espírito Santo na Ilha Terceira dos Açores — (Homenagem de Gratidão e Saudade ao querido Mestre e Amigo, Doutor Luis da Silva Ribeiro). 94
- **Vária.** A Imprensa nos Açores teria existido já em 1583 ?..... 229

Menezes (Dr. Manuel de Sousa)

- Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira 5

Silveira (Dr. João Cunha da)

- Os Açores do «Isolário» de Vincenzo Coronelli (Sec. XVII)..... 165

Assuntos

Artigos

Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira, pelo Dr. Manuel de Sousa Menezes	5
Memória sobre as Festas do Espírito Santo na Ilha Terceira dos Açores, pelo Ten.-Coronel Frederico Lopes.	94
Os Açores no «Isolário» de Vincenzo Coronelli (Sec. XVII), pelo Dr. João Cunha da Silveira	165
A Procissão de S. Pedro nas Lajes do Pico, pelo Major Miguel Araujo	187
Avelares nos Açores, no Brasil e na América do Norte (Notas Histórico-Geneológicas), por Raimundo Belo	191
Vida do Instituto (Actas)	210
Publicações recebidas	220

Vária

Os Portugueses no Brasil	225
A Imprensa nos Açores teria existido já em 1583 ?, por F. L.	229

Este número, que é o décimo
quinto do «Boletim» do Instituto
Histórico da Ilha Terceira, acabou de
se imprimir na oficina da Tipografia
Andrade aos trinta de Novembro
de 1958.

